

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
CURSO DE DOUTORADO

FRANKLIN DOUGLAS FERREIRA

MÍDIA E PODER POLÍTICO:

a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a
oligarquia Sarney no Maranhão

São Luís
2018

FRANKLIN DOUGLAS FERREIRA

MÍDIA E PODER POLÍTICO:

a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a
oligarquia Sarney no Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para a obtenção do Grau de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Marina Maciel Abreu.

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA//Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Ferreira, Franklin Douglas

Mídia e poder político : a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney no Maranhão / Franklin Douglas Ferreira. – São Luís, 2018.
267 f.

Orientador (a) : Marina Maciel Abreu
Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/CCSo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Estrutura oligárquica. 2. Hegemonia. 3. Ideologia. 4. Mídia. 5. Televisão. I. Abreu, Marina Maciel. II. Título.

FRANKLIN DOUGLAS FERREIRA

MÍDIA E PODER POLÍTICO:

a disputa entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a
oligarquia Sarney no Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), para a obtenção do Grau de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marina Maciel Abreu (Orientadora)

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Beatriz Saboia

Doutora em Educação
UNICEUMA

Prof. Dr. Ed Wilson Ferreira Araújo

Doutor em Comunicação Social
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Ilse Gomes da Silva

Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof^a. Dr^a. Josefa Batista Lopes

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Reitero minhas dedicatórias de monografia, em minha primeira graduação – Jornalismo, há 23 anos; de Mestrado, sete anos atrás; de minha segunda graduação – Direito, há um ano: àqueles que não tiveram a oportunidade de chegar à Universidade ou mesmo a mínima chance de alfabetização.

Porque persiste essa miséria social, teimo em não deixar que ela caia no esquecimento a cada degrau que subo, pois, no Maranhão contemporâneo, renova-se a atualidade dessa dedicatória que venho reiterando, desde mais de duas décadas passadas.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria dos Anjos, pela educação recebida e dedicação destinada a mim e minhas irmãs, Fabiana e Taciana, às quais também registro meu carinho. Ao Hamilton, pai de minhas primeiras leituras. A vocês e demais familiares, este é mais um passo à frente de todos nós.

À Cris, companheira e amada. Mais uma conquista nossa. Por ti, também presto minha homenagem à Dona Socorro, Seu Leônidas e a todas e todos da família Lima. E a Leônidas e João, meus filhos – que os últimos 12 anos de doutorado, ora da mãe, ora do pai, falando em *tese* e *Gramsci*, não os tenham traumatizado! E que sigam longe nos estudos. Reitero: somos do tamanho de nossos sonhos! E firmem compromisso com os interesses do povo pobre de nosso Maranhão, que não teve as oportunidades mínimas.

Aos professores Ed Wilson Araújo, Ilse Gomes e Josefa Batista Lopes, meus agradecimentos pela contribuição ao desenvolvimento deste trabalho, durante a banca de qualificação. Sugestões pertinentes que ajudaram a aprimorar o texto.

À Marina, agradeço pela paciência na orientação. Foste gigante em me apoiar. Também por Marina e minha querida Josefa, meu reconhecimento ao trabalho de todas as integrantes do GSERMS e ao NEGRAM pelas lições gramscianas.

Nestes tempos de retrocesso, vida longa ao grupo de pesquisa que teima em resistir e a lutar pela democratização de nosso país! Pela Joana Coutinho e Cristiana, minha homenagem aos membros do Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, grupo ao qual me vinculei no doutorado.

Aos docentes e à equipe de profissionais do PPGPP pelo compromisso com a qualidade do Programa. Por Dona Isabel, homenageio a todas e todos e, em especial, às coordenadoras Ozanira, Josefa, Salviana e Valéria, pelas quais passei e presenciei seus compromissos de manter o PPGPP como um dos melhores do país! Orgulho-me de ter sido um aluno de um programa de excelência como o PPGPP!

Aos colegas de turma do Programa, pelos debates enriquecedores – ao registrar a Diana Ramirez, nossa colombiana diletta, minha lembrança de todos.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa de pesquisa.

Por fim, nessa trajetória de minha reinvenção, nos últimos sete anos, agradeço pela segunda chance, mas vou logo avisando: quero chegar aos 100 anos!

“São verdadeiramente poucos aqueles que refletem e ao mesmo tempo são capazes de agir. A reflexão amplia, mas debilita; a ação revigora, mas limita.”

Goethe

“O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio’ filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais.”

Antonio Gramsci

RESUMO

Análise da mídia eletrônica de televisão como meio de difusão ideológica no processo de luta pelo poder político na disputa de projetos econômico-político-ideológicos no Maranhão, a partir dos anos 60 do século XX. Examina-se o embate entre grupos políticos pelas concessões de canais de televisão sob a oligarquia Sarney, desde a propriedade da primeira emissora maranhense, a TV Difusora (1963), até a TV UFMA (2015), passando pela TVE/Brasil (1969), Cidade (1981), Mirante (1987), São Luís (1989), Maranhense (1998) e Guará (2011). A partir do pensamento do italiano Antonio Gramsci, buscam-se os fundamentos histórico-conceituais do núcleo central da tese, a relação entre mídia e poder político, enfatizando-se dois grandes eixos: a questão do poder na luta pela hegemonia; e a mídia como principal “liga” ideológica nessa luta, na atualidade. Nessas bases sustenta-se a análise dos vínculos entre ideologia e o poder da comunicação na formação da cultura no domínio das massas, na relação entre Estado e sociedade civil, no contexto de um Estado periférico e dependente, nos marcos da estrutura oligárquica reprodutora da modernização conservadora sob a hegemonia do capital. Reconstitui-se a luta pelo poder entre o “vitorinismo”, o sarneísmo e as oposições sob a estrutura oligárquica no Maranhão, relacionando-a com a concentração e o controle oligárquico da mídia televisiva. Apresentam-se três tendências aos desdobramentos da luta pelo poder no Maranhão contemporâneo: “sarneísmo com Sarney”, “sarneísmo sem Sarney” e “pós-sarneísmo com ruptura”. Demonstram-se as quatro variáveis utilizadas pelo sarneísmo para manter a concentração dos canais de televisão: o controle da principal rede de televisão – Mirante/Globo; a convivência harmoniosa com a segunda maior rede – Difusora/SBT; o monitoramento das verbas oficiais publicitárias às demais emissoras – São Luís/Rede TV!, Maranhense/Bandeirantes; e a interdição do controle de emissoras por parte de grupos não alinhados ao grupo dominante – Cidade/Record e TVE/Brasil. Tomando-se a mídia como principal “liga” ideológica da atualidade, expõe-se o elo entre o controle das políticas públicas de comunicação e a formação de consenso ativo e passivo na construção da cultura hegemônica e da ideologia dominante pela mídia monopolizada no Brasil.

Palavras-chave: Mídia. Televisão. Estrutura oligárquica. Hegemonia. Ideologia.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse le média de télédiffusion comme moyen idéologique au processus de lutte pour le pouvoir politique concernant la dispute de projets économiques, politiques et idéologiques au Maranhão à partir des années 60 au vingtième siècle. On examine la confrontation entre les groupes politiques pour la concession de chaînes de télévision sous l'oligarchie Sarney, depuis la propriété de la première chaîne maranhense, la TV Difusora (1963), jusqu'à la TV UFMA (2015), passant par la TVE/Brasil (1969), Cidade (1981), Mirante (1987), São Luís (1989), Maranhense (1989) et Guará (2011). On analyse la relation entre média et pouvoir politique, noyau central de la thèse, à la lumière de la théorie du penseur italien Antonio Gramsci, en mettant l'accent sur deux grands axes: la question du pouvoir pour l'hégémonie dans la lutte et le média comme "lien" idéologique principal dans cette lutte, au moment actuel. On soutient sur ces bases l'analyse des liens entre idéologie et le pouvoir de la communication à la formation de la culture pour la domination des masses, la relation entre État et société civile, au contexte d'un État périphérique et dépendant, sous les jalons de la structure oligarchique reproductrice de la modernisation conservatrice régie par l'hégémonie du capital. On reconstitue la lutte pour le pouvoir entre le "vitorinismo", le sarneísmo et les oppositions sous la structure oligarchique du Maranhão, en la rapportant à la concentration et au contrôle oligarchique du média télévisé. On présente trois tendances pour les conséquences en aval de la lutte pour le pouvoir au Maranhão contemporain: "sarneísmo avec Sarney", sarneísmo sans Sarney et "post-sarneísmo avec rupture". On démontre les quatre variables utilisées par le sarneísmo dans le but de maintenir la concentration des chaînes de télévision: le contrôle de la principale chaîne de télévision – Mirante/Globo; la relation harmonieuse avec la seconde plus grande chaîne - Difusora/SBT; la surveillance des fonds officiels publicitaires destinés aux autres chaînes – São Luís/Rede TV, Maranhense/Bandeirantes; et l'interdiction du contrôle de chaînes de la part de groupes non alignés au groupe dominant – Cidade/Record et TVE/Brasil. En prenant le média comme principal "lien" idéologique de l'actualité, on expose la relation entre le contrôle des politiques publiques de communication et la formation de consensus actif et passif dans la construction de la culture hégémonique et de l'idéologie dominante par le média monopolisé au Brésil.

Mots-clés: Média. Télévision. Structure oligarchique. Hégémonie. Idéologie.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Manifestantes cercam a polícia, em Madrid (2012)	94
Figura 2 - Relação entre “Coronelismo”, mandonismo e clientelismo	138
Figura 3 - Evolução dos municípios com TV	174
Figura 4 - Perfil do público e penetração da televisão	175
Figura 5 - Verba publicitária federal destinada à televisão.....	193
Figura 6 - Verba publicitária federal por meio de comunicação (2000 a 2015)	194
Figura 7 - A criação das emissoras de TV em São Luís do Maranhão (1963-2015)	198
Figura 8 - Propriedade e controle das ações da TV Difusora de 1963 a 2018..	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Membros do Conselho Diretor da ANATEL.....	189
--	------------

LISTA DE SIGLAS

ABAP	Agência Brasileira de Agências de Propaganda
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores
ABRATEL	Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações
ALBA	Aliança Bolivariana das Américas
AML	Academia Maranhense de Letras
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANER	Associação Nacional de Editores de Revistas
ANS	Agencia Nacional de Saúde
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BBB	Big Brother Brasil
BM	Banco Mundial
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações
CCCC	China Communications Construction Company
CEB's	Comunidades Eclesiais de Bases
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão S.A.
CF	Constituição Federal
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CONFECOM	Conferência Nacional das Comunicações
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Democratas
DIMAPI	Distribuidora Maranhão Piauí
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ENECOS	Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social
EPCOM	Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação
FAMEM	Federação dos Municípios do Estado do Maranhão

FES	Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FFC	Federal Communication Commission
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNCP	Fundo Nacional de Comunicação Pública
FNDC	Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
FSM	Fórum Social Mundial
FT	Força de Trabalho
FTA	Força de Trabalho Autônoma
FTR	Força de Trabalho de Reserva
FTRb1	Força de Trabalho Empregados Domésticos
FTRb2	Força de Trabalho Assalariados “Pobres” Vinculados a Autônomos Agrícolas
FTRb3	Força de Trabalho Urbanos
FTRb4	Força de Trabalho Capitalistas Agrários
FTRb5	Força de Trabalho Capitalistas Urbanos
FTRb6	Força de Trabalho Assalariados “Pobres” Vinculados ao Setor Público
FTRb7	Força de Trabalho Desempregados Involuntários Agrícolas
FTRb8	Força de Trabalho Desempregados Involuntários Não-Agrícolas
FTW	Força de Trabalho Plenamente Assalariada
GSERMS	Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMIL	Instituto Millenium
INTERCOM	Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação
JOINPP	Jornada Internacional de Políticas Públicas
MBL	Movimento Brasil Livre
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPE	Ministério Público do Estado
MPL	Movimento Passe Livre
MPT/MA	Ministério Público do Trabalho do Maranhão
MST	Movimento dos Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEGRAM	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Debate Gramsci, Marx e Marxismo
NOVO	Partido Novo
ONG's	Organizações Não Governamentais
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEIC	Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PIG	Partido da Imprensa Golpista
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPGPP	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista

PR	Partido da República
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democratas Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Programas de Transferência de Renda
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV	Partido Verde
RBS	Rede Brasil Sul
REDE	Rede Sustentabilidade
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SD	Solidariedade
SECOM	Secretaria Especial de Comunicação Social
SIACCO	Sistema de Acompanhamento de Controle Societário
SINDICAT	Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TRE	Tribunal Regional Eleitoral

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TVE	Televisão Educativa
UDN	União Democrática Nacional
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	A MEDIAÇÃO DA MÍDIA NA LUTA PELO PODER POLÍTICO	37
2.1	A questão do poder na luta pela hegemonia.....	38
2.2	A mídia como principal “liga” ideológica da atualidade	63
3	IDEOLOGIA E O PODER DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DA CULTURA NO DOMÍNIO DAS MASSAS.....	80
3.1	A comunicação como meio de difusão ideológica na luta pelo poder na relação entre Estado e sociedade civil	81
3.2	A televisão como instrumento privilegiado de difusão ideológica na formação da cultura.....	99
4	O PODER OLIGÁRQUICO NO MARANHÃO E AS CONCESSÕES DE CANAIS DE TELEVISÃO NO BRASIL	127
4.1	A luta pelo poder sob a estrutura oligárquica no Maranhão	128
4.2	A concentração do poder da comunicação e o controle oligárquico das concessões dos canais de televisão	167
5	CONCLUSÃO	216
	REFERÊNCIAS	224
	ANEXO A - Blog do Bojoba (Roseana explica por que tomar TV de Bacelar) .	238
	ANEXO B - Estado de São Paulo (Fernando Sarney agradece ao pai por TV). 	240
	ANEXO C - Blog do John Cutrim (Lista de emissoras de Sarney e aliados)....	242
	ANEXO D - Blogue do Colunão (Como Edinho Lobão comprou TV Difusora) 	245
	ANEXO E - Lauro Jardim (43% da verba publicitária do governo Roseana Sarney destinada para TV da família Sarney)	247
	ANEXO F - Blog do John Cutrim (A compra da TV Difusora por Weverton Rocha)	248
	ANEXO G - Site revista Veja (Sarney inviabiliza transferência da TV Cidade). 	252
	ANEXO H - Eleições para governador e uma vaga de senador (1982-2014)	256
	ANEXO I - Eleições para governador e duas vagas de senador (1986-2010)..	257
	ANEXO J - TV Difusora (SBT): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL	258
	ANEXO K - TV Cidade (Record): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL	259

ANEXO L - TV São Luís (Rede TV!): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL	260
ANEXO M - TV Mirante (Globo): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL	261
ANEXO N - TV Maranhense (Bandeirantes): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL	262
ANEXO O - Listas de 61 emissoras de televisão existentes no Maranhão, registradas junto à ANATEL.....	263

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, entendendo a mídia eletrônica de televisão como meio de difusão ideológica no processo de luta pelo poder político na disputa de projetos econômico-político-ideológicos no Maranhão, a partir dos anos 60 do século XX, trata-se de Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na área de concentração *Políticas Públicas e Movimentos Sociais e na linha de pesquisa Estado, Cultura e Políticas Públicas*.

A origem da inquietação motivadora deste estudo foi a pesquisa desenvolvida para a elaboração da Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, em 2011, intitulada *Mídia eletrônica, controle social e poder econômico: particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão*. Nela, percebemos que estávamos diante apenas da ponta do *iceberg* do problema, que requeria um aprofundamento teórico investigativo maior e mais denso.

Complementa a motivação para a pesquisa o engajamento que mantivemos na luta pela democratização das comunicações, desde o movimento estudantil de área, na primeira direção nacional da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) eleita diretamente, quando estudante de jornalismo, até a atuação em Fóruns e Comitê de luta pela Democracia na Comunicação, já como profissional e docente. Um ciclo de militância que não teria como deixar de influenciar diretamente a nossa produção acadêmica na área.

A opção teórica para ser o fio condutor da pesquisa o pensamento do italiano Antonio Gramsci, por “[...] reconhecer a atualidade de um pensamento que [...] permanece como decisivo e fundamental no desvendamento das complexas e intrincadas transformações que atravessam as sociedades contemporâneas.” (SIMIONATTO, 2008, p. 275). Se, no mestrado, os estudos da linha da Economia Política da Comunicação foram norteadores para a abordagem do problema, seus limites se apresentaram quando da necessidade de aprofundar a análise sobre as bases da organização da sociedade sob uma clara perspectiva marxiana. O pensador italiano Antonio Gramsci, ao mesmo tempo em que assumiu as bases da filosofia da práxis, foi além, atualizando-a para a análise histórico-política das lutas nas sociedades atuais. Como enfatiza Isabel Monal (2008, p. 189):

Gramsci, sem dúvida, é um clássico do pensamento político, em particular um clássico do marxismo. Um autor só obtém esta excepcional qualificação na história do pensamento quando é capaz de falar, ao mesmo tempo, para seu tempo e para além dele, para o futuro: uma dupla dimensão de difícil articulação.

Nos limites históricos do tempo em que viveu, início do século XX, ele soube perceber com argúcia as particularidades da disputa política porque desenvolveu de forma radical – no sentido de ir à raiz da questão – a análise do movimento da sociedade após a Revolução Russa de 1917 e a emergência do *americanismo* nos Estados Unidos da América, também na segunda década do século XX, da nova forma de organização da produção e do trabalho sob o *fordismo-taylorismo* e das lutas de maior fôlego pelas quais teriam que se defrontar as classes subalternas como projeto alternativo¹.

Aprofundar as bases do pensamento gramsciano foi extremamente necessário para pensar a questão do poder nos marcos históricos da estrutura oligárquica maranhense e a função da mídia eletrônica de televisão nesse processo. Não que o autor italiano tenha se debruçado sobre o termo ou a realidade maranhense, mas por sua metodologia histórica, cuja análise de que “[...] certas superestruturas têm uma estrutura particular própria.” (GRAMSCI, 2004, p. 159), permite revisar criticamente, embora não seja este o objetivo principal do trabalho, a historiografia acerca da estruturação oligárquica da formação social maranhense, para além do grupo que por mais tempo personificou a estrutura oligárquica, a família Sarney, por seu período de influência e exercício do domínio político-oligárquico no Maranhão².

¹ Em 1934, Gramsci produziu o texto *Americanismo e fordismo*, que se tornaria o *Caderno 22* de sua obra *Cadernos do Cárcere*. Nele, analisava o objetivo da sociedade americana expresso por Taylor: “[...] desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas no aspecto físico maquinal.” (GRAMSCI, 2001b, p. 266). Para Gramsci (2001b, p. 241), “[...] pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática”.

² Desde os anos 1940, o Maranhão esteve sob o domínio político de duas oligarquias: de Vitorino Freire (1945-1965) e de José Sarney (1966-2014). José Sarney governou o Maranhão de 1966 a 1970; sua filha, Roseana Sarney, exerceu o Executivo estadual de 1995 a 1998, de 1999 a 2002, de 2009 a 2010 e de 2011 a 2014: 18 anos que o Maranhão manteve-se diretamente sob administração da família Sarney, em quase cinco décadas de exercício do poder. Tornou-se mais longa que o período de Vitorino Freire. Após o governo de José Sarney (1966-1970), o Maranhão teve dez governadores. Três eleitos indiretamente: (1) Pedro Neiva de Santana (1971-1974), (2) Nunes Freire (1975-1978) e (3) João Castelo (1979-1982). Sete eleitos diretamente: (1) Luís Rocha (1983-1986), (2) Epitácio Cafeteira (1987-1990), (3) Edison Lobão (1991-1994), (4) Roseana

Nesse sentido, encaminhamos a investigação sobre o objeto centrada na política de concessões de canais de televisão no Maranhão como parte do embate pela demarcação de espaço de poder junto à mídia eletrônica de televisão como meio de disputa político-ideológica pela hegemonia no estado, a partir da posse das concessões de TV em São Luís. Esse viés nos serve como fio da meada de uma abordagem sobre o processo de dominação no Maranhão, para apreendê-lo na luta pela hegemonia.

No Brasil, a participação almejada por organizações diversas (sindicatos, partidos, Organizações Não Governamentais - ONG's, etc.) no processo decisório, fruto da construção de mecanismos de participação garantidos na Constituição de 1988, não alcançou qualquer avanço na institucionalização de instrumentos democráticos para a gestão das políticas de comunicação. Por exemplo, concessões de canais de TV para fora do bloco de poder dominante inexistem, assim como rádios comunitárias são combatidas e limitadas em sua influência ou mesmo cooptadas. Nessa área, o controle social (do Capital sobre as classes subalternizadas trabalhadoras³, a partir da mediação do Estado) é rígido: trata-se de um enorme desafio a ser superado na perspectiva de construção de uma nova hegemonia⁴.

Sarney, (5) José Reinaldo (2003-2006), (6) Jackson Lago (2007 a 2009, quando cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE) e (7) Flávio Dino (2015-2018). De todos, Jackson Lago e Flávio Dino se elegeram sem o apoio de José Sarney, embora com apoio de parte da estrutura oligárquica, via dissidentes pragmaticamente rompidos com o oligarca. Os demais, Sarney apoiou ativamente a eleição, tendo disputa de espaço no bloco dominante durante a Ditadura Militar com Pedro Neiva e Nunes Freire, mas de relações devidamente ajustadas pelos generais do Regime Militar.

³ No *Caderno 25*, escrito em 1934, Gramsci se dedica a elaborar sobre a história dos grupos sociais subalternos. Para ele, “[...] a história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica.” (GRAMSCI, 2002c, p. 135). Diferente da história das classes dirigentes que, unificadas no Estado, torna a história dos Estados a sua própria história. Segundo Gramsci (2002c, p. 139, grifos do autor), “[...] as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar ‘Estado’; sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil [...]”. Um conjunto de grupos subalternos não são necessariamente pertencente a uma mesma classe, por isso é necessário estudar sua formação objetiva, sua origem como grupo social preexistente, sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as formações próprias dos grupos subalternos, dentre as que afirmam sua autonomia parcial ou integral. Mesmo entre os partidos dos grupos subalternos, distinguir os dos grupos subalternos que são hegemônicos dos que sofrem tal hegemonia. (GRAMSCI, 2002c, p. 140).

⁴ Mészáros (1993, p. 28, grifo do autor) elabora que “[...] o que está em causa não é se produzimos ou não sob alguma forma de controle, mas sob que tipo de controle, dado que as condições atuais foram produzidas sob o ‘férreo controle’ do capital que nossos políticos pretendem perpetuar como força reguladora fundamental de nossas vidas”. E acrescenta: “No decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional.” segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição (MÉSZÁROS, 1993, p. 32). Mészáros (2002, p. 98, grifo do autor) nos demonstra, assim, que “[...] o

Nas políticas públicas de comunicação, os setores dominantes foram hábeis em definir a estratégia de controle do Capital sobre o Trabalho via Estado, nos marcos dos mecanismos de controle do próprio sistema dominante. Dessa maneira, o uso dos meios de comunicação de massa⁵ no Brasil incorporou uma lógica onde o exercício do controle social tem servido para a formação de consenso necessário para a manutenção da ordem instituída, pois, o controle social, “[...] entendido como parte das relações de hegemonia, supõe coerção/força, assim como ação persuasiva/educativa em que a ideologia é elemento central, [...] necessário ao equilíbrio de forças sob uma determinada hegemonia [...]”. (ABREU, 2002a, p. 03).

Dessa forma, a partir da importância dos meios de comunicação como mecanismos fundamentais na formação e difusão da cultura, “[...] o consenso e o dissenso são, pois, processos constituintes do controle social no movimento histórico, consubstanciados na coerção e na persuasão.” (ABREU, 2002a, p. 03). No entanto, no âmbito mídia eletrônica de televisão, há pouco espaço para o dissenso.

No Brasil, a produção do consenso parece ser antes um processo político que se realiza primeiro na esfera do poder, e só depois busca a esfera pública como processo midiático. Dessa instância superior, o consenso é imposto à mídia e parece determinar o próprio padrão da cobertura jornalística. Por isso, mostra-se ainda mais agressivo nos momentos decisivos da política doméstica [...]. Nesse e em outros momentos de ameaça de ruptura, o consenso é produzido externamente à mídia e a ela imposto como parte de uma decisão de estado-maior das classes proprietárias. (KUCINSKI, 1998, p. 21).

O consenso construído pelos veículos de comunicação de massa expressa que “[...] os detentores do poder, desde sempre e em qualquer contexto

capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados [...]”.

⁵ Conforme Chauí (2006, p. 35, grifos da autora): “Em latim, ‘meio’ se diz *medium* e, no plural, ‘meios’ se diz *media*. Os primeiros teóricos dos meios de comunicação empregaram a palavra latina *media*. Como eram teóricos de língua inglesa, diziam: *mass media*, isto é, os meios de massa. A pronúncia, em inglês, do latim *media* é ‘mídia’. Quando os teóricos de língua inglesa dizem ‘the media’, estão dizendo: ‘os meios’. Por apropriação da terminologia desses teóricos no Brasil, a palavra ‘mídia’ passou a ser empregada como se fosse uma palavra feminina no singular – ‘a mídia’”. Assim, o termo mídia é empregado no português como palavra no singular significando meios de comunicação de massa. A mídia eletrônica refere-se ao conjunto de meios de comunicação que necessita de recursos eletrônicos ou eletromecânicos para que o usuário final (audiência ou público) tenha acesso aos conteúdos - de vídeo ou áudio, gravados ou transmitidos em tempo real. A televisão (aberta ou por assinatura), o rádio, o cinema e a internet são tipos distintos de mídia eletrônica. Dessa forma, compreendemos meios de comunicação de massa como os veículos de ampla capacidade de reprodução de bens culturais. Surgem no contexto da industrialização do capital que leva à transformação das relações de produção e à redistribuição dos papéis culturais (LIMA, 2000). Iniciam com a imprensa, passando pelo rádio e pelo cinema, mas têm sua maior expressão no veículo televisão.

social, esforçam-se por obter a submissão voluntária e pacífica, se não convicta, de seus subordinados [...]”. (COMPARATO, 2000, p. 184).

Para Comparato (2000), a legitimidade é sempre, em maior ou menor grau, o resultado de uma técnica de *legitimação*. Onde:

Seja como for, o que se nota com certa regularidade histórica até o século XX é o alargamento progressivo do grupo *intelectuais* (para usarmos a terminologia gramsciana), encarregados de exercer a legitimação da ordem social estabelecida. [...]

[...] os grupos dominantes nos regimes de concentração de poder estatal, bem como a classe empresarial nos países de capitalismo liberal, em vez de contratarem profissionais autônomos para a tarefa de legitimação da ordem estabelecida, passaram a assumir diretamente essa incumbência, pela criação, sob a forma de entidades estatais ou privadas, dos grandes órgãos de comunicação de massa. (COMPARATO, 2000, p. 186, grifo do autor).

A comunicação, assim, configura-se como um dos mais fortes elementos da desigualdade social existente na atual etapa da luta travada entre as classes em embate político, pois “[...] a perda do espaço público significa [...] a perda de um espaço reconhecido de ação e opinião, o que significa dizer, a perda da liberdade que exige, para sua efetivação, um espaço politicamente organizado.” (TELLES, 1999, p. 40). “Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2001a, p. 18), ensina Gramsci, e complementa:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001a, p. 16).

Têm-se historicamente categorias especializadas para o exercício da função intelectual; “[...] formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 2001a, p. 18-19).

A tarefa dos intelectuais (orgânicos) é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática, exercer a hegemonia para obtenção de um consenso ativo, livre, processo que requer mergulhar na vida prática e organizar os aspectos práticos da cultura.

É certo, pois, considerar que projetos societários são formulados por diversos sujeitos políticos do grande capital, para além da grande mídia. Ocorre que, no Brasil contemporâneo, se são esses setores que elaboram o projeto geral, tem

sido a grande mídia, através de seus intelectuais, a que reelabora, traduz e o propagandeia. Esse tem sido o papel atual da mídia na sua relação com a hegemonia dominante. Ela contribui para a coesão do conjunto da classe dominante e para adesão dos subalternos. Desempenhando a função de funcionária da superestrutura – para cunhar o termo de Gramsci (2001a, p. 20, grifo do autor) pelo qual, no tocante às superestruturas, “[...] os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’.” –, o papel precípua da mídia eletrônica de televisão tem sido este: contribuir para conservar a unidade ideológica do bloco social cimentado pela concepção de mundo/ideologia que vigora como dominante.

A hegemonia que se consolida em dada sociedade firma-se na estrutura econômica da qual dela se ergue, no plano da superestrutura, a ideologia – cimento do bloco histórico. Em Gramsci (2004), ideologia enquanto concepção de mundo que deve ser analisada historicamente como superestrutura necessária a uma determinada estrutura, cujos elementos constitutivos são a filosofia, a economia e a política, um contido no outro, e todos formando um conjunto homogêneo, que garante a luta pelo exercício da dominação política e da direção intelectual e moral, com uma combinação habilidosa de consenso e de coerção, mediada pelo uso do aparelho do Estado e instituições da sociedade civil, seja por normas legais instituídas, seja pela força dos instrumentos repressivos a sua disposição. Esse é *locus* do embate da luta política pelo poder. Nesse contexto, em que “[...] a hegemonia tem os seus pés fincados no solo da luta social.” (DIAS, 2013, p. 129), a conquista do poder político por uma classe deve ser precedida por sucessivas batalhas pela direção intelectual e moral e pelo consenso dentro da sociedade civil.

Como bem desvenda Gramsci, nas sociedades de tipo ocidental, onde a sociedade civil é complexa, e não uma organização dispersa e gelatinosa, a construção de uma nova hegemonia requer especial atenção a essa configuração, na qual os aparelhos privados de hegemonia passam a ter papel fundamental. Os intelectuais passam a ter função precípua para dar coesão e consciência ao projeto que se pretende construir. A hegemonia se ergue de uma análise precisa da situação da estrutura econômica como determinante da organização da sociedade. A cultura dominante, então, é elemento de conformação do senso comum que passa a ter como natural a situação predominante dada. Gramsci (2004, p. 369) concebe o desenvolvimento da estrutura e da superestrutura “[...] como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco”. Para ele, “[...] entre

estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital.” (GRAMSCI, 2004, p. 389). A luta de classes mantém-se fortemente como principal instrumento de manutenção ou questionamento dessa realidade, pois “[...] a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes.” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Todo esse intrincado conjunto de elementos torna o exame da função da mídia na atualidade um desafiador objeto de estudo que, para alcançar êxito na identificação exata de sua relevância, pressupõe a busca dos fundamentos histórico-conceituais, condição para se desenvolver a pesquisa. Ainda mais numa realidade cuja estrutura de poder mescla elementos de ponta da economia contemporânea, como o sistema minero-metalúrgico e agroexportador, com situação social de completo atraso social, como o do trabalho escravo, que ainda ronda o Maranhão⁶. Não por acaso, no estado cujo “[...] presente e o futuro estão contidos, na mesma escala, nas opções históricas, conscientes ou não, que ficam por trás da absorção de um padrão de civilização.”, para tomarmos como referência a análise de Florestan Fernandes (2006, p. 69). Autor que nos demonstra a situação de um país configurado a partir de um modelo de expansão capitalista que reservou a ele um papel periférico e dependente no contexto internacional, no qual o *burguês*, em ascensão, se conjuga com a oligarquia – “[...] só ela dispunha de poder em toda a extensão da sociedade brasileira.” (FERNANDES, 2006, p. 247) – para viabilizar o processo de transição para um *Brasil moderno*, cujo “[...] desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização.” (FERNANDES, 2006, p. 247).

É nessa trama que a estrutura oligárquica enfrenta transições e se moderniza, admitindo até *oposição dentro da ordem e a partir de cima*, num “[...] entrechoque de conflitos de interesses [que são] da mesma natureza ou convergentes e de sucessivas acomodações, que repousa o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil.” (FERNANDES,

⁶ O Maranhão é o maior fornecedor do país de mão de obra análoga à escravidão. Segundo levantamento do Ministério Público do Trabalho do Maranhão (MPT/MA), de 2003 a 2017, mais de oito mil trabalhadores maranhenses foram resgatados de situações análogas à escravidão. Na lista suja do trabalho escravo, na qual são registrados os empregadores que foram flagrados com trabalhadores em situação análoga a trabalho escravo, o Maranhão ocupa a décima primeira posição, dentre as 27 unidades da federação, no ano de 2017. A lista é publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). São três proprietários de fazendas, dentre os 131 listados no país. No levantamento mais recente, relativo somente ao ano de 2016, foram resgatados 667 trabalhadores maranhenses em condição análoga à escravidão.

2006, p. 245). É nesse contexto, conforme Barbosa (2006, p. 88), que devemos compreender o Maranhão: “[...] parte constitutiva de uma totalidade social - a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional”. O que possibilita “[...] verificar o modo como as políticas da esfera local articulam a realização dos interesses do capital transnacional, numa precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional.” (BARBOSA; LOPES, 2013, p. 43). O Maranhão tornou-se uma das unidades da federação brasileira que mais expressam a expansão do capitalismo nas regiões periféricas, a partir da instalação do capital transnacional no contexto de uma realidade política que tem o domínio de um mesmo grupo oligárquico há 50 anos (LOPES et al., 2006).

Esse estado é aberto, mediante a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados “Grandes Projetos”. Eminentemente agrícola, com uma população de significativa diversidade étnico-racial e marcado por uma profunda pobreza e atraso econômico e político, o Maranhão entra em definitivo na rota do capital mundial exatamente no momento em que este começava a avançar na administração da crise que enfrentara na segunda metade da década de 70 daquele século. (LOPES et al., 2006, p. 5, grifo dos autores).

Como expressões desse arranjo periférico e dependente, na economia industrial tem-se grandes corporações como “[...] Consórcio Billington, Vale, OMX e o Centro Aeroespacial de Alcântara. Na organização da agropecuária empresarial estão a produção de soja, eucalipto, cana-de-açúcar e bambu, cuja empresa de maior referência é a Suzano Celulose [...]” (AZAR et al., 2011, p. 05).

E é nessa estrutura oligárquica que o *sarneísmo*⁷ mantém-se hegemônico, por quase cinco décadas:

- i) com o controle do poder Executivo – à exceção dos períodos de mandato de José Reinaldo, quando rompeu com José Sarney, entre 2005 e 2006, Jackson Lago (2007-2009) e Flávio Dino (2015-);
- ii) com influência sobre o poder Judiciário, a partir da nomeação da maioria dos 27 desembargadores do Tribunal de Justiça;

⁷ Na literatura sobre o tema há diversas variações de grafias para se referir ao grupo Sarney: *sarneisismo*, *sarneismo*, *sarneísmo*, *sarneyismo*, *sarneyzismo*. Para além da questão ortográfica, a opção por grafar o fenômeno em estudo ora como *sarneísmo*, ora como *sarneyzismo* se orienta, neste trabalho, por denominar as práticas, o *modus operandi*, a cultura política oligárquica do grupo como *sarneísmo*; enquanto designamos a atividade mais partidária, mas militante, como *sarneyzismo*.

- iii) com a eleição da maior parte das bancadas de 18 Deputados Federais maranhenses, 42 Deputados Estaduais – mesmo quando as bancadas oriundas do sarneyzismo aderem ao governador (independente da oligarquia Sarney) no comando do Palácio dos Leões, e todos os três Senadores do Maranhão – salvo a derrota para um dissidente, Roberto Rocha (filho do ex-Governador sarneyzista Luís Rocha), em 2014;
- iv) nomeando a quase totalidade dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE);
- v) com a ingerência junto aos 54 cargos federais no estado;
- vi) a ascendência junto à cúpula do Ministério Público do Estado (MPE), e cuja independência restringe-se à atuação de raros promotores de justiça;
- vii) mantendo relações com a totalidade das mesas diretoras das 217 Câmaras Municipais maranhenses; e
- viii) arregimentando a maioria das 217 prefeituras municipais – que, tal como a bancada de Deputados Estaduais, posiciona-se ao lado do Governador em exercício – muda o Governador, fica a estrutura oligárquica à qual se vincula a maioria das prefeituras. Ou seja, o sarneísmo apossou-se do aparelho do Estado por quase todo⁸.

Também no campo da mídia, a força do sarneísmo é avassaladora: controla majoritariamente as emissoras estaduais de televisão (TV Mirante/Globo, TV Difusora/ Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), TV Maranhense/Band, TV Cidade/Record, TV São Luís/Rede TV! e TV Brasil-Maranhão, cujo diretor é nomeado pelo Governo Federal – são exceções: a TV Guará e a TV UFMA), a

⁸ Em 2016, o resultado das eleições municipais evidenciou uma vitória do campo dinista: elegeu quase 70% dos prefeitos maranhenses – 150 prefeitos, contra 67 ligados ao sarneyzismo. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi o partido que mais elegeu, 46 alcaides, dentre os 21 partidos que elegeram prefeitos nesse pleito: PCdoB (46), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB - 29), Partido Democrático Trabalhista (PDT - 28), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB - 22), Partido Progressista (PP - 15), Partido Republicano Brasileiro (PRB - 14), Partido Socialista Brasileiro (PSB - 13), Partido da República (PR - 07), Partido dos Trabalhadores (PT - 07), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB - 07), Partido Verde - PV (07), Partido Social Democrático (PSD - 06), Democratas (DEM - 03), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Social Democratas Cristão (PSDC), Solidariedade, Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Partido Trabalhista Nacional (PTN - 02 cada), Partido Social Liberal (PSL), Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Popular Socialista (PPS - 01 cada), conforme dados da justiça eleitoral. Lembra, no entanto, matéria do Jornal Valor Econômico: “O número de prefeituras conquistadas pelo PCdoB nesta eleição é semelhante ao obtido pelo PDT e PMDB nas duas disputas municipais anteriores e mostra o peso do Estado na definição dos novos prefeitos. Em 2008, o PDT, do então Governador Jackson Lago, falecido em 2011, elegeu 66 prefeitos. Quatro anos depois, Roseana emplacou 48, dois a mais do que os 46 do partido de Dino.” (AGOSTINE, 2016).

maioria absoluta das rádios AM – salvo a emissora da Igreja Católica, Rádio Educadora, e a emissora estadual, Rádio Timbira –, quase todas as FM's e, por intermédio de lideranças comunitárias locais, boa parte das chamadas rádios comunitárias. Uma força política incontestada na sociedade civil e no Estado⁹.

Face o exposto, o eixo principal da investigação é a análise histórico-política do processo de concessão de canais de televisão, aqui entendida como importante instrumento de difusão de ideologia utilizado pela classe dominante, que consolida uma hegemonia catalisadora do consenso ativo e passivo das classes subalternas e do conjunto da sociedade, base do conformismo, da passividade e da acomodação da população maranhense em que se inclui a grande maioria das classes subalternas. O que ocorre a partir do controle total das concessões da propriedade dos canais de televisão disponíveis no Maranhão.

A mídia hegemônica atua contribuindo para a manutenção do conformismo fundado na concepção de mundo dominante presente. Ela reforça a consolidação do homem como homens-massa. Superar a ideologia hegemônica requer um duplo movimento: criticar a existente e, ao mesmo tempo, construir a ideologia que se quer nova. Como explica Gramsci (2004, p. 94)

[...] Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. [...] Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa [...].

Compreendemos, portanto, que o papel desempenhado pela mídia na atualidade tem sido o de contribuir para reproduzir nos subalternos a concepção de mundo embaralhada, desagregada, compósita e, sempre que possível, própria a de homens-massa.

No desenvolvimento do processo da pesquisa, privilegiamos a revisão bibliográfica da obra gramsciana, acentuadamente a leitura e estudo das mais de 2.600 páginas dos seis volumes dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2004, 2001a, 2001b, 2002a, 2002b, 2002c), da versão brasileira editada por Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques, mapeando cada categoria que indicamos como centrais para a contextualização do objeto de estudo:

⁹ Não escapa à influência oligárquica sequer a indicação para imortal da Academia Maranhense de Letras (AML). Lá, onde José Sarney ocupa a cadeira de número 22, todos os 40 ocupantes das cadeiras da AML passaram pela chancela do oligarca. Nesse espaço, a cultura dominante espraia-se, determinando a visão de mundo da literatura e história maranhenses, a exemplo do mito da fundação de São Luís por franceses, uma invenção da elite cultural nos anos 1950, questionado por diversos pesquisadores, a exemplo de Maria de Lourdes Lacroix, Flávio Reis, dentre outros.

cultura, hegemonia, ideologia, Estado, sociedade civil, luta de classes. Todos imbricados para a compreensão da luta pelo poder e, em especial, o entendimento da construção de uma hegemonia que se quer alternativa. Para a revisão do processo histórico maranhense, recorreremos as obras de Barbosa (2003, 2006), Buzar (1998), Caldeira (1999), Costa (1997, 2004, 2006), Gonçalves (2000, 2008), Leal (1978), Lopes (2009), Reis (2007, 2012), Silva (2003, 2013), dentre outros pesquisadores maranhenses, buscando sempre um diálogo crítico a partir do referencial principal do trabalho, o pensamento gramsciano. Pesquisa de dados relativa aos veículos de comunicação televisiva, sua propriedade, histórico, também foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, a exemplo de pesquisas de Bolaño e Brittus (2007), Couto (2009), Herz (1989, 2002), Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2015), Lima (2004), Lobato (2017), Sousa (2013, 2015), Williams (2016) e outros.

Dessa forma, conformamos um quadro analítico que contempla as seguintes temáticas vinculadas ao núcleo central da tese – luta política e mídia eletrônica de televisão: as categorias gramscianas que remetem aos aportes teóricos como suporte da investigação da luta política na atualidade (cultura; hegemonia; ideologia; Estado; sociedade civil; guerra de posição e guerra de movimento, dentre outras); mídia eletrônica de televisão, controle e papel intelectual na consolidação de hegemonia dominante; estrutura oligárquica maranhense.

Assim, este trabalho expõe, ao longo de três tópicos, o caminho e o resultado da investigação com base nessas premissas para formar uma opinião segura acerca dos processos pesquisados.

Para tanto, no primeiro capítulo, estabelecemos o que delimitamos como fundamentos histórico-conceituais para a investigação sobre *A mediação da mídia na luta pelo poder político*. Nele, analisamos a concepção de cultura em Gramsci e sua implicação na concepção de hegemonia; alinhavando o estudo dessas categorias, problematizamos interpretações, a nosso ver, inexatas, de formulações gramscianas, tais como tomar como gramsciana a formulação do termo contra-hegemonia, um equívoco e uma elaboração que não se lê em sua obra e inferir que o pensador sardo desconsidere as determinações da estrutura na configuração da ideologia, quando, ao contrário, em diversos trechos de sua obra, Gramsci destaca as determinações da estrutura na configuração da ideologia, contrariando algumas interpretações que, pelo fato de Gramsci ser o grande visionário da superestrutura,

tenha, então, abandonado a relação estrutural com esta. Para respaldar nossa argumentação, apresentamos fundamentos extraídos do próprio autor, somando-se a indicações de reflexão esboçadas na redação deste trabalho.

Em seguida, prosseguimos com a análise sob base gramsciana. Aqui, aprofundando a reflexão sobre a *ideologia*. Adjunto a essa categoria, debatemos também a concepção de Gramsci para *intelectuais*. Expusemos a visão gramsciana realizando uma interconexão com a mídia contemporânea e com o partido político, a fim de posicionarmos a análise na situação atual, buscamos confrontar a função da ideologia na hegemonia que almeja a ideia de homens-coletivos, e não de homens-massa. Ou seja, com a consciência social de seu papel atuante no processo histórico.

No segundo capítulo, *Ideologia e o poder da comunicação na formação da cultura no domínio das massas*, fixamos na tese de que, ainda que a mídia televisiva seja a parte mais dinâmica da estrutura ideológica, ela não é a única a influir sobre o processo, mas exerce importante função mediadora da difusão ideológica, contribuindo para a criação do terreno ideológico que determina a reforma das consciências e uma concepção de mundo.

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2004, p. 19, grifo do autor).

Na atualidade, parafraseando Gramsci (2004), entendemos que a mídia eletrônica de televisão exerce verdadeira função de *liga* ideológica de nosso tempo. Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (2004, p. 329) usa o termo “*ligas*” ideológicas, grifando ligas entre aspas, para qualificar a que se propõe a obra de Croce junto à educação das classes dirigentes italianas. Gramsci não volta a esse termo em outras partes da obra, mas vislumbramos nele um *insight* gramsciano bem pertinente para também ao contemporâneo caso da mídia. Em uma dupla função: busca da assimilação de intelectuais tradicionais para o projeto da classe a que se vincula; e, ao mesmo tempo, forte contribuição para a difusão das ideias elaboradas pelos intelectuais orgânicos da classe dominante. Ainda em debate nesse capítulo, rejeitamos a configuração da mídia e, especialmente da televisão como *príncipe eletrônico* (IANNI, 2003), capaz de metamorfosear tudo o que pode ser social numa síntese de tudo o que pode ser político. A reflexão desse item é compreender a

mídia como ela é: fugindo tanto de seu superdimensionamento quanto da subavaliação de seu papel como forte elemento de influência na luta ideológica de nosso tempo.

Por fim, polemizamos com a interpretação resultante da leitura de uma pressuposta *teoria ampliada do Estado*, atribuída a Gramsci. Polêmicas que, em boa parte, apropriamo-nos a partir do Ciclo de Estudos sobre o pensamento de Antonio Gramsci, mais de 12 sessões de leituras e debates promovidos pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Debates em Gramsci, Marx e marxismo (NEGRAM), vinculado ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), do PPGPP/UFMA.

Neste aspecto, procuramos ressaltar que não há em Gramsci uma relação na qual o Estado abarca a sociedade civil. Ao contrário, sustentamos que o autor acompanha a teoria marxiana no entendimento que o Estado emerge da sociedade civil, numa relação orgânica e dialética, e não mecânica, não como uma soma e, sim, como uma resultante, que encontramos no plano da superestrutura. A fim de dar abordagem consistente e fundamenta a esse debate, apoiamo-nos na contribuição de autores como Abreu (2002), Buci-Glucksmann (1980), Dias (1987a, 1996, 2013).

Trazemos também as lições de Gramsci para a análise da conjuntura, a fim de apontarmos para uma precisa leitura de como se dá a disputa pelo poder nas sociedades por ele caracterizadas como de tipo ocidental, o que também exigiu uma breve referência à formulação dos conceitos de sociedades de tipo oriental e, ainda, de sua definição para os termos guerra de posição e guerra de movimento apresentadas por ele. E, em seguida, particularizando para o exame do papel da televisão nesse contexto. Com esses aportes, almejamos estabelecer as bases para pensar a sociedade atual à luz da contribuição do autor que mais claramente conseguiu compreender as especificidades e complexidades das sociedades que vislumbrou no início do século XX, nas quais a luta por uma nova hegemonia passa pela reelaboração das estratégias de intervenção no processo histórico.

Dedicamos o terceiro capítulo à análise do *Poder oligárquico no Maranhão e as concessões de canais de televisão no Brasil*. Nele, desenvolvemos a explanação sobre a luta pelo poder sob a estrutura oligárquica no Maranhão e à respeito da hegemonia oligárquica e a concentração do poder da comunicação.

Trata-se do momento de síntese da pesquisa no tocante à estrutura oligárquica maranhense. Numa perspectiva histórica, constrói-se um breve apanhado do poder político no Maranhão, desde o Império até os dias atuais, enfocando como a estrutura econômica determinou uma superestrutura política cuja ideologia tem como traços marcantes o mandonismo, o clientelismo e, ainda, em alguns municípios, o *coronelismo*, no tocante à luta política pelo poder. Isso, em paralelo a uma economia também vinculada desde a ponta do processo de exportação de matéria prima à indústria mínero-metalúrgica, de monocultura da soja, de *commodities*. O antigo e o moderno convivendo na mesma estrutura econômico-social.

Buscamos identificar as características constantes próprias do sistema oligárquico maranhense. Para tanto, examinamos a dinâmica política oligárquica por vários momentos:

- (a) As décadas de 1820 a 1840 – nas quais *cabanos* (conservadores ligados a comerciantes portugueses e famílias a eles alinhadas) enfrentavam *bem-te-vís* (liberais identificados com a Corte);
- (b) De 1850 até início de 1860 – período da *Conciliação*, no qual conservadores e liberais dividiram o poder;
- (c) Da década de 1860 até o final do Império (1889) – circuito oligárquico disputado entre as duas alas do Partido Conservador, lideradas por Gomes de Castro (castristas) e Silva Maia (maístas);
- (d) De 1860 a 1922 – quando outra geração ascende ao palco político: Benedito Leite, Costa Rodrigues, Urbano Santos, Cunha Machado. Todos aderindo à República, embora divididos em vários partidos;
- (e) Dos anos 1920 a 1930, quando da ascensão de Getúlio Vargas e seu Estado Novo, com a tentativa de recomposição da oligarquia a partir do interventor Paulo Ramos (1931-1945); tentativa que, frustrada, acaba por propiciar a emergência da influência de Vitorino Freire na política maranhense.

Vitorino Freire, a partir de seus vínculos com o governo central de Gaspar Dutra (1946-1951), consolidou-se no poder entre 1947 e 1951, o que lhe garantiu poder de mando na política maranhense até 1965, o chamado período do *vitorinismo*, quando teve seu candidato, Renato Archer, derrotado por José Sarney,

nas eleições para o Governo do Estado, cuja ligação intrínseca com a Ditadura Militar e a impensável assunção à Presidência da República, na redemocratização, garantiu-lhe sobrevida e longevidade à frente da estrutura oligárquica em tempo quase três vezes maior ao oligarca que dizia combater e superar em suas práticas.

Nesse tópico, desconstruímos a categoria *vitorinismo*, a partir da contribuição de Gonçalves (2008), e também criticamos a categoria de dinastia elaborada pela autora. Temos mesmo é uma estrutura oligárquica à qual vão se apropriando, de tempos em tempos, personagens da luta política maranhense, no contexto do que Florestan Fernandes (2006, p. 249) identificou como uma modernização da estrutura oligárquica em sua intrínseca composição com a burguesia ascendente, que só admite inovações no processo que sejam, “[...] a partir de cima e de dentro” e pela via da “oposição consentida”, que “[...] só poderia envolver conflitos ou dissensões controláveis”.

É nessa trama que a estrutura oligárquica enfrenta transições e se moderniza, desde que não se comprometa “[...] o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil.” (FERNANDES, 2006, p. 245). Como expressão maior dessa estrutura, analisamos a sua personificação mais duradoura, a da família Sarney. A partir dela e da disputa com as oposições que enfrentou (especialmente com Jackson Lago e Flávio Dino), apontamos três tendências que se configuram, no quadro atual, para os desdobramentos da disputa pelo poder no Maranhão:

- (i) a tendência à restauração da estrutura oligárquica com sua autêntica expressão de volta ao aparelho do Estado – trata-se do que denominaríamos de *sarneísmo com Sarney*. Vindo a prevalecer essa tendência, configura-se no que Gramsci caracterizou como processo de *restauração/revolução passiva*;
- (ii) a tendência ao transformismo do grupo que ascendeu ao controle do aparelho estatal da estrutura oligárquica, assimilando sua filosofia e *modus operandi* – o que identificamos como *sarneísmo sem Sarney*, um cenário de pós-sarneísmo sem ruptura;
- (iii) a tendência à transição com ruptura com os mecanismos de reprodução da estrutura oligárquica – trata-se do que pode vir a ser um *pós-sarneísmo com ruptura*. Na periferia da periferia, somente a História confirmará qual dessas três tendências prevalecerá no Maranhão, pelos ziguezagues que

perpassarão a conjuntura, própria de um processo que “[...] não aparece e se completa de uma hora para outra [...] se constitui lentamente.”, consoante ensina Florestan Fernandes (2006, p. 44).

O aspecto relevante para a abordagem, dado o recorte da pesquisa, foi o controle da estrutura política, mas, especialmente a televisão no Maranhão. Essa mídia eletrônica foi capturada em sua potencialidade como instrumento político de consolidação de hegemonia. Até o momento, não há espaço para uma alternativa no tocante à mídia eletrônica de televisão no Estado. Mesmo o núcleo regional da empresa estatal brasileira, a TV Brasil, está sob a lógica do grupo dominante, o que evidencia a importância atribuída a esses setores para o destaque da televisão como importante veículo de comunicação no tempo do palanque eletrônico, no qual as telas substituem, cada vez mais, as praças no ato do discurso e do fazer política de massas em busca do apoio, das majorias, do voto, do consenso ao projeto hegemônico que se quer implementar.

Refizemos, a partir de pesquisa junto ao banco de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), o levantamento de dados e literatura, a linha do tempo da fundação das emissoras de televisão em São Luís: 1963 – TV Difusora (9 de novembro); 1969 – TV Brasil, antiga Televisão Educativa (TVE - 1º de dezembro); 1981 – TV Cidade, antiga TV Ribamar (8 de setembro); 1987 – TV Mirante (15 de março); 1989 – TV São Luís (6 de dezembro); 1998 – TV Maranhense, antiga TV Praia Grande (18 de maio); 2011 – TV Guará (21 de junho); e 2015 – TV UFMA (7 de outubro)¹⁰. Na exposição dos vínculos dessas emissoras com as cabeças-de-rede nacionais, explanamos diversos elementos que evidenciam o histórico do uso (e abuso) das concessões de canais de televisão, inter-relacionando situação local com situação nacional, uma vez que a política de concessões públicas de televisão é uma atribuição do Governo Federal.

Com base da análise dos vínculos das emissoras, demonstramos que o jogo político, o acúmulo de riqueza e toda sorte de ilegalidades, oligopolização do controle das concessões, monopólio cruzado, etc., prevalecem na constituição da

¹⁰ Mapeamos as 61 emissoras distribuídas em 20 cidades maranhenses (ANEXO O). Mas, para o recorte da pesquisa, dedicamos especial atenção a essas oito emissoras sediadas na capital maranhense, pelos seus vínculos históricos, que perpassam as diversas fases de desenvolvimento da televisão no Brasil, e porque seus vínculos políticos representam nitidamente a estrutura midiática oligárquica que se replica pelos demais municípios do estado.

estrutura midiática oligárquica. Os elementos políticos presentes na formação do oligopólio do controle das concessões de canais de televisão são nitidamente perceptíveis nas oito efetivas emissoras de televisão existentes na capital. O que temos nas demais cidades replica essa lógica, acomodando interesses de setores locais da estrutura oligárquica. O jogo da disputa política pelas emissoras obedece fielmente à máxima proferida por José Sarney: “[...] **se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação**” (LÍRIO, 2005, grifo nosso). Os meios de comunicação, em especial a televisão, tornaram-se estratégicos para a disputa do poder (confira os ANEXOS B e C).

Independentemente do volume de audiência mobilizado por cada emissora demandada, no âmbito da disputa do espaço da mídia eletrônica de televisão, a estrutura oligárquica busca controlar a “[...] ‘opinião pública’ [...] [porque] estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de encontro entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265, grifos do autor). Para manter sob seu ferrenho controle, o sarneísmo utilizou-se de táticas distintas, as quais: (i) controle da principal rede de televisão, (ii) relação de convivência harmoniosa com a segunda maior rede, (iii) monitoramento da verba publicitária oficial às demais redes existentes, (iv) interdição do controle da concessão de outras televisões por parte de grupos não-alinhados a seu projeto de poder, seja em rede pública, sem rede privada-comercial.

Na análise da situação brasileira e maranhense, situamos a reflexão da própria televisão como instrumento fundamental para a formação do consenso ativo e passivo e a reprodução do conformismo na formação da cultura. No agregado caótico e de concepções sem nexo, o senso comum torna-se marcado por traços como imediatividade, heterogeneidade, superficialidade extensiva ou ultrageneralização. O que não significa a inexistência de verdades, mas que ele é contraditório e multiforme.

Todo estrato social tem seu “senso comum” e seu “bom senso”, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Toda corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é este o documento de sua efetividade histórica. **O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente**, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. (GRAMSCI, 2001a, p. 209, grifos nossos).

Por isso, no senso comum há o potencial transformador convivendo conjuntamente com conservadorismo que impregna o senso comum. Para transformar o senso comum, há a necessidade de estabelecer um novo senso comum, uma nova cultura, que se enraíze na consciência popular com a mesma solidez que as crenças tradicionais. A mídia trabalha muito bem com o senso comum. Busca constantemente sua formatação, adequando aos interesses dos setores dominantes.

Eis algo que a televisão, em seus 68 anos de existência, aprendeu e desenvolveu bem: a capacidade de investigar os aspectos práticos da cultura e imediata assimilação para traçar movimentos que incorporassem essa transformação emergente a sua lógica e à dominação da classe hegemônica. Todo esse conjunto de elementos nesses eixos para demonstrar a importância que a televisão ainda possui, mesmo ante a emergência das novas tecnologias digitais.

Por fim, na conclusão, analisamos, a partir do entendimento de que a televisão, como difusora da ideologia de classe, pode contribuir para neutralizar processos de autoconsciência. Ou, além disso, em situações nas quais os partidos orgânicos e fundamentais, estando divididos em frações, ela pode cumprir as funções de informar, dar direção política e, tal como Gramsci avaliava em sua época – um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) – exercer o papel de “[...] Estado-maior intelectual do partido orgânico [...] como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público.” (GRAMSCI, 2002b, p. 350), em razão de, realça o pensador sardo, ser (a imprensa) “[...] a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica” (GRAMSCI, 2001a, p. 78), ainda que não seja a única, como observamos no processo de *impeachment* impingido a Dilma Rousseff, via um golpe parlamentar-judicial-midiático, cujos desdobramentos se prologam para além do dia 31 de agosto de 2016, data da sessão do Senado Federal que consumou a cassação do mandato da petista na Presidência da República do Brasil.

Controlar as concessões dos canais de televisão, sobretudo, está dentro da lógica segundo a qual “[...] uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265). Essa é uma ação fundamental para “[...] conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.” (GRAMSCI, 2004, p. 99).

Dado que “[...] a relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’.” (GRAMSCI, 2004, p. 101), eis aqui o elo entre consenso ativo/passivo e políticas públicas de comunicação no Brasil: age-se sempre para evitar que a classe subalterna consiga elevar-se ao ponto de construir a relação entre o seu senso comum e uma filosofia *superior* que lhe coloque ativa politicamente, elabore uma concepção de mundo nova e própria, reivindicando, por exemplo, a comunicação como direito humano fundamental.

2 A MEDIAÇÃO DA MÍDIA NA LUTA PELO PODER POLÍTICO

Neste tópico, estabelecemos os fundamentos teóricos sob os quais sustentamos nossa investigação da temática em estudo. Particularizamos nossa análise na perspectiva gramsciana, por isso as categorias enumeradas são aquelas trabalhadas por Gramsci, segundo sua fundamentação e conceituação. É por essas categorias que tecemos nossa exposição sobre a caracterização da luta pelo poder.

Assim, partimos para a reflexão proposta analisando a concepção de cultura em Gramsci e sua implicação na concepção de hegemonia. Com essa apropriação do debate feito por Gramsci, ensaiamos estabelecer uma caracterização mais sistemática de perspectiva do autor sobre a cultura, destacando o que vislumbramos como as múltiplas dimensões encontradas por Gramsci e que se encontram dispersas em suas anotações nos *Cadernos do Cárcere*.

Ainda alinhavando o estudo dessas categorias gramscianas, a partir da leitura de seus textos, problematizamos interpretações, a nosso ver, inexatas, de formulações gramscianas, tais como:

- (i) Tomar como gramsciana a formulação do termo contra-hegemonia, um equívoco e uma elaboração que não se lê em sua obra. Para tanto, demonstramos o fio condutor da elaboração de Gramsci sobre a hegemonia que, acreditamos, reforça a crítica que estabelecemos à formulação imprecisa desse conceito;
- (ii) Inferir que o pensador sardo desconsidere as determinações da estrutura na configuração da ideologia, quando, ao contrário, em diversos trechos de sua obra, Gramsci assume e reafirma a fundamentação da filosofia da práxis para a elaboração de qualquer estratégia que se pretenda transformadora da sociedade capitalista.

Controvérsias que se interligam com a reflexão da ideologia. Para tanto, pesquisamos na obra gramsciana como o termo é concebido pelo autor, suas especificidades, continuidade e rupturas dentro da tradição marxista. Em seguida, abordamos a temática da mídia eletrônica de televisão, relacionando-a com a categoria dos intelectuais. Para essa análise, expomos o ponto de vista gramsciano, realizando a conexão com a mídia contemporânea, com o partido político – ainda que não seja nosso objetivo principal o debate acerca deste –, e com formulações

gramscianas que, acreditamos, são bastante úteis para serem recuperados para a análise de nossa situação atual, a exemplo da ideia de homens-massa e homens-coletivos.

Com esses aportes, almejamos fincar, neste tópico, as bases para o desenvolvimento da reflexão proposta aqui, a fim de examinar as especificidades e complexidades de nosso tempo, em especial das sociedades nas quais a luta por uma nova hegemonia passa a requer a reelaboração das estratégias de intervenção no processo histórico, ainda mais quando, dessa complexidade, emergem aparelhos privados de hegemonia acentuadamente influentes, a exemplo da mídia de televisão, que, evidentemente, Gramsci não conheceu, mas que, por suas reflexões profundamente radicais dos problemas, ele deixou pistas para uma correta avaliação de seu papel.

2.1 A questão do poder na luta pela hegemonia

Em *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx (1982) divide sua explanação em quatro itens:

- 1) Produção;
- 2) A relação geral da produção com a distribuição, troca e consumo
- 3) O método da Economia Política e
- 4) Produção. Meios e produção e relações de produção. Relações de produção e relações comerciais. Formas de Estado e de consciência com as relações de produção e de comércio. Relações jurídicas. Relações familiares.

O autor procura, ao longo de suas anotações, explicitar que seu objeto de estudo é a *produção material*, primeiramente – o que constitui a formulação de seu primeiro movimento analítico neste texto (Produção). Neste rumo, construirá sua reflexão demarcando diferenças de método e concepção com os chamados pensadores vulgares da economia política ou mesmo aqueles que deram, na opinião de Marx (1982), alguma contribuição ao estudo da temática sem, contudo, conseguirem avançar rumo ao que o autor consideraria como próprio do processo do conhecimento científico, onde se tem na aparência um ponto de partida. E, a partir dela, pela via da abstração, se avança até alcançar a essência. Pois, como destaca Marx (apud PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 54), “[...] toda ciência seria

supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”.

Karl Marx (1982, p. 4) anota de início que esses autores se equivocam ao considerar o indivíduo que ascende no século XVI “[...] não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da História”. E dispara:

[...] não há produção possível sem um instrumento de produção; seja esse instrumento apenas a mão. Não há produção possível sem trabalho passado, acumulado; seja esse trabalho a habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado e objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna. Mas o é com a condição de deixar de lado precisamente o que é específico, o que transforma o “instrumento de produção” “trabalho acumulado” em capital (MARX, 1982, p. 5, grifo do autor).

Marx (1982, p. 6) é claro ao afirmar que “[...] toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade”. Com base nesse raciocínio do autor, podemos inferir que a forma de produção define a forma de sociedade. No entanto, observa Marx (1982, p. 6):

[...] existem determinações comuns a todos os graus de produção, apreendidas pelo pensamento como gerais, mas as chamadas *condições gerais* de toda a produção não são outra coisa senão esses fatores abstratos, os quais não explicam nenhum grau efetivo de produção.

Daí que, então,

A produção cria os objetos que correspondem às necessidades (*Bedürfnissen*); a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual satisfazendo-as no desfrute. A produção aparece assim como o ponto inicial; o consumo, como ponto final [...] (MARX, 1982, p. 7).

A partir deste raciocínio, Marx (1982) vai delimitar sua compreensão sobre cada um dos componentes do processo da produção: (a) Produção e Consumo, (b) Produção e Distribuição e (c) Troca e Circulação. E elabora considerações que fazem desmoronar o arcabouço argumentativo construído pelos economistas criticados por ele. Dentre essas considerações de Marx (1982), temos:

(I) **A produção é também imediatamente consumo**

[...] o indivíduo, que ao produzir desenvolve suas faculdades, também as gasta, as consome, no ato da produção, exatamente como a reprodução natural é um consumo de forças vitais. Segundo: produzir é consumir os meios de produção utilizados. (MARX, 1982, p. 8).

- (II) **A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção** – cada qual é imediatamente seu contrário (MARX, 1982, p. 8).

A produção engendra, portanto, o consumo: 1 – fornecendo-lhe o material; 2 – determinando o modo de consumo; 3 – gerando no consumidor a necessidade dos produtos, que, de início, foram postos por ela como objeto. Produz, pois, o objeto de consumo, o impulso do consumo.

Assim, continua o autor, “[...] de fato, cada um não é apenas imediatamente o outro, nem apenas intermediário do outro: cada um, ao realizar-se, cria o outro.” (MARX, 1982, p. 9).

- (III) **A articulação da distribuição é inteiramente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção** – “[...] antes de ser distribuição de produtos, ela [a distribuição] é: primeiro, distribuição dos instrumentos de produção, e, segundo, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção.” (MARX, 1982, p. 11). Aqui Marx (1982) afirma: *a distribuição precede a produção*. E complementa:

[...] todas as questões tratadas acima se reduzem, pois, em última instância, a saber de que maneira as condições históricas gerais afetam a produção e qual é a relação desta com o movimento histórico em geral. A questão evidentemente pertence à discussão e à análise da própria produção (MARX, 1982, p. 13).

- (IV) **A própria circulação é somente um momento determinado da troca, ou ainda, é a troca considerada em sua totalidade** – A troca é tanto momento mediador entre produção e distribuição, determinada pela distribuição e pelo consumo, quanto também é um momento na produção.

Karl Marx (1982, p. 13) sintetiza assim essa relação: “[...] o resultado a que chegamos não é que a produção, a distribuição, o intercâmbio, o consumo, são idênticos, mas que todos eles são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade”.

É, pois, a partir desta síntese de Marx sobre o processo de produção que ele consolida seu método, que o impulsiona a dar o salto à frente de seus antecessores. E destaca Néstor Kohan (2004, p. 282) o significativo avanço do pensamento científico marxiano:

[...] el capital no es una cosa, es una relación social de producción. Ya hemos citado [...] “um negro es um negro, (obviamente, principio de identidad). Sólo bajo determinadas condiciones se convierte en un esclavo (

lógica de relaciones). Una máquina es una máquina (nuevamente, principio de identidad). Sólo bajo determinadas condiciones se transforma en capital (nuevamente, lógica de relaciones). Desgajada de esas condiciones (es decir, al margen de la lógica de las relaciones), la máquina dista tanto de ser capital como dista el oro, en sí y para sí, de ser dinero y el azúcar de ser el precio del azúcar... El capital es una relación social de producción. Es una relación histórica de producción' (Tomo I, Vol. III, capítulo XXV, p. 957). El dilema de Marx, en su crítica de la economía política, se juega precisamente en la pregunta ¿Cómo dar cuenta de esas relaciones? [...]

Estudar cientificamente a produção na sociedade burguesa é dar conta de investigar essas relações, é buscar identificar a unidade do diverso, “[...] o concreto que só é concreto porque é a síntese de muitas determinações” (MARX, 1982, p. 14), isto é:

[...] o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo: enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado.*

Marx (1982, p. 15) aprofunda ainda mais ao refletir que “[...] o curso do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo corresponde ao processo histórico efetivo”. Deste ponto de vista, ressalta o autor:

[...] pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que já existam antes que o todo tivesse se desenvolvido, no sentido que se expressa em uma categoria mais concreta. (Marx, 1982, p. 15).

Assim, continua Marx (1982, p. 16),

Embora a categoria mais simples possa ter existido historicamente antes da mais concreta, pode precisamente pertencer em seu pleno desenvolvimento, intensivo e extensivo, a formas complexas de sociedade, enquanto que a categoria mais concreta já se achava plenamente desenvolvida em uma forma de sociedade menos avançada.

Marx recorre à análise da categoria *trabalho* para dar efeito a essa sua síntese. Expressa ele que embora o trabalho pareça ser uma categoria muito simples e muito antiga, ela é uma categoria tão moderna como são as relações que engendram essa abstração. Neste sentido, Marx (1982, p. 17) reafirma, a partir da exemplificação da categoria trabalho, que

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de

condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas.

Desta forma, Marx (1982, p. 17), especulando sobre a constituição da sociedade burguesa, conceitua: “[...] [é] a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção”.

É aqui que a ilustração buscada por Marx (1982, p. 254) para explicar este raciocínio metodológico é brilhante: “[...] a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco!” Destrincha ainda mais ele o raciocínio: “O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode, ao contrário, ser compreendido senão quando se conhece a forma superior.” (MARX, 1982, p. 17).

Em sua *Introdução à Crítica da Economia Política*, Marx (1982) nos demonstra dois dos principais fundamentos de seu método: o movimento do pensamento para se apropriar do fenômeno investigado e a historicidade do objeto de estudo, a fim de perceber suas determinações.

Ao analisar especialmente a produção na sociedade burguesa, Marx (1982) subverte a ordem de pensamento de seu tempo e do tempo futuro ao qual ela influenciou e continua a influenciar. Deixa um legado de contribuições que permanecem vivas para uma análise da sociedade contemporânea, demarcando claramente aos seus leitores que não faz parte de seu método de investigação aprisioná-lo numa fórmula nas quais se encaixe regras de um método de pesquisa.

Não por acaso, Marx (1982) deixará uma forte influência naqueles que se convenceram não só de seu exemplo na organização das massas, mas também na reflexão sobre a sociedade burguesa e a luta por sua superação. E um de seus mais proeminentes herdeiros, sem dúvida, foi Antonio Gramsci¹¹. O pensador sardo aprofundou a reflexão marxista-leninista com tamanha originalidade que sua contribuição tornou-se uma das principais referências para o pensamento crítico contemporâneo.

Dentre essas contribuições, destacamos aquela relativa ao próprio método, reafirmado por Gramsci (2004, p. 175): “Para a filosofia da práxis o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se numa das muitas formas de

¹¹ Antonio Gramsci nasceu na Sardenha (Itália), em 8 de novembro de 1891 e morreu em 27 de abril de 1937, em Roma. Secretário geral do Partido Comunista da Itália e Deputado do Parlamento italiano, foi preso pelo fascismo por 11 anos. No cárcere, escreveu e sistematizou sua obra que seria publicada postumamente em livro, tornando-o um dos maiores pensadores do século XX.

religião ou na abstração sem sentido”. Temos, então, que “[...] racional e real se identificam. Sem ter compreendido esta relação [...] é impossível compreender a filosofia da práxis [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 138). Por conseguinte, não há verdade histórica universal, abstrata, fora do tempo e do espaço.

Corroborando essa primeira reflexão, outro aspecto destacado por Antonio Gramsci (2004, p. 256) acerca do método, decorre da elaboração segundo a qual “[...] ideias não nascem de outras ideias [...], mas são expressão sempre renovada do desenvolvimento histórico real. A unidade da história, o que os idealistas chamam de unidade do espírito, não é um pressuposto, mas um contínuo e progressivo fazer-se”.

Ora, se sujeito e objeto são inseparáveis e se as ideias surgem dessa relação, e não de outras ideias, o método é exatamente o instrumento pelo qual “[...] conhece-se o que foi ou é, não o que será, que é um ‘não-existente’ e, portanto, incognoscível por definição.” (GRAMSCI, 2004, p. 122, grifo do autor). Não há que se falar em *causalismo mecânico*. Por conseguinte, *cientificamente* é possível prever a luta, mas não os momentos concretos dela, dado que as forças estão em constante movimento. Previsão não é ato científico de conhecimento. (GRAMSCI, 2004). Desse modo, “[...] conhecemos a realidade apenas em relação ao homem e, como o homem é um devir histórico, também o conhecimento e a realidade são um devir [...]”. (GRAMSCI, 2004, p. 134).

Cientista, então, é o sujeito que demonstra plena segurança em seus critérios particulares, domina os conceitos utilizados, possui ampla carga de informação e conhecimento acerca do problema que investiga, mas é cauteloso em suas afirmações e progride de forma concatenada e consistente, sem fechar-se em suas conclusões sobre o objeto de estudo. (GRAMSCI, 2004). Assim, “[...] o cientista experimentador é um operário, não um puro pensador, e seu pensar é continuamente verificado pela prática e vice-versa, até que se forme a unidade perfeita de teoria e prática.” (GRAMSCI, 2004, p. 166-167). Eis aqui o cientista da filosofia da práxis, do materialismo histórico, de tudo aquilo que, “[...] em termos do senso comum, chama-se [...] o que tende a encontrar na terra, e não no paraíso, a finalidade da vida”. (GRAMSCI, 2004, 127). Isto posto, temos que “[...] a filosofia da práxis se realiza no estudo concreto da história passada e na atividade atual de criação de uma nova história.” (GRAMSCI, 2004, p. 154).

Nesse contexto, “[...] que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste, sem o homem? Elas são relações reais e, contudo, não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização.”, problematiza Gramsci (2004, p. 137), afirmando a centralidade do homem e de sua civilização para o desenvolvimento da análise histórica da sociedade, a partir do método. Nessa linha, Gramsci retoma Marx (1982, p. 211-212), na compreensão segundo a qual

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Antonio Gramsci (2004) reafirma seu método de investigação nos mesmos termos de Engels, para o qual os instrumentos intelectuais não nasceram do nada, não são inatos no homem, mas são adquiridos e se desenvolveram e desenvolvem historicamente. Em concordância com Marx e Engels e sob as bases acerca do materialismo histórico, da posição do cientista, da relação entre sujeito e objeto, é que Gramsci desenvolve todo seu pensamento. Filosofia da práxis que será sua guia na interpretação da sociedade e de sua transformação.

O conceito gramsciano de cultura não se encontra numa definição dada, específica e acabada. Sua reflexão para alcançá-lo, na verdade, se distribui num enfeixado conjunto de outros conceitos que vão se complementando, tais como intelectuais, ideologia, estrutura e superestrutura, sociedade civil, sociedade política, bloco histórico, moral, educação, trabalho, nova cultura política, hegemonia, etc.-alguns deles priorizados aqui nesta pesquisa.

Quando Gramsci (2001a, p. 241) está preocupado com a luta entre as jovens gerações e as velhas, ao questionar sobre o monopólio cultural da geração velha, se ela tornou artificial ou prejudicial a passagem de valores e conhecimento de uma geração a outra, ele está externando aqui um viés de seu conceito de cultura, o qual não incorpora o erro maior e mais comum de “[...] não saber sair da própria concha cultural [e] [...] não ver as diferenças sob as aparências iguais e não ver a identidade sob as diversas aparências.”, por exemplo. Pode-se perceber aqui a *dimensão da pluralidade, da diversidade, do elemento cultural*, em Gramsci (2001a).

Da mesma forma, quando destaca que:

[...] as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com

“fórmulas de autoridade” variadíssimas e incontroláveis [...], assim também se combinam variadamente, na esfera da cultura, as diversas camadas ideológicas [...]. Na esfera da cultura, aliás, as “explosões” são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera da técnica [...], a cultura é produto de uma complexa elaboração. (GRAMSCI, 2001a, p. 207, grifos do autor).

Pode-se perceber aqui a dimensão processual, gradual e lenta do elemento cultural para Gramsci.

Ao se preocupar em atribuir à *repetição* uma característica necessária do método didático, quando esboça que “[...] a repetição paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não mecânica, ‘obsessiva’, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais.”, Gramsci (2001a, p. 206, grifo do autor) está evidenciando *a dimensão da multiplicidade do elemento cultural*.

Ao chamar atenção de que “[...] um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos [...]”, podemos perceber aqui *a dimensão classista do elemento cultural* por Gramsci (2001a, p. 205).

Quando destaca a importância de se estudar o pensamento social católico acentuando seu papel como “ópio ideológico”, “[...] tendente a conservar certos estados de espírito de expectativa passiva de tipo religioso, mas não como elemento diretamente ativo de vida política e histórica.”, temos aqui *a dimensão religiosa do elemento cultural*, em Gramsci (2001b, p. 193).

Quando atenta que cada época ou ambiente é contraditório e costumamos expressar a própria época, colaborando ou combatendo a forma de vida oficial em que vivemos, Gramsci articula aqui o que podemos evidenciar *como a dimensão histórica do elemento cultural*.

E também, considerando-se que “[...] relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual.” e que “[...] cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante.” (GRAMSCI, 2004, p. 413), temos *a dimensão transformadora estrutural latente do elemento cultural*.

Ao refletir sobre a estratégia que em dado momento foi útil à Inglaterra para expandir a classe aristocrática em superioridade aos humildes através do estilo *gentleman*, Gramsci (2001a, p. 99, grifos do autor) anota como conceber a cultura:

O *gentleman*, portanto, é a pessoa culta, no significado mais nobre do termo, se por *cultura* entendermos não simplesmente riqueza de conhecimentos intelectuais, mas capacidade de realizar o próprio dever e de compreender seus semelhantes, respeitando todo princípio, toda opinião, toda fé que seja sinceramente professada [...].

Eis aqui a dimensão humanista do elemento cultural em Gramsci. E ainda, a força e a *dimensão do tradicional* como marcas do elemento cultural, quando Gramsci (2001a, p. 105, grifo do autor) observa que: “Destruir é muito difícil, exatamente tão difícil quanto criar. Porque não se trata de destruir coisas materiais, trata-se de destruir ‘relações’ invisíveis, impalpáveis, ainda que se escondam nas coisas materiais”.

A concepção de Gramsci (2001a) de cultura é, sobretudo, marcada por *uma dimensão total, integral, do homem na sociedade*. Evidenciada, por exemplo, quando ele reflete sobre intelectuais, afirmando justamente não existir o não intelectual. Diz nosso autor:

[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneira de pensar [...] (GRAMSCI, 2001a, p. 53, grifo do autor).

Todo homem participa de uma concepção de mundo! Temos, em Gramsci (2001a, p. 121), “[...] a cultura como expressão da sociabilidade”. E, num raro momento de tentativa de síntese do conceito de cultura a partir de um estudo seu sobre a arte de De Sanctis, aduz Gramsci (2002a, p. 63, grifo do autor):

[...] Mas o que significa “cultura” neste caso? Significa, indubitavelmente, uma coerente, unitária e nacionalmente difundida “concepção da vida e do homem”, uma “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual.

Trata-se daquilo que Abreu (2002) resgata como o princípio educativo que instala um conformismo social e que adequa o processo ideológico formador de modo de vida – cultura – às necessidades e imperativos de um tipo de racionalização produtiva. “Portanto, é produto do movimento contraditório entre estrutura/superestrutura, em suas expressões particulares, em um momento histórico”. (ABREU, 2002, p. 43).

Ou seja: o conformismo mecanicista torna-se a base fundante da organização da cultura pela qual o trabalhador, a classe subalternizada, assimila as ideias da classe dominante e sua cultura hegemônica no seio da sociedade – da

maneira de um *gorila amestrado*, como denominou o engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), considerado o pai da administração científica e um dos primeiros sistematizadores da disciplina científica da Administração de empresas¹². Em suma, esse conformismo imposto pelos interesses do capital “[...] visa [...] a obtenção do consentimento ativo e passivo das classes subalternas à ‘nova’ ordem do capital, bem como a neutralização de suas lutas de caráter emancipatório”. (ABREU, 2002, p. 176, grifo da autora).

Ao registrar a concepção dos humanistas, de que “[...] cultura não é somente saber, mas é também viver.” (GRAMSCI, 2002c, p. 236), nosso pensador reafirma todas as dimensões da cultura que aqui estamos recortando tão somente para efeitos de uma exposição didática:

- a) A dimensão da pluralidade e da diversidade;
- b) A dimensão processual, gradual e lenta;
- c) A dimensão da multiplicidade;
- d) A dimensão classista;
- e) A dimensão religiosa;
- f) A dimensão histórica;
- g) A dimensão transformadora latente;
- h) A dimensão humanista;
- i) A dimensão do tradicional;
- j) A dimensão total, integral, do homem na sociedade.

Eis o fértil terreno sobre o qual mina a ideologia! *Ideologia constituidora do real* (DIAS, 1996a apud ABREU, 2002), “[...] que se objetiva em uma forma peculiar de pensar, agir e de sentir a vida – uma nova cultura.” (ABREU, 2002, p. 44).

¹² Gramsci (2001a, p. 18, grifo do autor) aponta o processo de formação do trabalhador, à maneira de um *gorila amestrado*, utilizando a terminologia de seu próprio criador, Taylor, para esboçar a crítica segundo a qual mesmo um ofício tão mecanicista do trabalhador traz consigo um mínimo de trabalho intelectual. “[...] ‘gorila amestrado’ [...] é uma metáfora para indicar um limite numa certa direção: em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica [...]”. Gramsci (2001b, p. 266) identifica no taylorismo do *gorila amestrado* a organização da produção capitalista que proporcionará a ascensão e hegemonia da cultura do americanismo, que se expressará pelo conformismo mecanicista para, sobretudo, propiciar o controle social da classe trabalhadora e “[...] desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal”.

Como examinamos em detalhe no capítulo anterior, para Gramsci (2004, p. 131) “[...] as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta [...]”. Muda a estrutura, muda a ideologia. Ele ressalta, contudo, que o desaparecimento de uma estrutura não corresponde necessariamente ao desaparecimento de elementos da superestrutura a ela vinculados: “Ao contrário, ocorre que, de uma ideologia surgida [...] sobrevivam vários elementos [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 391). Elementos que permanecem para além da estrutura superada. Ou seja, será a historicidade do conceito e do valor desses elementos que definirá o que caducará ou não no processo histórico, reafirma Gramsci (2004).

A ideologia é expressão da cultura formada para estabelecer uma hegemonia na sociedade. É elemento de dominação uma vez que unifica a linguagem e a ação prática que se articula com sua consciência teórica, ainda que esta seja contraditória. (ABREU, 2002). Como elabora Abreu (2002, p. 170-171), o desvendamento da questão da cultura avança nos marcos da compreensão acerca das estratégias de reorganização das relações de hegemonia na sociedade, cujo pressuposto básico é que na “[...] recomposição das bases político-culturais das relações de hegemonia na sociedade brasileira articulam/rearticulam-se princípios educativos norteadores de ordenamentos morais e intelectuais propostos pelas classes em luta”.

A cultura é um modo de vida que expressa um equilíbrio de forças favorável aos interesses da classe que, a partir das transformações em curso no âmbito da produção e do consumo, organiza sua hegemonia, articulando e rearticulando ordenamentos morais, intelectuais, ideológicos, por ela propostos ao conjunto da sociedade. E o fará conforme os objetivos que colocará para si, mediante as condições materiais existentes para sua proposição, pois:

Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para sua existência. Por isso, a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que estes objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para sua realização. (MARX apud GRAMSCI, 2004, p. 463).¹³

¹³Optamos por essa tradução do *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) trazida por Carlos Nelson Coutinho, da edição de *Obras Escolhidas de Marx e Engels* (1956), em comentários registrados tanto na nota 23 (GRAMSCI, 2002b, p. 364) e nota 30 (GRAMSCI, 2004, p. 463), por considerá-la melhor elaborada, na versão editada pela Martins Fontes, a qual: “Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as

Assim, estabelecidos os objetivos, persegue-se, em seguida, a adesão do conjunto da sociedade a eles, posto que, consoante Gramsci (2004), *hegemonia é consenso ativo*. A cultura em uma dada sociedade é a expressão da hegemonia de um dado grupo nessa sociedade. E como “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica.” (GRAMSCI, 2004, p. 399), um novo grupo social que ingresse na vida histórica com postura hegemônica, lembra o pensador sardo, “[...] deve falar de luta por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova intuição da vida, até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade [...]” (GRAMSCI, 2002a, p.70). Pois, “[...] um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder).” (GRAMSCI, 2002c, p. 62). E, uma vez dominante, uma vez no poder, deve continuar a ser dirigente. A permanência como grupo dirigente e dominante é exercício precípua de hegemonia. Trata-se de *domínio* e de *direção intelectual e moral* aos quais Gramsci (2002c) se refere para que se examine a supremacia de um grupo social, e se compreenda sua hegemonia, visto que *domínio* sem *direção* nada mais é do que *ditadura sem hegemonia*.

Nesse sentido, nas democracias modernas, com amplas organizações estatais e associações civis, direção e domínio se expressam pela hegemonia civil (GRAMSCI, 2002b). Que, por sua vez, se examina: (i) a partir das relações de forças sociais presentes na estrutura e (ii) das relações das forças políticas e seus vários graus de homogeneidade – econômico-corporativo, consciência da solidariedade entre os interesses dos membros do grupo e, por fim, a consciência dos próprios interesses corporativos. (GRAMSCI, 2002b). E acrescenta Gramsci (2004, p. 103-104, grifos do autor):

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além

condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer.” (MARX, 2003, p. 6).

do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Tal processo – e a própria elaboração das camadas intelectuais na realidade – acontece de forma bem objetiva: “[...] não ocorre num térreo democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos.” (GRAMSCI, 2001a, p. 20). Dois são os planos nos quais podemos identificar a função da hegemonia: em um, ela é exercida em toda a sociedade; no outro, ela é efetuada pelo comando do Estado. Vejamos exatamente nos termos da concepção gramsciana:

[...] podem-se fixar **dois grandes “planos” superestruturais**: o que pode ser chamado de **“sociedade civil”** (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da **“sociedade política ou Estado”**, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia”, que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2001a, p. 20-21, grifos nossos).

Evidente que a divisão feita pelo autor é de caráter meramente didático: sociedade civil versus sociedade política. Em verdade, na perspectiva gramsciana, trata-se do mesmo fenômeno hegemônico: “[...] não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 437). O Estado é expressão da direção e do domínio exercidos na sociedade civil. E adverte Gramsci (2004): há momentos em que a direção política e moral de um país, em determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legalmente constituído, mas por uma organização *privada*. Trata-se da afirmação de Croce (apud GRAMSCI, 2004, p. 295) segundo a qual “[...] nem sempre se deve procurar o ‘Estado’ no lugar indicado pelas instituições oficiais!”

À vista disso, as funções subalternas da hegemonia social e do governo político são operadas (i) pelo consenso *espontâneo* e (ii) pelo aparelho de coerção estatal. O primeiro, obtido pelo grupo fundamental dominante junto às grandes massas da população – “[...] consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção.” (GRAMSCI, 2001a, p. 21, grifo do autor). O segundo, pelo qual se “[...] assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente.” (GRAMSCI, 2001a, p. 21, grifo do autor).

À fase econômico-corporativa, à fase de luta pela hegemonia na sociedade civil, à fase estatal, correspondem atividades intelectuais determinadas que não podem ser arbitrariamente improvisadas ou antecipadas. Na fase da luta pela hegemonia, desenvolve-se a ciência política; na fase estatal, todas as superestruturas devem desenvolver-se, sob pena de dissolução do Estado. (GRAMSCI, 2004, p. 210).

Desse modo, a fim de evidenciar a complexidade que requer o movimento de análise acerca da hegemonia, Gramsci destaca ao longo de seus *Cadernos* diversas referências ou subdivisões pela quais é possível adjetivar o termo para melhor especificá-lo, tais como: hegemonia *social* (GRAMSCI, 2001a, p. 21; 2004, p. 301); hegemonia *intelectual* (GRAMSCI, 2001a, p. 127); *política* (GRAMSCI, 2004, p. 103, 315, 437; 2001a, p. 135); *cultural* (GRAMSCI, 2001a, p. 69; 2004, p. 263); *cultural e moral* (GRAMSCI, 2001a, p. 158); geopolítica, como hegemonia europeia (GRAMSCI, 2001a, p. 239), hegemonia *francesa* (GRAMSCI, 2004, p. 426), hegemonia de Florença (GRAMSCI, 2001a, p. 81), etc.

Gramsci se refere a elas distinguindo-as, como que subdividindo, a nosso ver, apenas para demonstrar que a aplicação do conceito requer apurado equacionamento entre o momento histórico determinado – que “[...] jamais é homogêneo; ao contrário, é rico de contradições.” (GRAMSCI, 2002a, p. 65) – e teoria, nos termos da hegemonia que se quer erigir pelo bloco histórico em ascensão. Bloco histórico este que surge da adesão orgânica entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, do sentimento-paixão que se torna compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida). (GRAMSCI, 2004). Pois:

A partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 2004, p. 225).

É a partir daqui que é “[...] possível propor a luta por uma cultura superior autônoma.” (GRAMSCI, 2004, p. 225), em razão de que é também a partir desse momento que o grupo tornou-se “[...] um grupo social independente da hegemonia de um outro grupo [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 368). Gramsci (2004, p. 365, grifos nossos) observa que a

Concepção dualista e da “objetividade do mundo exterior”, tal como foi inculcada no povo pelas religiões e pelas filosofias tradicionais convertidas em “senso comum”, **não pode ser erradicada e substituída senão por uma nova concepção**, que se apresente intimamente fundida com um

programa político e uma concepção da história que o povo reconheça como expressão de suas necessidades vitais.

Necessidade de construção de uma *nova concepção*! Eis como Gramsci (2001a, 2004) se refere a esse processo de superação de uma concepção inculcada no povo. Atentemos! Em nenhum momento em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci se utiliza do termo *contra-hegemonia*. Ele se refere a esse processo como:

- i) (construção de) uma **nova ordem social** (GRAMSCI, 2004, p. 44);
- ii) **nova ordem intelectual e moral** (GRAMSCI, 2004, p. 225);
- iii) **nova e integral concepção do mundo** (GRAMSCI, 2001a, p. 53);
- iv) **nova cultura** (GRAMSCI, 2001a, p. 15, 101);
- v) (criar) **outra hegemonia** (GRAMSCI, 2004, p. 387);
- vi) (exercer) **sua própria hegemonia** (GRAMSCI, 2004, p. 152).

Nesse aspecto, é correta a anotação de Dantas (2008, p. 111) na qual defende que

[...] a hegemonia das estratégias defensivas condena o movimento da classe trabalhadora a um impasse histórico que não poderá ser superado sem toda uma profunda revisão estratégica [...] [pois seus] métodos e instrumentos de luta, seu nível de consciência e suas principais formas práticas, institucionais e organizativas se esvaziaram de qualquer conteúdo emancipatório [...].

Essas estratégias defensivas, na crítica de Dantas (2008), relacionam-se ao abandono da superação histórica da ordem do capital, à busca de sua *democratização, humanização*, o que coloca em xeque a construção de uma alternativa hegemônica. Se acerta na crítica, Dantas (2008, p. 118) descuida-se, todavia, quando projeta a necessidade de retomar essa reflexão acerca (do abandono) da estratégia defensiva configurando-a como necessária para a “[...] possibilidade de construir um processo contra-hegemônico em escala global”. Na opção interpretativa que defendemos no que diz respeito à categoria hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci, não encontramos suporte para referências a *processos contra-hegemônicos*, como elaboram Rodrigo Dantas (2008), Eduardo Granja Coutinho (2008) e, tampouco, a “[...] movimentações contra-hegemônicas”, como menciona Muniz Sodré (2008, p. 27).

Gramsci não faz qualquer referência ao termo contra-hegemonia – a “[...] categoria ‘contra-hegemonia’ [...], ao contrário do que freqüentemente se afirma, *não* se encontra explicitada em Gramsci.” (PAULO NETTO, 2008, p. 119, grifo do autor).

Lembrando a advertência do editor norte-americano dos *Cadernos do cárcere*, José Paulo Netto (2008, p. 132-133) registra:

Para chegar a uma compreensão integral do conceito gramsciano de hegemonia, deve-se empreender precisamente uma leitura cuidadosa de *todos* os cadernos segundo a cronologia de redação” (Buttigieg, 2003, p. 41), E isto porque, na obra gramsciana madura, “a hegemonia não aparece [...] como uma teoria ou conceito pronto e acabado, com o qual se pode explicar os fenômenos históricos ou políticos [...] Os *Cadernos do cárcere* [...] não *contêm* propriamente uma teoria fragmentada da hegemonia [...]; *constituem*, mais precisamente, o registro do desenvolvimento do conceito de hegemonia *pari passu* com as análises de Gramsci sobre as variadas questões políticas, sociais, históricas, filosóficas, culturais, econômicas, religiosas e literárias” (ibid, p. 40-41).

Assim, ao longo de sua obra, Gramsci (2004) não opõe hegemonia versus contra-hegemonia. Supostamente por que tenha raciocinado que não há que se falar em maioria e contra maioria. O que podemos ter é uma maioria e uma minoria. Analogamente, embora ele não confunda hegemonia com maioria, é o mesmo que verificamos na formulação gramsciana sobre a hegemonia. Podemos, inclusive, depreender isso do pensamento gramsciano na polêmica estabelecida com Guglielmo Ferrero, historiador italiano cuja obra enfatiza o fator econômico de forma determinista e positivista¹⁴, quando Gramsci (2004, p. 408) reflete acerca da diferença entre quantidade e qualidade: “Dado que não pode existir quantidade sem qualidade e qualidade sem quantidade (economia sem cultura, atividade pratica sem inteligência, e vice-versa), toda contraposição dos dois termos é, racionalmente, um contra-senso”. De um autor que estabelece essa diferença substantiva da contraposição entre qualidade e quantidade, não se espera, de forma alguma, que venha a estabelecer relação intrínseca entre maioria e hegemonia. E, a bem da verdade, Gramsci não o faz!

“Hegemonia é a elaboração de uma nova *civiltà*, de uma nova civilização.” (DIAS, 1996, p. 10). Gramsci compreende a hegemonia como o momento de elaboração e de máxima coerência entre o projeto da classe e sua formulação acerca dele trazidos pela força de uma nova hegemonia. Não uma *contra maioria*, mas uma nova maioria, embora, reafirmamos, Gramsci diferencie claramente maioria de hegemonia. Não se trata de ter maioria para impor seu projeto, sua visão de mundo, sua concepção, mas de, além disso, obter o consenso (passivo ou ativo, de preferência ativo) a essa concepção. Trata-se de ter a “[...]”

¹⁴ Ver nota 79 de *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2004, p. 484), sob edição de Carlos Nelson Coutinho.

possibilidade de imprimir à sua atividade uma direção *absolutamente* autônoma [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 129, grifo do autor) na relação de forças existentes na sociedade. Ou, no que concerne aos Estados, quando “[...] a linha de um Estado hegemônico (isto é, de uma grande potência) não oscila, já que ele mesmo determina a vontade dos outros e não é determinado por esta.” (GRAMSCI, 2002b, p. 86). Como explana Gramsci, o exercício *normal* da hegemonia caracteriza-se pela combinação da força e do consenso. Ambos em equilíbrio, de modo variado, a fim de que a força não suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria. (GRAMSCI, 2002b).

Isso tanto de um lado, o da sociedade civil, como do outro, na divisão meramente explicativa, o do Estado/sociedade política, onde ocorre a coerção, por primazia, mas também há o artifício do consenso, desta feita, ao governo que está gerindo o Estado. Nele, temos “[...] governo com o consenso dos governados, mas com o consenso organizado, não genérico e vago tal como se afirma no momento das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso” (GRAMSCI, 2002b, p. 119, grifo do autor), seja via a escola (como função educativa positiva) ou os tribunais (como função educativa repressiva e negativa), seja via organismos privados à disposição da classe dirigente, como associações, sindicatos, etc.

Nesse consenso, continuamos em Gramsci (2002b, p. 48), a hegemonia

[...] pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

A hegemonia é ético-política porque no plano da ética reunimos as atividades da sociedade civil, a hegemonia em si; e, no plano da política, dispomos da iniciativa e da coerção estatal-governamental. Assim, relaciona Gramsci (2004, p. 371), “[...] quando há contraste entre ética e política, entre exigências da liberdade e exigências da força, entre sociedade civil e Estado-governo, há crise”. Tal crise contextualiza-se da seguinte maneira:

Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 371, grifos dos autores).

A nova hegemonia emerge quando elaborada ética e politicamente, como contraponto, à dominante. Quando, como alternativa, se apresenta coerente, viável e clara em suas opções às classes em luta, especialmente às subordinadas, que, aderindo às ideias da nova hegemonia proposta, contribuem para a ascensão de um novo consenso, de uma nova ética e de uma nova política, que tentam emergir nesse momento de crise. Mas que, evidente, encontrará oposição dos setores dominantes. Essa crise consistirá justamente no fato de que “[...] o velho morre e o novo não pode nascer.”, sintetiza Gramsci (2002b, p. 184).

Ou seja, a crise de hegemonia ou *crise de autoridade* ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2002b)¹⁵, por si só, não significa a ascensão automática de outra hegemonia que se quer edificar. Isto em razão de que:

A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal treinado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas; faz talvez sacrifícios, expõe-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes, que não podem ser muito numerosos nem adequadamente treinados. (GRAMSCI, 2002b, p. 61).

A luta de hegemonias dá-se em um terreno cheio de contradições, dialético, de idas e vindas. Uma dada hegemonia só se consolida à medida que ela, absorvida pelo homem ativo da massa, o faz obter a compreensão crítica de si mesmo, “[...] através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real.” (GRAMSCI, 2004, p. 103). Se a nova situação histórica ainda não atingiu o grau de desenvolvimento necessário, ela não terá a capacidade de criar uma nova superestrutura, posto que ainda vive o invólucro carcomido da velha história. (GRAMSCI, 2004). Como sublinha Gramsci (2004, p. 320), “[...] a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento”. É, enfim, “[...] quando

¹⁵ Sobre a crise de hegemonia da classe dirigente, escreve Antonio Gramsci (2002b, p. 60): “[...] ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”.

se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção de mundo.” (GRAMSCI, 2004, p. 320).

Contudo, antes de desenvolvermos a reflexão sobre os termos de como esse processo ideológico se articula com a hegemonia, devemos ainda salientar que, além da ética e da política, a hegemonia também está intrinsecamente vinculada à perspectiva econômica. O conteúdo da hegemonia deve ser predominantemente de ordem econômica, pois, ao novo grupo social que pretende fundar um novo tipo de Estado (uma nova hegemonia, por conseguinte), “[...] trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre homens e o mundo econômico ou da produção.” (GRAMSCI, 2002b, p. 286). Na perspectiva gramsciana,

Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado **seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica**. (GRAMSCI, 2004, p. 324, grifo nosso).

Percebe-se, então, que a hegemonia está necessariamente interligada com a estrutura econômica. A classe dirigente dirige, mas o faz sob os parâmetros que expressará as modificações ocorridas na estrutura econômica. Previne Gramsci (2004) qualquer aplicação mecânica à interpretação histórica que tenha como base a concepção do Estado segundo uma função produtiva das classes. Porém, ele assegura: “[...] o Estado só é concebível como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção.” (GRAMSCI, 2004, p. 247).

Evidente, aqui, um Gramsci (2002b) profundamente marxiano, convicto de que não se introduz qualquer igualdade econômica com leis arbitrárias ou atos de vontade. Consciente de que “[...] a hegemonia nasce da fábrica.” (GRAMSCI, 2001b, p. 247), Gramsci explana em detalhes, em *Americanismo e Fordismo*, as modificações estruturais em curso em seu tempo, percebidas por ele nos países ocidentais¹⁶. Uma forma moderníssima de produção e um modo de trabalhar que (i) subsumiram a velha camada plutocrática e a estrutura social-demográfica europeias e (ii) marcaram a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. (GRAMSCI, 2001b).

¹⁶ As ideias trabalhadas aqui de *Americanismo e Fordismo* (GRAMSCI, 2001b), foram retiradas do *Caderno 22* (Volume 4), sob edição de Carlos Nelson Coutinho.

Fordismo “[...] como ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro.” (GRAMSCI, 2001b, p. 242), pelo qual o método Ford consiste em exigir uma qualificação do trabalho que ainda não existe, uma qualificação de novo tipo, racional, que requer “[...] um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais.” (GRAMSCI, 2001b, p. 275). É a substituição histórica do artesão, do operário fabril do início do capitalismo pelo operário mecanizado tão bem representado por Charles Chaplin em seus *Tempos Modernos* (1936)¹⁷.

Americanismo, como síntese das condições preliminares do desenvolvimento desse novo mundo produtivo: inexistência de numerosas classes sem função essencial na produção (sem classes parasitárias), o que possibilitou uma base sadia para o florescimento da indústria e do comércio como atividades subordinadas à produção, permitindo menores custos de produção, menores preços de venda e melhores salários. (GRAMSCI, 2001b). Nesse amálgama,

Dado que existiam essas condições preliminares, já racionalizadas pelo desenvolvimento histórico, foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. (GRAMSCI, 2001b, p. 247).

Desse modo, “[...] na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo.” (GRAMSCI, 2001b, p. 248). No tempo em que escrevia *Americanismo e Fordismo*, em 1934, Gramsci ainda não conseguia ver nenhum florescimento *superestrutural* nessa experiência. “Ainda não estava posta a questão fundamental da hegemonia.” (GRAMSCI, 2001b, p. 248), opinava ele sobre a dinâmica da formação estadunidense.

Mas suas premissas estavam tão corretas que o processo histórico as confirmou. A partir do que o pensador italiano vislumbrou nas bases de formação da estrutura americana, ergueu-se uma superestrutura hegemônica como potência mundial: o fenômeno das massas como forma típica da sociedade *racionalizada*, na qual a estrutura domina as superestruturas e as torna racionalizadas, simplificadas e

¹⁷ Tempos Modernos, de Charles Chaplin, em sua versão brasileira, está acessível no *Youtube* (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CozWvOb3A6E8>>).

reduzidas em números. (GRAMSCI, 2001b). Não por acaso, embora este seja outra vertente do debate, os Estados Unidos será o berço da cultura de massas, da indústria cultural, da ideologia propagada pelos principais veículos de massas em surgimento, do cinema à televisão. Hegemonia cultural assentada nas bases econômicas que a gerou. “A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado.” (GRAMSCI, 2001b, p. 259). Enfim, uma determinada hegemonia! Que incorpora as demandas das classes subalternas para se viabilizar, mas as descarta quando já sedimentadas, como, novamente, acerta Gramsci na sua leitura do Americanismo e do Fordismo¹⁸:

A coerção dever ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. Mas, tão logo os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, tão logo o novo tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala e os altos salários desaparecerão (GRAMSCI, 2001b, p. 273).

O americanismo examinado por Gramsci (2004, p. 428) como novo modo de vida, nova cultura, quando de sua emergência, é exemplo profícuo para compreender *a hegemonia como expressão ética, política e econômica*, cujas conquista do poder e afirmação de um novo mundo da produção se vinculam intrinsecamente¹⁹, possibilitando a unidade da classe dirigente, que é também dominante, ao mesmo tempo, econômica e politicamente, dentro de uma “[...] complexa correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país”. Desse modo, a hegemonia não está apartada da questão internacional. A hegemonia parte do nacional. “O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de

¹⁸ Na citação de Gramsci, em seguida, tem-se a referência ao termo *turnover*. É um termo da língua inglesa que significa virada, renovação, reversão. É um conceito frequentemente utilizado na área de Recursos Humanos para designar a rotatividade de pessoal em uma organização.

¹⁹ Análise gramsciana do Americanismo/Fordismo, em toda a sua profundidade, resgata a força, mas também não deixa de traçar o cenário de seu fracasso: “[...] na realidade não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que será superada através da criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo superior [...]” (GRAMSCI, 2001b, p. 266).

caráter nacional [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 315), mas “[...] a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser”, observa Gramsci (2002b, p. 314).

É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais. A classe dirigente só será dirigente se interpretar exatamente esta combinação, da qual ela própria é componente, e só como tal pode dar ao movimento uma determinada orientação, de acordo com determinadas perspectivas. (GRAMSCI, 2002b, p. 314).

Como vimos, Gramsci finca o estudo da hegemonia nas seguintes bases:

- a) A hegemonia é ético-política (GRAMSCI, 2004, p. 371);
- b) É econômica: “[...] a hegemonia nasce da fábrica.” (GRAMSCI, 2001b, p. 247). É expressão do mundo da produção;
- c) A luta pela hegemonia é travada na sociedade civil (GRAMSCI, 2004, p. 210);
- d) Hegemonia é exercício de direção intelectual e moral e de domínio (GRAMSCI, 2002c, p. 330);
- e) Hegemonia é consenso ativo (GRAMSCI, 2004, p. 198);
- f) Hegemonia é a capacidade de impor sua vontade a outrem, possibilidade de imprimir de forma absolutamente autônoma uma direção (GRAMSCI, 2002b, p. 129)²⁰;
- g) Hegemonia é necessariamente de um grupo sobre outro; não há hegemonia de indivíduos (GRAMSCI, 2001a, p. 98)²¹;
- h) A hegemonia é combinação dos interesses nacional e internacional (GRAMSCI, 2002b).
- i) Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica (GRAMSCI, 2004, p. 399).
- j) Hegemonia é afirmação de uma nova ordem (GRAMSCI, 2004, p. 225), de uma nova concepção de mundo (GRAMSCI, 2001a, p. 53), de nova cultura (GRAMSCI, 2001a, p. 15, 101). Não há contra-hegemonia, mas criação da

²⁰ Podemos encontrar na reflexão de Gramsci (2002b, p. 129) essa característica da hegemonia sobre a influência mundial exercida, até a Guerra Mundial, por Inglaterra, Rússia e Alemanha. Hegemonia desses países advinda da extensão de territórios, potência econômica e, sobretudo, da “[...] possibilidade de imprimir à sua atividade uma direção *absolutamente* autônoma [...]”.

²¹ Esta característica, retiramos dessa passagem de Gramsci (2001a, p. 98), em seus Cadernos Miscelâneos, no Volume II dos *Cadernos*, na qual ele aponta como um erro configurar como *hegemonia* à literatura italiana, entre os séculos XV e XVII, a influência de intelectuais italianos individualmente, “[...] pois os intelectuais italianos não exerceram influência como grupo nacional, mas cada indivíduo diretamente [...]”.

própria hegemonia do grupo social que se torna independente da hegemonia de outro grupo social (GRAMSCI, 2004, p. 368).

Esse conjunto de características que podemos retirar do pensamento gramsciano acerca da categoria da cultura e da hegemonia, conforme expusemos, correlaciona-se diretamente com a luta ideológica que vem junto à construção de uma nova concepção de mundo, de hegemonia e de nova cultura que as classes subalternas tentam instituir.

A hegemonia do grupo social que se pretende dirigente e dominante²² é submetida a uma batalha ideológica permanente, a qual deve ser orientada aos mais iminentes e, em seguida, à média dos intelectuais de dada época histórica e determinada sociedade, abandonando as pequenas polêmicas dos auxiliares e seguidores menores opostos. (GRAMSCI, 2004). E, considerando que “[...] o elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; [e que] o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’.” (GRAMSCI, 2004, p. 221, grifos do autor), deve-se equilibrar essa batalha ideológica entre esses dois extremos, para que se possibilite o fortalecimento de uma concepção de mundo coerente, dialeticamente relacionada com a história, constituindo um bloco histórico sólido como força social. (GRAMSCI, 2004). Bloco histórico no qual,

[...] precisamente, **as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma**, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 2004, p. 238, grifo nosso).

E no conjunto das relações humanas – “[...] [que] é contraditório a cada momento e está em contínuo desenvolvimento, de modo que a ‘natureza’ do homem não é algo homogêneo para todos os homens em todos os tempos.” (GRAMSCI, 2001b, p. 51, grifo do autor) –, o homem enquanto gênero deve ser entendido como um bloco histórico constituído por elementos individuais e subjetivos e por elementos de massa e objetivos ou materiais (GRAMSCI, 2004). É nessa complexidade das

²² Sobre o estudo sistemático acerca do nascimento de uma concepção de mundo, orienta Gramsci (2001b, p. 18): “[...] é preciso fazer preliminarmente um trabalho filológico minucioso e conduzido com escrúpulos máximos de exatidão, de honestidade científica, de lealdade intelectual, de ausência de qualquer preconceito e apriorismo ou posição preconcebida. [...]”.

relações que “[...] os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias.” (GRAMSCI, 2002b, p. 50).

É nela também que a espontaneidade se manifesta como elemento característico das classes subalternas, sem desconsiderar, porém, que em todo movimento *espontâneo* há um elemento primitivo de direção consciente (GRAMSCI, 2002b). A hegemonia contém em si a realidade predominante na qual a ideologia mantém-se viva. Mas não tem como dar conta de todo o movimento da sociedade, ainda que busque sempre controlá-lo. Por isso, sobre o elemento da espontaneidade, Gramsci (2002b, p. 197) nos sobreavisa:

Negligenciar e, pior, desprezar os movimentos ditos ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política, pode ter freqüentemente consequências muito sérias e graves. Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante [...].

Isso em razão de que a luta de grupos e indivíduos para mudar aquilo que existe em dado momento requer que eles sejam educadores da sociedade, dado que “[...] o ambiente, pois, não justifica, mas só ‘explica’ o comportamento dos indivíduos, e especialmente daqueles historicamente mais passivos.” (GRAMSCI, 2001b, p. 55, grifo do autor). Requer que a direção do desenvolvimento histórico seja dada pelas forças privadas, pela sociedade civil, que também é Estado. (GRAMSCI, 2001b). Se o grupo social que detém a hegemonia não faz isso, ele esgota sua função: “[...] o bloco ideológico tende a fragmentar-se e, então, a ‘coerção’ pode substituir a ‘espontaneidade’ sob formas cada vez menos disfarçadas e indiretas, até medidas propriamente policiais e os golpes de Estado.” (GRAMSCI, 2002c, p. 64, grifos do autor). Por sua vez, na direção contrária à hegemonia predominante,

[...] a nova construção só pode surgir de baixo para cima, na medida em que todo um estrato nacional, o mais baixo econômica e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva a vida do povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis. (GRAMSCI, 2002c, p. 268).

Trata-se de “[...] saber encontrar, em cada oportunidade, o ponto de equilíbrio progressista (no sentido do próprio programa) [...]” (GRAMSCI, 2002c, p. 391). Processo que revela, na perspectiva gramsciana, o mérito de uma classe culta, por ser sua função histórica “[...] dirigir as massas populares e desenvolver seus elementos progressistas; se a classe culta não for capaz de cumprir sua função, não

se deve falar de mérito, mas de demérito, isto é, de imaturidade e fraqueza íntima.” (GRAMSCI, 2002c, p. 105). Enfim, expõe Gramsci (2002a, p. 70) o desafio de um novo grupo social que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, que é lutar “[...] por uma nova cultura, isto é, por uma nova vida moral, que não pode deixar de ser intimamente ligada a uma nova instituição da vida até que esta se torne um novo modo de sentir e de ver a realidade [...]”.

Assim sendo, o que retiramos das lições de Gramsci é o necessário exame da realidade objetiva para se propor um projeto alternativo de sociedade. Isso passa por conceber uma perspectiva da fase econômica pela qual passa a sociedade, assumindo claramente quais mudanças estruturais são possíveis de implementar com vistas à superação do modelo de exploração vigente. O que desemboca na necessária e concomitante construção de uma visão de mundo a partir dessas premissas econômicas assumidas, rumo a uma concepção de mundo a ser sistematizada pelo setor intelectual do grupo social que se pretende hegemônico. No entanto, não como ideias que nascem do nada, de cima para baixo, mas em consonância com a participação ativa, visto que:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 2004, p. 96, grifos dos autores).

Daí virá, por conseguinte, a força social para reverter na sociedade civil as ideias dominantes em vigor. Conquistados, desse modo, o consenso ativo de amplos setores da sociedade e o acúmulo de forças dos setores subalternos, transforma-se esses setores paulatinamente em classe dirigente para, em seguida, amadurecer a conquista também do aparelho do Estado, e os tornar também classe dominante. Essa é a síntese gramsciana a que se chega, a partir dos estudos feitos pelo pensador italiano no cárcere, tanto sobre a experiência da burguesia para suplantear a hegemonia reinante na Idade Média quanto *Americanismo/Fordismo* para se impor como modelo ao capitalismo no século XX. A luta de classes como motor da história.

2.2 A mídia como principal “liga” ideológica da atualidade

Gramsci (2004) observa que existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e que entre elas sempre há a escolha por uma. Mas essa escolha não é puramente intelectual. É um fato complexo e que muitas das vezes traz consigo uma contradição entre o fato intelectual e a norma de conduta. E o contraste entre o pensar e o agir, “[...] isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra se manifestando na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé.” (GRAMSCI, 2004, p. 97). Em amplas massas, ela é expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social.

Na escolha de uma concepção de mundo, mesmo quando um grupo toma emprestado para si a concepção de outro grupo, seja por subordinação ou submissão intelectual, e que passa a seguir – ou porque, em épocas normais, já a segue – tem-se que esse grupo a escolhe (ou a critica) por decorrência de fatos políticos inseparáveis da filosofia²³. Dessa maneira, à luz da reflexão gramsciana, não há como separar dada concepção de mundo de determinada política.

A televisão, em nossa época, ainda que em capilaridade e influência decrescentes, exerce substancial força nesse amálgama que conforma o pensar e o agir de amplas massas. Para além de uma incoerência ou má fé dentre aqueles a que tomam para si, temos como resultante da ação desse meio de comunicação uma concepção do mundo propagada por toda a sociedade. A qual uns grupos a assimilam; outros, a criticam; ambos convivem com sua influência.

Sistematizar crítica e coerentemente esse processo é premissa para a compreensão histórico-política da contribuição da mídia eletrônica de televisão para a conformação da ideologia dominante na atualidade. Ideologia aqui entendida, nos mesmos termos de Gramsci (2004, p. 98-99), como: “[...] o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”.

O papel precípua da mídia eletrônica de televisão tem sido exatamente este: conservar a unidade ideológica do bloco social cimentada pela concepção de

²³ Filosofia aqui entendida, nos termos de Gramsci (2004, p. 98), como aquela “[...] necessidade que fornece à própria ação uma direção consciente”; “[...] uma ordem intelectual que nem a religião e nem o senso comum podem ser”. (GRAMSCI, 2004, p. 96). E, ainda, complementa ele: “[...] é filosofia a concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, consequentemente, não apenas seus interesses atuais e imediatos, mas também futuros e mediatos.” (GRAMSCI, 2004, p. 302).

mundo/ideologia que vigora como dominante, unificada pelos interesses econômicos da classe dominante. Assim, a mídia torna-se instrumento de solução para um problema, com base em Gramsci (2004), que em épocas passadas levava extrema preocupação à Igreja. Antes a obstinação da Igreja romana era evitar debilitar-se com uma divisão em duas religiões, a dos *intelectuais* e a das *almas simples*. A fim de impedir essa cisão entre os de baixo e os do alto, os jesuítas destacaram-se como maiores artesãos da organização da cultura católica. A mídia eletrônica de televisão no Brasil exerce com excelência esse papel anteriormente desempenhado pelos jesuítas. Nos dias atuais, a mídia eletrônica de televisão pode ser considerada como mecanismo essencial de contribuição para a coesão ideológica do bloco social dominante.

Organicamente, ela se coloca e exerce um papel intelectual, à medida que sintetiza princípios e problemas que as massas colocam em sua atividade prática. (GRAMSCI, 2004). Mediatiza a unificação, assim, a solução a todos, aos *simples* e aos *intelectuais*, do bloco cultural e social sobre o qual mantém sua influência. E o faz com maestria porque, na sua lógica mercadológica, das disputas das audiências, dos públicos, a televisão precisa manter permanente interação e contato cultural com as massas, sabendo compreender suas respostas e retornos aos produtos e bens culturais lançados por ela, a fim de verificar sua aceitação.

Essa lógica permite ao veículo não se desprender, não pender mais ao pensamento filosófico individual de seus produtores, autores, diretores, editores, enfim, dos que elaboram o processo cultural disseminado pela televisão, do que ao senso comum estabelecido entre os *simples*, aquelas imensas massas que constituem as audiências. Ora, dado que “[...] a relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’.” (GRAMSCI, 2004, p. 101, grifos do autor), temos aqui que o papel intelectual exercido pela mídia eletrônica de televisão é eminentemente político na conformação e permanente (re)elaboração do senso comum sob o qual as massas se movimentam.

Isto porque “[...] o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação.” (GRAMSCI, 2004, p. 103). Sua dupla consciência, a implícita na ação e a superficialmente explícita ou verbal, é herdada acriticamente do passado. E, como reflete Gramsci (2004, p. 103, grifos nosso):

[...] esta concepção “verbal” não é inconsciente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência **não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política.**

Superar a ideologia hegemônica requer um duplo movimento: criticar a existente e, ao mesmo tempo, construir a ideologia que se quer nova. Esta, para ter substância e força, precisa seguir o caminho pelo qual se deve também criticar a própria concepção de mundo, a fim de torná-la unitária e coerente: Esse é o passo decisivo e firme para superar a ideologia existente.

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, **somos sempre homens-massa ou homens-coletivos.** (GRAMSCI, 2004, p. 94, grifo nosso).

Gramsci (2004, p. 94-95) anota que “[...]. não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura”. Parafraseando-o, não podemos separar a mídia da história da mídia, em especial a televisão. O seu processo de constituição no Brasil, de Assis Chateaubriand a Roberto Marinho, segue a linha histórica de conformação de uma concepção de mundo adequada aos interesses das classes dominantes.

Historicamente, temos a mídia hegemônica agindo para manter o conformismo sob a concepção de mundo dominante: o do fim das ideologias, da inexistência de alternativas por fora do que aí está. Essa mídia reforça a consolidação do homem como homens-massa. Particularmente, dentre outros aspectos a evidenciar, a televisão objetiva um povo monoglota, nos termos que Gramsci (2004) aborda a questão da língua, pois, com isso, contribui para uma concepção de mundo restrita, provinciana, fossilizada, anacrônica. Contribui para afastar, destarte, o povo das grandes correntes de pensamento do mundo contemporâneo, à medida que não o possibilita ser universal²⁴.

O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço. É desagregada, incoerente, inconsequente. O senso comum das massas

²⁴ Gramsci (2004, p. 95) desenvolve essa ideia do domínio de uma língua estrangeira como expressão de maior ou menor complexidade da concepção de mundo de um indivíduo, em sua Nota III, do Caderno 11, volume 1, dos Cadernos do Cárcere: “Nota III. Se é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção do mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que, a partir da linguagem de cada um, é possível julgar a maior ou menor complexidade da sua concepção do mundo”.

não se opõe à concepção de mundo dos intelectuais, porque é desconhecido das multidões e não tem eficácia direta sobre seu modo de pensar e agir. A relação entre senso comum e religião é muito maior do que entre o senso comum e a concepção dos intelectuais. No senso comum, predominam os elementos realistas, imediatos: é um agregado caótico de concepções sem nexos. O que não significa a inexistência de verdades no senso comum, mas que ele é conceito contraditório e multiforme pelo qual o homem médio absorve acriticamente a concepção de mundo pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais desenvolve sua individualidade moral. (GRAMSCI, 2004).

Portanto, o senso comum deve ser o ponto de partida da ação que se quer transformadora. Para transformar o senso comum, há a necessidade de estabelecer um novo senso comum, uma nova cultura, que se enraíze na consciência popular com a mesma solidez que as crenças tradicionais (GRAMSCI, 2004).

A mídia dominante trabalha muito bem com o senso comum. Sua relação é permanente e flexível: ora reforça; ora tensiona. As pautas mais polêmicas da sociedade brasileira contemporânea tem sido bons exemplos disso. O casamento homoafetivo, o beijo gay na novela do horário nobre, a família não mais convencional (pai, mãe e filhos desses mesmos pais), etc., são temas que a mídia tenta transformar o senso comum para uma nova concepção. Dependendo da reação da sociedade, ela recua ou não na abordagem proposta. Como na gramática midiática a audiência é a bússola principal, sua queda ou aquisição de percentuais de público a faz medir com precisão até onde pode avançar.

Se é assim nesse plano das relações sociais, culturais, o mesmo não funciona no plano da política. O único momento de recuo aceito pela mídia em sua pauta proposta é a reação nas ruas e nas redes sociais às suas proposições. Mas não no sentido de abandonar, mas de reelaborar a forma da abordagem. O movimento dos jovens, sob organização do Movimento Passe Livre (MPL), que conduziu às manifestações de junho de 2013, pela revogação do aumento das passagens em São Paulo e no Rio de Janeiro, é exemplo maior desse posicionamento da mídia. O recuo na cobertura sobre o caráter do movimento só se

deu quando ele se tornou uma ponta de lança de desgaste do governo federal, então controlado pelo PT²⁵.

Gramsci (2004, p. 112) sugere que “[...] seria interessante estudar concretamente, em um determinado país, a organização cultural que movimenta o mundo ideológico e examinar seu funcionamento prático”. Sem sombra de dúvida, no caso brasileiro, a mídia televisiva exerce grande influência na organização cultural atual que movimenta o mundo ideológico. Importa pesquisar quais os limites dessa sua atuação. Em *Cadernos do Cárcere*, ele problematiza a relação entre ideologia e hegemonia a partir da situação italiana da primeira metade do século XX. Pergunta a quem caberia maior influência, se a Croce, a Gentile ou ao Papa. Para responder, estipula, dentre outros, o seguinte critério: “[...] quem tenha mais importância do ponto de vista da hegemonia, como ordenador da ideologia que empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado.” (GRAMSCI, 2004, p. 375).

Refletindo a partir dessa premissa fixada por Gramsci (2004), cabe também questionarmos: qual sujeito/instituição mais contribui para influenciar a ideologia atualmente no país? Parece-nos que o oligopólio das grandes emissoras de televisão, sob controle de uma só classe, tem particular relevância nesse papel de grande ordenador. Ela tem apontado os caminhos que cimentam a hegemonia da classe dominante no âmbito da sociedade civil e do Estado, influenciando fortemente as políticas públicas. Embora de fácil assimilação às massas, rotular esse sujeito político como *Partido da Imprensa Golpista* (PIG), ela não é exatamente um partido. Mas um dos mais eficientes instrumentos dos partidos aos quais está ideologicamente vinculada, chegando, até, a orientar essas próprias agremiações partidárias quando desatentas em suas estratégias de combate ao projeto antagônico ao da classe a que pertencem.

²⁵ O Jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, deslocou a sua cobertura do combate virulento à exaltação das manifestações: (i) *Folha de São Paulo* de 12 de junho de 2013: *Contra tarifas, manifestantes vandalizam centro e Paulista* - capa; (ii) *Folha de São Paulo* de 13 de junho de 2013, em editorial: “Retomar a Paulista: [...] É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista [...] no que toca o vandalismo só há um meio de combatê-lo: a força da lei [...]” (EDITORIAL..., 2013a); (iii) *Folha de São Paulo* de 20 de junho de 2013: “Protestos de rua derrubam tarifas” - capa. Editorial – “Vitória das ruas: [...] A revogação do aumento das tarifas de transportes em São Paulo e no Rio é uma vitória indiscutível do Movimento Passe Livre [...] Da revolta com a qualidade da saúde e da educação à crítica aos gastos com a Copa do Mundo, várias insatisfações vieram à tona durante os protestos [...]”. (EDITORIAL..., 2013b).

PIG trata-se de um termo popularizado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim, em seu Blog *Conversa Afiada*, mas também muito utilizado por blogues e jornalistas de orientação progressista. A expressão busca representar o que seria o jornalismo brasileiro, caracterizado como conservador, de baixa qualidade técnica e de viés prioritariamente golpista a governos eleitos por setores trabalhistas divergentes do grupo dominante, a exemplo de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva ou Dilma Rousseff. Sintetiza a direção dada à cobertura jornalística por quatro grandes grupos de comunicação estabelecidos no País: organizações Globo (família Marinho), grupo Folha (família Frias), Estadão (família Mesquita) e conglomerado Abril (família Civita). A esses grupos é necessário acrescentar, pelo papel que atualmente se destaca na formação da opinião pública no país, a rede de rádios em torno da Jovem Pan (grupo Amaral de Carvalho).

Evidente que se tratamos do partido como o ente jurídico que se constitui no âmbito do sistema eleitoral brasileiro, não temos qualquer partido político com suficiente influência no plano da sociedade civil a orientar as massas a uma tomada de posição. Sua pulverização no Brasil (35 partidos existentes²⁶) e sua deslegitimação como representante de demandas de um grupo social e cada vez mais expressão dos interesses particulares de grupos que se apropriam dos fundos públicos do Estado, revelados em sucessivos escândalos, são provas cabais de sua mínima influência no conjunto da sociedade.

Não obstante isso, se compreendermos o partido como grande sujeito articulador de posições político-ideológicas na sociedade, temos que sim, sua influência permanece viva, sobretudo se afunilarmos essas movimentações de opiniões a dois grandes partidos, dois grandes campos de ideias, que poderíamos denominar de *conservador* e *progressista*. Esses dois grandes campos mantêm-se como expressão da direita e da esquerda como correntes ideológicas maiores que movem o mundo das ideias no país, ainda que fragmentadas naqueles 35 partidos a que nos referimos anteriormente. A mídia monopolizada pela classe dominante está

²⁶ A lista completa dos atuais 35 partidos políticos registrados no Brasil (Movimento Democrático Brasileiro - MDB (ex-PMDB), PTB, PDT, PT, DEM, PCdoB, PSB, PSDB, PTC, Partido Social Cristão - PSC, PMN, Partido Republicano Progressista - PRP, PPS, PV, Avante (ex-PTdoB), PP, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU, Partido Comunista Brasileiro - PCB, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB, Partido Humanista da Solidariedade - PHS, PSDC, Partido da Causa Operária - PCO, Podemos (ex-PTN), PSL, PRB, Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, PR, PSD, Partido Pátria Livre - PPL, Partido Ecológico Nacional - PEN, PROS, Solidariedade - SD, Partido Novo - NOVO, Rede Sustentabilidade - REDE, Partido da Mulher Brasileira - PMB), com seus respectivos registros, pode ser acessada no site do TSE (BRASIL, [20--?]).

a serviço desse grande partido do conservadorismo brasileiro, ainda que, em alguns momentos, mantenha contradição com as ideias comportamentais defendidas por esse campo, especialmente no tocante aos direitos de algumas minorias políticas. Ela é a uma das mais influentes ordenadoras da ideologia dominante no país.

A interferência da mídia no processo político, dentro do papel reservado a ela na luta de classes, é exatamente esse, de disputar as mentes das classes subalternizadas ao projeto dominante, já que “[...] as ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade, etc., mas precisamente **por razões de luta política** [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 387, grifo nosso). Tal processo dá-se pelo fato de que é preciso permanentemente evitar que governados se tornem intelectualmente independentes dos governantes. Que uma hegemonia vigente seja destruída por outra que venha a ser criada. (GRAMSCI, 2004).

Em seu debate com Croce, Gramsci esclarece a distinção que ele compreende existir entre filosofia, concepção de mundo e ideologia, conceitos que vê confusos em Croce. Na contribuição gramsciana, a distinção não é apenas de grau; não são (ideologia política – filosofia – concepção de mundo) uma mesma categoria; filosofia e ideologia são categorias relacionadas, mas distintas. “É filosofia a concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral [...] de todo um grupo [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 302). Não somente em seus interesses imediatos, atuais, mas, sobretudo, em seus objetivos mediatos e futuros. “É ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 302). Seus interesses voltam-se para a solução dos problemas práticos imediatos, atuais, restritos.

Reflete Gramsci (2004, p. 94): “[...] quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa”. Isto pelo fato de que nossa própria personalidade, diz ele, torna-se compósita, contraditória, de preconceitos localistas e intuições de um futuro próprio ao gênero humano mundialmente unificado. O papel desempenhado pela mídia na atualidade tem sido o de manter a concepção de mundo embaralhada, desagregada, compósita e, sempre que puder, própria a de homens-massa; a fim de evitar a crítica da própria concepção do mundo, pois “[...] o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que realmente é, isto é, um

‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido.” (GRAMSCI, 2004, p. 94, grifo do autor), e que deixa uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica.

O que devemos, então, observar é que a televisão torna-se instrumento pelo qual os setores econômicos dominantes buscam impedir a ascensão da *compreensão crítica de si mesmo* por parte das classes subalternizadas. Isso a fim de impedir que, na luta de *hegemonias* políticas, de direções contrastantes, no campo da ética, da política, se evite a chegada a um patamar de elaboração superior da própria concepção do real pelas classes populares. (GRAMSCI, 2004). A mídia eletrônica de televisão age para neutralizar esse processo de autoconsciência, posto que “[...] a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 103).

Evidente, como ressalta Gramsci (2004), que esse *dever histórico* não é mecânico. Da distinção, separação, independência quase instintiva entre a consciência teórica da ação e a atuação prática, progride-se a uma concepção de mundo coerente, unitária. Ela emerge do senso comum e o supera para, tornando-se crítica, constituir-se numa concepção do real cujo progresso da unidade intelectual e ética implica também o desenvolvimento do conceito de hegemonia.

A autoconsciência, crítica, significa, histórica e politicamente, a “[...] criação de uma elite de intelectuais [...] [posto que] **não existe organização sem intelectuais**, isto é, sem organizadores e dirigentes.” (GRAMSCI, 2004, p. 104, grifo nosso). Nas classes populares, a criação de intelectuais é um processo longo, cheio de contradições, avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos. (GRAMSCI, 2004). Algo em menor proporção para a classe dominante, uma vez que possui mais instrumentos de ação, e também mais esmero na formação de seus intelectuais e dirigentes.

No Brasil, a mídia televisiva é importante difusora de ideologia e, às vezes, até chegar a exercer a função de intelectual coletivo, de corpo dirigente e organizador da ação da classe dominante. Não como *sujeito* principal, mas como *colaborador* essencial dos setores aos quais se vincula para organizar a intervenção na realidade concreta, na cultura hegemônica dominante.

Nesse contexto, há de se atualizar a tese gramsciana segundo a qual os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais, unitárias e

universais²⁷. Atualmente, a formação dessa nova intelectualidade tem os centros midiáticos de decisão como *locus* tão ou mais influente do que os partidos, sobretudo aos setores dominantes²⁸. Nos setores subalternizados, esse processo de formação também se encontra cada vez menos nos partidos, e reside cada vez mais nas organizações *apartidárias* do movimento social.

No Brasil dos anos 2000, a ascensão do principal partido de esquerda ao governo federal, praticamente anestesiou a política de formação e criação de quadros dentro do próprio partido e, por conseguinte, dada as relações do PT com as entidades do movimento social que contribuiu para fundar, também nas organizações. Na lógica de fazer o governo possível, o PT deixou de lado a utopia socialista que sustentava seu projeto de partido. Salvo as organizações dos movimentos de luta pela terra, algumas da luta por moradia e setores da juventude em luta pelo passe livre, a estratégia de formação política dos militantes sociais foi definhando.

Abandonou-se o que Gramsci definia como necessidade para todo movimento cultural que pretenda substituir o senso comum e as velhas concepções de mundo em geral:

- (1) Repetir sem cansaço os próprios argumentos²⁹ e;
- (2) Trabalhar de modo incessante para elevar a intelectualidade das camadas populares, a fim de criar sua elite intelectual de novo tipo, surgida diretamente das próprias massas, e em contato permanente com ela.

Sobretudo esta segunda necessidade, quando satisfeita, aduz Gramsci (2004, p. 110, p. grifo do autor), “[...] é a que realmente modifica o ‘panorama ideológico’ de uma época”, uma vez que:

²⁷ Originariamente, a assertiva é esta: “Os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias.” (GRAMSCI, 2004, p. 104). No entanto, adotamos desde logo o sentido sugerido por Carlos Nelson Coutinho (apud GRAMSCI, 2004, p. 459): deixamos de usar o termo intelectualidade integral e **totalitária**, dado o sentido negativo que o termo totalitário adquiriu, e não no significado pretendido por Gramsci, de unitário, universal.

²⁸ Exemplo maior desse processo: a contratação de Kim Kataguirí, jovem liderança do Movimento Brasil Livre (MBL), organização que mobilizou a campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, como colunista da Folha de São Paulo, desde 19 de janeiro de 2016. Mais detalhes no site do Jornal (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/01/1730570-kim-kataguiri-estreia-coluna-semanal-no-site-da-folha.shtml>>).

²⁹ Para Gramsci (2004, p. 110): “Não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente a sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”.

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2004, p. 96, grifos do autor).

Sem esse verdadeiro muro de proteção à formação de seus quadros, o PT deixou à deriva sua massa de militantes, desprovida da utopia transformadora que fundou o partido, e desarmada para o ataque ideológico perpetrado pela grande mídia. O pragmatismo petista no governo levou o partido a baixar a guarda nesse campo da luta. Isso também influenciou outras organizações de esquerda, partidárias ou em organizações do movimento, seja diminuindo sua política de formação ou sectarizando-a de tal forma que se descolou da realidade concreta da luta das classes subalternas.

O papel desempenhado pela mídia tem sido o de ofuscar essa realidade. Dessa forma, a mídia se torna um elemento fundamental de manutenção da ideologia dominante, à medida que atua permanentemente para interditar esse processo de compreensão da realidade. Se criar uma nova cultura é mais que fazer descobertas *originais*, mas principalmente difundir criticamente verdades já descobertas e *socializá-las* (GRAMSCI, 2004), esta é uma dessas verdades já descobertas a qual devemos transformar em base vital e elemento de uma ordem intelectual e moral que contribua para o pensamento coerente e unitário de uma multidão sobre a realidade em que vive. Eis um papel fundamental que nos referíamos à mídia – embora não exclusivo a ela: conservar a unidade ideológica do bloco social dominante, embutindo nas classes subalternas a concepção de mundo que está cimentada e unificada pela ideologia dominante.

Na perspectiva gramsciana, o trabalho filosófico não se concebe como uma “[...] elaboração ‘individual’ de conceitos sistematicamente coerentes.” (GRAMSCI, 2004, p. 398, grifo do autor), mas numa luta cultural pela qual se dê a transformação da mentalidade popular, sustentada em inovações filosóficas que se revelem historicamente verdadeiras porque concretamente histórica e socialmente universais. Nesse contexto, a linguagem, as línguas, o senso comum, assumem importância central. No tempo de nossa rotulada idade mídia, mais ainda!

Sendo a linguagem cultura e filosofia, ainda que no senso comum, toda linguagem revela o indivíduo em seu modo de pensar e de sentir. A sua unidade aos demais indivíduos ocorre pela formatação de extratos mais ou menos expressivos

que se conectam entre si, mantendo certo grau de contato e que constitui uma linguagem comum, à qual configurará a base da atividade prática do *homem coletivo*, sob fins, identidade e concepção de mundo comuns, soldados por uma unidade *cultural-social*. Esta unidade *cultural-social* manifesta-se tanto transitoriamente operante, de forma geral e particular, quanto permanentemente, advinda da base intelectual enraizada, assimilada e vivida. (GRAMSCI, 2004). Eis a importância do momento cultural pelo qual Gramsci (2004) nos ensina que, nele, para além somente das relações escolares, as relações pedagógicas se estabelecem configurando o *homem coletivo* numa linguagem comum, num senso comum, que demarcarão a atividade dele na realidade.

A mídia eletrônica de televisão atualmente constitui em importante fonte massiva de (re)produção dessa relação pedagógica na sociedade, pela qual as gerações adquirem sua concepção de mundo: contatando-se entre si gerações mais antigas e as mais novas, trocando e absorvendo experiências e valores; estabelecendo relações em toda a sociedade e entre seus indivíduos, entre as camadas intelectuais e não intelectuais, governantes e governados, dirigentes e dirigidos, elites e seguidores. Pelas relações pedagógicas que se estabelecem na sociedade, temos mais um exemplo de como a hegemonia se expressa por essa mídia, posto que, em seu aspecto mais geral, “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica.” (GRAMSCI, 2004, p. 399, grifo do autor). A mídia nutre e se nutre dessa característica fundante de seu papel na disputa da hegemonia.

Nesse sentido, essa mídia hegemônica contribui pouco para o que Gramsci (2004) reflete como *melhoramento* ético. Sendo o homem também o conjunto de suas condições de vida, ele deve ser compreendido como “[...] um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais o indivíduo está em relação ativa.” (GRAMSCI, 2004, p. 406). Aos quais, acrescentamos a esta reflexão do Gramsci (2004), o aspecto imaterial e ideológico que a mídia conforma nesse homem enquanto ser genérico circunscrito à particularidade do mundo no qual vive. Ainda em Gramsci (2004, p. 406, grifo do autor):

É uma ilusão e um erro supor que o “melhoramento” ético seja puramente individual: a síntese dos elementos constitutivos da individualidade é “individual”, mas ela não se realiza e desenvolve sem uma atividade para fora, transformadora das relações externas, desde aquelas com a natureza

e com os outros homens em vários níveis, nos diversos círculos em que se vive, até a relação máxima, que abarca todo o gênero humano.

A mídia contribui fortemente para as relações externas não levarem a esse *melhoramento* ético individual. Nos termos de Gramsci (2004, p. 406, grifos do autor), visto que “[...] a possibilidade não é a realidade, mas é, também ela, uma realidade: que o homem possa ou não possa fazer determinada coisa, isto tem importância na avaliação daquilo que realmente se faz”. Ou seja, neutralizar ou anular a possibilidade de um livre pensar crítico, de uma ideia transformadora, de uma concepção distinta da hegemonicamente dada, de uma alternativa societal que não a oferecida, de poder vislumbrar outra opção é, sem dúvida, a maneira pela qual ocorre o principal fator de influência da mídia na sociedade contemporânea: bloquear a existência da possibilidade de outra realidade. Em última instância, como se afirmasse, um outro mundo *não é* possível, aqui fazendo um trocadilho com o *slogan* que mobilizou milhares de ativistas e militantes sociais reunidos, a partir dos anos 2000, nas edições internacionais do Fórum Social Mundial (FSM).

Isto porque, como anota Gramsci (2004, p. 428):

[...] conquista do poder e afirmação de um novo mundo produtivo são indissociáveis; [...] propaganda em favor de uma coisa é também propaganda em favor da outra; [...] somente nessa coincidência é que reside a unidade da classe dominante, a qual é, ao mesmo tempo, econômica e política [...].

Frise-se, uma vez mais, que esse não é um processo mecânico, mas orgânico entre as partes relacionadas (indivíduo – sociedade – natureza), que possui um grau maior ou menor de compreensão por parte do indivíduo nele envolvido, pois se trata de um processo ativo e consciente. (GRAMSCI, 2004). Os setores dominantes e proprietários dos grandes veículos da mídia têm claro para si esse processo e seu rebatimento na ideologia.

Acerca do valor das ideologias, Gramsci (2004, p. 237, grifo do autor) faz a seguinte reflexão:

Um elemento de erro na consideração sobre o valor das ideologias, ao que me parece, deve-se ao fato (fato que, ademais, não é casual) de que se dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elucubrações arbitrárias de determinados indivíduos. O sentido pejorativo da palavra tornou-se exclusivo, o que modificou e desnatou a análise teórica do conceito de ideologia. O processo deste erro pode ser facilmente reconstruído: 1) identifica-se ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é ‘ideológica’, isto é, insuficiente para modificar a estrutura, enquanto crê poder modificá-la se afirma que é inútil, estúpida, etc; 3)

passa-se a afirmar que toda ideologia é ‘pura’ aparência, inútil; estúpida, etc.

Uma leitura mais apressada do texto gramsciano conduziria a interpretar que o autor defenderia, ao identificar esses problemas na formulação em torno da ideologia, que a ideologia modificaria a estrutura. Ou seja, o autor daria maior força a superestrutura, desconsiderando a estrutura como elemento maior de força no processo histórico das lutas sociais. Engana-se quem lê Gramsci assim. Há diversas passagens no texto do autor que nos demonstra que ele não cai nesse engano, embora destoe da tradição marxista quando da reflexão acerca da ideologia. Ele não internaliza esse sentido pejorativo atribuído à ideologia. Isso fica evidente quando divide as ideologias em dois tipos: (i) historicamente orgânicas a determinada estrutura e (ii) arbitrárias/racionalistas/voluntaristas.

As historicamente orgânicas têm uma validade *psicológica*: “[...] organizam as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 2004, p. 237); as arbitrárias não criam mais do que *movimentos* individuais, mas têm pelo menos a validade de, ao ser o que são, funcionarem como erro e se contraporem à verdade, afirmando-a.

Em ambas, Gramsci (2004) vê a possibilidade de manifestação da crença popular como força tão significativa quanto uma força material no sentido da persuasão popular que cimenta o bloco histórico. Nele, a força material é o conteúdo e as ideologias são a forma. Distinção que não coloca Gramsci como um autor voltado para a primazia da superestrutura sobre a estrutura. Como o próprio alerta, essa distinção entre forma e conteúdo é “[...] puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais.” (GRAMSCI, 2004, p. 238).

A mídia eletrônica de televisão contribui na geração dessas duas formas de ideologia, conforme os interesses do projeto dominante. Sua prioridade está na geração da ideologia historicamente orgânica a fim de permanentemente definir o caminho sob os quais as massas se movimentam, para não escapar ao controle da estratégia dominante do processo histórico. Mas, se necessário, promover ideologias do tipo arbitrária no intuito de embaçar a leitura dos subalternos acerca da realidade.

A propagação da teoria do fim da História, de Francis Fukuyama (1992)³⁰, é exemplo significativo: contribuiu para manusear o entendimento da classe trabalhadora sobre o que de fato significava historicamente ao projeto das próprias classes subalternas a queda do muro de Berlim (1989). Estava longe de ser o fim da história por conta da primazia do capitalismo. Se, durante os anos 1990, essa ideologia do tipo arbitrária serviu para enfraquecer setores das classes subalternas, o fato de ser uma máxima equivocada colaborou para revelar a verdade que viria à tona, anos depois: caía uma experiência de socialismo e seus erros, não o projeto de emancipação da classe trabalhadora.

A mídia em geral se apresenta como um dos expositores permanentes de flutuações da política e da ideologia como se fossem expressão imediata de alterações na estrutura, desde que tais flutuações corroborem sua concepção de mundo. Eis um momento em que se unem a perspectiva conservadora e a perspectiva do materialismo histórico mecânico.

Ao *infantilismo primitivo* de tomar as flutuações da política e da ideologia como expressão imediata da estrutura, Gramsci (2004) opõe-se fortemente tanto teórica quanto praticamente, ao resgatar diversas obras de análise de conjuntura produzidas por Marx, nas quais identifica as cautelas reais do pensador frente a tais alterações. Gramsci (2004) cita três cautelas quando da observação dessas flutuações:

Primeira cautela: a estrutura não se apresenta de forma estática – a política é, em cada caso concreto, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, mas essas tendências nem sempre se realizam. “Uma fase estrutural só pode ser concretamente estudada e analisada depois que ela superou todo o seu processo de desenvolvimento, não durante o próprio processo [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 239);

Segunda cautela: atos políticos nem sempre expressam modificação na estrutura – podem ser fruto de erros, individuais ou coletivos, da classe dominante em movimento. “[...] o materialismo mecânico não considera a possibilidade de erro, mas interpreta todo ato político como determinado pela estrutura [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 239);

³⁰ Fukuyama foi o mais propagandeado autor após a queda do muro de Berlim (1989). Com seu livro *O fim da História*, defendeu que a derrota do socialismo, na Guerra Fria, trouxe como consequência apenas um caminho para o desenvolvimento da humanidade, o do capitalismo, o campo vencedor. Décadas depois, o próprio historiador reconheceu os equívocos de sua análise.

Terceira cautela: muitos atos políticos são, na verdade, ações organizativas para dar coerência a um partido, grupo ou sociedade.

Em Gramsci (2004, p. 131), “[...] as ideologias são expressões da estrutura e se modificam com a modificação desta [...]”. Ao esmiuçar seu argumento de que não se deve confundir as flutuações da política e da ideologia com modificações estruturais, ele está realçando a máxima dialética existente no movimento do real que une, com reciprocidade, as duas, estrutura e superestrutura. Isto porque, justifica o autor, ao se pensar a estrutura *especulativamente*, como um *deus oculto*, está se cometendo o erro de não pensar a estrutura historicamente, “[...] como conjunto das relações sociais nas quais os homens se movem e atuam [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 297). E historicamente, para denominar esse processo de inter-relação entre a estrutura e a superestrutura Gramsci (2004, p. 314) utilizou o termo *catarse* a fim de demonstrar “[...] a passagem do momento meramente econômico [...] ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”.

Aqui podemos compreender com clareza que a mídia funciona como o agente catalizador desse momento. Ela contribui para a catarse da estrutura junto à formatação da consciência do indivíduo na sociedade a qual a mídia pertence. Não definitivamente, pois o processo não é mecânico e encadeado como numa peça de engrenagem que se move a partir do acionamento por outra. Mas com forte influência na busca de estabelecer a tendência ao movimento da sociedade. Como importante aparelho de hegemonia, a mídia televisiva contribui para difusão de ideologias no processo de formação de consciências, introduzir uma moral, uma concepção de mundo, uma ideologia, um paradigma de produção, pois o *homo oeconomicus* não desaparece – ou emerge – “[...] através da propaganda e da persuasão.” (GRAMSCI, 2004, p. 324).

Ou seja, para não cair no que o autor denominou de *retórica econômica* ou *moralismo econômico*, é preciso ter claro que a mídia por si só não conduz à catarse da estrutura em superestrutura. De acordo com Gramsci (2004, p. 140), o movimento histórico nasce com base na estrutura. Ainda que a imprensa seja “[...] a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica, [...] não [é] a única: tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura.” (GRAMSCI, 2001a, p. 78). Em complemento do próprio autor:

[...] a comunicação falada é um meio de difusão ideológica que tem uma rapidez, uma área de ação e uma simultaneidade emotiva enormemente mais amplas do que a comunicação escrita (o teatro, o cinema e o rádio, com a difusão de alto-falantes nas praças, superam todas as formas de comunicação escrita, desde o livro até a revista, o jornal mural), mas na superfície, não em profundidade. (GRAMSCI, 2001b, p. 67).

Parafraseando Gramsci (2004), diríamos: a mídia eletrônica de televisão exerce a função de *liga ideológica* de nosso tempo!³¹

Para Gramsci (2004), a ideologia enquanto concepção de mundo (i) deve ser analisada historicamente como superestrutura (necessária a uma determinada estrutura); e (ii) tem como elementos constitutivos a filosofia, a economia e a política e, como tais, um está contido no outro, e todos formam um conjunto homogêneo.

Consoante à perspectiva marxista a qual se vincula, Gramsci (2004, p. 237) reforça que, do elemento constitutivo filosofia se destaca a práxis, da relação da vontade humana (a superestrutura) e a estrutura econômica; da economia, a relação entre trabalho e forças de produção, tendo o valor como centro unitário; e do elemento constitutivo política, a relação entre Estado e sociedade civil.

Ocorre que nem sempre as ideias defendidas na política estão localizáveis nela, mas, na economia ou na filosofia; isto porque “[...] em toda personalidade existe uma atividade dominante e predominante: é nela que se deve buscar o seu pensamento *implícito* na maioria dos casos e, por vezes, em contradição com o que é expresso *ex professo*.” (GRAMSCI, 2004, p. 209-210).

Descortinar uma ideologia é atentar para esse procedimento de análise: decompor a concepção de mundo e identificar onde se localiza, explícita ou implicitamente, as ideias autênticas do projeto contido nela. O papel da mídia, e em especial da televisão, tem sido interditar esse processo de descortinamento e das contradições das ideias do projeto dominante.

Um exemplo ilustrativo disso trata-se da *liberdade de imprensa* propugnada por parte dos grandes veículos da mídia. Defende-se que a imprensa tenha a liberdade de tudo publicar, sem censura. Emerge a contradição ao se verificar que causa incômodo a esses setores quando as classes subalternas reivindicam expressar, nesses veículos, suas convicções contrárias aos interesses

³¹ Em *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (2004, p. 329) usa o termo “*ligas*” ideológicas – grifado dessa forma, ligas entre aspas – para qualificar a que se propõe a obra de Croce junto à educação das classes dirigentes italianas. Gramsci (2004) não volta a esse termo em outras partes da obra, mas vislumbramos nele um *insight* gramsciano bem pertinente para também ao contemporâneo caso da mídia.

da classe dominante, especialmente no debate pertinente à condução da política econômica pelo Estado. Não conseguem. À grande mídia monopolizada interessa a *liberdade de imprensa*, não a *liberdade de expressão*, o debate sob contraditório!

Então, este é um exemplo de que é no campo da política que, de fato, defrontar-nos-emos com as ideias filosóficas do grande capital da mídia, trazidas na concepção de mundo por ela expressa, sobre o conceito de liberdade (e liberdade de expressão) proposto pelos setores dominantes para as políticas de comunicação no País.

Segundo Gramsci (2004), o desenvolvimento da estrutura e da superestrutura está intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco. A estrutura é móvel; não é absoluta; trata-se da própria realidade em movimento. Por sua vez, a superestrutura não é mera elucubração individual; é objetiva; é operante. É nela que os homens tomam consciência de sua posição social, tarefas, da própria força, do próprio devir, no terreno das ideologias. Por isso, o vínculo é intrínseco entre ambas, pois “[...] entre estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital.” (GRAMSCI, 2004, p. 389). Falar que Gramsci (2004) separa uma da outra ou que superdimensiona a segunda em relação à primeira é um equívoco interpretativo de sua contribuição a esse debate.

O que anota o autor é que o desaparecimento de uma estrutura não corresponde necessariamente ao desaparecimento de elementos da superestrutura a ela vinculados. Pode ocorrer que de uma ideologia sobrevivam elementos para além da estrutura superada, pois “[...] o mundo das ideologias é (em seu conjunto) mais atrasado do que as relações técnicas de produção [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 217).

Gramsci (2004, p. 395) sustenta essa reflexão exatamente para não cair no que chama de *ideologismo*. O que metodologicamente ele explica no fato de que a síntese conservará o que ainda é vital da tese, superada pela antítese; o que não se tem como saber *a priori* qual será esse elemento vital a ser conservado.

Nestes termos, *a ideologia não está para além da estrutura*, como vimos. Mas, sim, intrinsecamente relacionada a ela, ainda que tal grau de inter-relação não seja automática, no tocante às transformações pelas quais passe a estrutura e a superestrutura, na qual identificaremos a ideologia.

3 IDEOLOGIA E O PODER DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DA CULTURA NO DOMÍNIO DAS MASSAS

Neste capítulo, afinando para a investigação do objeto de pesquisa do trabalho, prosseguimos com a base teórica gramsciana. Buscamos nela os elementos para examinar a mídia monopolizada pela classe dominante, fixando-nos na tese de que, ainda que a mídia televisiva seja a parte mais dinâmica da estrutura ideológica, ela não é a única a influir sobre o processo, mas exerce importante papel intelectual, contribuindo para a criação do terreno ideológico que determina a reforma das consciências e uma concepção de mundo. Enfim, como vimos anteriormente, espécie de *liga* ideológica de nosso tempo. Nesse contexto teórico, rejeitamos os termos das conclusões de Octávio Ianni (2003) da maneira como ele denomina a televisão: *príncipe eletrônico*, capaz de metamorfosear tudo o que pode ser social numa síntese de tudo o que pode ser político.

Dando continuidade ao entrelaçamento das ideias deste item, voltamos para a concepção gramsciana da relação entre o Estado e a sociedade civil no movimento da luta de classes. A partir dessa análise, avançamos para a concepção da luta pelo poder, problematizando outra interpretação que, defendemos, destoa da elaboração de Antonio Gramsci, a de que ele concebe o Estado como uma unidade que subsume a sociedade civil, concepção essa resultante de uma leitura pressuposta da existência de uma *teoria ampliada do Estado* por ele elaborada. De fato, há elaborações inovadoras desenvolvidas por Gramsci acerca do conceito de sociedade civil, mas que não conduzem à conclusão de que ele tenha feito essa formulação nos termos de um Estado que engloba, mecanicamente, a sociedade política e a sociedade civil, como uma soma, e não uma resultante de uma interação dialética e orgânica no plano da superestrutura.

Assim, trazemos ainda as lições de Gramsci para a análise da conjuntura, a fim de apontarmos para uma precisa leitura de como se dá a disputa pelo poder nas sociedades por ele caracterizadas como de tipo ocidental, o que também exigiu uma breve referência à formulação dos conceitos de sociedades de tipo oriental e, ainda, de sua definição para os termos guerra de posição e guerra de movimento apresentadas por ele. E, em seguida, particularizando para o exame do papel da televisão nesse contexto.

3.1 A comunicação como meio de difusão ideológica na luta pelo poder na relação entre Estado e sociedade civil

A luta pelo poder na contemporaneidade cada vez mais se direciona para a luta pela conquista do Estado. O Estado concebido como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção, mas também expressão da sociedade civil organizada, não só aparelho estatal, e unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil, não como algo superior aos indivíduos (GRAMSCI, 2004).

“Estado” significa, em especial, direção consciente das grandes multidões nacionais; é necessário, portanto, um “contato” sentimental e ideológico com estas multidões e, em certa medida, simpatia e compreensão de suas necessidades e exigências. (GRAMSCI, 2002a, p. 74-75, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, o Estado é um instrumento de racionalização, que atua segundo um plano e determina o modo de vida possível (GRAMSCI, 2002b). Como deslinda Gramsci: (a) “[...] o Estado não produz *ut sic* a situação econômica, mas é expressão da situação econômica.” (GRAMSCI, 2004, p. 379); (b) “O Estado é soberano, na medida em que é a própria sociedade organizada.” (GRAMSCI, 2002b, p. 204); e (c) “[...] Estado é todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter consenso ativo dos governados [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 331).

Para alcançar essa síntese do pensamento gramsciano em relação ao Estado, é preciso compreender as lições de Gramsci (2002b) para a correta *análise das situações, das relações de força*, diferenciando o que são movimentos relativamente permanentes (ou orgânicos) do que são movimentos ocasionais, imediatos e quase acidentais (ou vinculados à conjuntura³²), com o fim de colocar “[...] o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas”.

³² Observa Gramsci (2004) que, em italiano, conjuntura é o mesmo que flutuação econômica, oportunidade econômica favorável ou desfavorável. Daí, a definição dada pelo autor para o vocábulo conjuntura nestes termos: “Pode definir-se a conjuntura como o conjunto das circunstâncias que determinam o mercado numa fase dada, desde que estas circunstâncias se concebam em movimento, ou seja, como um todo que acarreta um processo de combinações sempre novas, processo que é o ciclo econômico. Estuda-se a conjuntura para prever e também, portanto, dentro de certos limites, determinar o ciclo econômico em sentido favorável aos negócios. Por isto, também se definiu a conjuntura como a oscilação da situação econômica ou o conjunto das oscilações.” (GRAMSCI, 2004, p. 259).

Isto nos marcos da devida anotação gramsciana da também distinção entre *situação* e *conjuntura*³³:

[...] diferença entre “situação” e “conjuntura”: a conjuntura seria o conjunto das características imediatas e transitórias da situação econômica e, por este conceito, seria então necessário entender as características mais fundamentais e permanentes da própria situação. Portanto, o estudo da conjuntura ligado mais estreitamente à política imediata, à “tática” [e à agitação], ao passo que a “situação” liga-se à “estratégia” e à propaganda, etc. (GRAMSCI, 2004, p. 439-440, grifos do autor).

Se esses conceitos mantêm entre si diferenças (conjuntura/imediato/tático, situação/mediato/estratégico), inexistência de diferenciação entre os conceitos de Estado e sociedade civil, a não ser por um aspecto meramente metodológico. Estado ou sociedade política é diferente de sociedade civil por uma questão metodológica, não intrínseca³⁴. Não há distinção orgânica entre ambos, defende Gramsci (2002b). “A sociedade civil e o Estado se identificam na realidade dos fatos.” (GRAMSCI, 2002b, p. 47). A classe se torna dominante no Estado à medida que alcança a hegemonia ético-política na sociedade civil, posto que “[...] a direção do desenvolvimento histórico cabe às forças privadas, à sociedade civil, que também é ‘Estado’, aliás, é o próprio Estado.” (GRAMSCI, 2002b, p. 85).

De posse dessas duas premissas, analisar a luta de classes pelo Estado é fazer a correta análise das relações de força, em seus diversos momentos e graus, ensina Gramsci (2002b). E tal leitura dessas relações de forças passa por: (i)

³³ Para Gramsci (2002b), ao não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional, comete-se um dos seguintes erros: excesso de *economicismo* ou de *doutrinarismo* pedante; ou excesso de *ideologismo*. Afirma-se como imediatamente atuantes causas que atuam mediatemente ou se considera causas imediatas com as únicas causas eficientes. E, dessa forma, superestimam-se causas mecânicas ou se exalta o elemento voluntarista e individual.

³⁴ Exemplos da realidade brasileira são inúmeros para demonstrar essa tese. Vejamos dois casos. O empresário Armando de Queiroz Monteiro Neto foi o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), organismo privado da sociedade civil, vinculada aos empresários industriais, de 2002 a 2010. No período de 1999 a 2010, ele também foi Deputado Federal, por três vezes consecutivas (pelo PMDB, depois, PTB). Concomitantemente, expressou no Estado/sociedade política, como Deputado Federal, os interesses da organização da sociedade civil que presidia, a CNI. Assim como, em 2011, quando se elegeu senador da República, por Pernambuco, e entre 2015 e 2016, quando foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no governo Dilma Rousseff. As suas ideias na sociedade civil foram as mesmas que nutriram seu mandato no parlamento brasileiro. Do outro lado, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, exerceu a presidência da Central Única dos Trabalhadores (CUT), organismo privado da sociedade civil, ligada aos trabalhadores, de 1994 a 1997. Em 2003, foi eleito Deputado Federal, pelo PT de São Paulo. As propostas defendidas por ele no parlamento advêm de seus vínculos sindicais como metalúrgico. Ou seja: ambos os casos são expressão da hegemonia que construíram em seus movimentos sociais aos quais estavam vinculados. Ambos estavam no Estado, seja no Parlamento, seja no Executivo. Suas atuações, na sociedade civil e no Estado, se identificavam na realidade dos fatos, de seus votos no parlamento, das políticas que defendiam que o governo federal implementasse. A distinção de ambos, como sociedade civil e como sociedade política/Estado, era tão somente metodológica.

identificar a relação de forças estreitamente ligada à estrutura; (ii) avaliar o grau de homogeneidade dentre as forças políticas; e (iii) examinar a relação das forças militares.

O primeiro momento deve se ater à realidade como ela é, objetivamente, seus números sobre os quais não cabe polêmica: certo total de cidades, de número de empresas, de empregados, população, etc. Essa observação objetiva permite estudar se existem na sociedade as condições necessárias e suficientes para sua transformação, bem como verificar a viabilidade das diversas ideologias que nasceram nesse terreno, em suas contradições específicas durante seu desenvolvimento. (GRAMSCI, 2002b).

O segundo momento trata-se da relação de forças políticas. Consiste em avaliar o grau de (a) homogeneidade, (b) autoconsciência e (c) de organização alcançadas pelos vários grupos sociais. Este momento se concretiza a partir de três fases:

- a) A econômico-corporativa – nela, “[...] sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo.” (GRAMSCI, 2002b, p. 41). Aqui, um comerciante até é solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, mas ainda não há laços de solidariedade entre o comerciante e o fabricante;
- b) A consciência de solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social – nela, todos os membros do grupo social adquirem uma solidariedade no campo econômico. Aqui, já se colocam a questão do Estado: participação, igualdade político-jurídica, etc.;
- c) A superação dos próprios interesses corporativos – nesta fase, o grupo social supera, para além do econômico, os seus interesses próprios e amplia seu círculo de interesses para outros grupos subordinados. É a fase mais estritamente política, “[...] assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas.” (GRAMSCI, 2002b, p. 41).

Nessa fase, temos ainda a coesão das ideologias geradas anteriormente, pelos grupos que não mantinham solidariedade de interesses entre si, numa única perspectiva, numa espécie de *partido*, que, após a confrontação e a lutam entre elas, surge pelo menos uma única combinação, que tende a prevalecer e a se impor e irradiar,

[...] determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2002b, p. 41, grifo do autor).

O terceiro momento relaciona-se com a relação de forças militares. Há dois graus distintos e de identificação mais apurada que se combinam variadamente no curso da história: o sentido estrito ou técnico-militar e o sentido amplo ou político-militar. Gramsci acentua sua análise sobre esse terceiro momento com olhos, sobretudo, voltados às nações que buscam sua independência, que estão se constituindo como nação e cuja necessidade de um exército (sentido técnico ou restrito) não tende a passar por uma permissão do Estado hegemônico, mas por uma opção muito mais político-militar (sentido amplo) da nação oprimida.

O que se apresenta de relevante, em termos gerais, para Gramsci (2002b, p. 43), nas considerações desse terceiro momento é que, inter-relacionado com os dois momentos anteriores (primeiro, a realidade objetiva; e, segundo, a relação de forças políticas), para ele, “[...] o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo”.

Vinculada ao anterior, acrescenta-se a necessária avaliação acerca do impacto das crises econômicas, examinar se elas são ou não determinantes para as crises históricas fundamentais. Na perspectiva gramsciana, por si mesmas as crises econômicas imediatas não produzem eventos fundamentais, apenas podem “[...] criar um terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal.” (GRAMSCI, 2002b, p. 44). E no bojo dessa análise de forças políticas, ressalva Antonio Gramsci (2002b, p. 46):

A observação mais importante a ser feita sobre qualquer análise concreta das relações de força é a seguinte: tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas [...], mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade [...]. O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, [...] a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si.

Tais momentos devem, por sua vez, ser considerados à luz dos elementos dessa análise de forças, os quais Gramsci (2002b, p. 20) destaca:

- (i) A relação de forças internacionais – quais são as grandes, pequenas e médias potências, quais os blocos de Estados hegemônicos, grau de independência e soberania;
- (ii) O grau de desenvolvimento das forças produtivas – os sistemas hegemônicos no interior do Estado, forças políticas e partidos;
- (iii) As relações políticas imediatas.

A análise de forças, ainda, “[...] deve orientar-se para a identificação dos elementos de força, mas também dos elementos de fraqueza que tais movimentos contêm em seu interior.” (GRAMSCI, 2002b, p. 55). Com esses instrumentos para se informar sobre a realidade concreta na qual se dá a luta política para a construção de uma hegemonia, Gramsci (2002b, p. 124) traz ainda uma contribuição pioneira e de alta relevância para a batalha das ideias: a maneira de travar a luta pelo poder, pois “[...] a luta política é muitíssimo mais complexa”. Destaca nosso autor, convencido de que toda luta política tem um substrato militar:

- a) A forma de luta – guerra de posição ou guerra de movimento;
- b) O terreno da batalha – sociedades de tipo ocidentais ou sociedades de tipo orientais.

Trabalhando o caso da luta da independência da Índia, Gramsci (2002b) exemplifica que a resistência pacífica de Gandhi foi um exemplo típico da guerra de posição, que, em determinados momentos, via as greves deflagradas, se tornava guerra de movimento, e, na preparação clandestina de armas e de elementos combativos, revestia-se numa guerra subterrânea.

À guerra de movimento, Gramsci (2002b) associa a conquistas de posições não decisivas para a disputa política, portanto, que não deve mobilizar todos os esforços da hegemonia. Diferente da guerra de posição, na qual “[...] é necessária uma concentração inaudita de hegemonia, [...] que mais abertamente tome a ofensiva contra os opositores [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 255). Para Gramsci (2002b, p. 255, grifo do autor), “[...] na política a ‘guerra de posição’, uma vez vencida, é definitivamente decisiva”. Enquanto na guerra de movimento, uma etapa vencida necessita ser confirmada, pois, fazendo alusão com a guerra militar, tomar um território é apenas o começo da vitória, pois, em seguida, será preciso travar uma batalha diária pela sua manutenção.

Gramsci (2004) associa a guerra de movimento à vitoriosa Revolução de Outubro, conduzida por Lênin, na Rússia, no oriente. E relaciona a guerra de posição à complexidade das sociedades ocidentais, embora, no caso francês, tenha identificado as duas formas de guerra: “Na Europa de 1789 a 1870, houve uma guerra de movimento (política) na Revolução Francesa e uma longa guerra de posição de 1815 a 1870.” (GRAMSCI, 2004, p. 300).

De acordo com Gramsci (2002b, p. 24, grifos do autor),

Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; [...] A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc.

Então, ainda que não se descarte a possibilidade de ter ambos os tipos de movimentação (guerra de posição e guerra de movimento) em terrenos que não lhe parecem propícios (sociedades de tipo ocidental e sociedades de tipo oriental), dado que “[...] a verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo.” (GRAMSCI, 2002b, p. 72), temos, por conseguinte, formas de luta políticas peculiares ao terreno da batalha no qual se trava.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas [...]. (GRAMSCI, 2002b, p. 262).

A guerra de posição seria, dessa maneira, a tática mais propícia às sociedades nas quais a sociedade civil é muito mais complexa, que exige uma batalha longa e paciente pela conquista da hegemonia.

[...] no que se refere aos Estados mais avançados, onde a “sociedade civil” tornou-se uma estrutura muito mais complexa e resistente às “irrupções” catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna. (GRAMSCI, 2002b, p. 73, grifo do autor).

Gramsci (2002b) nos traz, assim, a partir de sua sagaz percepção das transformações históricas pelas quais passavam as sociedades capitalistas, o alerta de uma necessária reinvenção da estratégia de transformação por parte das classes subalternas. Sua batalha política em seu tempo era, na elaboração de sua teoria,

uma batalha política atual à medida que era contrária àqueles que concordavam com essa renovação. (COUTINHO, 1992).

Na perspectiva gramsciana, a sociedade civil é o espaço no qual se dá a hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, dando conteúdo ético-político ao Estado. (GRAMSCI, 2002b). Como destaca Coutinho (1992, p. 73, grifo do autor), sociedade civil é o conceito que traz especificidade e novidade à teoria política de Gramsci: “[...] o conceito de ‘sociedade civil’ como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido estrito”.

Diferentemente do que conclui Norberto Bobbio (apud COUTINHO, 1992, p. 73), que interpreta Gramsci como um pensador que rompe com a centralidade ontológica de Marx, ao supostamente desconsiderar a base econômica como elemento determinante do processo histórico – “Em Marx, esse momento ativo e positivo é estrutural; em Gramsci, é superestrutural”. –, o que temos em Antonio Gramsci, pelo contrário, é a reafirmação desse momento, em última instância, como determinante. Para Gramsci (2004, p. 349), “[...] a contradição econômica torna-se contradição política e é resolvida politicamente por uma subversão da práxis [...]”. Neste e em diversos outros trechos é evidente que Gramsci (2004) reafirma, ao contrário de romper, essa tese marxiana.

Um bloco histórico, por exemplo, é formado a partir do conjunto complexo e contraditório das superestruturas como reflexo das relações de produção, em uma reciprocidade entre estrutura e superestrutura que é precisamente um processo dialético real, sintetiza Gramsci (2004). Ele concebe o desenvolvimento da estrutura e da superestrutura “[...] como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco.” (GRAMSCI, 2004, p. 369). A estrutura não está destaca da superestrutura. Ela é móvel, e não absoluta: é realidade em movimento. É no bloco histórico resultante dessa relação dialética, que um grupo social 100% homogêneo ideologicamente possui as condições objetivas para a subversão da práxis, para a conquista do poder e efetivação de sua hegemonia.

Embora com a conclusão equivocada, Bobbio estava correto na interpretação de que, em Gramsci, o conceito de sociedade civil está identificado no plano da superestrutura, enquanto em Marx, está localizado no âmbito da infraestrutura econômica. Contudo, realcemos, distinção acentuadamente metodológica, não orgânica. “Gramsci não inverte nem nega as descobertas

essenciais de Marx, mas ‘apenas’ as enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do materialismo histórico.” (COUTINHO, 1992, p. 74, grifo do autor).

O que temos, então, é que o sistema de produção e o sistema de reprodução da sociedade se encontram ambos na sociedade civil. Na sociedade burguesa³⁵, a sociedade civil que podia visualizar em sua época (meados do século XIX), Marx deteve-se ao exame da infraestrutura; na esfera social nova do início do século XX, a sociedade civil com a qual se deparava em seu tempo (sufrágio universal, grandes sindicatos e partidos de massa, imprensa de massa, etc.), Gramsci fixou-se na investigação da superestrutura. “O conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista *do Estado*.” (COUTINHO, 1992, p. 74, grifo do autor). O conceito gramsciano de sociedade civil inova as contribuições de Marx, Engels e Lênin. Ele expressa

[...] um fato novo, uma nova determinação do Estado, que não nega ou elimina as determinações registradas pelos “clássicos”, mas representa – e Gramsci está consciente disso – um enriquecimento e um desenvolvimento das mesmas. (COUTINHO, 1992, p. 76, grifo do autor).

Gramsci, no estudo da hegemonia pretendida pelas classes em luta, destaca que esse processo ocorre precisamente na sociedade civil, uma vez que nela se constrói o consenso, a adesão dos governados, dos subalternos. Se antes, Marx, Engels, Lênin, pelo tempo em que viviam, direcionam suas reflexões para esse processo de luta, mas tendo o Estado como elemento fundamental de hegemonia³⁶, porque nele se dava a dominação, a coerção e imposição de uma ordem societal, Gramsci demonstra, também pelo tempo em que vive, que esse processo se estende, agora, para o terreno da sociedade civil. Inaugura-se uma nova estratégia para a luta das classes subalternas, pela qual

³⁵ Sobre a tradução do alemão feita por Gramsci ao texto de Marx, registra Carlos Nelson Coutinho (1992, p. 86) a observação trazida por Gerratana, em sua resposta às teses de Bobbio: “[...], observou que o afastamento de Gramsci [do conceito marxiano de sociedade civil] é consciente: quando, nos exercícios de tradução feitos no cárcere, ele traduz a expressão marxiana ‘*bürgerliche Gesellschaft*’, não o faz como termo habitual de ‘sociedade civil’, mas sim com a expressão literal ‘sociedade burguesa’, como a indicar a diferença entre os dois conceitos (Valentino Gerratana, *in* Vários Autores, *Gramsci e la cultura contemporânea*, cit. Vol. I, pp. 169-173).”

³⁶ Conforme Simionatto (1995, p. 64, grifo do autor): “[...] a partir do *18 Brumário*, a análise marxiana sobre o Estado se amplia [...], pode-se concluir que o ponto de chegada para o Marx do *Manifesto Comunista* é exatamente o ponto de partida para Gramsci. Se, para o primeiro, o Estado é um aparelho coercitivo, instrumento de dominação, para o segundo o Estado não é algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas”.

Gramsci põe no centro da análise dos *Cadernos* a idéia da *transição como processo*. É afastado, substancialmente, o conceito de colapso repentino da sociedade burguesa capitalista. [...] No centro dessa idéia da transição como processo está o tipo novo de reflexão que Gramsci desenvolve acerca do Estado. (GIOVANNI apud COUTINHO, 1992, p. 81, grifos nossos).

Gramsci, sem dúvida, a partir das bases do pensamento marxiano, enriquece a reflexão acerca do Estado. De Marx (2010, p. 59), retoma a máxima da crítica que este fez a Hegel, segundo a qual o caminho percorrido por ele estava invertido: “O mais simples é o mais complexo e o mais complexo é o mais simples.”. Não é o momento filosófico da lógica da coisa, mas da coisa da lógica (MARX, 2010); não é a constituição que cria o povo, mas o povo que cria a constituição – “O homem não existe em razão da lei, mas a lei existe em razão do homem.” (MARX, 2010, p. 50); não se trata da *sociedade civil do Estado*, mas do *Estado da sociedade civil* (MARX, 2010). Ou seja, não era o Estado a base da sociedade civil, como afirmara Hegel, mas sim a sociedade civil que era a base do Estado: “O Estado é um *abstractum*. Somente o povo é o *concrectum*”. (MARX, 2010, p. 48, grifo do autor).

Gramsci também reafirma que o Estado é uma invenção do homem em sociedade e que o Estado advém da sociedade civil. A contribuição original gramsciana reside no alargamento dado à compreensão que esse Estado é também resultante da hegemonia construída na sociedade civil. Por conseguinte, também perpassa por ele a direção que as classes dão nos aparelhos privados de hegemonia, sobretudo nas sociedades civis desenvolvidas no ocidente. Na interpretação majoritária acerca da contribuição de Gramsci, trata-se da compreensão de que o pensador italiano contribui para a teoria política marxista desenvolvendo uma teoria ampliada do Estado.

A expressão *teoria ampliada do Estado*, registra Coutinho (1992), foi usada pela primeira vez por Christine Buci-Glucksmann, em *Gramsci et l'État* (1975). Para a autora, a ampliação do Estado em Gramsci

[...] passa por uma incorporação da hegemonia e de seu aparelho de Estado [...] Gramsci estabelece, com efeito, no *Caderno 6* (137) uma equivalência entre “aparelho de hegemonia privado” e “sociedade civil”, sendo que o aparelho de hegemonia se reveste de uma dupla dimensão: econômica e político-cultural.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 98-99, grifo do autor).

Sublinhando que “[...] não pode haver sociedade civil sem a determinação daquilo que constitui seu fundamento: as relações de produção.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 100), ela defende que a problema da ampliação do Estado

será envolvida na questão da correlação de forças, sendo a sociedade civil atravessada pela luta de classes, do econômico ao ideológico. Para sustentar compreensão da ampliação do Estado, Buci-Glucksmann (1980) apresenta o que considera quatro formas decorrentes do esquema de desdobramento metodológico das superestruturas em Gramsci.

A primeira que ela denomina de Forma 1: o desdobramento metodológico das superestruturas. Trata-se da “[...] necessidade de superar uma simples concepção do Estado como instrumento nas mãos de uma *classe sujeito*.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 126). Por conseguinte, detalha a autora, não há em Gramsci uma relação mecanicista entre Estado e classe. Decorrem dessa assertiva, dois conceitos de Estado em Gramsci: um no sentido restrito (unilateral/identificado com governo/coercitivo) e outro no sentido amplo (integral). Buci-Glucksmann retira corretamente a reflexão elaborada por Gramsci (2002b, p. 244, grifos nossos) segundo a qual

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da **confusão entre sociedade civil e sociedade política**, uma vez que se deve notar que **na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil** (no sentido, seria possível dizer, de que **Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção**).

Para o pensador italiano, “[...] por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. (GRAMSCI, 2002b, p. 255, grifos do autor).

A Forma 2: o Estado e sua *base histórica*. A partir das reflexões acerca da relação entre a crise econômica e a superação da sociedade capitalista, que Gramsci não dá como natural e consequente, Buci-Glucksmann (1980, p. 133, grifo da autora) retoma essa concepção gramsciana, na qual, para a autora, se “[...] explica por que o conceito gramsciano de *crise orgânica*, *crise histórica* ou *crise de hegemonia*, *acrescenta coisa de novo* ao conceito leninista de crise revolucionária: precisamente a ampliação do Estado”. Conclui, então, ela: “[...] a ampliação do Estado, devida à tomada em consideração da crise do aparelho de hegemonia, é inseparável da análise das *bases históricas* constitutivas desse Estado.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 135).

A Forma 3: a ampliação do aparelho de Estado (exército, polícia, burocracia, instituições privadas de hegemonia). Aqui, Buci-Glucksmann (1980, p.

138) realça: “[...] a análise do aparelho de Estado não poderia *ser técnica*, separada das classes e forças sociais que o sustentam por interesse ou por posição de classe momentânea”. Uma crise orgânica é, explica a autora, a partir de Gramsci, em primeiro lugar, crise do Estado em seu conjunto: crise do Estado *integral*.

A Forma 4: aparelho de Estado e aparelhos de hegemonia. Neste ponto, a principal anotação da autora é que “[...] o aparelho político de Estado não se limita de maneira alguma tão somente ao aspecto institucional-estatal, compreendido e existindo enquanto tal.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 142). Dessa forma, registra:

A ampliação do Estado, pela incorporação ao Estado dos aparelhos de hegemonia, pressupõe também a ampliação do aparelho de Estado. Esse duplo processo dialético autoriza uma abordagem diferenciada das relações classe/Estado e Estado/sociedade. Mediações, pontos de fusão, ponto de apoio que são a dialética concreta das relações entre infra-estrutura e superestruturas. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 142).

É pelos aparelhos de hegemonia, resume Buci-Glucksmann (1980), que a dominação de uma classe pode superar sua própria base estreita para organizar o consenso de uma ampla camada da população em torno de sua política. Dessas quatro exposições, a autora sintetiza, então, as teses de sua interpretação que sustenta que Gramsci constrói na obra dele uma teoria ampliada do Estado. São quatro as teses de Buci-Glucksmann (1980), as quais:

- 1ª tese – “A ampliação do Estado é uma tese anti-economista, que questiona o economicismo liberal e o economicismo maximalista.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 149);
- 2ª tese – “A ampliação gramsciana do conceito de intelectual vincula-se à ampliação do conceito de Estado [...]. Consequentemente, não existe teoria dos intelectuais sem teoria dos aparelhos de hegemonia, sem teoria do Estado.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 149);
- 3ª tese – “A ampliação do Estado excede qualquer modelo de tipo estrutural-funcionalista.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 150);
- 4ª tese – “O conceito de *hegemonia* desempenha um duplo papel, organizando um duplo campo: o de uma ciência política, o de uma ‘filosofia do marxismo’.” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 150, grifos do autor).

As quatro teses da autora estão corretas em sua leitura da obra gramsciana. No entanto, fica-nos a seguinte observação: não está anotada nos *Cadernos do Cárcere* qualquer referência a denominar de teoria ampliada do Estado

as ideias que Gramsci elabora e enriquece à teoria dos clássicos. Pode até ser consequência, mas não é uma tese pensada enquanto tal e assumida nesses termos pelo autor. Gramsci investigou e apresentou reflexões sobre a hegemonia e a luta das classes/grupos sociais por implementá-la segundo seu projeto nas sociedades ocidentais desenvolvidas. Não tratou de ampliar a teoria marxista do Estado, embora disso resultem seus pensamentos em relação ao que vinha sendo elaborado anteriormente por Marx, Engels, Lênin. É como atribuir a Marx uma teoria ampliada do capital por conta de suas descobertas de determinações ausentes na pesquisa de David Ricardo ou Adam Smith sobre o capitalismo. Marx desenvolveu uma teoria para a compreensão e superação do modo de produção capitalista. O que vem em consequência para a superação desse modo de produção está embutido em suas premissas, mas não desenvolvido como uma teoria ampliada sobre o capital. Anotar essa observação é necessário pelo fato de que qualquer erro metodológico na interpretação da estratégia gramsciana de construção de uma nova hegemonia repercute em posições políticas equivocadas no processo histórico³⁷.

Devemos recuperar Gramsci nos moldes que nos sugere Dias (1987a): nem uma leitura instrumental, nem inocente. Na primeira, recompõe-se seu pensamento como a um quebra-cabeça, e se incorre no erro de tomar fragmentos isoladamente como um texto pronto; na segunda, reduz-se seu texto à condição de verdade, que passa a ser parâmetro para provar acertos ou erros de outras *matriz(es) de verdade*, perdendo a própria especificidade da contribuição gramsciana. “Gramsci parte de questões/problemas seus para enfrentar os problemas colocados à sua reflexão pelo campo ideológico do seu tempo.” (DIAS, 1987a, p. 17). Para usar Gramsci contra Gramsci, basta colocar seu pensamento fora da história, da política e da luta de classes.

Dessa maneira, parece-nos mais adequado tratar a interpretação da teoria *ampliada* do Estado de Gramsci entre aspas, a fim de indicar uma leitura crítica de sua interpretação. Pois, sim, ele alarga a compreensão marxista acerca da estrutura e legitimação do Estado, mas não, não o faz com a perspectiva de construir uma teoria *ampliada* do Estado. Até porque, em nosso entendimento, à luz

³⁷ Exemplo do acerto metodológico para guiar a ação política é, indubitavelmente, a crítica de Antonio Gramsci aos equívocos da condução do processo da Revolução Russa após a morte de Lênin e, ao mesmo tempo, à tática de combate ao fascismo na Itália, sustentando-as em sua leitura acerca da complexidade da sociedade civil e de sua interconexão com a tomada e exercício do poder. A primeira, registrada em algumas cartas do cárcere; a segunda, em suas notas ao *Risorgimento* e sobre a história da Itália, nos *Cadernos do Cárcere*.

do conjunto de suas anotações, Gramsci elabora como fim último de sua reflexão a ação transformadora.

Ele põe como tarefa histórica da classe subalterna o fim desse Estado. Por conseguinte, parece-nos, não se trata de ampliar, mas de levá-lo ao definimento, como continuador da perspectiva marxista-leninista que Gramsci o foi. Como em Marx, em Gramsci o Estado nasce da sociedade civil. Como em Marx, Engels e Lênin, em Gramsci o Estado é também extinguível. Mas a inovação trazida por Gramsci é que, na atualidade, o Estado só define à proporção que a sociedade civil sob a hegemonia de uma nova cultura política nasce, cresce e vive, sob o projeto político emancipatório da classe que assume para si essa perspectiva histórica.

Assim, ao frisar que “[...] na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia).” (GRAMSCI, 2002b, p. 257), e que “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 244), nosso pensador italiano está buscando destacar que pelo Estado perpassa a sociedade civil, não que ele abarque a sociedade civil! Não se trata de duas esferas distintas (sociedade civil, sociedade política) que estão dentro de uma esfera maior, a do Estado. Na verdade, a *esfera* do Estado está contida na *esfera* da sociedade civil. A hegemonia predominante na sociedade civil determina a orientação do Estado.

O Estado moderno substitui o bloco mecânico dos grupos sociais por uma subordinação destes à hegemonia ativa do grupo dirigente e dominante; portanto, abole algumas autonomias, que, no entanto, renascem sob a outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura. (GRAMSCI, 2002c, p. 139).

Como adverte Dias (1987a, p. 22), não se deve tratar o texto gramsciano em abstrato, nem dele retirar as *célebres citações* a serem utilizadas acriticamente, a bel prazer do intérprete. Vejamos que nessa própria formulação gramsciana de “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, **hegemonia couraçada de coerção** [...]” (GRAMSCI, 2002b, p. 244, grifos nossos), parece-nos que o inverso é muito mais pertinente à formulação que o próprio Gramsci não tenha se dado conta ou tempo de reformular, pois ela só aparece, e dessa forma, no Caderno 6, § 88, dos *Cadernos Miscelâneos*: Estado é *coerção couraçada de hegemonia*! Lembremos que Gramsci aduz que hegemonia é direção (consenso) e domínio (coerção), nessa ordem, e não o seu inverso. Essa é elaboração que o próprio

Gramsci desenvolve com mais frequência em seus Cadernos, ainda que anotada essa síntese mais difundida como teoria ampliada.

A foto a seguir nos parece servir bem para ilustrar exatamente essa elaboração. A polícia espanhola, que tentava reprimir a manifestação de jovens em Madrid, em 2012, completamente cercada pelos manifestantes e impotente, embora os policiais estivessem armados (Figura 1). Então, sem a hegemonia na sociedade para sustentar sua legitimidade, sua ideologia, o Estado em seu sentido estrito, de coerção, funciona muito pouco. “Hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 436-437). Mas, detalha Gramsci (2002c, p. 330), nos casos em que um grupo tem a função de “domínio” e não de “direção”, temos, por conseguinte, uma “ditadura sem hegemonia”.

Figura 1 – Manifestantes cercam a polícia, em Madrid (2012)



Fonte: MAIS de 60 ficam feridos e 26 são presos em protesto em Madri. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 2012. Mundo. Não paginado. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/09/1159143-mais-de-60-ficam-feridos-e-26-sao-presos-em-protesto-em-madri.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Outro elemento a destacar: a síntese gramsciana na fórmula Estado = sociedade política + sociedade civil é uma tentativa de ilustrar, não uma conclusão acabada, exata. Se assim o fosse, não teria sentido a sua proposição de extinguir o Estado, posto que, sendo ele igual, também, a sociedade civil, como se extinguiria sem que a sociedade civil em si também fosse extinta? Ou seja, em nosso entendimento, Gramsci não se equivoca nessa fórmula que apresenta, porque ele busca representar uma igualdade meramente formal, no intuito de salientar que o Estado é sociedade política + sociedade civil porque ele é resultante da conjugação desses dois fatores, e não sua soma. Isso, sim, resultante da sociedade política mais sociedade civil, defendemos, é a síntese do conceito de Estado integral formulada por Gramsci. E isso não decorre do fato de ele reconhecer que ampliou seu conceito de intelectual e, por consequência, de certas determinações do conceito de Estado, como sustentam tanto Buci-Glucksmann (1980) quanto Coutinho (1992) para fundamentar a teoria *ampliada* do Estado.

De posse dessas reflexões trazidas por nós, temos a concluir que se apropriar dessa formulação para sustentar uma teoria *ampliada* do Estado gramsciana carece, defendemos, de maior investigação na própria obra do pensador italiano, pois pouco ou nada observamos em seus Cadernos elaboração suficiente para essa conclusão.

“Escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe (compreensão do Estado existe não só quando se defende mas também quando se ataca o Estado para derrubá-lo).”, adverte Gramsci (2002b, p. 192). Ele observa ainda que a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado. E a história dessa unidade no Estado é a história dos Estados e dos grupos dos Estados. Assim, a história do Estado hegemônico é também a história das classes subalternizadas nesse Estado pelo grupo social que se tornou hegemônico, dirigente e dominante.

A unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar “Estado”; sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados. (GRAMSCI, 2002c, p. 139-140, grifos do autor).

“Só a força política, fundada na expansão econômica, pode ser a base para uma expansão cultural.” (GRAMSCI, 2001a, p. 167). Em Gramsci (2002b, p. 19), na luta de classe,

[...] uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.

Analisando a classe burguesa, em sua ascensão e seu ocaso, Gramsci (2004) evidencia as características da classe social em luta: (a) trata-se de um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; e (b) agrega em torno de si, difundindo a si e sua ideologia. A classe tem função econômica predominante, o que a leva a ser dominante, ainda que, às vezes, não seja governista. Ou, de outra forma, às vezes, não tendo função econômica predominante, torna-se apenas governante ou, em rebaixamento histórico ainda maior, apenas uma casta com determinadas características culturais e psicológicas. (GRAMSCI, 2004).³⁸

Para a classe subalterna, “[...] ganha assim sentido a questão da construção do novo Estado. Construção e não apenas tomada. O novo Estado é preparado pela construção da nova classe que aspira construir essa nova sociedade.” (DIAS, 1987a, p. 21). Para tanto, não se pode errar na elaboração teórica acerca da realidade concreta, pois, como registra Gramsci (2001b, p. 105, grifos do autor):

Destruir é muito difícil, exatamente tão difícil quanto criar. Porque não se trata de destruir coisas materiais, trata-se de destruir “relações” invisíveis, impalpáveis, ainda que se escondam nas coisas materiais. É destruidor-criador quem destrói o velho para trazer à luz, fazer aflorar o novo que se tornou “necessário” e urge implacavelmente no limiar da história. Por isto, pode-se dizer que se destrói na medida em que se cria.

No processo de difusão da nova concepção de mundo, que é simultaneamente também de substituição do velho pelo novo, em dados momentos combinando ambos, alguns elementos emergem como fortemente influentes, tais como: a forma racional como a nova concepção é apresentada, a autoridade de

³⁸ Exemplo em nosso processo histórico recente é o petismo. Foi governista, mas não dominante, pois sua função econômica predominante inexistiu, posto que aderiu ao projeto macroeconômico vigente, dando-lhe uma feição social, optou pelo chamado social-liberalismo, no período de seus governos Lula-Dilma (2003-2016). Por sua vez, ainda que por um período afastada do centro das decisões do governo, a velha classe dominante brasileira, porque predominante economicamente, não foi governista, mas retomou o Palácio do Planalto assim que se refortaleceu, retomando seu projeto macroeconômico com vigor, o neoliberalismo, sem dó nem pudor.

quem a expõe, a organização que participa. Elementos que variam de acordo com o grupo social e seu nível cultural. Dessa maneira, a forma racional deve ser coerente, o raciocínio deve ser perfeito, sem esquecer argumento algum, positivo ou negativo, a fim de que o indivíduo que está indeciso entre o velho e o novo, possa ser convencido da nova concepção.

E, especialmente junto às massas, o elemento de fé. De convicção no grupo social que se apresenta e se faz convencer de maneira fulminante junto às massas, que passam a ter convicção, ainda que não saiba argumentar o porquê, ainda que débeis na elaboração, e, sobretudo, ainda que em conflito com a concepção que vem sendo igualmente apresentada (racional, com autoridade, etc.) a elas pela concepção dominante, que se trata da concepção que, de fato, conduz o conjunto da massa a uma alternativa viável e concreta para si. (GRAMSCI, 2004). Convicção que somente se torna firme se permanentemente o grupo social que se quer hegemônico trabalhe incessantemente para elevar intelectualmente as camadas populares, dando personalidade ao amorfo elemento de massa, modificando, assim, o panorama ideológico de uma época. Eis os desafios diante dos quais nos coloca Gramsci para a permanente luta política de classe pelo poder.

O ente estatal não é um lugar neutro, onde os interesses grupais competem, como sugerido pelos instrumentalistas, mas um espaço '*capitalista que ativamente organiza forças de conflito no interior do capital, incluindo aqueles na mídia eletrônica*' (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 60 – grifos dos autores).

O controle da comunicação é exercido no País desde a transferência da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808. As duas tipografias que funcionaram nesse período – Imprensa Régia (Rio de Janeiro) e a patrocinada pelo Conde dos Arcos (Bahia) – foram controladas por censores régios (MELO, 2006). Por sua vez, o controle político e econômico sobre a radiodifusão brasileira, considerada serviço público, é exercido desde a fundação da primeira rádio do País, em 1923, no Rio de Janeiro³⁹.

Temos no Brasil a configuração de uma verdadeira comunicação *excludente* e à serviço do projeto hegemônico. Aspecto mais explícito ainda no que toca ao meio eletrônico televisão, como bem observa Kucinski (1998, p. 18): “[...] é por intermédio da TV que as classes B, C, D e E percebem os assuntos atuais,

³⁹ A primeira emissora regular foi a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 20 de abril de 1923, por Edgard Roquette-Pinto e um grupo de intelectuais da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

adquirem novos hábitos e desenvolvem uma linguagem comum. Quase todas as residências possuem um aparelho de TV [...]”.

A sustentação ideológica para o exercício do poder político é uma das principais razões de existir da mídia eletrônica monopolizada pela classe hegemônica brasileira. Em seu livro *Simulacro e poder: uma análise da mídia*, Marilena Chauí (2006, p. 44) expõe no que se constituíram contemporaneamente os grandes conglomerados da mídia e, especialmente, a mídia eletrônica televisiva:

Do ponto de vista do receptor, o aparelho de rádio e o televisor são eletrodomésticos, como o liquidificador, ou a geladeira. Do ponto de vista do produtor, são centros de poder econômico (tanto porque são empresas privadas como porque são uma mercadoria que transmite e vende outras mercadorias) e centros de poder político ou de controle social e cultural.

Nessas múltiplas possibilidades de investigar a mídia eletrônica, a filósofa brasileira delimita que o centro da questão é decifrar os meios de comunicação como poder. Isto porque o exercício do poder pelos meios de comunicação de massa está focalizado em dois aspectos principais: o econômico e o ideológico. Do ponto de vista econômico,

[...] os meios de comunicação são empresas privadas, mesmo quando, como é o caso do Brasil, rádio e televisão são concessões estatais, pois estas são feitas a empresas privadas; ou seja, os meios de comunicação são uma indústria (a indústria cultural) regida pelos imperativos do capital. (CHAUI, 2006, p. 73).

Do ponto de vista ideológico, “[...] as representações ou imagens que constituem a ideologia *aparecem* desprovidas de localização, embora *estejam* precisamente localizadas nos centros emissores da comunicação.” (CHAUI, 2006, p. 74). Assim, “[...] o poder econômico *aparece* localizado nos proprietários das empresas da indústria de comunicação, mas é o poder ilocalizado do capital.” (CHAUI, 2006, p. 74, grifos da autora). Ou seja, ainda conforme o raciocínio da autora:

[...] o sujeito do poder não são os proprietários dos meios de comunicação, nem os Estados, nem grupos e partidos políticos, mas simplesmente (e gigantescamente) o próprio capital [...] os proprietários dos meios de comunicação são suportes do capital. (CHAUI, 2006, p. 74).

A mesma trilha de Chauí percorre Eugênio Bucci (2004, p. 36, grifo do autor), no livro *Videologias: ensaios sobre a televisão*, no qual é co-autor junto com Maria Rita Kehl, para desvendar esse poder midiático da televisão:

Eu chamo a atenção para os movimentos do capital nos subterrâneos estruturais da tão festejada “convergência de meios”. A transparência encenada pela televisão sobre si mesma pode ser entendida como um movimento da ideologia por si mesma ou, em outros termos, como um

movimento do capital refeito em ideologia. Atenção: o que hoje se apresenta ao mundo como uma oferta sem precedentes de opções entre centenas de canais, o que se apresenta como um festival de multiculturalismos étnicos, tem em seus bastidores, isto sim, um dos maiores movimentos de concentração de capital - e de poder - de todos os tempos.

Nesse contexto, cabe dimensionar o exato tamanho e papel da mídia nesse duplo movimento: intrínseco à sua lógica de reprodução como negócio e próprio à sua função como suporte do capital, dos setores hegemônicos dominantes na luta pelo poder político e ideológico na atualidade. “Um dos principais equívocos sobre a sociedade contemporânea é o argumento de que o conjunto dos meios de comunicação, a mídia, é a instituição social mais poderosa.” (COELHO, 2011, p. 59). A questão é identificar que tipo de poder e, no caso da televisão, quais, emissoras detêm poder. Não tomar todas como num monolítico agrupamento. Como corpo de uma única instituição social, de uma sociedade midiaticizada...

Não há dúvida de que conglomerados empresariais como Organização Globo, no contexto brasileiro, e a *News Corporation*, de Rudolph Murdoch, no contexto mundial, são exemplos de instituições poderosas, que movimentam enorme quantidade de capital, influenciam comportamentos individuais e coletivos e agem politicamente, defendendo seus próprios interesses e os interesses da sociedade capitalista de modo geral. De forma alguma essas empresas podem ser consideradas como fazendo parte de uma mesma instituição social, com todos aqueles que são produtores de mensagens e utilizam algum tipo de recurso tecnológico. (COELHO, 2011, p. 59).

Grandes conglomerados integram a mídia monopolizada pela classe dominante, compõem a chamada indústria cultural – “[...] termo que destaca a dimensão econômica da comunicação.” (COELHO, 2011, p. 59), cada vez mais em destacada influência. No entanto, em nossa análise dessa mídia hegemônica, não devemos nem superdimensionar, nem subdimensionar o tamanho e a função mídia. Apenas constatar que “[...] **o poder dos conglomerados comunicacionais** [e, em particular, das grandes emissoras de televisão] **fortalece-se [...], transforma-se no porta-voz ideológico do capitalismo.**” (COELHO, 2011, p. 60, grifos nossos).

3.2 A televisão como instrumento privilegiado de difusão ideológica na formação da cultura

É certo considerar que projetos econômicos, políticos, ideológicos são formulados por diversos sujeitos políticos do grande capital, para além da grande mídia. Ocorre que, no Brasil contemporâneo, se são esses setores que elaboram o projeto geral, tem sido a grande mídia a que reelabora, traduz e o difunde. Esse tem

sido o papel atual da mídia como a mais importante propagadora da hegemonia dominante. “A grande mídia conserva a função social de consolidar a coesão do conjunto da classe dominante, assim como de assegurar a adesão dos subalternos.” (FONTES, 2008, p. 149).

De forma análoga à elaboração gramsciana quanto à qualidade intelectual intrínseca a todo ser humano, também no âmbito da comunicação é possível dizer que todos os homens são comunicadores, mas nem todos os homens exercem na sociedade a função de comunicadores. E, ainda, nem todos esses comunicadores com função profissional de comunicadores exercem o papel de intelectual orgânico do projeto do capital; embora, na grade mídia, a maioria sim. E são justamente esses comunicadores da grande mídia que desempenham a função de *funcionários* da superestrutura.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa, nem passivamente [...] (GRAMSCI, 2001a, p. 20-21, grifos nosso).

De acordo com Gramsci (2001a, p. 21), “[...] esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade”. Ao que acrescentamos: algo imprescindível para a compreensão dos tempos atuais da concentração midiática de exposição de ideias para debates, pela qual “[...] a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política.” (GRAMSCI, 2001a, p. 23), conforme a elaboração gramsciana acerca da grande função político-social do grupo de intelectuais. Isto porque,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2001a, p. 16).

Explica o pensador italiano: esse intelectual é um organizador das massas, que vai, a partir de sua capacidade técnica e dirigente, além da esfera restrita de sua atividade. Na elaboração do autor, um empresário com essas características representa uma elaboração social superior. E, senão todos os empresários, pelo menos uma elite deles, ou pelo menos *prepostos* (empregados especializados) por ela escolhidos, deve possuir capacidade de organizar a

sociedade em geral, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe. (GRAMSCI, 2001a)⁴⁰.

A grande mídia é exemplo de instrumento importante do processo dessa especialização de um aspecto parcial do tipo da classe a que pertence. Significativa parte dos grandes jornalistas formadores de opinião, os *prepostos*, são empregados especializados que atuam no processo de elaboração da organização da sociedade que se pretende expandir. Como “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 2001a, p. 18), tem-se historicamente categorias especializadas para o exercício da função intelectual; “[...] formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante.” (GRAMSCI, 2001a, p. 18-19).

Para Gramsci (2001a), há pelo menos, sob o ponto de vista do seu surgimento na sociedade, duas categorias de intelectuais: os *orgânicos* e os *tradicionais*. Estes, independentes do grupo social dominante, são representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais radicais modificações das formas sociais e políticas, tais como os eclesiásticos, em dada época histórica, elaboradores da ideologia religiosa, da filosofia e ciência, organicamente ligada à aristocracia. No processo histórico, na emergência da nova estrutura que dará a luz à nova sociedade, criará uma nova camada de intelectuais *orgânicos* e assimilará a camada de intelectuais *tradicionais* preexistentes, pois

Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos. (GRAMSCI, 2001a, p. 19, grifo do autor).

Nessa dupla função de buscar a assimilação de intelectuais tradicionais para o projeto da classe a que se vincula e de, ao mesmo tempo, contribuir fortemente para a elaboração dos próprios intelectuais orgânicos da classe, a grande mídia monopolizada constitui instrumento do trabalho do intelectual orgânico da classe dominante da sociedade na atualidade.

⁴⁰ A partir dessa reflexão de Gramsci, em termos de personificação desses papéis intelectuais exercidos, temos, no início da segunda metade do Brasil dos anos 2000, as figuras do empresário Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) – no debate da agenda econômica do País e de liderança do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff –, e o executivo Henrique Meireles, tornado ministro da Fazenda do governo Temer, por ser um dos principais prepostos dos interesses do capital financeiro.

Segundo Gramsci (2001a), a função intelectual, em última instância e maior grau de importância, é aquela que é *diretiva, educativa!* Esse papel de intelectual tem sido bastante exercido contemporaneamente por essa grande mídia. Refletindo sobre a relação entre hegemonia e ideologia, Gramsci (2001a) deixa claro que é no terreno ideológico que o aparelho hegemônico se realiza, determinando uma reforma das consciências. A grande mídia trabalha permanentemente o terreno ideológico pelo qual possam se consolidar a consciência e os valores dominantes na sociedade. Isto, dentro do contexto do *homo oeconomicus*, da atividade econômica própria da forma social da qual é parte, posto que “[...] toda forma social tem seu *homo oeconomicus*.” (GRAMSCI, 2004, p. 323, grifo do autor).

Para ele, o erro metodológico mais difundido, para estabelecer uma acepção máxima de intelectual, é buscar um critério de distinção que esteja intrínseco às atividades intelectuais, “[...] em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 2001a, p. 18).

Para Gramsci (2001a, p. 19), “[...] a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos”. Segundo ele:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. (GRAMSCI, 2001a, p. 20, grifos do autor).

No pensamento gramsciano, o intelectual orgânico vem da classe, daqueles nascidos no mesmo terreno do grupo econômico a que pertence; mas também, “[...] um intelectual que passa a fazer parte do partido político de um determinado grupo social confunde-se com os intelectuais orgânicos do próprio grupo.” (GRAMSCI, 2001a, p. 24). A organicidade entre pensamento e solidez cultural, entre intelectuais e *os simples*, dá-se somente se tal qual a unidade entre teoria e prática, e tão somente se os intelectuais forem organicamente intelectuais das massas, elaborando e tornando coerentes os princípios e os problemas para os quais essas massas colocam com a sua atividade prática. Dessa relação nasce o bloco cultural e social. (GRAMSCI, 2004). Eis o fazer do intelectual orgânico, na concepção gramsciana.

Essa relação de organicidade está dada tanto para intelectuais e os *simples*, como elabora o pensador italiano, quanto está presente também aos intelectuais e os *não simples*, digamos assim – entre intelectuais e a classe dominante. Sendo que a diferença, contudo, a nosso ver, reside no fato de, agora como classe dominante e dirigente, o papel de seus intelectuais é a manutenção do poder conquistado pela classe.

Todo novo organismo histórico (tipo de sociedade) cria uma nova superestrutura, cujos representantes especializados e porta-vozes (os intelectuais) só podem ser concebidos também como “novos” intelectuais, surgidos da nova situação, e não como continuação da intelectualidade precedente. (GRAMSCI, 2004, p.125, grifo do autor).

São *novos* porque não se colocam como continuação da *intelligentsia* precedente, mas como ligados ao novo grupo social que representa a nova situação histórica. Ensina Gramsci (2004), a tarefa dos intelectuais (orgânicos) é determinar e organizar a reforma moral e intelectual, isto é, adequar a cultura à função prática. Dessa forma, o grande intelectual exerce a hegemonia, à qual requer um consenso ativo, livre; ele mergulha na vida prática, organiza os aspectos práticos da cultura e, no objetivo de querer dirigir, deve também democratizar-se.

Os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e universais, defende Gramsci (2004). Nesse aspecto, sim, dentro dos limites que apontamos anteriormente (fragmentação, perda de influência difusa para a mídia, etc.), ainda são os partidos que possibilitam, mesmo que a partir de um segmento, de uma parte, sob a qual se organiza e evidencia seus interesses, a constituição das intelectualidades integrais e universais, visto que nos partidos está a característica de elaborar projetos que possam convencer o conjunto da sociedade.

Eis substancial diferença do partido para os movimentos de questão única, como o ambiental, o antirracista, o de defesa dos direitos das mulheres, dos direitos humanos, dentre outros: “Nenhuma ‘questão única’ pode, realisticamente, ser considerada a ‘única questão’.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 94, grifos do autor). Tais movimentos,

[...] mesmo quando lutam por causas não-integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social. (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Por sua essência não integrável, o trabalho é a única alternativa estrutural viável ao capital (MÉSZÁROS, 2002), único em efetiva contradição com o sistema

do capital, porque tem a classe trabalhadora como força motriz do sistema econômico. Enquanto expressão do projeto da classe, são os partidos, inclusive aos setores dominantes, que têm essa marca da elaboração para além de uma fração de classe organizada, de um movimento de questão única. Ainda que fragilizado, o partido mantém-se como um grande intelectual coletivo orgânico na atualidade, como exemplo também de “[...] organização cultural que movimenta o mundo ideológico.” (GRAMSCI, 2004, p. 112). Evidente que, mais acentuadamente no caso brasileiro, com forte aparato em outros espaços, especialmente o midiático.

Em outras experiências, esse papel se mantém, apesar da perda de protagonismo. Vejamos a Espanha e a Grécia. Foram movimentos por fora da velha lógica partidária que ascenderam fortemente na luta política pela condução da economia nesses países. Mas a entrada em cena de novos atores, especialmente juventudes desconexas das velhas estruturas partidárias existentes lá, que, tomando as ruas e as redes sociais, fez emergir uma nova plataforma programática nesses países. Contudo, sua efetiva influência na disputa dos rumos do país só foi possível quando esses movimentos canalizaram suas forças para a tentativa de fundação de um novo tipo de agremiação partidária, como o Podemos, na Espanha, e o Syriza, na Grécia. Este último, inclusive, sendo eleito para o governo central do país.

Somente com centralidade de elaboração de um projeto mais universal para a classe, o que só o partido possibilita, rompendo com o corporativismo de qualquer bandeira sindical específica ou de um movimento mais particular, é que faz emergir uma proposta alternativa para a sociedade.

Se isso é possível pela emergência das redes sociais que mobilizam esses novos sujeitos, e até levam à constituição de novas experiências partidárias, também é verdadeiro que em outras nações, como os Estados Unidos, são essas movimentações por fora do partido, enquanto estrutura burocrática, que possibilitam a ascensão de atores políticos antes improváveis de prevalecer na disputa da máquina partidária contra as castas instaladas na direção do partido. Como exemplos, temos a própria candidatura de Barack Obama, em 2008, alicerçada fortemente, mas não só, no Partido Democrata, por uma juventude e suas redes sociais, e a candidatura não vencedora nas prévias de 2016, mas politicamente inédita no sistema estadunidense, de ter um candidato de viés socialista na disputa presidencial daquele país, como o foi o movimento em torno de Bernie Sanders. Ou

seja, evidência de que o partido permanece com importância central, ainda que sua centralidade esteja fragilizada.

Mesmo no caso do Partido Republicano, a ascensão do milionário conservador Donald Trump, também por fora das castas controladoras daquele partido, evidencia a força que a mídia, mobilizada pelo poder econômico, mantém crescente influência sobre a definição das estratégias dos partidos contemporaneamente, especialmente nos pertencentes às frações da classe dominante.

Ao comparar a luta travada por uma frente político-militar e a frente ideológica, Gramsci (2004) pondera: a tática da frente militar, de priorizar um ponto de menor resistência para o combate, tem sua eficácia, mas não é adequada para a frente ideológica. Nesta, a derrota de seguidores menores e auxiliares tem importância quase insignificante. Na frente ideológica, “[...] é necessário lutar contra os mais eminentes.” (GRAMSCI, 2004, p.141). Sem isso, confunde-se o jornal com o livro, a polêmica cotidiana com o trabalho científico. Nesse contexto, no âmbito da frente ideológica dominante em combate, o veículo mais eminente é a mídia televisiva. Este veículo tem exitoso desempenho ideológico porque satisfaz as necessidades político-intelectuais de seu tempo, da classe dominante a qual pertence, ainda que triunfando nem sempre com coerência e riqueza intelectual, mas com mediocridade e elasticidade lógica no mapa intelectual e moral do país, nos grandes movimentos de ideias. (GRAMSCI, 2001a). Ela se apresenta como a parte mais dinâmica da estrutura ideológica de nosso tempo, ainda que não figure como única, pois “[...] tudo o que influi ou pode influir sobre a opinião pública, direta ou indiretamente, faz parte dessa estrutura [ideológica].” (GRAMSCI, 2001a, p. 78).

Precisar essa realidade é fundamental. Pois “[...] a luta intelectual, se travada fora de uma luta real que tenda a subverter essa situação, é estéril.” (GRAMSCI, 2001a, p. 78). Para isso, “[...] é necessário conhecer exatamente o modo de pensar e a ideologia destes intelectuais para melhor entender sua organização de hegemonia cultural e moral [...]” (GRAMSCI, 2001a, p. 158). A mídia televisiva, em seu papel de intelectual, assumiu hoje o que Gramsci (2001a, p. 202) propunha, em sua época, à revista científica fazer junto ao leitor comum: não somente oferecer conceitos já elaborados e fixados, mas “[...] oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e

não apenas por indicações”. Dessa forma, a mídia televisiva não é um partido, tampouco um *príncipe eletrônico*, mas também está longe de sua decadência.

Numa época na qual partidos e sindicatos eram as principais organizações da sociedade, ainda que tivesse observado atentamente instituições como a escola, a Igreja, a imprensa, o aparelho do Estado, Gramsci não tinha como vislumbrar a ascensão tão diversificada de movimentos sociais que surgiriam no mundo, sobretudo a partir dos anos 1960. Ele não tinha como pressupor que a repercussão da Revolução de 1917 incidiria tão intensamente muito além do território russo, que a utopia transformadora levaria a movimentos insurgentes em regiões distantes do Velho Mundo e até inimagináveis para os teóricos do marxismo, como no continente asiático e, especialmente, na China agrária, camponesa e longe da fase industrial do capitalismo. Tampouco, como contraponto, que o próprio sistema do capital abrir-se-ia para concessões também inimagináveis, a fim de manter sob controle o movimento dos trabalhadores, a exemplo do *Welfare State*, o estado de bem-estar social que concedia benefícios sociais para que o operariado não se encantasse com as promessas do sonho socialista de *paz, terra e pão*.

Façamos aqui um parêntesis para tentar dar conta desse alerta. Vejamos. A principal geração da juventude pós-Segunda Guerra Mundial, personificaria a emergência da televisão, que desembocaria em novos comportamentos culturais no campo da música, a eclosão dos festivais e bandas de rock. Terreno fértil para o surgimento de máximas como *faça amor, não faça a guerra, black power, o povo no poder*, etc, que levaram à ascensão de movimentos sociais de cunho ambientalista, em defesa dos direitos das mulheres, de combate ao racismo, nos Estados Unidos e na Europa. Uma gama de organizações e movimentos que trouxe uma complexidade à sociedade civil que não tinha mais como o movimento da classe trabalhadora se centralizar tão somente num partido político único como a organização que dirigiria a ação da classe e a formação de seus intelectuais.

Na América Latina, esse fenômeno também ocorreria com aspectos específicos: múltipla diversidade de movimentos (com especial destaque para o Brasil, por seu tamanho e nível de industrialização); influência e financiamento pela Igreja Católica (sobretudo nos momentos de enfrentamento com as ditaduras militares e na organização de suas bases populares, como as Comunidades Eclesiais de Bases – CEB’s); pauta prioritária voltada a direitos econômicos básicos à sobrevivência (diferente dos movimentos norte-americanos ou europeus, cuja

pauta se volta à luta por direitos civis); particularidades à questão racial (na América do Norte explicitamente com movimentos de forte reivindicação por direitos civis, enquanto na América Latina, Brasil especialmente, camuflada pelo mito do embranquecimento), à questão agrária (dado o modelo de latifúndio que se implantou) e à questão indígena (enquanto nos Estados Unidos nações indígenas foram praticamente dizimadas, na América Latina será forte espaço de aglutinação, a exemplo de Bolívia, México); surgimento de movimentos por direito humanos, etc. (GOHN, 1997).

As próprias metamorfoses no ambiente de produção do trabalho, do taylorismo para o toyotismo, fez emergir novas formas de domínio de classe. Formas estas que obtiveram uma estrondosa vitória ideológica, com o fim da Guerra Fria, representada por um pacote de ajuste econômico, propugnado por organismos internacionais como Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Medidas econômicas fortemente aplicadas nos anos 1990, cujo principal objetivo era retirar toda a gama de direitos conquistados pela classe trabalhadora. Tais medidas vieram sob o denominado *Consenso de Washington*⁴¹, propugnado pelas potências do capitalismo avançado, como receituário neoliberal para resolver a crise do capital. Perry Anderson (apud OLIVEIRA, 2005, p. 150) define o neoliberalismo como uma ampla e profunda vitória da ideologia conservadora e um desastre econômico. Cenário que se viu na América Latina, especialmente Chile (anos 1970-80), Peru e Argentina (anos 1980-1990). No Brasil, Oliveira (2005) destaca que a resistência a tal receituário somente foi debelada pela mais ampla coalização conservadora já vista no País, em torno do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), mesmo sob a emergência de um movimento camponês como nova ponta de lança de resistência da classe trabalhadora, o Movimento dos Sem-Terra (MST).

Em sua elaboração circunscrita à dinâmica do sistema do capital em sua época, Gramsci (2001a, p. 16) chegou a observar que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elaboraria seus próprios intelectuais orgânicos, nem assimilaria nenhuma camada de

⁴¹ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas formuladas por economistas de instituições financeiras, como BM e FMI, a ser indicado para a promoção do *ajustamento macroeconômico* dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. O termo foi criado por John Williamson, em 1989. Adotado a partir de 1990, significou a implementação da agenda neoliberal de dez medidas de ajuste: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização de estatais, desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e direito à propriedade intelectual.

intelectuais tradicionais, embora outros grupos sociais extraíam dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte de intelectuais tradicionais tivessem origem entre os camponeses. Mas como não? Nessas bases deixadas pelo pensador italiano, no processo histórico brasileiro, onde colocaríamos lideranças camponesas de significativa contribuição para a estratégia de sua classe como Francisco Julião e suas ligas camponesas, Luís Vila Nova, Manoel da Conceição, João Pedro Stédile e as demais lideranças sem-terras?

Então, evidente que esse quadro todo seria inconcebível por Gramsci, nos cárceres de 1926 a 1934, para compreender como a sociedade civil se complexificaria, no campo e na cidade, como os meios de comunicação se desenvolveriam tanto, como os partidos europeus de tradição socialista se dividiriam e, até mesmo, adeririam ao receituário do capital. Gramsci não era um portador da bola de cristal! (DIAS, 2013). Mas como sua análise era para além da conjuntura, ele não deixa de nos possibilitar pistas sobre inclusive algo que não via. Tal como nesta passagem de suas reflexões:

O processo de desenvolvimento [de intelectuais] está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (GRAMSCI, 2004, p. 104-105, grifo do autor).

E atenta Gramsci (2001a, p. 16, grifos do autor):

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz.

Especializações típicas de um profissional qualificado para a elaboração conceitual e filosófica, que sabe “[...] generalizar sem cair no formalismo vazio.” (GRAMSCI, 2001a, p. 206). Tal como nem todo operário manual sabe desempenhar a função de maquinista ferroviário, é pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata da especialização que o intelectual possui como profissional que organiza a consciência e a cultura da camada social a qual se vincula. (GRAMSCI, 2001a). O que não conduz ao equívoco de pensar que haja não intelectuais: “[...] se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-

intelectuais, porque não existem não-intelectuais.” (GRAMSCI, 2001a, p. 52)⁴². Sob o ponto de vista gramsciano, “[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.”, precisamente por que:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001a, p. 53, grifo do autor).

A conversão de grandes massas pressupõe a conversão de núcleos intelectuais importantes, pois “[...] uma grande massa não pode converter-se molecularmente; deve-se, para apressar o processo, conquistar os dirigentes naturais das grandes massas, isto é, os intelectuais, ou formar grupos de intelectuais de novo tipo [...]” (GRAMSCI, 2001a, p. 158). Cujo modo de ser desse novo intelectual se sustenta numa inserção ativa na vida prática, como organizador, persuasor permanente, e não apenas orador puro, com concepção humanista da história, que se torna, então, dirigente: um especialista e político da classe. (GRAMSCI, 2001a).

Esse processo emerge pela força motriz econômica que conduz a um Estado integral com todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa, a partir de uma concepção de mundo criada para dirigir o povo no âmbito da sociedade civil, deslinda Gramsci (2004), posto que “[...] no mundo moderno, um imperialismo cultural e espiritual é utópico: só a força política, fundada na expansão econômica, pode ser a base para uma expansão cultural.” (GRAMSCI, 2001a, p. 167).

Os intelectuais orgânicos são fundamentais na sistematização desse conteúdo ideológico. Eles mantêm organicidade com a classe à qual está vinculada; desenvolve constante espírito crítico e sistemático; não negligenciam o desenvolvimento da atividade científica; travam permanente combate a qualquer frouxidão ou indulgência ética no campo científico-cultural em face da formação da cultura nacional pretendida⁴³. Como toda época é contraditória, o papel do

⁴² O pressuposto desse pensamento gramsciano está na compreensão dele de que “[...] todos os homens são filósofos.” (GRAMSCI, 2004, p. 93).

⁴³ Sistematizamos aqui como características do intelectual orgânico todo aquele conjunto inverso de atributos dados por Gramsci (2004) ao que ele denomina de *lorianismo*, em análise no seu Caderno 28.

intelectual será percebido em sua época pela posição de colaboração oficial ou de combate implacável à forma de vida oficial existente. (GRAMSCI, 2001a, p. 190).

A mídia televisiva concentrada e de propriedade em meia dúzia de famílias tem lado, partido e colabora permanentemente com a classe dominante à qual está intrinsecamente vinculada. Ela é um dos mais destacados elementos dessa nova complexidade a qual Gramsci não poderia perceber como emergente e cuja especialização a tornaria importante veículo para o trabalho intelectual na disputa ideológica e política que se trava contemporaneamente.

Se Gramsci (2001a, p. 52) já advertia que “[...] se se quiser criar uma nova camada de intelectuais [...] a partir de um grupo social que tradicionalmente não desenvolveu as aptidões adequadas, será preciso superar enormes dificuldades.”; esses obstáculos avolumaram-se sob a consolidação dos meios massivos de comunicação. Ainda mais sob a sociedade que se segmentou tanto em seus agrupamentos de lutas específicas, que o partido político até se preocupa em incorporar a suas instâncias burocráticas (criando secretarias ou setoriais dedicados às mulheres, aos negros, aos ecologistas, etc), como que tentando trazer para si a direção a ser dada a esses movimentos presentes na sociedade. Por sua vez, o campo das mídias tornou-se um terreno extremamente específico, cheio de meandros e dentro de uma lógica societal que até confunde estudiosos progressistas de nosso tempo com teses que expressam o deslumbramento com esse cenário, não seu desvendamento concreto.

Devemos compreender a televisão, reafirmamos, como difusora de ideologia fundamental das classes dominantes, sobretudo nestas duas primeiras décadas do século XXI. Dar a ela o *status* de novo príncipe, de *príncipe eletrônico*⁴⁴, trata-se de “[...] erro teórico [que] consiste em apresentar um princípio de pesquisa e de interpretação como ‘causa histórica’.” (GRAMSCI, 2002b, p. 40, grifo do autor), e não exatamente de um estudo “[...] dessas ‘ondas’ de diferente oscilação que permite reconstituir as relações entre estrutura e superestrutura, por um lado, e, por

⁴⁴ O *príncipe eletrônico* trata-se de ensaio do sociólogo brasileiro Octavio Ianni (1926-2004) acerca do papel contemporâneo da mídia televisiva. Integra o livro *Enigmas da modernidade-mundo*. Nossa crítica ao ensaio do renomado autor está respeitosamente elaborada com nosso reconhecimento, tal como destacou Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 255), de que em seus 50 anos de atividade intelectual, ele “[...] sempre se manteve fiel ao princípio metodológico básico do marxismo, [...] essa coerência metodológica de Ianni está organicamente ligada à coerência de sua ação ético-política ao longo da vida. Octavio não contribuiu apenas para a nossa compreensão da realidade brasileira e mundial: ele é também um exemplo moral para os que buscam, através da defesa das causas populares e da emancipação humana, uma vida mais digna e dota de sentido”.

outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura.” (GRAMSCI, 2002b, p. 40, grifo do autor). Como corrobora Dias (1996, p. 12) esse pensamento gramsciano, para atinar como se combinam o orgânico e o ocasional, é preciso: “[...] saber distinguir na estrutura os movimentos orgânicos e os conjunturais [...]. [Pois] atuar na sociedade implica fazer permanentemente a avaliação dos movimentos dessa totalidade, dessa estrutura”.

Isto porque organizar uma vontade coletiva nacional-popular passa por relacionar o conjunto da totalidade do social com as forças sociais presentes. Portanto,

[...] passa necessariamente pelo **conhecimento da estrutura, e não meramente seus efeitos. A compreensão correta da relação de forças, das práticas classistas estruturais, antagônica e desigualmente articuladas, no interior de uma conjuntura é dada pela análise dessas relações estruturais.** (DIAS, 1996, p. 10, grifo nosso).

O que se deve investigar, dessa forma, é precisamente o que tem se transformado no âmbito da estrutura da sociedade atualmente que leva a emergência de um veículo de comunicação a um patamar de tamanha importância na luta entre as classes e a disputa da vontade coletiva, do conjunto das temáticas pautas para debate e tomada de decisão. Isso, mesmo sob um cenário no qual parece emergir fortemente outros meios de expressão que potencialmente podem levar à diminuição dessa influência da mídia televisão. Só *a compreensão correta das relações estruturais* nos possibilita o entendimento *dos efeitos conjunturais dessas mudanças na estrutura*. Sem isso, caímos no encantamento das pseudodescobertas e construção de teorias explicativas de uma realidade que não se sustenta no concreto. Eis o caso do *príncipe eletrônico*.

Se *O príncipe* de Maquiavel, materializado numa pessoa, num *condottiere*, inaugura o pensamento político moderno, no início do século XVI, o *Príncipe moderno* gramsciano traz, no início do século XX, uma organização, o partido político, como intérprete e condutor de indivíduos, grupos e classes. No esteio dessas duas ricas elaborações, que refletem autenticamente a conjuntura da estrutura da sociedade e da política de suas épocas, emerge a ideia segundo a qual “[...] no fim do século XX, há sérios indícios de que os ‘príncipes’ de Maquiavel e Gramsci [...] envelheceram, exigem outras figurações ou simplesmente se tornaram anacrônicos”, interpreta Ianni (2003, p. 143, grifo do autor). E propõe ele:

Na época da globalização, alteram-se quantitativa e qualitativamente as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma

configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura na qual as sociedades civis nacionais se revelam províncias da sociedade civil mundial em formação. Nessa época, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas impregnam crescente e generalizadamente todas as esferas da sociedade nacional e mundial; e de modo particularmente acentuado as estruturas de poder, as tecnoestruturas, os *think-tanks*, os *lobbies*, as organizações multilaterais e as corporações transnacionais, sem esquecer as corporações da mídia. Esse pode ser o clima em que se forma, impõe e sobrepõe *O príncipe eletrônico*, sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política na época da globalização. (IANNI, 2003, p. 143, grifos do autor).

Nesse trecho, temos a síntese da interpretação de Octavio Ianni (2003) acerca do *príncipe eletrônico*. A opção pela leitura que o autor faz da conjuntura, também lhe proporciona perder de vista o estrutural, enumerando uma série de conceitos confusos dentro até mesmo da perspectiva que busca sustentar-se em Gramsci. Dentre eles, os de *sociedades civis nacionais* como províncias de uma *sociedade civil mundial*, tecnoestruturas dissociadas das estruturas de poder, a adesão não só semântica ao conceito de *globalização*, a afirmação de que tudo isso é novidade e não uma intensificação do modo societal que temos instaurado mundialmente a partir da emergência do sistema do capital.

Gramsci discorda da interpretação errada (dada por Ciccotti) ao princípio de Vico⁴⁵ segundo o qual *o certo se converte no verdadeiro*. Tal erro teórico leva ao sofisma de Ciccotti pelo qual se dá “[...] um valor excessivo à beletrística histórica como reação à erudição pedante e petulante: das pequenas ‘conjecturas’ filológicas passa-se às grandiosas ‘conjecturas’ sociológicas, com poucos ganhos para a historiografia.” (GRAMSCI, 2004, p. 91, grifos do autor); para o pensador marxista, “[...] a história não pode ir além da certeza.” (GRAMSCI, 2004, p. 91). Com isso, rejeita essa ideia que pode conduzir à conversão do *certo* em *verdadeiro* a fim de levar a construções filosóficas que teriam pouco em comum com a história efetiva, pois, para ele:

A história deve ser “efetiva” e não romanceada: sua certeza deve ser, antes de mais nada, certeza dos documentos históricos (ainda que a história não se esgote *inteiramente* nos documentos históricos, cuja noção, de resto, é tão complexa e extensa que pode dar lugar a conceitos sempre novos tanto de certeza quanto de verdade). (GRAMSCI, 2004, p. 91, grifos do autor).

⁴⁵ Giambattista Vico (Itália, 23 de junho de 1668 - 23 de janeiro de 1744) foi um filósofo político, retórico, historiador e jurista reconhecido como um dos grandes pensadores do período iluminista, apesar de ter sido, em certa medida, um crítico do projeto iluminista. Ettore Ciccotti (Itália, 23 de março de 1863 - 20 de maio de 1939) foi um docente e político italiano, parlamentar pelo Partido Socialista Italiano.

Ianni reforça uma linha de reflexão na qual o *certo* tende a tornar-se o *verdadeiro*.

Sim, na percepção do chamado *príncipe eletrônico* pelo autor, é certo que:

- 1) Há “[...] um desenvolvimento novo, intenso e generalizado, abrangente e predominante da mídia no âmbito de tudo o que se refere à política.” (IANNI, 2003, p. 144);
- 2) “No âmbito da mídia em geral, [...] sobressai a televisão.” (IANNI, 2003, p. 149);
- 3) Influencia, subordina ou transforma partidos, movimentos, poderes instituídos e correntes de opinião (IANNI, 2003);
- 4) “[...] é uma figura política nova e diferente de todas as outras, passadas e presentes.” (IANNI, 2003, p. 163);
- 5) “O príncipe eletrônico é o arquiteto da ‘ágora eletrônica’.” (IANNI, 2003, p. 155, grifo do autor). E tal com a ágora grega, síntese de uma democracia excludente: apenas homens livres e de posses (nem mulheres, nem escravos, nem pobres).

Não são, no entanto, verdadeiras as conclusões acerca desse *príncipe eletrônico* no que tange ao seguinte:

- a) Estamos numa “democracia eletrônica” (IANNI, 2003, p. 150). Não estamos;
- b) A singularização dessa grande corporação de mídia realiza a metamorfose “[...] da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania.” (IANNI, 2003, p. 152). Não realiza;
- c) O *príncipe eletrônico* é capaz de “[...] realizar a metamorfose de tudo o que pode ser social em uma síntese de tudo o que pode ser político.” (IANNI, 2003, p. 163). Não é capaz disso;
- d) O *príncipe eletrônico* tem agora o atributo do *processo catártico* das inquietações, reivindicações e ambições de indivíduos, grupos e classes sociais, que antes estavam sintetizadas no *príncipe* e no *moderno príncipe* (IANNI, 2003). Não tem esse atributo.

Então, temos que, primeiro: suporte de significativa parte das mediações sociais atuais, a mídia eletrônica, contudo, não é e não instaura uma forma de

democracia. Sua concentração nas mãos de poucas famílias e sua consolidação como principal meio, especialmente a televisão, de pautar massivamente o debate de ideias, não determina uma nova forma de política, a eletrônica. A necessidade desses novos recursos para transitar na opinião pública não aniquila o que existia anteriormente. Ao contrário, parece funcionar muito mais como impulsionador dos mecanismos existentes, desde que sob seus interesses. O que não leva ao desaparecimento do polo contrário. Requer, do polo contrário, uma maior capacidade de resistência e mobilização para também se fazer visível e influente no processo político.

Exemplos desse processo: a série *Anos rebeldes*, transmitida pela Rede Globo no período do *impeachment* de Collor de Mello (1992), impulsionando o espírito contestador da juventude e induzindo os movimentos e passeatas de rua da chamada geração *cara pintada* pelo *Fora Collor*. Da mesma forma, em 2016, a cobertura jornalística e a projeção das lideranças do MBL, *Vem Pras Ruas* e outros nas mobilizações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Foram movimentações que de fato ganharam muita projeção pela repercussão dada pela televisão e demais veículos; que de fato obtiveram, sobretudo as mobilizações de 2016, muita adesão a partir das redes sociais que surgiram. Mas nenhuma das duas prescindiu de reuniões presenciais, de apoio logístico de sindicatos e partidos políticos. Apresentadas como apartidárias, as organizações do *Fora Dilma* foram financiadas e politicamente apoiadas pelo PSDB, DEM, pelo Partido Solidariedade do Deputado Federal Paulinho da Força Sindical. (SEGALLA, 2016). Por sua vez, as mobilizações contrárias ao *Fora Dilma*, não deixaram de existir, apesar de inicialmente ocultadas. Devido a sua massiva participação, também tiveram que ser repercutidas. Mas sempre sob angulações minimizadas.

Gramsci (2004, p. 200) explica que “[...] é mais difícil instaurar uma ordem intelectual coletiva do que inventar arbitrariamente princípios novos e originais.”. Nesta ideia de uma *democracia eletrônica*, nenhuma coisa nem outra! Ela está distante tanto de uma nova ordem intelectual quanto de um princípio original a ser estabelecido. Embora seja muito real a influência da mídia, especialmente a televisiva, nos processos políticos, está concretamente distante de uma *democracia eletrônica*.

Segundo: está invertida a ordem de determinação dos processos. Não é a mídia que metamorfoseia a mercadoria em ideologia. Ao invés disso, é a ideologia

neoliberal que a tudo mercantiliza, nestes nossos tempos: educação (ampliando enormemente o ensino superior pago – são 2.391 instituições privadas para 301 públicas, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura - MEC-2013), saúde (são 1.112 operadoras de planos de saúde médico-hospitalares e odontológico que já têm uma taxa de cobertura de 25% da população do país, em 2016, de acordo com a Agência Nacional de Saúde - ANS), previdência (12 milhões de brasileiros têm plano de previdência privada, o que faz os planos privados terem acumulado R\$ 52 bilhões, em 2016, um crescimento de 13% em relação a 2015), pacotes de dados de comunicação móvel, segmentação de público por produto disponibilizado nas redes sociais, etc.

Não se trata de um mundo de consumidores metamorfoseados em cidadãos pela grande corporação da mídia, do mercado convertido em democracia; longe disso, sob a perspectiva dos proprietários dos meios de produção e sua mídia, o homem vale o que tem de dinheiro na conta bancária. Trata-se de consumidores, somente. A democracia, se tiver que ser adjetivada nesse contexto, é uma democracia a qual deveríamos denominar de *plutocrática*, dos que têm posses. No seu elemento mais imediato: acessa o mercado eleitoral, por exemplo, quem tem recursos financeiros para tanto.

Terceiro: o processo de metamorfose que incide sobre a estrutura e a superestrutura, do social sintetizado no âmbito da política, é determinado pelo movimento do capital, não da mídia que lhe é funcional. Os termos marxianos nos são suficientes para compreender o equívoco dessa ideia de que o *príncipe eletrônico* tudo metamorfoseia no âmbito do ser social:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência [...] A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. (MARX, 2003, p. 5).

Quarto: sobre a catarse do momento econômico ao ético-político, cabe retomar tanto Gramsci quanto Marx. O primeiro nos instrui que:

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento

ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade a liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (GRAMSCI, 2004, p. 314-315, grifos do autor).

O máximo que a mídia televisa poderia, sob os interesses do projeto das classes subalternas, seria contribuir para a abertura desse cenário de debate acerca da essência do modo de produção da sociedade capitalista. Mas, sozinha, esse é um processo que, mesmo com a sua quase onipresença em 97,2% dos lares do país ela não conseguiria fazer. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010). O processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético das contradições da sociedade. Se isso é difícil de ser efetivado na sociedade pós-capitalista, imagine nesse contexto atual sob o qual se erige esse *príncipe eletrônico* – o qual está distante de ser o momento e ponto de partida de qualquer práxis transformadora. Ademais, essa catarse é resultante de uma atitude de tomada de consciência intrínseca ao indivíduo que, se também tomada por vários indivíduos que se encontram numa mesma posição no sistema produtivo, gera uma posição de grupo, de classe, portanto, que não é ação realizada por uma organização, mas, no máximo, potencializada por ela. E ainda, retomando novamente a Marx (2003), se nenhuma organização social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém e jamais aparecem relações de produção novas e superiores sem que amadureçam no seio da própria sociedade as condições materiais para sua existência, torna-se insustentável a emergência desse *príncipe eletrônico*. O momento catártico aludido por Gramsci não se afasta desse pressuposto elaborado por Marx. Ao invés disso, o reafirma. Porque Gramsci (2004, p. 140), tal como Marx, compreende que “[...] a humanidade só se coloca sempre tarefas que pode resolver; a própria tarefa só surge quando as condições materiais da sua resolução já existem ou, pelo menos, já estão em vias de existir”.

Suplantar a velha mídia concentrada por um novo *príncipe eletrônico* que traz consigo uma nova democracia (eletrônica) não parece ser um problema que a sociedade brasileira tem colocado para si atualmente. Essa especulação está mais próxima ao que Gramsci (2004, p. 293, grifos do autor) identifica como resultante de

uma ação intelectual que busca evidenciar “[...] a ‘catarse’ do momento econômico ao momento ético-político, isto é, a síntese do próprio processo dialético.”, mas que não é nada mais do que uma síntese manipulada especulativamente no cérebro do próprio intelectual, “[...] dosando seus elementos ‘arbitrariamente’ (isto é, passionalmente)”.

Vale lembrar: não é a primeira vez nem será a última que intelectuais se encantam com a emergência de novas tecnologias e o surgimento de novos meios de comunicação. Bertold Brecht (2007, p. 228), quando da ascensão do rádio⁴⁶, reagiu assim ao fenômeno, num conjunto de breves artigos – *Teoria do rádio* – publicados entre 1927 e 1932:

O rádio deve deixar de ser um aparato de distribuição para se transformar num aparato de comunicação. O rádio seria o mais admirável aparato de comunicação que se poderia conceber na vida pública, um enorme sistema de canais; quer dizer, seria, caso ele se propusesse não somente a emitir, mas também a receber; ou, não apenas deixar o ouvinte escutar, mas fazê-lo falar; e não isolá-lo, mas colocá-lo numa relação. O rádio deveria, portanto, sair da esfera do fornecimento e organizar o ouvinte como fornecedor. Por isso, são absolutamente positivos todos os esforços do rádio quanto a imprimir nos assuntos públicos um caráter realmente público.

E entusiasticamente propunha o poeta e dramaturgo alemão:

O rádio deve organizar, além disso, a recepção dos relatos, quer dizer, deve transformar os relatos dos governantes em respostas a questões dos governados. É missão do rádio possibilitar o intercâmbio. Ele, sozinho, pode promover as grandes discussões das empresas e dos consumidores sobre a normatização dos artigos de consumo, os debates em torno do aumento do preço do pão, as disputas nos municípios. Se os senhores tomam isso por utópico, peço-lhes então que ponderem por que isso é utópico. (BRECHT, 2007, p. 228).

Mas o fascínio inicial de Brecht (2011) com o potencial democratizante do rádio – “O fato é que sempre nos deixamos levar apenas pelas possibilidades e nela emperramos.” – não o cega a ponto de deixar de fazer a análise concreta da situação histórica concreta:

Não nos cabe, contudo, absolutamente, restaurar por meio de inovações as instituições ideológicas, que têm por base a ordem social vigente. Cabe-nos, antes, levá-las à entrega de sua base por meio de inovações. Assim sendo, pelas inovações! Contra a restauração! Por meio de propostas que sempre avançam e nunca cessam, visando promover um melhor emprego do aparato em razão do interesse público, temos de abalar a base social desse aparato, e desacreditar o seu emprego em função do interesse de poucos.

⁴⁶ Recorda o professor Celso Frederico (2007, p. 220): “Em sua origem, o rádio surgiu como um substituto do telégrafo, sendo, por isso, conhecido inicialmente como ‘sem-fio’. Esse aparelho rudimentar era usado nos navios para transmissões telegráficas em código. Em 1916, houve uma revolta pela independência da Irlanda e os revoltosos, de forma pioneira, usam o ‘sem-fio’ para transmitir mensagens. Essa foi a primeira utilização que se conhece do rádio moderno”.

Irrealizáveis nessa ordem social, realizáveis numa outra, essas propostas, que constituem apenas uma consequência natural do desenvolvimento técnico, servem à propagação e formação dessa outra ordem. (BRECHT, 2007, p. 232)

Dessa forma, observa Frederico (2007, p. 221):

É nesse contexto que Brecht intervém com sua “Teoria do rádio”, respaldado pela existência do movimento das rádios operárias que, entretanto, a cada dia vai conhecendo a presença sufocante da censura. Quando o tempo fecha de vez, os ativistas passam a interceptar as emissoras oficiais para fazer discursos políticos. Com a repressão crescente, os grupos econômicos monopolizaram finalmente esse meio de comunicação, apossaram-se da transmissão e transformaram o público em mero receptor. E isso, afirma Brecht, não ocorreu por razões técnicas: uma simples modificação pode transformar qualquer aparelho de rádio num instrumento que, ao mesmo tempo, *recebe* e *transmite* mensagens. Mas as possibilidades da técnica, ou melhor, o desenvolvimento das forças produtivas encontrava-se bloqueado pelas relações de produção e sua expressão jurídica – as relações de propriedade.

Em seu início, o rádio nasce para permitir a interação entre os homens e não para ser um instrumento controlado e monopolizado à serviço da lógica do mercado⁴⁷. Assim, “[...] pode-se, então, entender o paradoxo brechtiano: a luta contra o monopólio da fala coexistindo com ‘a tentativa inédita de utilização dos recursos do rádio’.” (FREDERICO, 2007, p. 222, grifo do autor).

Tal como em relação ao rádio, também é preciso ir além da sedução que a mídia eletrônica de televisão provoca quando de seu surgimento, ascensão e consolidação como principal veículo de comunicação da atualidade.

Por fim, ainda no âmbito da ideia do *príncipe eletrônico*, resta uma consideração a ser feita sobre a assertiva de que ele “[...] é o *intelectual coletivo e orgânico* das estruturas e blocos de poder presentes.” (IANNI, 2003, p. 148) e “[...] em geral, [...] expressa principalmente a visão do mundo prevalecente nos blocos de poder predominantes.” (IANNI, 2003, p. 149), embora não seja nem homogêneo nem monolítico⁴⁸.

⁴⁷ Registra Celso Frederico (2007, p. 224, grifos do autor): “Brecht não queria apenas ‘democratizar’ o acesso dos consumidores à radiodifusão, mas ‘abalar a base social deste aparato’. Não queria também contribuir com inovações, mas impulsionar as inovações ‘à sua missão básica’. Com a derrocada do movimento revolucionário, colocou-se, na Alemanha, a questão do controle do rádio. Quem deve controlar o rádio? A Telefunken e a Lorenz, duas gigantes da indústria de radiodifusão, além de fabricarem os aparelhos, queriam ter o monopólio da emissão. O Estado, porém, logo percebeu a importância estratégica do rádio e quis mantê-lo sob o seu exclusivo controle. Depois de muita discussão, chegou-se a um acordo: o Estado mantém o controle, mas fornece concessões para os grupos interessados”.

⁴⁸ Deixamos de abordar duas outras assertivas do autor sobre o *príncipe eletrônico*: “[...] um dos segredos do príncipe é atuar diretamente no nível do virtual [próprio da linguagem da pós-modernidade].” (IANNI, 2003, p. 163) e “[...] está em curso, ao acaso ou deliberadamente, um

Para ser preciso nas observações, devemos retomar Gramsci a fim de compreendermos a relação entre intelectual orgânico e partido político, pois é a partir dela que podemos problematizar qual papel cumpre a mídia eletrônica de televisão no atual contexto. Fazemos isso porque as reflexões de Gramsci, nesse aspecto específico, devem nos servir como ponto de partida para a investigação, pois, como bem norteia Dias (1996, p. 112): “Ler Gramsci hoje é tomá-lo como fonte de problematização. Não se trata de reificar sua teoria, de dar a ela o estatuto de verdade. Pelo contrário. O que se faz necessário é fazer avançar sua teoria e, com ela, o nosso conhecimento do real”.

Pois bem. O bloco histórico surge da adesão orgânica entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, do sentimento-paixão que se torna compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida). (GRAMSCI, 2004). Nesse contexto, em relação aos intelectuais, o partido político é, *para os grupos subalternos*, o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva; enquanto *para todos os grupos*, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais. E esta função é desempenhada pelo partido precisamente na dependência de sua função fundamental: elaborar os próprios componentes, os próprios quadros, “[...] até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.” (GRAMSCI, 2001a, p. 24). Para Gramsci (2001a), em relação às classes subalternas, o partido político moderno é a principal fonte de criação de intelectuais orgânicos.

E sublinha Coutinho (1999, p. 177, grifos do autor):

[...] é um erro grosseiro – infelizmente muito comum entre os que conhecem Gramsci de segunda mão – identificar “intelectual orgânico” com “revolucionário” e “intelectual tradicional” com “conservador” ou “reacionário”. A burguesia tem seus intelectuais “orgânicos”, assim como há intelectuais “tradicionais” (por exemplo, padres ou professores) ligados às lutas do proletariado.

surpreendente, fundamental e inquietante processo de dissociação entre existência e consciência.” (IANNI, 2003, p. 163). Duas ideias, a nosso ver, também pouco sustentáveis para avançar na reflexão sobre o tema que nos debruçamos, e que preferimos deixar de trabalhá-las para não problematizar uma temática que avaliamos como não pertinente ao objeto de nossa pesquisa no recorte que optamos.

No *partido político moderno*, todos os membros dele devem ser considerados como intelectuais, ainda que haja uma distinção de graus (do grau mais alto ou do mais baixo: direção partidária, burocracia, massa partidária, grupo social), mas pouco importando, pois *o que prevalece é a função diretiva, organizativa, educativa, intelectual que seus membros realizam* (GRAMSCI, 2001a, p. 25, grifos nossos), pois:

Um comerciante não ingressa num partido político para comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos destas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. [...] Para estas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês encontra seu quadro mais adequado. [...] **No partido político, os elementos de um grupo social econômico superam este momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais**, de caráter nacional e internacional.

Embora os partidos sejam nomenclatura das classes, não são, contudo, uma expressão mecânica e passiva delas: "[...] [eles] reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las, universalizá-las." (GRAMSCI, 2002b, p. 201). Para tanto,

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (GRAMSCI, 2002b, p. 19).

"O partido se pretende ser o intelectual das classes subalternas, tem que colocar para si duas tarefas básicas: a formação de uma vontade coletiva nacional-popular e a correlata reforma intelectual e moral das massas." (DIAS, 1996, p. 42).

A tarefa de quem busca construir a nova hegemonia é, fundamentalmente, compreender as razões pelas quais um projeto de hegemonia é vitorioso ou não. Ou seja, *compreender como um discurso pode capturar as emoções e as práticas das classes que domina*. (DIAS, 1996, p. 58, grifos do autor).

E ainda: o pensamento gramsciano tem esse moderno Príncipe como "[...] base de um laicismo moderno e de uma completa laicização de toda a vida e de todas as relações de costume." (GRAMSCI, 2002b, p. 19). O Novo Príncipe será o partido político, e não um herói, "[...] que pretende fundar um novo tipo de Estado." (GRAMSCI, 2002b, p. 59). Por fim, pondera o pensador italiano:

Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma razão, dividiram-se em frações [...] muitas vezes o Estado-maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às

vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos” (GRAMSCI, 2002b, p. 350, grifos do autor).

Quer dizer, a mídia cumpre as funções de informar e de dar direção política, sobretudo quando da “[...] falta de partidos organizados e centralizados [...] são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos.” (GRAMSCI, 2001a, p. 218). Realça o autor: “[...] a imprensa é a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica.” (GRAMSCI, 2001a, p. 78), ainda que não seja a única.

As características que o pensador italiano atribui à imprensa operária – enumeradas por Dias (1987a) – e confere ao partido – sumarizadas por Coutinho (1999) –, possibilita-nos extrair um conjunto de funções pelas quais uma organização pode exercer o papel de intelectual coletivo de sua classe. As quais:

- 1) Ser foco de entusiasmo;
- 2) Ser voz da classe, que todos os dias liga novos espíritos e energias;
- 3) Criar hábitos e afeto às instituições estabelecidas;
- 4) Agir no sentido da integração ao projeto da classe, dando coesão e unidade;
- 5) Ser instrumento de luta movido por ideias e sentimentos, conscientemente influenciado por servir à classe a que está ligada;
- 6) Mobilizar vontades, organizando e dando a elas homogeneidade e sentido;
- 7) Desenvolver permanente trabalho de análise e adequação à realidade;
- 8) Persuadir, convencer e guiar as massas;
- 9) Fornecer elementos teóricos e organizativos que possam elevar o nível da consciência de classe ao nível da totalidade das relações e vínculos políticos que se estabelecem entre as classes na sociedade;
- 10) Lutar pela unidade entre movimento de massa e direção consciente, realizando a síntese disciplinadora e a mediação político-universal.

Isto é: “A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma.” (DIAS, 1996, p. 10). Visão de mundo esta que, para a classe dominante, o aparelho do Estado, em sua articulação

complexa de aparelhos⁴⁹ (DIAS, 1987b), contribui fortemente. “Ao lado deste aparelho de supremacia física e econômica, existe um aparelho de supremacia espiritual: é a imprensa (jornais e revistas).”, pondera Gramsci (apud DIAS, 1987b, p. 36). Tal aparelho de supremacia espiritual erigiu-se por que

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se enormemente. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burocrático, imponentes massas, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. (GRAMSCI, 2001a, p. 22).

Nesse contexto, temos que “[...] as classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos [...] que se podem expressar seus interesses imediatos, não podem, contudo, fazê-lo com seus projetos.” (DIAS, 1996, p. 38). É exatamente o que temos no caso da mídia. Ao lado do projeto dominante, a mídia é um ponto de sustentação com o qual as classes subalternizadas trabalhadoras não podem contar. Sem esse instrumento, objetivamente estão um passo atrás na conquista de espaço a seu projeto. Se “[...] a perda dos intelectuais é a perda da capacidade de elaboração.” (DIAS, 1996, p. 30), esse intelectual coletivo, de saída, a classe trabalhadora não têm!

Frente a todos esses elementos, é possível identificar a mídia televisiva como o *príncipe eletrônico* que venha a substituir o moderno príncipe gramsciano? Não nos parece. A ideia do *Príncipe* de Maquiavel, e mesmo do *Moderno Príncipe* de Gramsci, resulta num instrumento de organização e luta pelo poder (o príncipe), pela hegemonia (o partido da classe). Instrumento que serve à articulação e organização de ambas as classes fundamentais. Não só a uma delas. A mídia eletrônica não possui essa característica. Sua propriedade concentrada a circunscreve aos interesses de uma única classe, a dominante. Sua crescente influência por parte dos setores das igrejas evangélicas a distancia de qualquer perspectiva de laicização da sociedade, uma das vocações do *príncipe moderno* e, embora polêmica, também possível de ser visualizada no *Príncipe* maquiaveliano. Não emergirá desse suposto *príncipe eletrônico* um Estado novo.

⁴⁹ Dentre os componentes deste complexo de aparelho do Estado, destacam-se: (1) um aparelho de forças materiais e econômicas, que se subdivide num (1.1) aparelho de Estado polialesco, hierarquizado desde o chefe de polícia, num (1.2) aparelho de Estado militar, hierarquizado do estado maior ao soldado; e num (1.3) um aparelho de Estado econômico, do governo à hierarquia dos trustes bancários e industriais até diretores de fábrica. Através deste aparelho, a classe dos exploradores determina o tempo dedicado ao repouso, à educação, à alimentação, à vida e à liberdade política. (DIAS, 1987b).

Então, ele é *o intelectual coletivo* das estruturas e blocos de poder presentes? Tampouco. Não é *o*, embora seja um dos mais destacados e influentes, mas *um dos*, e ao bloco de poder dominante, não a qualquer bloco alternativo que se constitua na direção de uma hegemonia alternativa.

As bases mais coerentes de compreensão da mídia eletrônica, em especial a televisão, não é tomá-la como *príncipe eletrônico*, mas relativizar e entender que, em determinadas circunstâncias, ela *pode exercer a função de intelectual coletivo e orgânico* de uma classe. Nas circunstâncias, inclusive, antecipadas por Gramsci, quando enxergava apenas os jornais e revistas: como fração de partido ou mesmo partido pronto a agir quando da ausência de uma direção política centralizada e organizada para dar rumo aos interesses da classe.

O processo de disputa político-partidária em torno do *impeachment* de Dilma Rousseff da Presidência da República do Brasil, em 31 de agosto de 2016, é exemplo significativo de mediação de funções estabelecidas pela mídia. Frente a uma tática inconstante e fragmentada dos partidos de oposição ao governo, especialmente o PSDB, coube aos veículos de maior liderança, destaque e visibilidade no campo da mídia, tais como os jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, as revistas *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, a rede de rádios da *Jovem Pan* e, principalmente, à *Rede Globo* de televisão, ditar o ritmo das ruas e do combate político a ser travado no Congresso Nacional para a aprovação do *impeachment*. Os principais colunistas desses veículos foram porta-vozes de uma linha política organizada e centralizada que orientou agrupamentos e movimentos de rua que levaram à mobilização de milhares de pessoas à favor do afastamento da presidente eleita. Garantiram a versão do respeito à institucionalidade, embora tenham sofrido uma derrota no que, de fato, ficou na interpretação de significativa parte da população acerca do golpe parlamentar-judiciário dado para levar à Presidência o vice Michel Temer (PMDB).

Coube à mídia avivar a vontade nacional-popular do combate à corrupção, identificando-a tão somente com o PT, capitanear a crise econômica e a deterioração das condições salariais e de emprego da população, direcioná-la ao processo de impedimento e legitimar o argumento legal usado para atestar o descumprimento da Constituição Federal (CF) por conta da inobservância da autorização do Congresso para o aumento de gastos do Executivo, as chamadas *pedaladas fiscais*. O oligopólio de emissoras de televisão entusiasmou lideranças

parlamentares e dos movimentos de rua, unificou as frações da classe dominante, em sintonia com os anseios da sociedade, a luta pelo *impeachment*. “Dado que o discurso das classes dominantes pode capturar a vontade das classes dominadas e pô-las a seu serviço.” (DIAS, 1996, p. 58-59), os setores midiáticos foram certos, mobilizando vontades, desenvolvendo permanente trabalho de análise do cenário da luta travada, persuadindo e guiando as massas a esse objetivo.

Potencializando suas funções, a mídia viabilizou a difusão da síntese disciplinadora e realizou a mediação político-universal necessária ao golpe por dentro das próprias instituições do Estado. Contribuiu para que a classe dominante retomasse para si as rédeas do poder, que tolerou perder durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, a partir dos acordos pontuais de interesse a ambas as partes (PT e burguesia brasileira), num pacto de classes que resistiu por 13 anos de governo petista.

Assim, não se trata de *ser* no sentido completo, acabado e perfeito, mas de *exercer o papel de*. Ou seja, a televisão *não é* um intelectual coletivo e orgânico, mas pode, em determinadas circunstâncias, *exercer* o papel de intelectual coletivo da classe, potencializando ao máximo a sua função: principal instituição difusora da ideologia dominante.

Cabe observar, todavia, que a questão não é a televisão em si, mas o uso que se pode fazer dela. Vejamos: o mesmo veículo que produz um programa eminentemente comercial, o *Big Brother Brasil* (BBB), é capaz de brilhantemente veicular no formato próprio à televisão, um dos clássicos da literatura nordestina, o Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna. A mídia televisiva é um instrumento, um aparelho de hegemonia, portanto; sob uso (e abuso) da classe que detém a hegemonia na sociedade e a ideia que a mesma tem de e para esse meio de comunicação.

Seu uso como aparelho privado de hegemonia é potencializado pela ausência de regulamentação e de políticas públicas no plano das concessões de canais de televisão no país. Análoga à situação brasileira, a era *Berlusconi* na Itália, onde foi primeiro-ministro entre 1994 e 2011, só foi possível depois que ele operou “[...] o dismantelamento da legislação italiana sobre a regulamentação da mídia televisiva, fazendo aprovar leis sob medida para seu próprio império de televisões privadas.” (LIGUORI, 2003, p. 185), a partir do qual se consolidou como alternativa construída na sociedade civil italiana, negando os partidos políticos, mas, na

verdade, articulando um conjunto de alianças em torno de seu monopólio/duopólio de telecomunicações que se constituiu como um verdadeiro partido político.

Como escrevia Gramsci [...], “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados” (CC, 3, 119). Hoje poderíamos, com linguagem gramsciana, reescrevê-la assim: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, antes de mais nada através das televisões, “designadas vulgarmente como privadas”, mas que são na realidade o principal sustentáculo político do partido do governo [...], cria um novo “senso comum”, do qual são expelidos a política, a participação, a vida em relação com os outros, o sentido de comunidade, o impulso à solidariedade. (LIGUORI, 2003, p. 186).

A partir da perspectiva gramsciana, temos a mídia como relevante aparelho privado de construção de hegemonia na sociedade civil. Consoante a síntese de Coutinho (1994, p. 54-55, grifos do autor):

[...] são organismos sociais “privados”, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito [...]; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo “privado” entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou “contratual” — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade.

Compreender seu papel, portanto, é primordial para a orientação das estratégias de luta das classes subalternas pela hegemonia. Qualquer perceptiva que a tenha como possível de ser neutralizada, e não enfrentada diretamente em seu monopólio da fala, está vocacionada para a derrota. A experiência recente do PT no governo federal tornou-se exemplo incontestado disso.

Atualizando a reflexão de Dias (1987a), a construção da democracia no Brasil continua passando pelas questões operária e sindical e, também pela articulação da questão democrática à questão nacional, sem deixar de lado a questão intelectual; às quais deve se acrescentar, no mesmo grau de importância, a questão da democratização da mídia. Pois se trata do principal instrumento da luta ideológica e da batalha das ideias travada pelas classes contemporaneamente. “A hegemonia tem os seus pés fincados no solo da luta social.” (DIAS, 2013, p. 129). Se a conquista do poder deve ser precedida por sucessivas batalhas pela hegemonia e pelo consenso dentro da sociedade civil, como ensina Gramsci, sem dúvida que cabe aos intelectuais das classes subalternas contribuir para que o papel da mídia nessa batalha esteja bem claro aos sujeitos e setores dos que lutam por uma outra hegemonia no mundo atual.

Só assim podemos avançar para problematizações acerca do papel atual da comunicação e sua relação com a hegemonia; para buscar caracterizar como se dão as operações midiáticas de cunho antiontológico, a partir das bases identificadas por José Paulo Netto (2008, p. 130, grifos do autor): antiontologismo, no limite, uma inflexão no processo de deseconomicização e desistoricização fundantes das ciências sociais; negação da efetividade do trabalho, da realidade das classes sociais, “[...] deslocadas para o espectro da *comunicação* e das *representações e identidades culturais*”.

4 O PODER OLIGÁRQUICO NO MARANHÃO E AS CONCESSÕES DE CANAIS DE TELEVISÃO NO BRASIL

Neste capítulo, fazemos breve apanhado da estrutura oligárquica maranhense. Iniciamos a exposição buscando os elementos característicos que marcam a política dominante no Maranhão desde as primeiras décadas dos anos 1800. Perpassando por cinco fases da historiografia política maranhense, a partir das indicações do trabalho de Flávio Reis (2007), enumeramos os momentos políticos determinantes para a consolidação da estrutura oligárquica de poder. Passando por Benedito Leite, Urbano Santos, Paulo Ramos, Vitorino Freire e José Sarney, demonstramos como essa estrutura foi se firmando, a partir de um coronelismo que, paulatinamente, foi sendo substituído por estratégias mandonistas e clientelistas de exercício do poder, no contexto da modernização da estrutura oligárquica brasileira engendrada na situação periférica e dependente do Estado brasileiro na economia mundial.

Expomos diversos elementos que dão conta de ilustrar como, no processo histórico, categorias foram constituídas e desarticuladas para a justificativa da disputa da estrutura. Especialmente, a categoria *vitorinismo*, utilizada para caracterizar o Maranhão de atraso e desmando, que seria modernizado pela vitória de José Sarney, em 1965, que acabou por desenvolver todas as características que imputava ao adversário. Firmamos na ideia força de que, de (José) Sarney a (Roseana) Sarney, a estrutura oligárquica desenvolveu-se sob esse grupo, sobretudo pelas relações políticas construídas com o poder central (conforme Reis, 2007), mas também pelo absoluto controle que passou a ter sobre a diversas instituições do Estado. Ensaíamos, ainda, uma análise das tendências que advêm das duas derrotas eleitorais ocorridas no âmbito da estrutura oligárquica para dois de seus opositores, para Jackson Lago (2006) e Flávio Dino (2014).

Além de expor os diversos componentes dessa estrutura e luta pelo poder, neste capítulo também demonstramos com maior detalhamento, uma que vez é o objeto principal da pesquisa, a configuração do campo midiático maranhense. Assim, como as políticas de concessões de emissoras de televisão são políticas públicas privativas do governo federal, o inevitável entrelaçamento entre a situação da mídia eletrônica de televisão oligopolizada e monopolizada no país e a realidade maranhense são devidamente explicados. Dessa forma, apresenta-se a situação

nacional das concessões de TV que, de 1950 até 2018, de Getúlio Vargas a Dilma Rousseff, pouco alterou em sua regulação e regulamentação, propiciando uma verdadeira oligarquização da mídia televisiva.

Para tanto, examinamos o banco de dados da ANATEL, historiamos os processos de criação e disputa pelo controle das oito televisões da capital maranhense, particularmente as comerciais, vinculadas às cabeças-de-rede das emissoras nacionais de televisão. Demonstramos como o controle da televisão tratou-se de uma estratégia de fortalecimento político e, ao mesmo tempo, de acúmulo de riquezas por parte das seis famílias nacionais que oligopolizam a mídia televisiva e das seis maranhenses que controlam a televisão local. Registramos as 61 emissoras de televisão presentes em 20 municípios maranhenses, mas particularizamos o detalhamento das operações políticas de disputa à análise das emissoras na capital maranhense.

Nelas, percebemos nitidamente como a família Sarney e seus grupos em órbita moldaram o setor com controle ferrenho: ora capturando para si as principais emissoras, ora neutralizando a possível posse de emissoras por parte de grupos opositores, ora monitorando a sobrevivência das demais a partir das verbas oficiais públicas de publicidade.

Ao final, traçamos como, em 68 anos, a televisão brasileira tornou-se elemento fundamental para o exercício da hegemonia da classe dominante, consolidando um senso comum na sociedade que leva à cultura do conformismo, a um consenso ativo e passivo acerca da estrutura de poder a qual está subordinada. Para o desenvolvimento dessa reflexão servimo-nos novamente de Gramsci, e também das ideias de Raymond Williams. Ambos, autores que, distantes de vivenciar o que se tornaria os meios de comunicação de massa, em particular a televisão, foram precisos na avaliação da função que viria a desempenhar na sociedade contemporânea. A televisão é a principal instituição difusora de ideologia da classe dominante. A luta política pela posse das concessões dos canais de televisão e seu controle político, ideológico e econômico, no Brasil e no Maranhão, é exemplo de como ela se tornou instrumento de grande peso na contemporaneidade.

4.1 A luta pelo poder sob a estrutura oligárquica no Maranhão

O que é a oligarquia? E como se formou a estrutura oligárquica no Maranhão? A questão formulada por Flávio Reis (2007) para seu trabalho de

mestrado, em 1992, na Unicamp, continua provocantemente atualíssima. E sua resposta, circunscrita no quadro da transição da economia exportadora de feição colonial para o lento processo de integração ao mercado nacional e suas relações com o empresariado urbano, mais atual ainda: “[...] a oligarquia é mais do que o produto dos interesses desses núcleos [familiares], sendo também uma peça da construção do Estado brasileiro, cuja gestação foi favorecida pelo poder central.” (REIS, 2007, p. 10). Numa dupla articulação, esclarece Florestan Fernandes (2006, p. 293), que:

Impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente [...] Ele pode, sem dúvida, realizar as revoluções econômicas, que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente.

Como “[...] não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável.” (FERNANDES, 2006, p. 261), a transição para um *Brasil moderno* dá-se mediante um “[...] desenvolvimento desigual [que] não afetava o controle oligárquico do poder, apenas estimulava a sua universalização.” (FERNANDES, 2006, p. 247). Dessa forma, no caso da formação social maranhense, por exemplo, temos a harmoniosa combinação da “[...] realização dos interesses do capital transnacional, numa precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional.” (BARBOSA; LOPES, 2013, p. 43).

Examinando as três fases do desenvolvimento do capitalismo, Fernandes (2006) demonstra que em nenhuma delas se impôs:

- (1) “[...] a ruptura com a associação dependente, em relação ao exterior (ou aos centros hegemônicos da dominação imperialista).” (FERNANDES, 2006, p. 262). No Maranhão, como veremos mais à frente, nunca se rompeu a dependência com o modelo de desenvolvimento que tem os interesses de transnacionais mineiro-metalúrgicos como centrais;
- (2) “[...] a desagregação completa do *antigo regime* e de suas seqüelas ou, falando-se alternativamente, das formas pré-capitalistas de produção, troca e circulação.” (FERNANDES, 2006, p. 262). Na realidade maranhense, alguns municípios vivem como que na época feudal, tamanho o atraso das

relações socioeconômicas (como nos municípios de pior Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, altos índices de *exclusão social* – Fernando Falcão, Belágua, Centro do Guilherme, etc.), outros com indivíduos submetidos a condições de trabalho análogas a de trabalho escravo (como na região dos Cocais e Tocantina – Timbira, Codó, Açailândia, etc.), para relacionarmos apenas as situações de maior visibilidade;

- (3) “[...] a superação de estados relativos de subdesenvolvimento, inerentes à satelização imperialista da economia interna e à extrema concentração social e regional resultante da riqueza.” (FERNANDES, 2006, p. 262). Também no Maranhão, o direcionamento de sua produção agrícola, desde os anos 1800, volta-se para o fornecimento de produtos ao mercado externo, gerando bolsões de riqueza, a partir da concentração de renda em grandes empresários do agronegócio que se sustentam na monocultura para exportação (atualmente, a soja), enquanto a população da cidade soma um dos maiores contingentes de beneficiários de Programas de transferência de Renda (PTR) para o combate à miséria, como o Programa Bolsa Família (PBF) (como na região Sul, em cidades como Balsas – cujo Produto Interno Bruto - PIB *per capita* é um dos maiores do estado).

Para Florestan Fernandes (2006, p. 249, 244, grifo do autor), a modernização da estrutura oligárquica em sua intrínseca composição com a burguesia ascendente só admite inovações no processo que sejam, “[...] a partir de cima e de dentro [...]” e “[...] pela via da ‘oposição consentida’ (que só poderia envolver conflitos ou dissensões controláveis.”, ainda que os setores médios tenham sido potencializados na visibilidade na emergência de uma “[...] oposição de baixo para cima”. Como “[...] as elites brasileiras não estavam preparadas para essas duas transformações concomitantes.”, restou acomodar a primeira oposição como “[...] uma divergência *intra muros* [...]” e, tomando como um desafio insuportável, solapar a segunda oposição e “[...] impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio, ‘dentro da ordem’. Essa reação não foi imediata, ela teve larga duração, indo do mandonismo, do paternalismo [...] à manipulação dos movimentos políticos populares.” (FERNANDES, 2006, p. 244, grifos do autor).

É nessa trama que a estrutura oligárquica enfrenta transições e se moderniza, admitindo até “[...] oposição dentro da ordem” e “[...] a partir de cima [...]” desde que não se comprometa “[...] o que se poderia chamar de *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil.” (FERNANDES, 2006, p. 245, grifo do autor).

Enquanto existir capitalismo haverá classes sociais e os mecanismos básicos de relações de classes terão de passar por processos de acomodação, competição e conflitos das classes entre si. A dependência e o subdesenvolvimento não eliminam esse fato. Apenas introduzem elementos novos na formação e na manifestação de tais processos, que se ajustam, assim à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido. (FERNANDES, 2006, p. 323).

No caso maranhense, a vitória de Roseana Sarney, em 1994, contra o oposicionista Eptácio Cafeteira, e a derrota dela, em 2006, para Jackson Lago, oposicionista apoiado pela dissidência oligárquica liderada pelo então Governador José Reinaldo Tavares, decorrente de “[...] velhas histórias de caprichos pessoais da política oligárquica, a ascendência da esposa do governador, Alexandra Tavares, [...] em disputa com Roseana, [...] que insuflou José Reinaldo a diminuir a influência direta da família Sarney sobre seu governo.”, levam Reis (2007, p. 13, 14) a concluir que “[...] as condições que permitiram a vitória de Lago não apontam diretamente para a superação da estrutura oligárquica no Maranhão.”, mesmo tendo ocorrido, pela primeira vez, contra os interesses do poder central e sem o apoio do presidente da República⁵⁰.

A forma de organização continua sendo em torno do grupo político, os líderes continuam se movendo em busca da mediação do governo federal e as crises intraoligárquicas têm muito mais o componente geracional, com o surgimento de outros polos e nomes, do que projetos societários distintos. A organização por grupo e não em partidos programática e ideologicamente consolidados, ao que Reis interpreta como verdadeiras *siglas fantasmas* (REIS, 2007), preferimos identificar como uma estratégia da classe dominante a fim de acomodar interesses que possam vir a ser conflitantes no âmbito local, desde que não comprometam a unificação no plano nacional. Ao invés de *siglas fantasmas*, parece-nos mais apropriado denominar de *siglas guarda-chuvas* para proteger as frações oligárquicas

⁵⁰ No segundo turno de 2006, Lula, candidato à reeleição, veio ao Maranhão, e declarou, em comício na cidade de Timon, seu apoio à candidatura de Roseana Sarney ao governo do Estado; contra a de Jackson Lago, a quem ele esteve várias vezes apoiando em pleitos passados e mesmo com o PT maranhense tendo declarado apoio a Lago naquele segundo turno.

locais maranhenses, na disputa do espaço municipal, na maioria das vezes, tal como já tivemos as legendas e sublegendas nos processos eleitorais maranhenses, notadamente no período do regime militar. Dessa forma, contornam-se as crises de disputa por espaço local, ainda que não se evite a crise intraoligárquica motivada pelo elemento geracional.

Desde a década de 1930, as crises intra-oligárquicas foram acompanhadas de um discurso “anti-oligárquico” por parte de setores da oposição. [...] A reprodução de padrões de dominação oligárquicos no Maranhão atravessou todo o século XX, sofrendo alterações decorrentes mais das modificações verificadas no plano nacional que propriamente oriundas de alternativas por fora ou que apontem para além dessa estrutura. Apesar de outras formas de organização terem sofrido modificações importantes, comparada ao tempo das firmas da Praia Grande, o controle estreito do voto ser mais difícil apesar da importância do poder econômico e dos principais sistemas de mídia etc., o certo é que a realidade do domínio político manteve uma impressionante capacidade de adaptação. (REIS, 2007, p. 16, grifo do autor).

Como corretamente pesquisa, Reis (2007) demonstra que nas raízes de nossa estrutura econômica estão presentes o empresariado comercial em articulação com os proprietários rurais. O avanço ou retrocesso da estrutura econômica decorreram, em grande parte, dos interesses desses grupos fundamentais, no contexto, evidente, da situação internacional. Por exemplo, a presença política de Ana Jansen, comerciante e latifundiária, matrona local até meados do século XIX, estava vinculada a seus interesses como proprietária de poços de água nos arredores de São Luís. Os comerciantes em torno dela, por anos inviabilizaram o estabelecimento de uma Companhia de Águas na cidade, que só se estabeleceu quando uma companhia norte-americana aqui se fixou, em 1920. (REIS, 2007).

Com o fim da escravidão, a derrocada do sistema agroexportador em torno do açúcar e do algodão, o sistema local agroexportador ficou subordinado aos grandes comerciantes que organizam bancos para controlar a oferta monetária e impor duras condições de reembolso para a concessão de empréstimos. Contudo, poucos proprietários rurais conseguiam os empréstimos e recorriam aos comerciantes a taxas de juros mais altas. Isso levou antigos senhores estabelecessem relações de subordinação econômica com pequenos plantadores, obrigados a revender-lhes seus produtos como forma de pagamento pelo arrendamento e exploração da terra.

O declínio das grandes plantações foi acompanhado da multiplicação de pequenas unidades (roças) localizadas no interior das grandes propriedades

ou na vasta extensão de terras devolutas. [...] Um dos principais efeitos dos problemas enfrentados pela grande plantação no final do século foi o deslocamento de proprietários rurais do âmbito da produção direta para o da comercialização interna, apropriando-se do produto dos pequenos plantadores. Essa mudança na atuação econômica do proprietário rural tornou-se possível devido ao controle exercido sobre as máquinas de beneficiamento primário, ao pagamento da renda da terra, quando fosse o caso, e às possibilidades de efetuar um adiantamento, sob a forma de instrumentos de trabalho (enxadas, pás, sementes) e gêneros de consumo (tecidos, linhas, querosene, fumo, sal) [...] Essa configuração permaneceu durante toda a primeira metade do século XX. (REIS, 2007, p. 38).

A indústria têxtil e a produção de arroz salvaram a economia maranhense de desastre maior, entre 1899 e 1915. A I Guerra Mundial (1914-1918) alavancou a economia comercial local e a Crise de 1929 não chegou a comprometê-la. “A economia maranhense entre o final do século XIX e meados da década de 1930 passava por um longo processo estrutural de integração ao mercado nacional.” (REIS, 2007, p. 44). O ano de 1935 marcou a virada nas relações comerciais maranhenses com a inclusão do babaçu. O Maranhão volta sua comercialização para a indústria de óleos cosméticos dos Estados Unidos.

Dessa análise da estrutura econômica, Flávio Reis aponta três aspectos a serem considerados a respeito do modo de constituição das classes dominantes no Maranhão: (a) existia uma diferenciação entre as esferas da produção e comercialização desde a gênese do sistema agroexportador, trazendo como consequência uma aceleração da concentração urbana da riqueza; (b) a crise desse sistema abriu um período de longa transição; que (c) levou ao fortalecimento dos grandes comerciantes da capital, que chegaram a configurar uma *comunidade empresarial* entrelaçada numa rede de negócios e interesses comuns. (REIS, 2007, p. 44-45). Se “[...] o *homo oeconomicus* é uma abstração da atividade econômica de uma determinada forma de sociedade, isto é, de uma determinada estrutura econômica [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 323, grifo do autor), eis aqui a configuração do *homo oeconomicus* maranhense do início do século XX⁵¹. “O conjunto destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem

⁵¹ Para Gramsci (2004, p. 354), “[...] não pode existir o *homo oeconomicus* genérico, mas pode-se abstrair o tipo de cada um dos agentes ou protagonistas da atividade econômica que se sucederam na história: o capitalista, o trabalhador, o escravo, o dono de escravos, o barão feudal, o servo da gleba”.

determinadas formas de consciência social.” (MARX apud GRAMSCI, 2004, p. 463)⁵². Mas observa Reis (2007, p. 49),

A reflexão sobre o processo de formação do sistema de dominação política no Maranhão requer a distinção preliminar entre dois períodos. O primeiro compreende o início da década de 1820 até o final da década de 1840 e apresenta um extremo fracionamento das facções políticas, expresso nas lutas entre famílias importantes de proprietários rurais das regiões do Itapecuru e da Baixada, economicamente as mais significativas. Neste momento, não existia propriamente um setor voltado para a ocupação da política e o padrão de liderança ainda predominante era aquele típico da dominação local, onde os chefes de clãs exerciam os postos de mando como atividade subsidiária. No segundo período, a partir das décadas de 1850 e 1860, iniciou-se uma situação mais clara de definição dos atores políticos e de afirmação de um padrão de carreira política.

Nos dois momentos, comprova Reis (2007), a configuração dos atores políticos regionais foi uma construção do poder central, ora adotando mecanismos institucionais centralizadores, ora legitimando a prática clientelista dos grupos políticos.

Na esfera regional, os novos políticos efetuavam a troca de nomeações, verbas e favores pelo apoio dos núcleos de poder municipais [...] na esfera nacional, os líderes regionais estabeleciam o vínculo entre a província e o governo central, numa relação que envolvia o acesso aos cargos, o trânsito junto à burocracia dos ministérios e ocasionais auxílios financeiros. (REIS, 2007, p. 50).

A reflexão pioneira sobre as relações de domínio instaladas no Brasil a partir da configuração das forças políticas no município, seus vínculos com a propriedade da terra e o aparelho do Estado foi a principal contribuição de Victor Nunes Leal à compreensão da formação social brasileira, em seu livro *Coronelismo, Enxada e Voto*, publicado pela primeira vez em 1949. A partir dele, compreendemos que a origem do vocábulo *coronelismo*, sintetizada pelo historiador e filólogo Basílio de Magalhães, a pedido de Leal (1978, p. 19), decorre de *brasileirismo* remoto aos autênticos ou falsos *coronéis* da extinta Guarda Nacional, criada em 18 de agosto de 1831 e que, “[...] durante quase um século, em cada um dos nossos municípios existia um regimento da Guarda Nacional.”, cujo posto de comando, o de *coronel*, era dado ao chefe político local, “[...] os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados.” (MAGALHAES apud LEAL, 1978, p. 21).

⁵² Também aqui optamos por essa tradução trazida por Carlos Nelson Coutinho, da edição de *Obras Escolhidas de Marx e Engels* (1956), em comentário registrado na nota 40 (GRAMSCI, 2004, p. 465), por considerá-la melhor elaborada que em sua versão editada pela Martins Fontes, a qual: “O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social.” (MARX, 2003, p. 5).

A partir desse sentido, “[...] o tratamento de ‘coronel’ começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado.” (MAGALHAES apud LEAL, 1978, p. 19, grifo do autor), superando até mesmo a honraria de *doutor*, tratamento dado àqueles que, nos fins do século XVIII, alcançavam o grau acadêmico de bacharel em Medicina ou Direito. Rubens do Amaral (apud LEAL, 1978), explica que os doutores exerciam o domínio no âmbito da cidade, como chefe político urbano, pela inteligência, cultura, prestígio da palavra e serviços prestados na advocacia e na medicina, fosse às famílias ricas ou às massas pobres. Os coronéis dominando a partir de suas fazendas, geralmente auxiliados pelos padres, farmacêuticos, comerciantes e, também, pelo genro-doutor – a fachada moderna do coronelismo como força política (FREIRE apud LEAL, 1978).

Nesse contexto, o *coronel* é aquele que

[...] comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro dessa esfera de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. (LEAL, 1978, p. 23, grifos do autor).

Circunscrito a esse *status*, Leal (1978) delineia ainda que o perfil econômico-financeiro do *coronel* é de alguém tido como rico, mas, na verdade, não passa de um fazendeiro remediado.

Gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas. (LEAL, 1978, p. 24).

Mas, apenas frente a um roceiro, em comparação com a pobreza deste, o fazendeiro é um homem rico.

Para Leal (1978), o *coronelismo* é mais que a sobrevivência do poder privado, hipertrofiado e fenômeno típico do Brasil Colônia. É a manifestação desse poder privado sob bases representativas extensas do regime político. Um regime representativo sobreposto a uma estrutura social e econômica desigual. Assim, a principal característica do *coronelismo* é ser, sobretudo, “[...] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras [...]” (LEAL, 1978, p. 20). Dessa característica fundamental, anota Victor Nunes Leal

(1978), resultam características secundárias como *mandonismo*, *filhotismo*, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços locais. É na estrutura social do Brasil dos anos 1930/1940, que Vitor Nunes Leal (1978) identifica essas características constitutivas do *coronelismo*, tais como:

- (i) O paternalismo: favores de toda ordem, desde o emprego público até os mínimos obséquios – com sua recíproca: negar pão e água ao adversário. (LEAL, 1978);
- (ii) O mandonismo: é a perseguição aos adversários, sob a máxima “[...] para os amigos pão, para os inimigos, pau.” (LEAL, 1978, p. 39);
- (iii) O filhotismo: a outra face do mandonismo, que consiste em convocar agregados para a “gamela municipal” e, de outro lado, utiliza o dinheiro público, bens e serviço do governo municipal nas batalhas eleitorais (LEAL, 1978, p. 39);
- (iv) O Familiarismo decorrente do patrimonialismo, sobre o qual Emilio Willems (apud LEAL, 1978, p. 43) anota: “O patrimonialismo das estruturas políticas locais sobreviveu [...] O chamado familiarismo e outras formas de nepotismo podem ser classificados como aspectos do patrimonialismo”. Para o autor, exemplo disso é a ascensão de uma pessoa ao comando de uma organização politico-administrativa que, consigo, traz vizinhos, parentes e amigos aos cargos de confiança do novo potentado.

O coronelismo é um sistema baseado na reciprocidade. De um lado, os coronéis que conduzem magotes de eleitores; do outro, o Estado que possui o erário, os empregos, os favores, a força policial. Ambos interligados pelo prestígio que um empresta ao outro. Assim, continua Leal (1978, p. 56, grifo do autor)

[...] o “coronelismo” assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades.

É a par dessa elaboração, que Barbosa Lima Sobrinho (apud LEAL, 1978) fornece uma atualíssima reflexão sobre as possíveis formas de continuidade do *coronelismo*. Escreve ele:

Victor Nunes Leal tem razão, quando observa que o “‘Coronelismo’ corresponde a uma quadra da evolução de nosso povo”. E uma quadra, que por isso mesmo, **nunca se reproduz ou se repete**, só se pode encontrar bem refletida na velocidade dos instantâneos. [...]

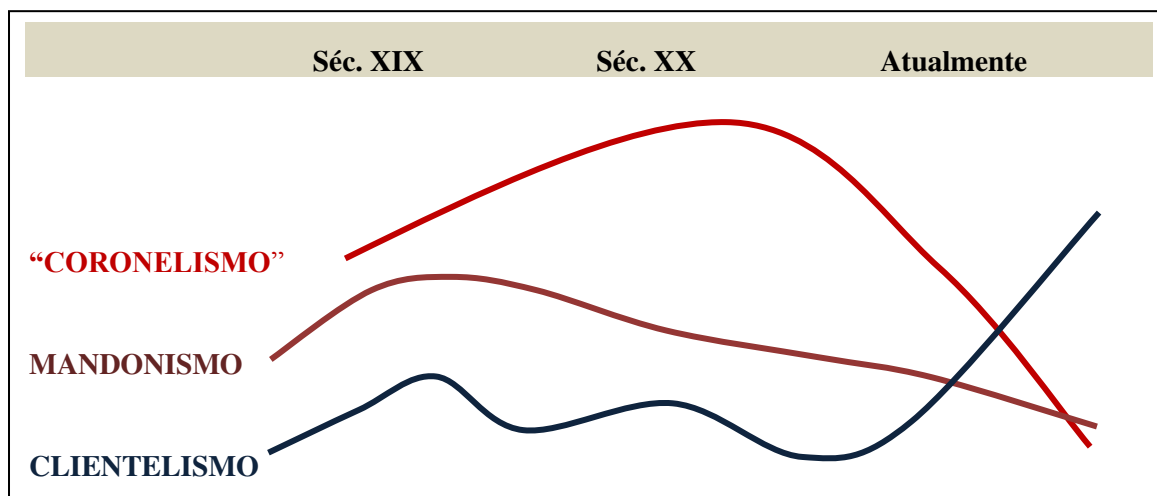
O “Coronelismo”, em 1975, não será a mesma coisa que o de 1949. **Dia a dia o fenômeno social se transforma**, numa evolução natural, em que há que considerar a expansão do Urbanismo, que liberta massas rurais vindas do campo, além de modificações profundas nos meios de comunicação. **A faixa do prestígio e da influência do “Coronel” vai minguando**, pela presença de outras forças, em torno das quais se vão estruturando novas lideranças, em torno de profissões liberais, de indústrias ou de comércios venturosos. O que não quer dizer que tenha acabado o “Coronelismo”. Foi, de fato, recuando e cedendo terreno a essas novas lideranças. Mas a do **“Coronel” continua, apoiada aos mesmos fatores que a criaram ou produziram**. Que importa que o “Coronel” tenha passado a Doutor? Ou que a fazenda se tenha transformado em fábrica? [...] A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. **O fenômeno do “Coronelismo” persiste**, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se de miséria. O desamparo em que vive o Cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do “Coronel”, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos. (BARBOSA LIMA SOBRINHO apud LEAL, 1978, p. XV, grifos nossos).

Eis os elementos para um ponto de partida para a reflexão sobre o *coronelismo*: a dinamicidade do processo social, a decadência do fenômeno em seus aspectos originais, embora se mantenham os fatores que o condicionaram. Assim, “[...] continua, pois, o ‘Coronelismo’, sobre novas bases, numa evolução natural, condicionada pelos diversos fatores que determinam o seu poder ou a sua autoridade.”, conclui Barbosa Lima Sobrinho (apud LEAL, 1978, p. XVI).

O clientelismo pode mudar de parceiros, aumentar ou diminuir ao longo da história. “Nesse sentido, é possível mesmo dizer que o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e que ele aumenta com o decréscimo do mandonismo.” (CARVALHO, 1997, p. 233). Assim, do século XIX ao XXI, observamos o ápice do “coronelismo” até metade do século XX, entrando em declínio a partir daí. Sua face menos explícita, o mandonismo, da mesma maneira. Enquanto, em momentos de maior ou menor destaque, mas nunca curva crescente a partir da segunda metade do século XX, o clientelismo vem se consolidando na sociedade brasileira, mesmo frente a movimentações que buscam tornar republicano o uso da coisa pública, e não patrimonialista ou sob interesse privado de grupos que controlam as políticas de Estado.

Movimento do processo histórico que poderíamos ilustrar na figura a seguir:

Figura 2 - Relação entre “Coronelismo”, mandonismo e clientelismo



Fonte: Elaborada pelo autor.

José Murilo de Carvalho (1997, p. 234), em seu texto *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*, registra:

Temos, assim, três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um sua especificidade, além de representarem curvas diferentes de evolução. O coronelismo retrata-se com uma curva tipo sino: surge, atinge o apogeu e cai num período de tempo relativamente curto. O mandonismo segue uma curva sempre descendente. O clientelismo apresenta uma curva ascendente com oscilações e uma virada para baixo nos últimos anos. Os três conceitos, assim concebidos, mantêm uma característica apontada com razão por Raymond Buve (1992) como essencial em uma abordagem histórica: a idéia de diacronia, de processo, de dinamismo.

O *coronelismo* surge para sustentar uma classe de proprietários rurais que, em decadência econômica, utiliza-se da ascensão política do federalismo, onde o centralismo imperial – sob o presidente de Província, cargo de confiança do ministério no Império – se buscava substituir pelo Governador de Estado, que o sistema republicano almejava consolidar como ator político eleito para chefiar a política estadual. Os proprietários rurais, para continuar a subsistir como classe, trocam apoio político à emergência da República por sustentação econômica para manterem-se em face de seus dependentes e rivais. “A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência [...]” (CARVALHO, 1997, p. 231).

No Maranhão, *coronelismo*, mandonismo e clientelismo têm sido elementos marcantes do processo de constituição da estrutura oligárquica. Nesse contexto, sistematiza Reis (2007), a dinâmica política oligárquica passou por vários momentos:

- (a) Décadas de 1820 a 1840 – *cabanos* (conservadores ligados a comerciantes portugueses e famílias a eles alinhadas) x *bem-te-vís* (liberais identificados com a Corte), a Balaiada foi uma convulsão política que escapou a esse quadro;
- (b) De 1850 até início de 1860 – período da *Conciliação*, no qual conservadores e liberais dividiram o poder, grupos políticos superam o processo inicial de consolidação e há uma maior incidência de reeleição de deputados gerais por mais legislaturas, constituindo uma camada política de mediação entre poder central e facções locais;
- (c) Da década de 1860 até o final do Império (1889) – circuito oligárquico disputado entre as duas alas do Partido Conservador, lideradas por Gomes de Castro (castristas) e Silva Maia (maístas), com apoio pontual de dissidências dos liberais a uma ou outra ala. Como historia Reis (2007, p. 64),

O sistema político imperial, como é sabido, funcionava com uma alternância entre liberais e conservadores, cujas alterações no comando do governo eram determinadas não pela manifestação das urnas, mas pela intervenção do Poder Moderador, pois, quase como regra, os ministérios conseguiam a vitória eleitoral.

- (d) De 1860 a 1922⁵³ – Outra geração ascende ao palco político: Benedito Leite, Costa Rodrigues, Urbano Santos, Cunha Machado. Todos aderindo à República, embora divididos entre os partidos Republicano, Nacional, Católico, Constitucional e Republicano Federal. De 1909 a 1918, um acordo instável prevaleceu entre as duas principais correntes da política estadual, o Partido Republicano, de José Eusébio e Urbano Santos, e o Partido Republicano Federal, de Costa Rodrigues. O período compreendido entre 1820 e a virada do século está descrito por Flávio Reis (2007, p. 96):

Em suma, as transformações econômicas ocorridas no Maranhão na virada do século não acarretaram modificações sensíveis no recrutamento dos

⁵³ Segundo Reis (2007), a crise do Império, no Maranhão, tem fatores desvinculados dos interesses dos cafeicultores e da emergência dos militares, como ocorreu na região sudeste e sul do País. Aqui, sobressaem as dimensões política – “[...] das dificuldades do núcleo dirigente em absorver o aumento da competitividade intra-oligárquica preservando o jogo partidário.” (REIS, 2007, p. 70) – e relativa à crise do sistema exportador, com o enfraquecimento do grande produtor rural. O que levou à dependência dos políticos de origem rural em relação ao do meio urbano e ao fortalecimento da comunidade empresarial localizada em São Luís. A confluência desses fatores repercutiu entre o final da década de 1880 e a primeira metade dos anos noventa na organização da estrutura oligárquica maranhense.

setores mais altos da representação política. Isto significa que o núcleo da oligarquia, pelo aspecto do recrutamento, este pouco sujeito às transformações geradas na crise da escravidão e no fortalecimento dos setores empresariais da Capital.

- (e) Dos anos 1920 a 1930, uma crise oligárquica prevaleceu no rearranjo do poder local, especialmente quando da ascensão de Getúlio Vargas e seu Estado Novo, com a tentativa de recomposição da oligarquia a partir do interventor Paulo Ramos (1931-1945).

Durante toda a década presenciou-se o surgimento de dissidências oligárquicas que se estabeleceram como partidos políticos, com um discurso de 'moralização' administrativa e eleitoral [...] mas preservou muitas características fundamentais da estrutura oligárquica de mando, entre elas, a utilização clientelista do Estado com vínculo de relação com a sociedade (REIS, 2007, p. 100-102).

A tentativa de recomposição a partir de Paulo Ramos restou frustrada. No Maranhão, a saída do Estado Novo não foi comandada eleitoralmente pelo seu interventor, mas por Vitorino Freire, que passou a ter influência política, a partir de seus vínculos com o governo central de Gaspar Dutra (1946-1951), e se consolidou no poder entre 1947 e 1951⁵⁴, o que lhe garantiu influência na política maranhense até 1965, o chamado período do *vitorinismo*, quando teve seu candidato, Renato Archer, derrotado por José Sarney, nas eleições para o Governo do Estado⁵⁵. Como explica Maria de Fátima da Costa Gonçalves (2000, p. 59, grifos da autora):

O chamado "*vitorinismo*" é uma classificação que compreende tudo que teria antecedido à cena política da gestão de José Sarney, como governador do Maranhão, ou seja, do período *pós-II Guerra Mundial* até a eleição do então Deputado Federal José Sarney em 1965. Consiste numa periodização ortodoxa na história política do Maranhão, com a pretensão de estabelecer uma *descontinuidade* político-administrativa.

Sublinha Gonçalves (2000, p. 59, grifo da autora) que "[...] a categoria '*vitorinismo*' foi instituída pelo próprio grupo de José Sarney". Cabe aqui uma interessante contribuição de Gramsci (2004, p. 394) a respeito do processo do estudo da História. Diz o pensador italiano: "[...] o que será conservado do passado no processo dialético não pode ser determinado *a priori*, mas resultará do próprio

⁵⁴ Consoante Benedito Buzar (1998), o pernambucano Vitorino Freire veio ao Maranhão a partir da vitória da Revolução de 1930, trazido pelo interventor nomeado por Getúlio Vargas, Martins de Almeida. Afastou-se do Maranhão durante o período do Estado Novo. Retornou no governo de Gaspar Dutra, travando uma luta com os grupos de Genésio Rego e Clodomir Cardoso pelo controle do PSD. A consolidação de seu poder deu-se quando saiu vitorioso do processo eleitoral com a confirmação da vitória de Eugênio Barros, contra uma frente de oposição pujante, liderada por Lino Machado, Clodomir Milet e Neiva Moreira, em apoio a Saturnino Braga, rompido com Vitorino Freire, e mobilizada nas ruas de São Luís no que passou a ser conhecida como a *Greve de 51*.

⁵⁵ Nas eleições de 1965, José Sarney obteve 49% dos votos (121.062), derrotando Costa Rodrigues, 27,7% dos votos (68.560), e Renato Archer, com 14,6% dos votos (36.103). (COSTA, 2006, p. 82).

processo.” (GRAMSCI, 2004, p. 394). O passado é algo complexo, não se trata de uma escolha arbitrária por cientistas ou filósofos. Quando arbitrária a caracterização do passado, temos “[...] um ato arbitrário de vontade, da manifestação de uma tendência político-prática unilateral, que não pode servir de ciência, mas somente a uma ideologia política imediata.” (GRAMSCI, 2004, p. 394). O processo histórico demonstrou que o que se chamava de *vtorinismo* não foi suplantado pelo projeto *Maranhão Novo* da geração de 1950 liderada por José Sarney. Não houve descontinuidade entre *vtorinismo* e sarneísmo, pelo simples fato que não houve alteração na estrutura oligárquica.

Mais do que uma criação da intelectualidade que chegava ao poder com Sarney, o *vtorinismo* não foi “[...] um momento excepcional e deve ser compreendido a partir da lógica da formação da estrutura oligárquica.” (REIS, 2007, p. 217). Na perspectiva de Flávio Reis, 1951 (com a ascensão de Vitorino Freire) foi exemplo de crise intraoligárquica cuja natureza foi a mesma de episódios anteriores, em 1935 (da qual emergiu Paulo Ramos) e 1909 (da qual se sobressaiu Urbano Santos). A de 1965 não seria distinta, apenas a personagem seria outra, José Sarney, naquilo que Wagner Cabral da Costa (2006, p. 16, grifo do autor) caracterizou, na disputa sarneísmo x *vtorinismo*, como um embate envolto “[...] num **jogo de espelhos**, em que um reflete de muitos modos a imagem do outro.”, tal a semelhança entre ambos⁵⁶. E a interpretação da crise intraoligárquica de 1965 como reinvenção do Maranhão dinástico⁵⁷, por parte de Sarney, não dá conta da complexidade do processo, em que pese o arrojado trabalho de pesquisa despendido por Gonçalves.

“*Maranhão Dinástico* é um conceito que abrange um espaço de formas de poder político, pelo qual as práticas pessoais determinam a maneira de gerir a

⁵⁶ Gonçalves (2008, p. 67) recupera o histórico da relação entre Sarney e Vitorino Freire: “José Sarney, que havia iniciado sua carreira política, em 1954, como suplente de Deputado Federal pelo PSD, rompeu com o partido e com o seu *pai político* Vitorino Freire, em 1965. Fora Vitorino Freire responsável pela inserção de José Sarney no campo político, ao apoiá-lo nos seus primeiros passos na política, como aconteceu ao candidatar-se a Deputado Federal em 1954 pelo PSD. Já filiado a UDN, José Sarney rompeu também politicamente com o Governador Newton Bello, em 1962, quando respaldado pela votação expressiva para a Câmara dos Deputados, lançou-se candidato ao governo do Estado do Maranhão, com o apoio do General Humberto Alencar Castelo Branco, Presidente da República, sob os holofotes da ditadura militar instalada no país em 1964”.

⁵⁷ Esclarece Gonçalves (2008, p. 48, grifo da autora): “Penso *Maranhão Dinástico* como um *período não-ortodoxo e não-linear* que pode ser tomado como uma permanência de uma prática de poder [...] Ressalto que *Maranhão* aqui não é um *espaço* geográfico, econômico [...] mas um *espaço simbólico* que serve para exprimir um projeto de dominação política e práticas de poder pessoais, reinventado por José Sarney, em 1966”. Para estudo da tese da pesquisadora, sugerimos a leitura do livro *A reinvenção do Maranhão dinástico* (EDUFMA, 2000).

dimensão pública. O *Maranhão Dinástico* é assim, um conjunto de sociabilidades políticas regionais [...].” (GONÇALVES, 2000, p. 42-43, grifos da autora). Sobre a tese da reinvenção do Maranhão dinástico, argumenta ainda Maria de Fátima da Costa Gonçalves (2000, p. 75, grifos da autora):

Neste plano é que se torna possível pensar uma *reinvenção* do Maranhão. José Sarney alega romper aparentemente com os vínculos de consangüinidade e com o chamado “vitorinismo”. Este último, é uma classificação ambígua [...]. Tal classificação arbitrária tende a recorrer a um critério que poderia ser lido como o *estado dinástico* (BOURDIEU; 1996), como um tempo nepótico e de uma política de interesses e critérios pessoais. José Sarney diz instaurar um aparelho burocrático respaldado nos critérios da competência e do saber. Em verdade, o agente recompõe uma modalidade de *estado dinástico* revitalizando laços de consangüinidade e parentesco e formas de poder pelo parentesco familiar proclamado [...]

Mais do que dinástica, a formação da sociedade civil maranhense e o Estado que dela emerge amalgamam-se numa estrutura oligárquica que é um complexo de complexidades, uma totalidade composta de outras totalidades de maior e menor complexidade⁵⁸. Estrutura essa que se metamorfoseia a partir das alianças entre os núcleos empresarial e oligárquico, da mediação do Governo Central/Federal nos momentos de crise, da influência junto ao judiciário e ao poder legislativo, controle da máquina do Estado, clientelismo e barganhas praticados pelos grupos dominantes junto aos chefes políticos municipais, fatores que se replicaram nas diferentes crises pelas quais a estrutura passou.

Sequer a comunicação é componente novo como instrumento de dominação da estrutura oligárquica perpassada pelos interesses do poder federal. Se em 1909 se elege pelo Maranhão Fernando Mendes de Almeida para senador, diretor do Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1954 se elege o paraibano Assis Chateaubriand, maior empresário das comunicações no País – da rede dos Diários Associados – senador maranhense, sem fazer campanha no Maranhão. O primeiro em função dos interesses da candidatura presidencial de Hermes da Fonseca, e o segundo em torno da candidatura de Juscelino Kubitschek. A chegada da televisão

⁵⁸ Como meticulosamente expõe Franci Gomes Cardoso (1995, p. 7) sobre o método marxiano para o conhecimento do ser social: “A realidade social, enquanto complexo de totalidades, se dispõe segundo graus de maior ou menor complexidades. Estas complexidades são componentes constitutivos da realidade, mas não são partes cuja soma forma o todo, mas, sim, elementos em grau menor de complexidade que se articulam com a complexidade maior pelas mediações. O indivíduo (Social) é a menor totalidade da realidade social e se vincula a outras totalidades mais complexas (a família, as classes, etc.). Nessa vinculação entre as totalidades de maior e menor complexidade, o sentido da totalidade abrangente é que situa a dinâmica das totalidades parciais”.

ao Maranhão é resultante dessa artimanha política. Registra Buzar (1998, p. 231, grifos do autor):

[...] objetivando ‘amaciá’ o eleitorado da ‘Ilha Rebelde’, Chateaubriand havia mandado equipamentos de televisão que, instaladas precariamente nos estúdios da Rádio Timbira, na Praça João Lisboa, projetavam som e imagem e transmitiam programas com artistas locais. Dessa forma, São Luís foi a terceira cidade do País a conhecer, embora muito limitadamente, aquele novo veículo de comunicação, que já então atraía centenas de pessoas, à noite, ao centro urbano.

O alinhamento da emissora de televisão da família Sarney, a TV Mirante, à maior rede de emissoras do Brasil, a Rede Globo, em 1991, tomando a retransmissão da emissora da família Marinho, da TV Difusora, pertencente à família Lobão, é outro exemplo da busca do controle da comunicação por parte da estrutura oligárquica a partir dos interesses do governo federal, no caso, presidido pelo próprio José Sarney (1985-1989).

O fato é que, analisa Reis (2007, p. 171), “[...] o papel exercido pela oligarquia na mediação entre os interesses econômicos privados e o Estado é essencial para a clarificação da natureza da sua atuação política”. A estrutura oligárquica foi se ajustando na passagem do Império para a República, da República Velha ao Golpe Militar de 1964, da Nova República com a redemocratização, em 1985, ao *impeachment* de Collor, em 1992, e aos governos Lula-Dilma, entre 2003 e 2016.

De 1945 até 2017, as principais decisões da política maranhense passaram por Vitorino Freire e José Sarney, à favor ou contra eles. O primeiro elegeu, pelo voto direito, quatro governadores, entre 1947 e 1965: Sebastião Archer (1947), Eugênio Barros (1950), Matos Carvalho (1955) e Newton Belo (1960) – quatro mandatos⁵⁹; o segundo, por voto direto, elegeu seis governadores, em 1965 e entre 1986 e 2014: o próprio Sarney (1965), Luís Rocha (1982), Epitácio Cafeteira (1986), Edison Lobão (1990), Roseana Sarney (1994, 1998, 2009, retomando mandato por via judicial, e 2010), José Reinaldo (2002) – nove mandatos⁶⁰.

Ou seja, em 72 anos da história política recente do Maranhão, dos quais 55 anos com eleições democráticas, após o Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1945) e fora o período sem eleição livre durante a Ditadura Militar, a definição do

⁵⁹ Em 1945, a partir das relações que mantinha com o presidente Gaspar Dutra, Vitorino Freire chegou a nomear como interventor do Maranhão Saturnino Braga, que governou de 1945 a 1947.

⁶⁰ Relação dos governadores eleitos pós-Sarney, com anotação histórica de como se deu a eleição de cada um e seus vínculos com Sarney, até 2009, pode ser pesquisada no livro *Estado, mídia e oligarquia*, de Carlos Agostinho de Almeida Macedo Couto (2009, p. 122-123).

governo estadual passou por Vitorino Freire e José Sarney. E, nos últimos 35 anos de processo democrático, a eleição de todos os governadores do Maranhão teve o apoio de José Sarney, à exceção de Jackson Lago (2006) e Flávio Dino (2014).⁶¹

Enquanto Vitorino Freire controlou a política maranhense por 20 anos, José Sarney manteve por 52 anos sob sua influência a política do Maranhão. Vitorino Freire e José Sarney só alcançaram esse feito por conta de uma característica intrínseca à estrutura oligárquica: sua manutenção a partir dos vínculos com o poder central (primeiro sediado no Rio de Janeiro, depois, em Brasília). Sarney só conseguiu manter essa força por conta de sua adesão aos militares⁶², que sequestraram a democracia brasileira por mais de duas décadas.

[...] os laços com o governo federal se mostrariam decisivos na ascensão de José Sarney, outra cria rebelde, pois não apenas sua vitória para o governo do Estado em 1965 é indissociável do quadro político aberto com o golpe militar, como seu fortalecimento e a definitiva configuração do situacionismo foi um processo paulatino que também esteve vinculado à maior penetração do novo líder oligárquico nos círculos centrais da política brasileira. (REIS, 2007, p. 218).

Pontua Costa (2006, p. 80-81) os três fatores, desencadeados a partir do Golpe Militar de 1964, que contribuíram para a vitória das Oposições Coligadas em torno de José Sarney: (1) forte onda repressiva aos setores nacionalistas e de esquerda – no Maranhão, isso representou o fechamento de jornais como Tribuna do Povo (ligado ao PCB) e Jornal do Povo, ligada Neiva Moreira, que também teve seu mandato parlamento e direitos políticos cassados; (2) acirramento dos conflitos internos no PSD maranhense, o que resulta em duas candidaturas no campo vitorinista, uma de Costa Rodrigues, apoiada pelo Governador rompido Newton

⁶¹ No período da Ditadura Militar, José Sarney dividiu com Vitorino Freire a eleição indireta de Pedro Neiva de Santana (1971) e de Nunes Freire (1974), e, sozinho, indicou João Castelo para o governo, em 1978, contornando um veto ao nome dele, colocado por Vitorino Freire.

⁶² Aqui, trecho do discurso de José Sarney *A Revolução e o Meio Norte*, no qual enaltece o que ele denominaria como *Revolução de Março*: “Ninguém discute a oportunidade e a necessidade da Revolução de Março de 1964 para o Brasil. Mas, se para o país como todo ela era urgente, para o Norte era inadiável e inapelável. Era terrível a passividade desta sofrida região ante o seu antigo estado de calamidade.” (SARNEY, 1970, p. 117 apud GONÇALVES, 2000, p. 133, grifos da autora). Não sem antes adular o General Castelo Branco, a quem dirigia o seu discurso: “Presidente, é hoje um dia magno em nosso Estado. Em todos os séculos de nossa vida passaram pelo Maranhão os grandes homens de nossa Pátria e do seu tempo. O primeiro donatário da Capitania era o historiador João de Barros; aqui o Padre Vieira pregou em nossas igrejas; aqui viveram gerações e gerações de grandes escritores. O próprio patrono do Exército Brasileiro, a que Vossa Excelência dignifica com a sua vida de soldado, retirou um pedaço do chão do Maranhão, a cidade de Caxias, o título que guardará para a eternidade. E hoje, Presidente, temos nós, maranhenses, a certeza de que estamos recebendo no Maranhão, e a ele permanecerá ligado por tudo o que lhe devemos, um dos vultos da história brasileira contemporânea, que é Vossa Excelência, exemplo retilíneo de caráter, espírito público e escravo da Pátria e da Nação.” (SARNEY, 1970, p. 57-58 apud GONÇALVES, 2000, p. 133).

Bello, e outra de Renato Archer, sustentada por Vitorino Freire; (3) o apoio do presidente Castelo Branco ao José Sarney, devido ao respaldo civil que a União Democrática Nacional (UDN) deu ao golpe militar. Dentre as ações à favor de Sarney pelos militares, destacam-se: a *intervenção branca* na Justiça Eleitoral; a convocação de tropas do Exército para garantir as eleições em todos os municípios; o envio de observadores militares para fiscalizar o pleito; o apoio da máquina federal; e “[...] a mais significativa de todas, também por seu valor simbólico, [que] foi a revisão determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral, visando combater a ‘universidade da fraude’ no Maranhão.” (COSTA, 2006, p. 82, grifo do autor). “Na história e na produção da história, a representação ‘individualizada’ dos Estados e das nações é uma simples metáfora.” (GRAMSCI, 2004, p. 294, grifo do autor). A eleição de José Sarney foi construída por uma grande metáfora, apresentando Sarney como “[...] o próprio ‘herói fundador’ do chamado ‘Maranhão Novo’ ao mesmo tempo libertador, reformador do que antes era ‘decadência’ e ‘inércia’.” (GONÇALVES, 2000, p. 92, grifos da autora), em contraposição ao esquema vitorinista (de fraude, atraso e violência); no entanto, encetou não a ruptura, mas a metamorfose da estrutura oligárquica maranhense do *vitorinismo* para o sarneísmo.

Sobre o processo histórico, Gramsci (2004, p. 394) reflete:

A história não se reconstrói com cálculos matemáticos e, ademais, nenhuma força inovadora se realiza imediatamente, mas sim como racionalidade e irracionalidade, arbítrio e necessidade, como ‘vida’, isto é, com todas as debilidades e as forças da vida, com suas contradições e suas antíteses.

Foi com contradições e antíteses que José Sarney consolidou-se como liderança mais proeminente da estrutura oligárquica. Para isso, assimilou derrotas parciais, neutralizou adversários, venceu outros, cooptou oposicionistas, enfrentou a resistência popular, elemento novo no cenário político maranhense, a partir do final dos anos 1970⁶³, e contou com a *sorte* também, quando, após a eleição indireta pelo Congresso Nacional, Sarney assume a Presidência da República, em 1985, no lugar de Tancredo Neves, morto antes da posse. *Sorte* precedida por um astuto movimento de afastamento do governo militar em decadência e de adesão à aliança

⁶³ Sobre o surgimento de sujeitos políticos, nesse período, por fora dos grupos tradicionais da classe dominante maranhense, registra a pesquisadora Zulene Barbosa (2003, p. 21, grifo da autora): “O ano de 1978 foi um período de forte reorganização das esquerdas no Brasil. No Maranhão, surgirão lideranças como Haroldo Saboia, Ananias Neto e Aldionor Salgado (‘Oposição pra valer’), bem como o PDT de Jackson Lago, aos quais se somavam setores da esquerda ligada à Igreja Católica e facções saídas da clandestinidade [...]”.

democrática, que uniu PMDB e Partido Frente Liberal (PFL - ex- Aliança Renovadora Nacional - Arena, partido de sustentação dos generais). E, assim, posicionando-se sempre ao lado do poder. Para a caracterização de alguns pesquisadores, a exemplo de Maria de Fátima da Costa Gonçalves (2008, p. 320-321), Sarney é tal e qual um camaleão⁶⁴.

[...] usei a imagem para acentuar de falsas estratégias de ruptura como estratégia acionadas no jogo político e que parecem destituir as antigas práticas, mas em verdade, como os camaleões, os políticos mudam de cor para estrategicamente continuarem no jogo, cujo investimento não os permite abrir mãos da sua condição de produtores e reprodutores da violência simbólica pelo trabalho de dominação política.

Para a caracterização de outros, como Wagner Cabral da Costa (2004), retomando o rótulo dado por Vitorino Freire a Sarney, ele é como um canguru que, de salto em salto, vai se adequando à nova realidade política que se configura, aderindo a ela⁶⁵. O primeiro salto: rompimento do Vitorino Freire e adesão à UDN, assumindo-se como jovem reformista e nacionalista da ala *Bossa Nova* do partido. O segundo salto: “[...] de nacionalista e reformista transformou-se em subordinado civil do regime autoritário.” (COSTA, 2004, p. 26). O terceiro salto: o rompimento com o governo dos generais, renunciando à presidência do PDS (que sucedeu a Arena) e aderindo à Aliança Democrática (PMDB/PFL), na qual se torna vice na chapa de Tancredo Neves, eleito pelo Congresso Nacional presidente, após a derrota da emenda das Diretas Já. O quarto salto: a adesão ao governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). O quinto salto: a adesão ao governo Lula da Silva e, em seguida, Dilma Rousseff. E, o salto mais recente: o abandono do governo Dilma e a participação ativa no governo Temer. De conjuntura em conjuntura, Sarney foi saltando, metamorfoseando, para posicionar-se sempre ao lado do poder central.

Dessa maneira, o sarneísmo foi se moldando e se tornando a mais expressiva e longa manifestação da estrutura oligárquica maranhense. Consolidou-se neutralizando adversários, a exemplo das disputas pelas indicações de governadores no período militar, as quais teve que dividir com Vitorino Freire a

⁶⁴ Coube a Domingos Dutra ([2009]), quando Deputado Estadual (2003-2006) e Federal (2006-2010), popularizar a expressão, em cartilha intitulada *O Camaleão*, na qual, em três edições, distribuiu milhares de exemplares em São Luís e em Brasília. Nela, no tópico *O implacável camaleão*, critica: “Sarney é um artista, rei da dissimulação e da chantagem política. [...] vai mudando de cor conforme o tempo e a temperatura.” (DUTRA, [2009], p. 14).

⁶⁵ Costa (2004, p. 32, grifos do autor) registra que a alcunha de *canguru* foi criada por Vitorino Freire, que intitulou um dos capítulos de seu livro de memórias de *O trampolim de José Sarney ou O salto do canguru*, no qual “[...] relembra a carreira de Sarney desde o amparo inicial no PSD vitorinista, passando pela mudança para a UDN, até sua ‘guinada de 180 graus’, para, ‘como por encanto’, cair ‘nos braços da Revolução’”.

indicação, como as de Pedro Neiva de Santana (1971-1974) e de Nunes Freire (1975-1978); engolindo derrotas parciais, a exemplo da indicação de João Castelo para governador (1979-1982), feita pelo próprio Sarney, mas contornando um veto a seu próprio nome, pois pretendia retornar ao Palácio dos Leões, colocado por Vitorino Freire junto à cúpula do governo militar, e da eleição, em 2006, de Jackson Lago (2007-2009), de quem cassou o mandato, via golpe judiciário, em 2009; cooptou lideranças oposicionistas, quando elegeu governador, em 1986, seu principal desafeto, Eptácio Cafeteira (1987-1990), a quem derrotou duas vezes, em seguida, em 1994 e 1998, e com quem repactou, em 2002, elegendo-o senador; e, sobretudo, foi vitorioso com suas próprias forças, e todos os métodos que dispunha com a hegemonia que exercia na estrutura oligárquica, quando elegeu Luís Rocha (1983-1986), Edison Lobão (1991-1994), José Reinaldo Tavares (2003-2006) e a própria filha, Roseana Sarney (1995-1998, 1999-2002, 2009-2010, 2011-2014), governadores do Maranhão.

Concomitante ao seu poder, contudo, Sarney teve que enfrentar uma autêntica resistência popular herdeira tanto das lutas de Neiva Moreira e Maria Aragão, principais lideranças nos anos 1950-1970, no seio da classe trabalhadora, o primeiro oriundo da corrente populista e que se alinharia ao trabalhismo, e a segunda, que se filiaria à corrente prestista e ao PCB, quanto da emergência de novos sujeitos após a Ditadura Militar, e, em especial, forjada no entorno do Partido dos Trabalhadores, da CUT e seus sindicatos. Sobre isso, registramos em nossa dissertação de mestrado:

No Maranhão, os movimentos de resistência se reergueram, após o período mais repressivo da Ditadura Militar, através da luta pela anistia e pela redemocratização do País. Mas foi por meio da “greve de 79” pela meia-passagem que a luta de resistência ganhou forte apoio popular. Nesse período, o regime militar enfraqueceu-se e a carestia e a falta de democracia fez o grito de protesto ecoar pelo movimento estudantil, em reconstrução a partir da UNE e DCE’s livres. Pela primeira vez as bandeiras dos setores dominados ocuparam firmemente o debate público.

A instituição da meia-passagem trouxe consigo o nascimento de uma geração de líderes que fundam outros partidos, engajam-se na organização de outras mobilizações populares, como o movimento pelas Diretas Já (1983-1984), que buscava instituir o voto direto para a eleição de presidente da República. Também exemplo de grande momento de aglutinação das forças populares maranhenses e de fala no espaço público.

A década de 1980 torna-se o contexto onde o Maranhão é situado na reestruturação capitalista, com os impactos da implantação dos projetos minero-metalúrgicos sobre as classes trabalhadoras urbanas e rurais, destacando-se, nesse processo, diversas formas de enfrentamento social (BARBOSA, 2003), a exemplo do Comitê de Defesa da Ilha (contrário à instalação da Alcoa/Alumar), da luta por moradia na periferia de São Luís, da luta por terra através da criação de sindicatos rurais autônomos e

movimentos dos camponeses sob a liderança de personagens como Manoel da Conceição e Luís Vila Nova.

Esse período será também o momento onde surgirão oposições sindicais urbanas que retomarão sindicatos de antigas lideranças e ficarão sob o comando da recém criada Central Única dos Trabalhadores (CUT). A luta pela terra também ganhará novos sujeitos com a ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sob o apoio da Igreja Católica, a atuação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema) e a emergência Movimento dos Sem-Terra (MST). (DOUGLAS, 2011, p. 68, grifo do autor).

Até 2002, quando José Reinaldo Tavares rompe com José Sarney e coloca toda a máquina do Estado à serviço da candidatura de Jackson Lago, os campos políticos no Maranhão eram divididos em três: oligarquia, dissidência oligárquica (cujas candidaturas ao governo do Estado mais expressivas foram as de João Castelo, em 1990, e de Eptácio Cafeteira, em 1994, rompidos com Sarney) e a oposição de esquerda. Nesta última, ora setores dela aderiram à dissidência oligárquica (adesão a Eptácio Cafeteira pelo PSB, em 1994, e pelo PDT, em 1998), ora aderiram ao sarneyzismo (adesão a Roseana Sarney pelo PCdoB, em 1994; e pelo PT, em 2010).

Enquanto oposição de esquerda, uniram-se apenas em 1990, na *Frente de Oposição Popular* (PSB-PT-PDT-PCdoB-PCB), com Conceição Andrade, muito sob a influência da unidade das esquerdas viabilizada no segundo turno das eleições de 1989, na qual Lula da Silva quase vence as eleições contra Collor de Melo. Em 1994, esse campo de esquerda restringiu-se à Frente Ética pelo Maranhão (liderada por PDT e PT), com a candidatura de Jackson Lago ao Governo do Estado. Em 1998 e 2002, ambas na coligação denominada *Maranhão presente, Lula presidente* este campo de oposição de esquerda limitou-se à tentativa do PT de mantê-lo como alternativa⁶⁶. Isto porque o PDT aderiria, em 1998, à tática eleitoral de Conceição Andrade (PSB) – que quatro anos antes Jackson Lago rotularia como *traidora*, por romper com o campo da oposição de esquerda para apoiar a dissidência oligárquica –, indicando Clay Lago vice de Eptácio Cafeteira na

⁶⁶ O PT lançou, em 1998, Domingos Dutra ao governo (PT-PCdoB-PCB). Na eleição estadual seguinte, 2002, candidatou Raimundo Monteiro (PT-PCB). Ele iniciou a campanha como candidato *laranja* de Jackson Lago, pois a Direção Nacional do PT vetara a aliança com o PDT – pretendida estadualmente pelos petistas –, porque os brizolistas negaram apoio a Lula, e coligaram com Ciro Gomes (PPS). Mas terminou o pleito como *laranja* da candidatura da oligarquia, já sinalizando o apoio de Sarney a Lula no segundo turno daquelas eleições. Por sua vez, o PDT maranhense, mesmo tendo candidatura própria nacional, de Ciro Gomes, tinha inclinação a apoiar José Serra, e acabou por receber o apoio do PSDB, que retirou a candidatura de Roberto Rocha, ainda no primeiro turno, em favor de Jackson Lago – que perderia a eleição para José Reinaldo Tavares que somou 51,06% dos votos, contra 42,52% dados a Jackson Lago. No segundo turno da eleição presidencial, Lago não declarou voto nem em Lula, nem em Serra.

coligação *União pelo Maranhão* (Partido Progressista Brasileiro - PPB, PDT, PSB, PSDB, PPS, Partido da Renovação Nacional - PRN, PMN, PTdoB) e, em 2002, obtendo o apoio de Eptácio Cafeteira, então candidato ao senado, tendo Clay Lago como primeira suplente, à candidatura de Jackson Lago ao governo do Estado, na coligação Frente Trabalhista (PDT, PTB, PPS, PCdoB, PPB, PTN, Partido dos Aposentados da Nação - PAN).

Semelhante a 1990, esse campo só voltaria a unificar-se 16 anos depois, no segundo turno das eleições de 2006⁶⁷. Uma unidade construída artificialmente por José Reinaldo Tavares, então Governador do Estado, entre a coligação *O Povo no Poder* (PSB-PT-PCdoB, com Edison Vidigal), a *Frente de Libertação do Maranhão* (PDT-PPS-PAN, com Jackson Lago) e *Libertar para Desenvolver* (do PSDB, com Aderson Lago). Uma estratégia, vitoriosa, de tríplice candidatura (Jackson Lago, com PDT-PPS, Aderson Lago, com PSDB, e Edison Vidigal com PSB-PT-PCdoB), no primeiro turno, para derrotar Roseana Sarney, no segundo turno.

De 2006 em diante, a estrutura oligárquica subsumiu os três campos políticos. Em 2010, dissidências oligárquicas encontravam-se tanto na candidatura de Jackson Lago (PDT-PSDB-PTC) quanto na de Flávio Dino (PCdoB-PPS-PSB), assim como, em 2014, no palanque de Flávio Dino (PCdoB-PSDB-PPS-PSB-PP-Solidariedade-PDT-PTC-PROS). A partir de 2006, na tentativa de rearticular o chamado campo da oposição de esquerda restaram meramente PSTU e PSOL, com pouquíssimo peso eleitoral e alguma influência em organizações autônomas do movimento sindical e popular. As posições oscilantes do PT, PDT, PSB e PCdoB refletiram na movimentação de organizações da sociedade civil construídas pelas

⁶⁷ O campo da oposição de esquerda, em 1990, obteve 18,94% dos votos, com a coligação em torno de Conceição Andrade ao governo (PSB-PT-PDT-PCdoB-PCB); em 1994, com Jackson Lago (PDT-PT-PPS-PMN-PV), alcançou 20,19% – já existente, o PSTU somou 1,84% dos votos, com Francisco das Chagas; em 1998, com Domingos Dutra (PT-PCdoB-PCB), atingiu 6,40% dos votos – PSTU, com Marcos Silva, recebeu 0,54%; em 2002, com Raimundo Monteiro (PT-PCB), conseguiu 6,02% – o PSTU, com Marcos Silva, 0,40%; e, em 2006, com Edson Vidigal (PSB-PT-PCdoB), 14,26% – já fundado, o PSOL obteve 0,23%, com Carlos Saturnino, e o PSTU, com Marcos Silva, não teve seus votos validados pela justiça eleitoral. Após o desmantelamento de seu núcleo dirigente principal (a ex-prefeita de São Luís Conceição Andrade decidiu apoiar Roseana Sarney, em 1998; os ex-Deputados Estaduais Juarez Medeiros e José Costa optar por carreira no Ministério Público; e o ex-Deputado Federal José Carlos Saboia afastou-se do Maranhão), o PSB passou, a partir de 2000, a ser uma sigla comandada pela dissidência sarneyzista, ora por Ricardo Murad, ora por José Reinaldo Tavares, ora por Roberto Rocha. De progressista, restou o setor dos sindicalistas rurais no partido. Nos anexos H e I, as tabelas com o desempenho eleitoral dos candidatos a governador e senador, desde 1982 até 2014, sistematizada pelo historiador Wagner Cabral, registram a movimentação do eleitorado maranhense e o desempenho das candidaturas desses três campos políticos.

classes subalternas, sob influência desses partidos, nesse período. Boa parte delas arrefeceu suas lutas e combate à estrutura oligárquica, especialmente no período lulo-petista no governo federal, ao qual Sarney aderiu.

Para enfrentar esses novos sujeitos e o campo político que se construía em torno deles, bem como as próprias dissidências oligárquicas, e também derrotá-los eleitoralmente, destacadamente nas vitórias de Roseana Sarney (em 1994, 1998 e 2010), a oligarquia reinventou-se no imaginário popular. A mais forte reinvenção deu-se na reelaboração do discurso da *modernização do Estado*. Em 1965, no seu programa *Maranhão Novo*, Sarney uniu ao trinômio *Energia, Transporte e Fixação do homem à terra* o discurso à favor da modernidade e do desenvolvimento.

A instituição da Lei de Terras em 1969 foi o suporte legal que reforçava a expropriação do campesinato uma vez que destinava terras públicas do estado para fins de exploração agropecuária e florestal, transformando estas terras em foco de interesse de grupos econômicos que podiam se apoiar nos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE e SUDAM (Luna, 1985, p. 6). A combinação terra e capital tornava-se o fio condutor da expansão capitalista no Maranhão pela incorporação de grandes extensões territoriais. No rastro desse projeto chamado "Maranhão novo" foi criada a infraestrutura que possibilitou a entrada desses capitais médios e grandes, oriundo do Sul do país. (BARBOSA; LOPES, 2013, p. 39, grifo dos autores).

Como anotam Barbosa e Lopes (2013, p. 40), de 1975 a 1979, abriu-se no Maranhão um novo ciclo de desenvolvimento, que incorporou a periferia nacional (as regiões Norte e Nordeste) como protagonista: "Nesse processo, as oligarquias regionais e locais tiveram papel decisivo articulando os interesses transnacionais, regionais e locais". E a via de entrada do Maranhão nesse cenário deu-se, a partir do governo Sarney, pela "[...] Ferrovia Carajás e o Porto do Itaqui [que] cumprem uma função estratégica porque por meio deles é feita a exportação de *commodities*, tal como o ferro de Carajás e a soja no sul do estado que simbolizam o chamado Maranhão moderno." (BARBOSA; LOPES, 2013, p. 41). Dessa forma, o *enclave* econômico ao qual o Maranhão é submetido sustenta-se no tripé *mina/soja-ferrovia-porto*, pelo qual o Maranhão é reconectado à economia mundial.

Na análise desse processo é importante perceber que o Maranhão é parte constitutiva de uma totalidade: a sociedade brasileira com seus vínculos de dependência externa e de subordinação ao capitalismo internacional. Isso significa que existe uma precisa articulação entre o local, o nacional e o transnacional e o "elo construído entre essas instâncias permite verificar... o modo como as políticas da esfera local garantem a realização dos interesses do capital transnacional" (Ilse Gomes, 2001). Os interesses do capital se distribuem e se movem no âmbito dessas esferas ainda que de forma diferenciadas. (BARBOSA, 2003, p. 6, grifo da autora).

Como destaca Costa (1997, p. 9), o projeto *Maranhão Novo* foi “[...] um exemplo típico de uma proposta de modernização conservadora”. Embora não tenha sido uma inovação de José Sarney, pois o discurso da modernidade já havia sido antes adotado pelo vitorinismo⁶⁸, mas foi com o sarneísmo que ele foi perfeitamente ajustado ao processo do capitalismo monopolista nacional, “[...] adaptado e ressignificado para o contexto maranhense.” (COSTA, 1997, p. 8)⁶⁹. Contudo, a instauração do projeto *Maranhão Novo*, que colocou o Estado como mediador dos interesses do grande capital nacional e transnacional, sobretudo ao longo dos anos 1980, através do Projeto Grande Carajás, levou a um agravamento do quadro social maranhense, com expulsão de camponeses de suas terras, aumento da miséria e das condições degradantes de vida na periferia da capital. Sem dúvida, um dos principais fatores que conduziram o Maranhão à grave crise social na década de 1990. (FEITOSA, 1994).

Contudo, com a implantação do projeto Maranhão Novo, “[...] o processo de modernização capitalista do Maranhão, apoiado ativamente pela oligarquia Sarney, criou contradições que ameaçam a continuidade política dessa mesma oligarquia, a qual experimenta uma profunda crise de legitimidade.” (COSTA, 1997, p. 27).

Assim, enquanto José Sarney, com o projeto “Maranhão Novo”, adotou um programa econômico para o Maranhão, integrado às necessidades da expansão do capital monopolista no âmbito nacional, “realizando uma reforma administrativa para ‘modernizar’ o aparelho estatal e desenvolver a economia maranhense (Heluy, 1990, Costa, 1997, Gonçalves, 2000)”, Roseana Sarney redimensionou a velha prática clientelista de modo adaptar o seu governo às exigências da agenda das reformas neoliberais. Nesse sentido, buscou o apoio da população mediante a criação de novos mecanismos de poder, dentre os quais se destaca a reedição do discurso

⁶⁸ Como registra Costa (1997, p. 7): “A inserção do Maranhão no contexto discursivo da ideologia nacional-desenvolvimentista se deu ainda sob a égide do vitorinismo. Como aponta PALHANO (1983:171), ‘ao contrário do que normalmente se divulga [através do discurso da oligarquia Sarney, acrescentamos], as idéias sobre o planejamento, como instrumento para o desenvolvimento econômico, chegaram ao Maranhão mais cedo do que invariavelmente se pensa. Chegaram, por exemplo, quase dez anos antes da SUDEMA [Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, criada pelo governo Sarney em 1967], [...] apontada como a primeira experiência maranhense de planejamento’. Em seu estudo sobre os governos de Matos Carvalho (1957/1961) e Newton Bello (1961/1965), ambos ligados ao grupo de Victorino Freire, esse autor aponta a identidade existente entre as concepções de desenvolvimento econômico dessas administrações estaduais e as formulações da corrente nacional-desenvolvimentista dominante a nível nacional”.

⁶⁹ Costa (1997, p. 7) ressalta, ainda, apoiando-se na análise de Palhano (1983, p. 112), que o início da inserção da economia maranhense na nova divisão nacional do trabalho, a partir da inserção do Maranhão no novo modelo de acumulação capitalista no Brasil, via modelo dependente-associado, afetará “[...] as bases de sustentação interna da oligarquia vitorinista, assentada justamente na aliança Praia Grande - latifúndio (PALHANO, 1983: 128-133). Dessa forma, esta visão implicitamente coloca o processo de transformações econômicas como mais um fator explicativo do declínio da oligarquia de Victorino Freire com a correlata ascensão da oligarquia Sarney”.

da “modernização”. As reformas neoliberais seriam o caminho inexorável para inserir o Maranhão no mundo “globalizado”. (BARBOSA, 2003, p. 8, grifos da autora).

Nas estratégias traçadas, a nova legitimidade a ser construída para o grupo está toda elaborada em torno da ideia de *Um novo tempo, uma nova geração* (SARNEY, 1994). Toda a campanha de 1994 coloca Roseana Sarney como representante da nova geração que completará o ciclo de desenvolvimento maranhense. Se ao pai coube instalar a infraestrutura, caberá a Roseana preparar o Maranhão para o século XXI. A nova geração sucederá a anterior para prosseguir o caminho à modernidade iniciado em 1965.

Aponta Gonçalves (2008) o que ela denomina como oito prováveis capitais simbólicos e material na fabricação pública e política de Roseana Sarney:

- 1) Inicialmente qualificada pelo atributo de socióloga – “[...] uma representação social vinculada à capacidade de conhecer, prever, de resolver problemas sociais complexos. [...] estudiosa, intelectual, conhecedora profunda dos problemas sociais abrangentes.” (GONÇALVES, 2008, p. 120);
- 2) Em seguida, apresentada como Deputada, ex-Deputada, Governadora, ex-Governadora, Senadora, dependendo da oferta e procura no mercado político;
- 3) A divulgação da presença dela em lugares de destaque junto a personalidade consagradas, como no Vaticano, com João Paulo II, no Programa Jô Soares Onze e Meia, etc;
- 4) O apoio de artistas nacionalmente famosos e com referência no Maranhão, a exemplo de Alcione, Vinicius Cantuária;
- 5) Com o lema *O Maranhão é o meu lugar*, ela é apresentada como “[...] nova figura política no campo das relações regionais.” (GONÇALVES, 2008, p. 119);
- 6) Construção midiática de uma proximidade da candidata com os (e)leitores;
- 7) Valorização de seus vínculos com os municípios, com a região, pela itinerância que a ela faz junto a eles.

O *cortejo* (GEERTZ, 1997) político iniciado aqui é um ritual que permite o deslocamento do poder simbolicamente do *palácio* (GEERTZ, 1997) para a *praça*, para onde estão os (e)leitores e onde Roseana Sarney Murad pode realizar um contato mais direto, efetivo e corporal com as pessoas. (GONÇALVES, 2008, p. 124).

- 8) Performance eleitoral superlativizada e discurso hiperbolizado, caracterizando-a como fenômeno eleitoral.

Dessa forma, para Maria de Fátima da Costa Gonçalves (2008, p. 178, grifo da autora),

O Maranhão Dinástico, diga-se de passagem, é composto por discursos, estratégias e dispositivos extremamente ambíguos e, com isso, sobrevive, porque cumpre uma das regras fundantes do campo político: a ambiguidade das práticas, das relações e dos discursos no campo político.

Acrescido aos diversos movimentos de desconstrução de seus adversários – o mais emblemático deles, o *caso Reis Pacheco*, no segundo turno das eleições de 1994⁷⁰ –, de utilização de todos os aparatos possibilitados à sua disposição, o grupo Sarney manteve-se firme no controle da estrutura oligárquica que conquistou para si. O pai a tomou do *vitorinismo*. A filha, a exerceu por mais de 14 anos, diretamente. O governo do *Novo Tempo* de Roseana Sarney (1995-2002) seguiu à risca o receituário da política neoliberal implementada pelo governo federal, “[...] articulando-se ao novo padrão de dominação desenvolvido no Brasil, para cuja implementação foram importantes as políticas iniciadas no governo Collor e aprofundadas no governo de Cardoso (1994 e 1998).” (BARBOSA, 2003, p. 07).

Se o “patriarca” construiu os alicerces do edifício da “modernidade”, sua “herdeira” é responsável pelo prosseguimento da obra “regeneradora”, rumo a uma nova “idade de ouro” no Maranhão. Portanto, “Maranhão Novo” e “Novo Tempo”, muito mais que slogans governamentais, representam o discurso e a trajetória de uma oligarquia modernizante no âmbito regional, que busca conciliar as exigências contraditórias do capitalismo e da democracia, numa situação duplamente periférica e dependente. (COSTA, 1997, p. 31, grifos do autor).

Nesse período de exercício do poder Executivo estadual, a oligarquia moldou-se a todos os programas e discursos situados no governo central: (a) foi *desenvolvimentista* quando o regime militar impunha essa agenda – governo de José Sarney (1966-1970); (b) assumiu a agenda neoliberal quando esse era o

⁷⁰ O ferroviário Reis Pacheco foi apresentado pela mídia sarneyzista e no horário eleitoral gratuito como assassinado a mando de Cafeteira. Pacheco teria atropelado e morto o sogro de Cafeteira. “O mais ousado dos crimes eleitorais que ajudariam Roseana a vencer por míseros 17 mil votos de diferença foi a denúncia de sequestro, homicídio e ocultação de cadáver, formulada contra Cafeteira no Superior Tribunal de Justiça, uma semana antes do pleito. Investigado o episódio, a Polícia Federal descobriu que o morto está vivo e o denunciante é um impostor, sendo falsos os documentos de identidade que levou a um cartório em Fortaleza, em companhia do advogado Miguel Cavalcanti Neto [...] Um ex-empregado do jornal de Sarney no Maranhão.” (RODRIGUES apud DUTRA, [2009], p. 9). Cafeteira tentou, no horário eleitoral, veicular o depoimento de Reis Pacheco, encontrado no Pará. A Companhia Energética do Maranhão S.A. (CEMAR), estranhamente, teve uma pane na sua rede de transmissão de energia. Sem luz, várias cidades não assistiram ao último programa eleitoral de Cafeteira, no qual ele desmontava a mentira.

projeto em implementação pelo governo de FHC – governo Roseana Sarney (1995-2002); (c) replicou a agenda social praticada nos períodos da gestão petista – governo Roseana Sarney (2009-2014).

De (José) Sarney a (Roseana) Sarney, a estrutura oligárquica seguiu à risca a máxima lampedusiana, registrada em *O Leopardo*, segundo a qual “[...] se quisermos que tudo fique como está é preciso que tudo mude [...]” (LAMPEDUSA, 1974, p. 21). Para esse fim, tanto pai quanto filha aceitaram dividir o poder, em momentos que a realidade política os obrigou, seja a aliados mais fiéis, como Edson Lobão, em 1990, e José Reinaldo Tavares, em 2002, seja quando cedeu a vaga de Vice-Governador para Washington Luiz (PT), em 2010. E, assim, mesmo nas derrotas sofridas para Jackson Lago (2006) e Flávio Dino (2014), a estrutura oligárquica foi prevalecendo.⁷¹

Acerca da construção da hegemonia por uma classe, Gramsci (2004, p. 103-104, grifos do autor) orienta:

[...] a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Embora tenha buscado se afirmar, sobretudo nas últimas três décadas, como classe subalterna em construção de um projeto próprio para o Maranhão, o fato é que os setores desse terceiro campo a que nos referimos fracassaram frente à estrutura oligárquica, à medida que só venceram quando conciliaram. Se, como afirma Francisco de Oliveira (2005, p. 166), “[...] a classe se faz em ato, pelo projeto que porta e pelo sentido antagônico com a dominação vigente.”, na busca de outra hegemonia, esse campo não foi capaz de progredir filosoficamente, a fim de dar um salto em seu progresso teórico-prático. Ao contrário, sucumbiu à tese segundo a

⁷¹ Costa (1997, p. 27-30), identifica os seguintes elementos de continuidade da estrutura oligárquica sob comando do grupo Sarney: (1) articulação com o governo federal e utilização patrimonialista da *máquina* pública estadual e (2) políticas de reforma e racionalização do aparelho estadual estatal. A esses elementos, acrescenta as estratégias de inovação que o próprio grupo dominante elaborou para manter o controle da estrutura: (1) discurso do *novo tempo*, inserindo o Maranhão na era da globalização e do neoliberalismo, (2) reforma e racionalização da máquina estatal estadual, (3) formação de *currais eleitorais eletrônicos* e (4) estabelecimento de relações mais *modernas* (cooptação) com os movimentos sociais, baseadas na estratégia de diálogo e colaboração.

qual a oligarquia só seria derrotada se esse campo conseguisse atrair para si a dissidência oligárquica para apoiá-lo. Ideia defendida por Flávio Dino, vitorioso em 2014, e que, oito anos antes, igualmente embasou a tática eleitoral que levou à vitória de Jackson Lago, em 2006, mas também a sua derrota, pois vários grupos locais dissidentes da oligarquia foram os primeiros a abandoná-lo, e a recompor com o grupo Sarney, quando da resistência que Lago tentou contra o golpe judiciário que sofreu.

A vitória da Frente de Libertação do Maranhão, no segundo turno das eleições de 2006, pôs fim a um período ininterrupto de 40 anos de mando da estrutura oligárquica sob controle do grupo Sarney. Não foi, contudo, um ponto de chegada, mas um ponto de partida na disputa política do Maranhão contemporâneo. A oligarquia Sarney não estava derrotada por conta de sua derrocada eleitoral de 2006. Esse erro de avaliação gerou dois outros.

De um lado, o daqueles que acreditavam que já havia se alcançado o pós-sarneísmo⁷² e, por conseguinte, estava dada a polarização político-ideológica entre os projetos tucano (que liderava, então, a oposição conservadora – com João Castelo, Roberto Rocha, Sebastião Madeira, dentre outros, à frente) e da esquerda para o Maranhão, e que desaparecera a polarização política real e concreta entre as posições sarneísmo versus antissarneísmo. Deu-se por morto o mais vivo dos oligarcas do País.

O segundo erro, por outro lado, foi cometido por aqueles que, também achando que o sarneísmo findara, poderiam apropriar-se das bases da velha oligarquia e com ela instaurar outro bloco histórico de superação da antiga ordem⁷³. Com este erro, ressuscitaram projetos locais decadentes, cometeram as mesmas práticas viciadas do exercício do poder e se afastaram da opinião pública livre e dos movimentos sociais democráticos. Destes erros fundamentais decorreram vários outros equívocos na condução do governo da Frente de Libertação. O que culminou

⁷² Um dos defensores dessa tese fora o então Deputado Federal Flávio Dino (PCdoB), eleito, em 2006, em boa parte, pelas bases eleitorais mobilizadas pelo Governador José Reinaldo Tavares, junto a lideranças dissidentes da oligarquia, como Humberto Coutinho (Caxias), Cleomar Tema (Tuntum), Rubens Pereira (Matões), dentre outros. Com esse argumento, Dino enfrentou João Castelo nas eleições municipais de 2008 para a prefeitura da capital. Derrotado pelo tucano, Dino abandonaria sua própria tese na eleição de 2014, quando se aliaria ao PSDB e ao próprio João Castelo.

⁷³ Orientando o PDT a receber filiações de diversos dissidentes da oligarquia, Prefeitos e Deputados Estaduais que aderiam a seu governo, Jackson Lago foi o principal agente desse erro.

com a cassação do mandato de Jackson Lago no TSE, em 16 de abril de 2009, e a volta *biônica* de Roseana Sarney ao Governo do Maranhão.

O governo Jackson Lago está longe de ter sido uma experiência neoliberal, como algumas forças políticas locais tentaram caracterizá-lo. Equívoco. O neoliberalismo sustenta-se na tese do Consenso de Washington, *Estado mínimo*, privatizações, desmonte do serviço público, refilantropização das políticas sociais, criminalização da questão social e de seus protagonistas em luta (movimentos pela direito à terra, trabalho e moradia, por exemplo). Não foi isso o que se viu no Maranhão de 2007 a 2009. Ao contrário: não houve a retomada das privatizações; ampliou-se o número de secretarias com a criação das pastas de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial; assumiu-se o combate ao analfabetismo como política pública, a segurança pública foi pensada pelo viés da segurança cidadã; os espaços de participação na gestão foram ampliados para várias experiências de Conselhos, Comitês, Comissões e Fóruns populares⁷⁴. A sua condição – e contradições – de governo de coalização somente se diferencia da (mesma) situação do governo Lula da Silva pela ausência (o que é uma diferença marcante!), em seu núcleo dirigente, das forças populares que contribuíram para a eleição de Jackson Lago, em 2006. O *condomínio* da Frente de Libertação - termo cunhado pelo historiador Wagner Cabral⁷⁵ - cabia a todos. Uns com mirante. Outros, sem eira nem beira.

Assim, a derrocada do governo da Frente de Libertação via golpe judiciário, conforme definição elaborada pelo ex-ministro do TSE Francisco Rezek, que advogou na defesa de Jackson Lago no processo de cassação de seu mandato, é decorrente destes erros, mas também de acertos, como: o alinhamento a forças internacionais dissonantes do grande capital, como a aproximação com o governo de Hugo Chávez (Venezuela), o enfrentamento aos interesses monopolísticos da Vale do Rio Doce sobre o Porto do Itaqui, a transferência das contas dos servidores estaduais do Bradesco para o Banco do Brasil, a aproximação com o MST.

⁷⁴ Uma breve análise da política de participação do governo Jackson Lago, desenvolvida por mim, está presente no artigo *A política de participação do governo da Frente de Libertação: caracterização e análise dos Conselhos de Políticas Públicas do Estado do Maranhão na gestão de Jackson Lago (2007-2009)*, defendido na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP - 2009).

⁷⁵ Define Costa (2009, p. 31): “[...] por Condomínio designamos a heterogeneidade das forças políticas que apoiaram a Frente de Libertação do Maranhão, elegendo Jackson Lago em 2006, num leque que abrangeu da direita até a centro-esquerda, com forte presença de dissidentes da oligarquia Sarney, com destaque para o ex-Governador José Reinaldo Tavares. Hegemonizado pelo eixo conservador PDT/PSDB, o Condomínio foi apoiado ainda por PT/PSB/PCdoB/PRB, tendo como único ponto de unificação o anti-sarneísmo”.

Sem dúvida, elementos que conduziram a um isolamento ideológico e econômico fundamental na engrenagem do poder no País sob a órbita do grande capital. Acrescido ao isolamento midiático local, pela existência de uma política de comunicação conciliatória com o oligopólio do esquema Sarney de comunicação. Se a eleição de Jackson Lago foi o prolongamento da crise intraoligárquica instalada pelo dissidente José Reinaldo, a interrupção da experiência de governo da Frente de Libertação materializou a interdição de uma transição política que ainda estava em andamento no Maranhão. Saiu-se de uma ordem sem a instauração de outra.

Se a experiência de Jackson Lago já apresenta certo acúmulo histórico para reflexão, a de Flávio Dino ainda está em curso para apresentarmos conclusões. Não é possível mais do que apontar tendências presentes nessa experiência em curso. Por um lado, incorpora demandas advindas de uma agenda popular (a exemplo do Programa Mais IDH, do combate ao analfabetismo a partir do programa desenvolvido pelo MST – o *Sim, eu posso*), posiciona-se nacionalmente no campo de enfrentamento às forças que impuseram um golpe parlamentar-judiciário no governo Dilma Rousseff e possui um *núcleo duro* vinculado a setores progressistas da composição partidária dinista que controla a política do governo. Por outro lado, tem uma agenda ambiental atrelada aos interesses do grande capital minero-metalúrgico, busca uma aproximação política junto a setores dissidentes da oligarquia para participar da administração e da coligação eleitoral que se constrói, atraindo até mesmo apoiadores do governo Michel Temer e que votaram à favor do impeachment de Dilma Rousseff (como o PTB do Deputado Federal Pedro Fernandes, o DEM do Deputado Federal Juscelino Filho e o PP do Deputado Federal André Fufuca), além de implementar uma política de comunicação pouco diferente das praticadas pelos governos anteriores.

A inexistência de um projeto econômico antagônico, ao que, até o momento, a classe dominante implementou no Maranhão, deixa pistas de uma tendência indicativa de uma pouco provável mudança estrutural no estado a partir da experiência do governo dinista. O exemplo maior é exatamente a instauração de projetos econômicos que se reapresentam no Maranhão, três décadas depois da Alcoa/Billiton/Alumar. Mais do denominado *enclave* econômico mina-estrada de

ferro-porto, inaugurado nos governos autenticamente oligárquicos⁷⁶ em aliança com o governo militar, nos anos 1980, especialmente no governo de João Castelo: um modelo de economia dependente e periférica. Nesse período, o processo de desenvolvimento capitalista redefiniu a economia maranhense: “[...] de produtora de alimentos, passa a gerar divisas, inserindo-se, assim, como um espaço periférico dentro da própria periferia, numa posição subordinada na ordem do sistema internacional do capital.” (COSTA, 1997, p. 64). Na síntese de Josefa Batista Lopes (2009, p. 7-8, grifo nosso):

O pólo industrial, como um desses vetores da transformação no estado do Maranhão, é constituído por enclaves com grandes projetos implantados com um enorme massacre das populações que viviam nas áreas a eles destinadas pelas elites políticas, até hoje sob o domínio de uma das persistentes oligarquias do país. Estes enclaves são, portanto, configurados por grandes e modernas empresas transnacionais como: o Consórcio de Alumínio do Maranhão - ALUMAR, formado pelas empresas Alcoa, RioTintoAlcan e BHP Billiton [...]; a Vale do Rio Doce, [...]; e pelo Centro de Lançamento de Alcântara – CLA, implantado em 1982, na linha de ponta da tecnologia aeroespacial [...]. O segundo vetor é o agronegócio, cuja maior expressão hoje se manifesta na plantação e exportação de soja em um processo que teve início no Sul do Maranhão e já avança por todo o estado, mas conta também com a plantação de Eucalipto, devastando as condições ambientais de regiões inteiras, ao mesmo tempo em que exerce um profundo impacto sobre o sistema de produção básico apoiado na agricultura familiar [...]. **Esses vetores do desenvolvimento do capital no Maranhão se fundem, sem se confundirem no movimento real das transformações contemporâneas que vêm ocorrendo nesse estado** com profundo impacto sobre as relações sociais.

Frisa Alberto Arcangeli (1987) que a década de 1980 marcou a redefinição da participação do Maranhão nesse sistema periférico dependente e da divisão internacional do trabalho, baseada: na dinamização industrial, na modernização da agricultura e pecuária para a exportação. Em seu estudo sobre *A força de trabalho e subdesenvolvimento: o caso do Maranhão* (1995), no qual pesquisa a composição da força de trabalho⁷⁷ maranhense de 1970 a 1990, ele aprimora sua leitura da situação maranhense para concluir que:

- a) O “[...] aumento da desocupação no campo [deu-se] devido ao aumento da concentração fundiária inerente à opção pela pecuarização e à valorização

⁷⁶ Embora não fosse o plano inicial de José Sarney que pretendia retornar ao governo em 1979, mas fora vetado por Vitorino Freire, a alternativa João Castelo advém sob o slogan *Castelo é Sarney, Sarney é Castelo*.

⁷⁷ Arcangeli (1995), no estudo, classifica em diversos tipos a força de trabalho (FT) pesquisada, dentre eles, destaca: força de trabalho autônoma (FTA); força de trabalho de reserva (FTR); força de trabalho plenamente assalariada (FTW); assalariados *pobres* vinculados a autônomos agrícolas (FTRb2), urbanos (FTRb3), capitalistas agrários (FTRb4), capitalistas urbanos (FTRb5); assalariados *pobres* vinculados ao setor público (FTRb6); desempregados involuntários agrícolas (FTRb7); desempregados involuntários não-agrícolas (FTRb8); empregados domésticos (FTRb1).

- das terras que decorreu da implantação dos grandes projetos agropecuários e minero-metalúrgicos e de sua infraestrutura.” (ARCANGELI, 1995, p. 19);
- b) Aumento da desocupação e do desemprego nas cidades decorreu da destruição de empreendimentos industriais, agrícolas (hortifrutigranjeiros), de comércio e de serviços, locais, *tradicionais*, capitalistas e não capitalistas, deixados à margem no processo de concessão de incentivos oficiais e prejudicados pela especulação imobiliária e por mercadorias e serviços externos atraídos pela onda de *modernização* que acompanhou a implantação dos grandes projetos no Maranhão (ARCANGELI, 1995);
- c) Aumento do *desemprego estrutural*, concomitante ao aumento da *força de trabalho assalariada pobre vinculada a autônomos agrícolas*, que ocorreu, no entanto, distante da demanda de trabalho existente;
- d) As causas diretas e indiretas do acelerado crescimento da força de trabalho plenamente assalariada e do assalariamento em geral no Estado do Maranhão devem “[...] referir-se a um conjunto de situações e de ações, públicas e privadas, de favorecimento do avanço da acumulação capitalista na região, **bem mais vasto e abrangente do que o restrito aos grandes projetos minero-metalúrgicos.**” (ARCANGELI, 1995, p. 23, grifo nosso).

Na opinião de Arcangeli (1995, p. 20, grifos nossos:

Tudo isso aumentou a “superpopulação relativa em sentido amplo” do Estado, notadamente FTRb; de fato, o aumento da oferta de trabalho esbarrou com a ausência de efeitos multiplicadores relevantes das “novas” produções (**efeitos multiplicadores de emprego, prometidos mas que não aconteceram, em função do caráter de ‘enclave’ destas mesmas produções**); ou seja, agravou-se o desequilíbrio entre oferta e demanda de empregos, no sentido do aumento da desocupação e do desemprego involuntários; **tal fenômeno reduziu o poder dos trabalhadores em termos de sua capacidade para a reivindicação de melhores condições de trabalho**, ocasionando a deterioração das condições de trabalho inerentes a FTRb.

Soma-se a esses elementos a questão agrária, muito bem anotada por Zulene Barbosa (2006, p. 85, grifo da autora):

A grilagem de terra no Maranhão, intensificada durante toda a década de 1970, foi apoiada por um Estado que, ao ser “capturado” por suas oligarquias, reproduzia o capitalismo no campo – a partir da constituição de novas relações de produção. Pressionadas pela economia do gado e pelas desapropriações de terras, as fronteiras agrícolas perderam a capacidade de incorporação do pequeno produtor. Esse processo foi permeado por diversas formas de conflitos sociais [...].

Por esses dois grandes eixos articuladores do modelo de desenvolvimento instaurado pela reinvenção da estrutura oligárquica a partir de José Sarney⁷⁸, o Maranhão consolidou seu papel como elo local garantidor da realização dos interesses do capital nos circuitos nacional e transnacional, propiciando o enraizamento desse modelo tanto na economia quanto na visão de mundo de suas classes dirigentes e no imaginário das classes subalternas, em que pese a resistência oferecida tanto pelos movimentos ambientalistas (Comitê de Defesa da Ilha, por exemplo) quanto de luta dos camponeses (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA, MST, Comissão Pastoral da Terra - CPT, por exemplo), nesse período.

No momento do grande debate, que mobiliza audiências e atenção populares, as eleições majoritárias ao governo do Estado, em 1990, com Conceição Andrade (PSB-PT), e, em 1994, com Jackson Lago (PDT-PT), esse modelo foi questionado, a derrota eleitoral adveio como uma espécie de *perdeu ganhando*⁷⁹, elegendo uma bancada parlamentar pequena, mas aguerrida na denúncia desse modelo, tanto na Câmara Federal quanto na Assembleia Legislativa⁸⁰.

Contudo, nas eleições de 2006 e 2014, quando vitoriosa as oposições com Jackson Lago (PDT/PPS) e Flávio Dino (PCdoB/PSDB), respectivamente, numa espécie de *ganhrou perdendo*, a derrota eleitoral de Roseana Sarney, para ambos, não significou malogro desse modelo de desenvolvimento implantado pela oligarquia. Ao contrário, em 2006, “[...] a eleição de Jackson Lago [...] foi antes de tudo fruto do racha provocado no grupo situacionista pelo então Governador José Reinaldo que uma alternativa criada contra os esquemas tradicionais da política oligárquica.” (REIS, 2012, p. 67). E, tanto em 2006 quanto em 2014, a crítica ao

⁷⁸ É do governo José Sarney a *Lei da terra*, a Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969, que institui a oficialização da grilagem e mercado de terras no Estado. Para aprofundar esse tema, sugere-se a leitura do livro *O mito da terra*, de Alberto Arcângeli (EDUFMA, 1987).

⁷⁹ Segundo Elio Gaspari (2001), é de Tancredo Neves a formulação dessas expressões. Registrou o jornalista em sua coluna, que Tancredo Neves dizia que política é coisa bem mais rica do que futebol, onde um time ganha e outro perde. Na conta de Tancredo, qualquer eleição pode produzir quatro resultados: (1) ganhar ganhando; (2) ganhar perdendo; (3) perder ganhando; e (4) perder perdendo.

⁸⁰ Em 1990, estavam entre os eleitos pela oposição de esquerda: Haroldo Saboia (PDT) e José Carlos Saboia (PSB), para a Câmara dos Deputados; Luís Vila Nova (PT), Domingos Dutra (PT), Benedito Coroba (PDT) e José Costa (PSB), para a Assembleia Legislativa do Maranhão. Em 1994, foram eleitos para Deputados Federais Domingos Dutra (PT), Magno Bacelar (PDT) – ex-presidente da UDR e um dos primeiros dissidentes da oligarquia a se instalar no PDT – e Haroldo Saboia (PT), após luta do Movimento pela Recontagem dos Votos, que identificara a fraude eleitoral que transferia os votos brancos para a coligação oligárquica, especialmente para Sarney Filho (PFL). Para Deputados Estaduais foram eleitos Luis Vila Nova (PT), Marcos Pacheco (PDT), Ibraim Almeida Filho (PDT) e Julião Amin (PDT).

modelo de desenvolvimento foi tênue e, concretamente, incorporada às candidaturas, desde o financiamento das campanhas. Vale do Rio Doce, siderúrgicas, estavam entre as principais financiadoras dessas campanhas em 2006 e em 2014.

A adesão, no governo, materializou quando a resistência à implantação da siderúrgica, da termelétrica e da refinaria da Petrobras no Maranhão, no governo Jackson Lago, resumia-se a retirá-la da ilha de São Luís, transferindo esses projetos de implantação para a cidade de Rosário. Na gestão Flávio Dino, nem isso, a exemplo das licenças ambientais dadas pelo Governo do Estado para a construção de um porto privado das empresas WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais Ltda., subsidiária da empresa de engenharia e construção civil WTorre, e *China Communications Construction Company* (CCCC), na área da comunidade Cajueiro, no âmbito da reserva de Tauá-mirim, zona rural de São Luís⁸¹.

Não houve, como aludimos a Gramsci anteriormente, um progresso filosófico das classes subalternas que conduziu a um desenvolvimento político-prático da classe e de seu projeto alternativo de hegemonia. As direções e os intelectuais das classes populares em luta pelo poder no Maranhão não construíram um novo senso comum, tampouco tornou ele crítico. Sucumbiu a *status quo*, em buscar de vencer eleitoralmente, mas sem qualquer antagonismo na ideologia, no modelo de desenvolvimento econômico, na organização da estrutura política maranhense.

Em termos de contradição do jogo político, a vitória da oposição em 2014 é fruto do acúmulo da denúncia do golpe judiciário dado no mandato de Jackson Lago, em 2009⁸², que, por pouco, não retirou de Roseana Sarney a vitória na

⁸¹ A WTorre/WPR buscou iniciar a construção do porto em São Luís do Maranhão no ano de 2014, em articulação com o governo Roseana Sarney. Mas só avançou na concretização da iniciativa no governo Flávio Dino, em solenidade realizada no dia 05 de abril de 2017. Nela, foi assinado o acordo de investimento entre a WTorre/WPR e a CCCC, com vistas à construção e exploração de um terminal portuário privado. O *negócio da China* foi denunciado por 104 organizações de movimentos sociais, populares, culturais, estudantis e sindicais, povos e comunidades tradicionais, associações e uniões de moradores, organizações não governamentais, grupos de pesquisa universitários, grupos e entidades religiosas e 243 ativistas, sindicalistas, professores, estudantes, profissionais liberais e religiosos, em carta pública. (MOVIMENTO DE DEFESA DA ILHA, 2017).

⁸² Para Reis (2012, p. 65): “[...] a troca de governadores decidida pelo TSE [em 2009], [trata-se] [...] nova versão de uma característica antiga da regulação das disputas políticas na história do Maranhão. Estado periférico, a formação da estrutura oligárquica foi fortemente determinada pelo processo de construção do Estado Nacional, de tal maneira que o verdadeiro centro da política maranhense, o palco onde os lances decisivos se efetivaram, sempre esteve fora: Rio de Janeiro nos tempos de Urbano Santos e Victorino Freire; em Brasília, nos tempos de José Sarney. O modelo vem de meados do século XIX, sofreu um ajustamento na República Velha e atravessou o

campanha de 2010, na qual obteve 50,08% suficientes para tornar-se governadora no primeiro turno. Mas a *derrota* da oligarquia, em 2014, deu-se a seu expoente menos expressivo, o filho de Edison Lobão, Edison Lobão Filho, que nunca havia tido qualquer candidatura majoritária – obteve 33,69% dos votos –, com Roseana Sarney instalada no Palácio dos Leões, não se candidatando a nada, e, assim, facilitando a adesão de diversos núcleos locais da oligarquia a Flávio Dino, à medida que sua vitória tornava-se previsível – ganhou no primeiro turno, com 63,52% dos votos.

Com a candidatura de Flávio Dino, a estrutura oligárquica, uma vez mais, prevaleceu com:

1. O mesmo palanque reunindo PCdoB, setores petistas e parte do movimento sindical (com Dilma Rousseff), os tucanos (com Aécio Neves) e os *socialistas* do PSB (com Eduardo Campos);
2. O apoio dos setores políticos alocados no TCE – a exemplo da família Cutrim;
3. A maior parte dos Deputados Estaduais em busca de reeleição, liderados, então, pelo ex-prefeito de Caxias, Humberto Coutinho (que tornar-se-ia o presidente da Assembleia Legislativa, no governo Flávio Dino, com amplo apoio parlamentar na casa legislativa);
4. A aliança com a tradicional dissidência oligárquica de João Castelo e Roberto Rocha, o primeiro eleito Deputado Federal pelo PSDB, o segundo, senador da República pelo PSB (que depois trocava pelo PSDB);
5. O apoio de dezenas de prefeitos das demais cidades e da Prefeitura da capital, a partir do núcleo familiar dos Holandas (pai, Edvaldo Holanda, Deputado Estadual – ex-líder do governo Roseana Sarney na Assembleia e, também, do governo Jackson Lago –, e filho, o evangélico Edvaldo Holanda Junior, prefeito da capital, eleito com o apoio dos comunistas do PCdoB);
6. O apoio também da família Pereira (pai, Rubens Pereira, ex-Deputado Estadual, e filho, Rubens Pereira Filho, eleito Deputado Federal pelo PCdoB, e mãe, Suely Pereira, Prefeita de Matões), da família Tema (que retornaria à presidência da FAMEM, a Federação dos Municípios), e outros aliados liderados por José Reinaldo Tavares.

Como ex-juiz federal e vínculos construídos junto ao STF, especialmente com o Ministro Gilmar Mendes, Dino também neutralizou a oposição de estrutura do judiciário contra si. Como ex-presidente da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), na gestão Dilma Rousseff, neutralizou também a referência da máquina federal contra ele, disputando-a com Sarney, no Maranhão. Assim, da mesma forma que não ocorreu com Jackson Lago, com Flávio Dino se robustece a tendência de que seu governo não representa a transição da atual estrutura para um período pós-Sarney. Como no governo Jackson Lago, assemelha-se mais a um *sarneísmo sem Sarney*, tal qual foi o *vtorinismo sem Vitorino* na estrutura oligárquica. Pois não tem sido evidenciado um antagonismo que sustente a ideia de transição com ruptura, mas, somente, continuidade sem continuísmo dessa mesma estrutura que se consolidou no Maranhão.

Contudo, como assinalamos, ainda é incipiente a experiência dinista para apontarmos um ponto conclusivo, ainda que suas opções *filosóficas* de concepção das políticas de atuação e conformação do governo já apontem um rumo, posto que “[...] a filosofia de uma época histórica [...] é a ‘história’ desta mesma época.” (GRAMSCI, 2004, p. 326, grifo do autor), ou seja, “[...] história e filosofia são inseparáveis.” (GRAMSCI, 2004, p. 326). Destarte, atentando à lição gramsciana de que “[...] na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; [e] o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediatricidade [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 292), não nos é possível mais do que identificar as tendências contidas nesse processo.

Segundo Lima (2014), a definição de tendência implica diversas ponderações:

- (a) “Como a realidade é contraditória e dinâmica, a tendência também assim será: não é algo unidimensional, imutável, estanque; é um processo cujas mudanças de perspectivas se desenvolvem em conformidade com o deslocamento de uma situação a outra [...]” (LIMA, 2014, p. 190);
- (b) “A tendência [...] pode se compor de uma ou mais correntes, assim como de uma ou mais contracorrentes. Pode ser una, mas, pela complexidade do ser social, geralmente encontramos mais de uma tendência na realidade.” (LIMA, 2014, p. 191);

- (c) “O que está dado num determinado tempo e lugar como contracorrente, pode tornar-se corrente em espaço e momento distintos, e vice-versa.” (LIMA, 2014, p. 191). Para Lima (2014), será a disputa entre as classes, o impacto desse embate na constituição de forças na sociedade o que delimitará a capacidade de um determinado conjunto de proposições de se alastrar, influenciar e se configurar (ou não) numa tendência;
- (d) “Para que a tendência se configure enquanto tal, é preciso que algo *tenda* a, o que pressupõe [...] movimento, mudanças, tempo transcorrido, mas também, ideia de futuro, de devir histórico [...]” (LIMA, 2014, p. 191). Ou seja,

Além desses elementos enumerados, tais como contradição, dinamicidade, pluralidade, contextualização, capacidade irradiativa, também devemos levar em consideração que uma tendência tem a ver, necessariamente, com mudanças: sejam as que conduzam para um projeto de sociedade alternativa ou as que mantenham as bases da sociedade atual. (LIMA, 2014, p. 191).

Levando em consideração a precaução sugerida por Gramsci (2004, p. 239), segundo a qual “[...] a política é, em cada caso concreto, o reflexo das tendências de desenvolvimento da estrutura, tendências que não se afirma que devam necessariamente se realizar.”, na disputa pelo poder no Maranhão contemporâneo, despontam três tendências no processo, cujo embate eleitoral de 2018 será relevante para desenhar a situação que predominará, seja pela influência do cenário nacional no plano estadual, seja pelas movimentações próprias das forças locais na disputa estadual em si:

- (i) A tendência à restauração da estrutura oligárquica com sua autêntica expressão de volta ao aparelho do Estado;
- (ii) A tendência ao transformismo do grupo que ascendeu ao controle do aparelho estatal da estrutura oligárquica, assimilando sua filosofia e *modus operandi*;
- (iii) A tendência à transição com ruptura com os mecanismos de reprodução da estrutura oligárquica.

A primeira tendência, a restauração da estrutura oligárquica com sua autêntica expressão de volta ao aparelho do Estado, trata-se do que denominaríamos de *sarnejismo com Sarney*. Vindo a prevalecer essa tendência, configura-se no que Gramsci caracterizou como processo de restauração/*revolução*

passiva. Por ela, ocorre a reação das classes dominantes de antes que perderam o poder, mas retornam a ele e através de restaurações até chegam a acolher uma parte das exigências que vinham de baixo, “[...] trata-se, portanto, de ‘restaurações progressistas’ ou ‘revoluções-restaurações’ [...]” (GRAMSCI, 2004, p. 393, grifos do autor). A restauração acontece porque “[...] a classe revolucionária [...] [não soube] sair dos limites corporativos e criar todas as superestruturas de uma sociedade integral.” (GRAMSCI, 2002c, p. 237). A nova ideologia também é sufocada. Assim:

O conceito de “revolução passiva” deve ser deduzido rigorosamente dos dois princípios fundamentais de ciência política: 1) nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram ainda encontrarem lugar para um novo movimento [...]; 2) a sociedade não se põe tarefas para cuja solução ainda não tenham germinado as condições necessárias, etc. Naturalmente, estes princípios devem ser, primeiro, desdobrados criticamente em toda sua dimensão e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo. (GRAMSCI, 2002c, p. 321, grifo do autor).

Essa tendência se mantém como perspectiva pela oposição intransigente que vem sendo travada pela oligarquia, com os instrumentos que a mesma dispõe: bancada na Assembleia Estadual, ainda que minoritária; bancada federal, majoritária na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; e interlocução direta com o governo federal, com o reposicionamento de José Sarney no núcleo dirigente emedebista do governo Michel Temer, com a nomeação de diversos cargos federais importantes, a começar por ter Sarney Filho como ministro do Meio Ambiente. O que se materializa se, de fato, a candidatura de Roseana Sarney ao governo do Estado for confirmada.

A segunda tendência, o transformismo⁸³ do grupo que ascendeu ao controle do aparelho estatal da estrutura oligárquica, trata-se do que poderíamos identificar com um *sarneísmo sem Sarney*, um cenário de pós-sarneísmo sem ruptura. Fortalece-se à proporção que o setor que se opunha a ela, ao chegar ao Estado, repete as mesmas práticas combatidas e para a qual se legitimou na disputa política como polo contrário. Afirma-se como contrário, mas não como antagônico, dá margem e sobrevida às práticas próprias da estrutura oligárquica, ainda que com algumas reformas progressistas, mas incorpora a filosofia e o *modus operandi* presentes na ação política, que antes combatia. Nessa tendência, uma espécie de *revolução sem revolução* (GRAMSCI, 2002c), na qual, como um tipo de “revolução

⁸³ Carlos Nelson Coutinho (apud GRAMSCI, 2004, p. 465), em comentário registrado na nota 72, define: “[...] o transformismo significa um método para implementar um programa limitado de reformas, mediante a cooptação pelo bloco no poder de membros da oposição”.

passiva”, “[...] as personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à ‘classe política’ conservadora e moderada” (GRAMSCI, 2002c, p. 286, grifo do autor).⁸⁴

Essa tendência se reforça também se o conjunto de forças conservadoras presentes na aliança dinista obtiver mais espaço e poder de influência no governo. Tonifica-se, sobretudo, se os partidos que apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff (DEM, PP e PTB) e os aliados liderados por José Reinaldo Tavares ampliarem mandatos estaduais e federais. Com mais espaço, este grupo pode submeter os demais parceiros de aliança, originalmente radicalmente antioligárquicos, a assumir cada vez mais uma postura moderada e conservadora para manter a coalização governista.

A terceira tendência, a transição com ruptura com os mecanismos de reprodução da estrutura oligárquica, verificar-se-ia no que vislumbramos como um *pós-sarneísmo com ruptura*. Passaria, fundamentalmente, por três correntes que teriam que se configurar fortemente nessa tendência:

- (i) A opção por outro modelo de desenvolvimento do que tem sido implementado no Maranhão há décadas. Ainda que numa situação periférica e dependente, o Estado do Maranhão precisaria reconectar-se a novos centros da economia nacional e mundial, com o intuito ser considerado de forma autônoma na estrutura econômica engendrada⁸⁵;
- (ii) O aprofundamento da política de reversão do quadro social, com ações de maior eficácia e retorno de metas traçadas;
- (iii) A construção de uma política de sustentação política cuja influência do setor mais conservador da aliança fosse reduzida paulatinamente.

⁸⁴ Gramsci (2002c, p. 286) classifica esse tipo de transformismo como *molecular*, mas também identifica o transformismo de grupos: “[...] o transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado [...]”.

⁸⁵ No governo Jackson Lago, a iniciativa do Comitê de Relações Internacionais, buscando vínculos com a Venezuela (a fim de fornecer alimentos para esse país, potencializando a agricultura familiar maranhense, com a produção de arroz, caprinocultura e suinocultura), foi uma parca tentativa de reposicionar o Maranhão, em cooperação bilateral com outros países e organismos multilaterais (Aliança Bolivariana da Américas - ALBA, Mercosul, União Europeia, Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef). O Comitê de Relações Internacionais foi coordenado pela jornalista Beatriz Bísio, ex-editora da revista Cadernos do Terceiro Mundo, junto com Neiva Moreira. Vinculado à Secretaria de Planejamento, o comitê organizou diversas iniciativas no plano das relações internacionais do governo. Dentre elas, a visita de Hugo Chavez ao Maranhão, na qual assinou os convênios para a comercialização de alimentos do Maranhão para a Venezuela, a participação do governo no FSM, os convênios de parceria com Cuba na área de saúde e combate ao analfabetismo. Boa parte dessas iniciativas foi de proposição de organizações como o MST, que tinha acento no comitê. Salvo a primeira turma de alfabetizados pelo método cubano *Sim, eu posso*, as demais iniciativas não tiveram tempo de maturar e se realizar.

Essa tendência mantém-se viva a partir da atuação dos setores progressistas da composição de forças que sustenta a experiência dinista.

Aludindo a Florestan Fernandes (2006, p. 44), “[...] uma nação não aparece e se completa de uma hora para outra. Ela se constitui lentamente, por vezes sob convulsões profundas, numa trajetória de ziguezagues”. Na periferia da periferia, somente o processo histórico confirmará qual dessas três tendências prevalecerá no Maranhão, pelos erros e acertos do grupo político em torno de Flávio Dino, pelos ziguezagues que perpassarão a conjuntura. Mas algo é evidente, a tese de Flávio Reis (2012), segundo a qual será a crise de legitimidade que levará à desagregação pura e simples da estrutura, não parece plausível. Se tem razão que “[...] a crise da estrutura oligárquica não decorrerá meramente do jogo partidário e das disputas eleitorais.”, Reis (2012, p. 79) deixa de acertar ao apontar que ela só será destruída pelo choque entre projetos alternativos⁸⁶, ainda que, atentemos, para o fato que de “[...] a história não é uma meta predeterminada.” (GRAMSCI, 2004, p. 395). Essa é a única transição (com ruptura) autenticamente possível e, até hoje, não realizada no Maranhão oligárquico.

4.2 A concentração do poder da comunicação e o controle oligárquico das concessões dos canais de televisão

Assim, desde o segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951) – época também da chegada da televisão no País – ao governo de Dilma Rousseff (2011-2016), as formas de concessão de canais de televisão sofreram alterações quase imperceptíveis em seu modelo de funcionamento. Mantiveram-se circunscritas aos interesses do ambiente econômico e político sob o qual saíram as diretrizes para sua instalação, desenvolvimento e consolidação. Assim, a televisão impôs, ao longo desses anos, uma lógica estruturadora de todos os sistemas de comunicação. Em torno das quatro maiores redes, articulam-se quase todos os demais grupos regionais de comunicação.

⁸⁶ Conforme Reis (2012, p. 78-79): “Ficamos, então, com os sinais de decomposição de uma representação política que nunca foi além de um ‘vão simulacro’, na antecipação certa de João Lisboa, feita há um século e meio no insuperável *Partidos e Eleições no Maranhão*. A crise da estrutura oligárquica não decorrerá meramente do jogo partidário e das disputas eleitorais. Não tem como protagonistas [...] figuras carimbadas, criadas no interior de grupos oligárquicos [...] A crise se aprofundará, não como choque entre projetos alternativos, mas na forma de pura desagregação, como crise de legitimidade”.

Numa abordagem mais ampla, resenhando o processo histórico da televisão e do rádio no país, Herz (1989, p. 75) resgata que tivemos

[...] três grandes fases da radiodifusão brasileira. Na primeira [1919-1930], introduz-se no país a tecnologia; na segunda [1930-1945], cria-se o primeiro grande sistema nacional de comunicação, promovido e controlado pelo Estado; na terceira [1945-1987], internacionalizando-se a economia, internacionalizaram-se também os meios de comunicação que se expandem violentamente, afirmando progressivamente a hegemonia da atuação privada-comercial.

Por sua vez, Mattos (2002), abordando especificamente a televisão, identifica seis fases de desenvolvimento da televisão brasileira: 1) a fase elitista (1950-1964); 2) a fase populista (1964-1975); 3) a fase de desenvolvimento tecnológico (1975-1985); 4) fase de transição e expansão internacional (1985-1990); 5) fase de globalização e da TV paga (1990-2000); e 6) a fase da convergência e da qualidade digital (iniciada a partir de 2000). Não são essas classificações incompatíveis. Ao contrário, dado o momento de cada pesquisa, tornaram-se, efetivamente, complementares. Por isso, faremos referência em nossa exposição a ambas.

Na primeira fase, elitista, a instalação da televisão foi consequência do pioneirismo do poderoso empresário das comunicações Assis Chateaubriand, em sua intenção de apropriar-se da mais recente tecnologia de meios de comunicação a fim de fazer dela um novo negócio. É no período da Ditadura Militar (1964-1985), compreendendo a segunda e a terceira fases (populista e de desenvolvimento tecnológico), que a televisão será compreendida como instrumento não só econômico, mas também ideológico-político. No seu projeto de País, o regime dos generais impôs – mesmo contra seus aliados liberais no setor empresarial de comunicação (a exemplo de João Calmon – Deputado Federal e Diretor dos Diários e Emissoras Associados e Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT) – a criação da Rede Globo de Televisão, de Roberto Marinho, sob financiamento estrangeiro e em associação, então inconstitucional, com o grupo americano *Time-Life*.

Na Rede Globo, o regime militar via a construção da identidade nacional do Brasil, unificando o território brasileiro pela primeira experiência de televisão em rede que dispunha a construir no País. Estratégia estatal com recursos privados estrangeiros e em associação com o setor privado dócil e integrado ao projeto militar.

O fortalecimento da televisão como veículo de propaganda acompanhou o processo de concentração monopolista verificado em todos os setores da economia. E o surgimento da Rede Globo, como a principal empresa, no setor, atendeu à necessidade de um veículo poderoso de propaganda, privilegiado pelos principais anunciantes, capaz de operar a estimulação do mercado nacional [...] (HERZ, 1989, p. 213).

Especialmente na terceira fase, de desenvolvimento tecnológico, há a incorporação de outros grupos empresariais (Bandeirantes, Manchete, TVS/SBT), mas o centro da estratégia estava direcionado para a Rede Globo. Nela, o crescente poder de influência e manutenção do comando do País, o controle da oposição democrática e o isolamento da resistência guerrilheira ao regime. As afiliadas da Rede Globo nos estados – e das demais – obedeciam a criterioso processo de escolha a partir do compromisso firmado com essa política. É nesse ambiente autoritário que a televisão brasileira se desenvolve e consolida. Chega, assim, aos anos 80 e 90 do século XX, quinta fase (de transição e expansão internacional), intrinsecamente envolvida com a perspectiva sócio-político-cultural dos *donos do poder*.

Na década de 1990, o veículo autonomiza sua lógica de produção específica (sobretudo estética) e autolegitimação junto à sociedade, mas não se desvincula do projeto de poder que a fez consolidar-se. E ainda, aprofunda seu caráter monopolista e passa para a primeira década do século 21 sob domínio de seis famílias/grupos que concentram a rede nacional de produção e distribuição de produtos midiáticos do veículo: Marinho (Globo), Silvio Santos (SBT), Sirotski (Rede Brasil Sul - RBS), Saad (Bandeirantes), Igreja Universal (Record) e Marcelo de Carvalho (Rede TV). Nesse período coube:

[...] à televisão brasileira, em especial ao sistema Globo, o papel de popularização [de debates]. Num país de cultura ainda predominantemente oral, é a TV que massifica a agenda, por meio dos recursos de sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso servem os seus programas e formatos, desde o *Jornal Nacional* até as novelas.

[...] Não há nada que se compare a isso nas democracias liberais. Um poder agravado pela incipiência da rede pública de TV no Brasil e sua falta de autonomia em relação ao Estado. (KUCINSKI, 1998, p. 28).

Na sexta fase (da convergência e da qualidade digital), nos anos 2000, manteve-se o padrão de (não) regulação das concessões de canais de televisão no país. Mesmo nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff a política de distribuição e manutenção dos canais de televisão brasileira manteve-se do mesmo jeito. Principal linha de sustentação dos setores hegemônicos, a fração dominante proprietária da mídia eletrônica de TV também recebeu, nesse período, a

intocabilidade em sua estrutura de poder no que diz respeito a dois eixos fundamentais: legislação e política pública de concessões de novos canais.

Os interesses privados incidiram diretamente na regulação do setor midiático, ao longo da história do Brasil. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), de 1962, foi bastante influenciado pelas empresas, que à época se organizaram em torno da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), até hoje atuante com grande força política. A pressão foi tanta que todos os 52 vetos à lei, feitos pelo então Presidente João Goulart, foram rejeitados pelo Congresso Nacional. (INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2015, p. 16).

Nunca tivemos algo próximo de um sistema de mídia democrática⁸⁷. “No Brasil, a radiodifusão padece de um inédito vazio regulatório que certamente favorece àqueles atores que preferem a permanência indefinida do *status quo* normativo do setor.” (LIMA, 2004, p. 93). O que se tem é ainda fruto do regime militar, salvo a Lei do Cabo e da Radiodifusão Comunitária, conquistadas pelo movimento de democratização da comunicação. De 1962 para cá, tivemos poucos institutos que regulassem e regulamentassem o sistema de radiodifusão brasileira:

- (i) o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) - Lei nº 4.117, de agosto de 1962 – modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece os limites às concessões;
- (ii) Regulamento Geral para Execução do CTB (Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963);
- (iii) Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963);
- (iv) A CF de 1988 (art. 220º a 224º).

⁸⁷ Por exemplo, o projeto de lei de iniciativa popular, elaborado por organizações integrantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que estabelece a reserva de 33% dos canais ao sistema público para os veículos comunitários, a criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública (FNCP) para apoiar o sistema público, a proibição de igrejas e políticos eleitos (ou parentes próximos) terem canais de rádio e TV, a limitação da propriedade cruzada, dentre outros pontos. O debate em torno desse projeto de lei da mídia democrática não avançou nem no Palácio do Planalto, nos governos Lula-Dilma, nem no Congresso Nacional, desde 2013, quando a iniciativa foi lançada pelo FNDC. Dentre os pontos principais do projeto de lei, estão: (i) o enfrentamento à concentração e ao monopólio da mídia, com a proibição da propriedade cruzada, limites à concentração de verbas publicitárias e maior espaço para o sistema público e comunitário; (ii) instituição de mecanismos que garantem transparência e participação nos processos de distribuição de concessões, criando o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação; (iii) a divisão do sistema nacional de comunicação em privado, estatal e público, reservando 33% das concessões para este último, sendo que metade dele a ser utilizado de forma comunitária, e criação de um FNCP, garantindo verbas para a manutenção do sistema público. Desse fundo, ao menos 25% serão utilizados para promover a comunicação comunitária.

Detalha Rebouças e Martins (2007, p. 7-8) o conteúdo desses artigos da Carta Magna de 1988:

Art. 220 - Fala sobre liberdade de expressão, proibição da censura, propaganda de alguns produtos, interdição de monopólio ou oligopólio e liberdade de imprensa escrita;

Art. 221 - Diz que a programação de rádio e de TV deve ser educativa e cultural, estimular a produção independente e a regionalização, e respeitar valores éticos e sociais;

Art. 222 - Interditava a participação de capital estrangeiro e limitava em 30% os investimentos de pessoas jurídicas nas empresas (modificado em 2002);

Art. 223 - Sobre o processo de concessão - dez anos para rádio e 15 para TV.

Art. 224 - Sobre a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Isso resultou na configuração de um sistema sem regulação do Estado, praticamente moldado somente pelos interesses privados, que, diferente de outros países⁸⁸, traz como característica um sistema de concessões típico a um mercado oligopolizado e com tripla concentração: horizontal, vertical e cruzada. Venício A. de Lima (2004), detalha as definições de cada tipo de concentração:

- a) Concentração horizontal – “[...] trata-se da oligopolização ou monopolização que se produz dentro de uma mesma área do setor.” (LIMA, 2004, p. 96);
- b) Concentração vertical – “[...] integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição. Por exemplo, um único grupo controla desde os vários aspectos da produção de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição.” (LIMA, 2004, p. 99-100);
- c) Propriedade cruzada – “[...] trata-se da propriedade, pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de mídia do setor de comunicações.” (LIMA, 2004, p. 101);
- d) Monopólio em cruz – “[...] trata-se da reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da ‘propriedade cruzada’, constituindo o que se chamou ‘monopólio em cruz’.” (LIMA, 2004, p. 102, grifo do autor).

Oligopolizado porque apenas cinco grandes grupos de televisão controlam quase 80% da audiência. De concentração vertical devido ao controle das

88 Informa o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social ([20--?], grifo do autor): “A *Federal Communication Commission* (FFC), agência reguladora das comunicações nos EUA, revê a cada quatro anos suas políticas de restrição à propriedade de diferentes meios de comunicação em uma mesma localidade, a chamada propriedade cruzada, ou *cross ownership*. Isso quer dizer que mesmo em um país considerado liberal, onde o mercado dita as regras da produção e da circulação das mercadorias, há uma regulamentação do setor de comunicação. [...] Países como EUA, Reino Unido e França adotam mecanismos de limitação da concentração de propriedade por entenderem que tal concentração de vozes afeta suas democracias”.

diversas camadas de produção pela mesma empresa. De concentração horizontal por conta da oligopolização e/ou monopolização da produção dentro do mesmo setor. E de concentração cruzada já que a mesma empresa, controlando diferentes meios de produção, combina tanto a concentração vertical quanto a concentração horizontal.⁸⁹ “A **propriedade cruzada**, por exemplo, não foi regulada pelo CBT e segue sem ser objeto de leis brasileiras que tratam do rádio e da televisão aberta.” (INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, [20--?], grifo nosso). A Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 proíbe que empresas de telecomunicações controlem empresas de radiodifusão e também o inverso, impedindo que os serviços de cada setor sejam prestados por um grupo que atua no outro. Dessa forma, empresas telefônicas (TIM, Vivo, Claro, Oi, etc.) que distribuem o sinal de TV paga não têm permissão para produzir conteúdos a esses canais. Mas essa tênue regulação não toca na propriedade cruzada (controle de diferentes tipos de mídia pelo mesmo titular) entre as emissoras e redes de televisão. Ao contrário, apenas referenda o poder das redes de TV em neutralizar as telefônicas de competir com elas na produção de conteúdos. No Brasil, a mesma empresa detém tanto a concessão da programação quanto a antena para distribuição. “Assim o sistema de rede nacional configura-se por forte apoio dos recursos públicos e um modelo de negócios baseado na afiliação de grupos regionais privados a esses conglomerados nacionais.” (INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, [20--?])

A falta de regulamentação dos art. 220º a 224º da CF inviabiliza o estabelecimento de princípios norteadores da radiodifusão, como a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, com promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; não promove a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; não garante o respeito

⁸⁹ Denis de Moraes (1998) também se dedica a detalhar tais conceitos. Segundo o autor, “[...] quatro modalidades de concentração caracterizam o mercado da comunicação: 1) horizontal: trata-se da monopolização ou oligopolização que se produz dentro de uma mesma área, como, por exemplo, o domínio do mercado de TV por assinatura por poucas operadoras; 2) vertical: diz respeito à integração das diferentes etapas da cadeia de produção e distribuição, com um único grupo controlando desde os vários aspectos da elaboração de programas de televisão até a sua veiculação, comercialização e distribuição; 3) propriedade cruzada: propriedade simultânea, por conglomerados, de diferentes meios de comunicações (canais de TV por cabo, MMDS ou satélite, emissoras de rádio, revistas, jornais, provedores de internet, telefonia celular); 4) monopólio em cruz: refere-se à reprodução, em nível local e regional, dos oligopólios da “propriedade cruzada”. Os quatro cenários conduzem à concentração exarcebada e à oligopolização, comprimindo, às vezes drasticamente, a concorrência naqueles setores que requerem dispêndios de monta e atualização tecnológica.” (MORAES, 1998, p. 70).

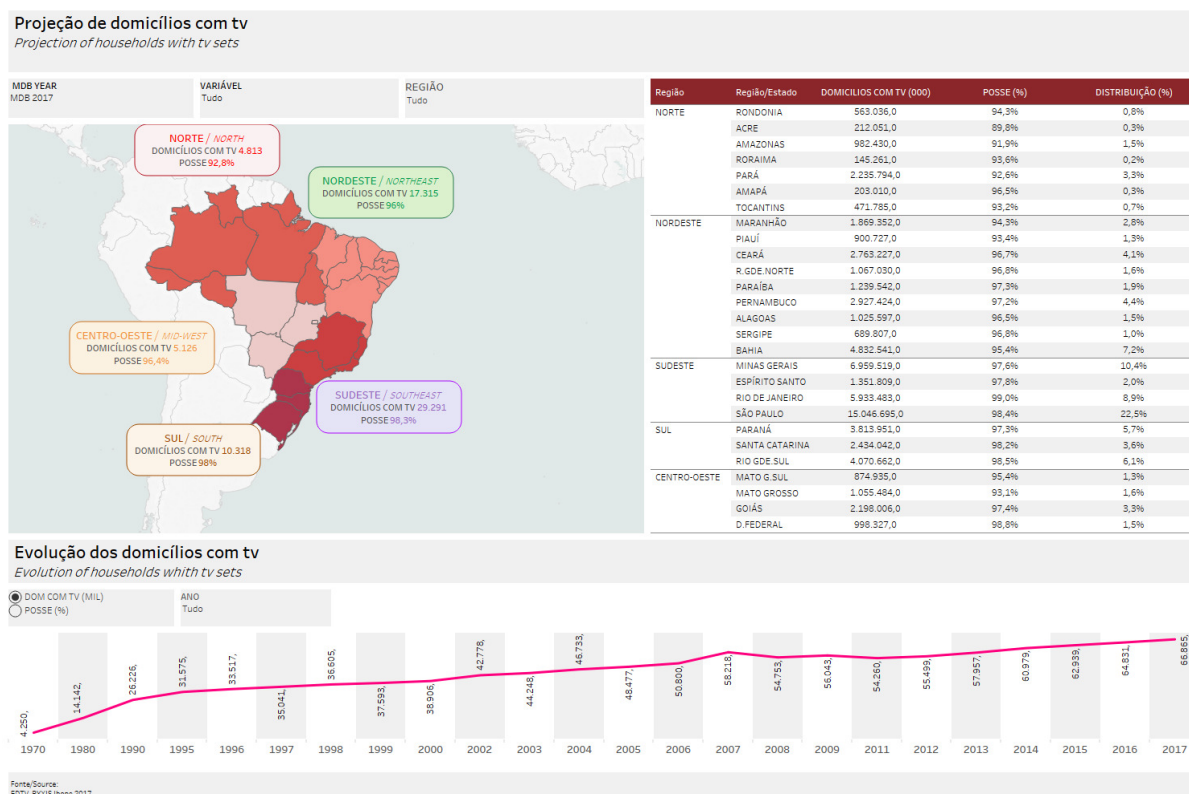
aos valores éticos e sociais da pessoa e da família (art. 221º); não concretiza a proibição do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação (art. 220º). Sequer a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal é garantida. Mesmo após a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), pela Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, na qual se define o conceito de sistema público, o equilíbrio no sistema de radiodifusão inexistente. A própria existência da EBC é constantemente colocada em xeque.⁹⁰

Persiste no país um sistema de televisão ainda muito concentrado. *Pesquisa Mídia Dados Brasil 2017* aponta que a Rede Globo chega a 98,6% dos municípios brasileiros; o SBT, a 85,7%; a Record, a 79,3%; a Bandeirantes alcança 64,1%; e a Rede TV, 56,7%. (GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO, 2017). Essas cinco emissoras concentram a veiculação nacional da programação televisiva. As demais existentes não chegam a dois dígitos. No tocante à audiência, a mesma *Pesquisa Mídia Dados Brasil 2017* também evidencia situação semelhante: a Globo lidera com 36,9%, em média; SBT, ocupa a segunda colocação, com 14,9%; pouco à frente de Record, com 14,6%; em seguida, vem a Band, 4,3%, e a Rede TV!, com 1,2%. As demais emissoras somadas totalizaram 28,2%.

A televisão ainda é o principal veículo de informação presente nos municípios brasileiros, com alcance nacional⁹¹. E permanece como veículo com audiência mais penetrante geograficamente e influente em audiência. Em que pese a redistribuição de sua audiência entre outras mídias digitais que emergiram fortemente, a televisão expandiu-se, de 1970 a 2017, alcançando 66 milhões 865 mil domicílios, em 2017 (Figura 3).

⁹⁰ Diferente da deliberada política de ausência de regulamentação no Brasil, na Argentina, a Lei de Meios buscou regulamentar as concessões de rádio e televisão naquele país, com princípios participativos e de maior pluralidade, limitando o monopólio e a concentração de emissoras. Criada em 2009, no governo de Cristina Kirchner (2007-2015), a lei resultou de um processo de participação social realizado ao longo da formulação da lei. Uma ampla convergência de organizações e movimentos da sociedade, intitulada Coalizão por uma Radiodifusão Democrática, foi o principal polo aglutinador da formulação da lei. Até 2012, houve uma batalha judicial entre o governo Kirchner e o grupo Clarín (maior conglomerado de mídia argentina, espécie de Rede Globo local), sobre a constitucionalidade da Lei de Meios. O governo venceu nos tribunais. Contudo, a partir do governo de Mauricio Macri, eleito em 2015, a lei vem sendo atacada e desmontada por decretos sem qualquer debate na sociedade.

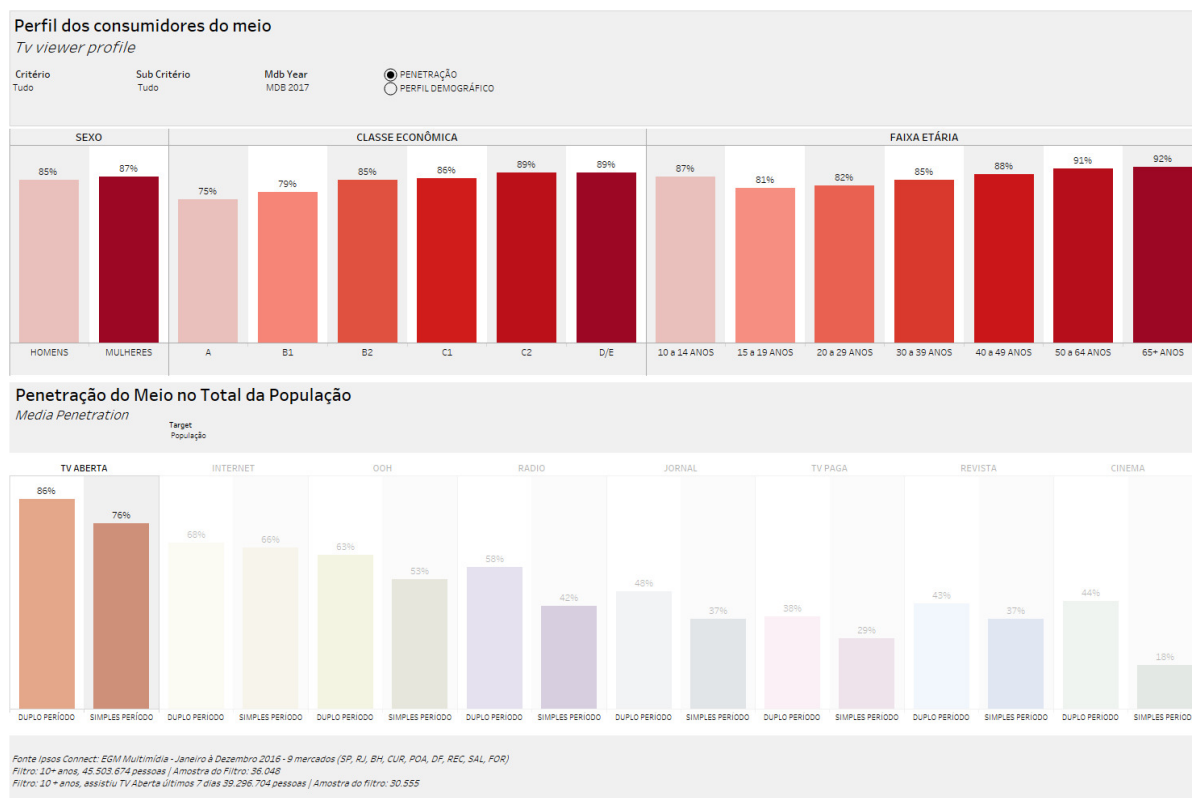
⁹¹ Ressaltamos: a televisão é um dos veículos no âmbito das telecomunicações. Surge e se consolida no mercado publicitário a partir dos anos 1950. Antes, tínhamos o rádio Decreto nº 20.047, de 27 de maio de 1931. Ambos com parca regulamentação pelo Estado. E, anteriormente, as telecomunicações surgiram no Brasil imperial (século XIX), com a instituição do telégrafo, normatizado pelo Decreto Imperial nº 2.614, de 21 de julho de 1860. Em seguida, vieram o telefone e a implantação dos cabos submarinos.

Figura 3 – Evolução dos municípios com TV


Fonte: GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. **Mídia Dados Brasil 2017.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://dados.media/#/dashboards/TELEVISION>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

Conforme os dados abaixo, essa influência da televisão na realidade brasileira perpassa sexo (praticamente mesmo índice de audiência, 85% junto a homens e 87% junto a mulheres), classe econômica (mesmo a classe A, com muitos mais recursos de acesso à informação, a televisão alcança 75% da audiência desse público; e nas classes D/E, ela impacte um percentual bem maior, 88%) e faixa etária (ainda que, quanto mais jovem, menor influência a televisão vai exercendo) (Figura 4).

Comparativamente aos demais meios, a televisão também ainda possui fortíssima penetração (76%), superando a internet (66%), o rádio (42%), o jornal e a revista (37%, cada), a TV paga (29%) e o cinema (18%). Evidente que a consolidação das mídias digitais determinará novos paradigmas de formação da opinião pública, mas o *nicho* da televisão ainda será imensamente influente por anos.

Figura 4 - Perfil do público e penetração da televisão

Fonte: (GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO, 2017).

A pesquisa da realidade dos meios de comunicação realizada pelo mercado publicitário, por meio do Grupo de Mídia de São Paulo, em 2017, obtém resultados semelhantes ao estudo encomendado pelo Governo Federal ao Ibope Inteligência, realizado em 2016⁹². Nele, identifica-se que 89% dos entrevistados (as) se informam sobre o que acontece no País por meio da televisão; 77% assistem TV todos os dias; 57% dedicam de uma a quatro horas diárias a assistir televisão; entre as emissoras mais assistidas estão Globo (56%), Record (12%), SBT (11%) e Band (3%) – considerando a soma da primeira e segunda menção. Em suas conclusões, orienta o Ibope a Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM) da Secretaria Geral da Presidência da República:

A TV é o meio de comunicação mais acessado pelos entrevistados [...]. As emissoras da TV aberta são mais assistidas, principalmente a Globo. [...] [e quanto ao] [...] grau de confiança nas notícias que circulam nos diferentes meios de comunicação, mais da metade dos entrevistados que assistem TV confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. (BRASIL, 2016, p. 33).

⁹² A mais recente realizada, a *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016* foi aplicada entre os dias 23 de março e 11 de abril de 2016, junto a uma amostra nacional de 15.050 entrevistas com pessoas de todas as classes econômicas, de ambos os sexos, com idade a partir de 16 anos, em 740 municípios das 27 unidades da federação, utilizando a metodologia de pesquisa *quantitativa face-a-face domiciliar*. No Maranhão, ela foi aplicada em 25 cidades, junto a 490 entrevistados.

Embora a pesquisa detecte o crescimento da internet, a capilaridade do rádio, a existência de diversos veículos impressos regionais com várias menções e recomende o Governo Federal prestar atenção nesse público regional, segmentado, específico, as verbas publicitárias federais não se deslocaram dos grandes veículos e, muito menos, da mídia eletrônica de televisão.

É essa indústria que tem a televisão como carro-chefe que mobiliza enorme volume de produção de mercadorias e produtos midiáticos, recursos publicitários e audiências, que diariamente, produz 150 horas de desenhos animados, seriados e filmes veiculados no Brasil por canais de televisão por assinatura, a partir de cinco corporações norte-americanas (Disney, Time Warner, News, Viacom, Discovery Communications), responsáveis por 95% das programações. (MORAES, 1998). A televisão brasileira possui a maior produtora de programas do mundo, a Globo – que “[...] gera 4.420 horas de novelas, minisséries, especiais, shows, humorismo, musicais, eventos e jornalismo, além de exibir 2.210 longas-metragens.” (MORAES, 1998, p. 116).

A TV Globo tem ainda o maior percentual de produção de conteúdo nacional entre as redes de TV (70% na média e 100% no horário nobre) e gasta cerca de 50% do que fatura apenas com produção (o que inclui engenharia, salários de artistas e profissionais da área técnica, direitos esportivos, direitos sobre filmes entre outros). (RAMOS; SANTOS, 2007, p. 289).

O Brasil é o sexto mercado mundial quanto a investimento publicitário televisivo, abaixo apenas de Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Itália e Alemanha, mas liderando o ranking quando o aspecto é a concentração de verba publicitária na televisão, que abocanha 61,9% das verbas. (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 57). A televisão absorve a maior parte dos investimentos publicitários para os produtos mais anunciados no Brasil. “Além da influência que os anunciantes e as agências de publicidade exercem sobre os meios de massa, os produtos anunciados na televisão tendem a influir nos padrões de consumo.” (MATTOS, 2002, p. 76). Há um vínculo intrínseco entre a mídia eletrônica de televisão e o modo de produção atual:

Em meio à articulação planetária do poder, os sistemas infotelecomunicacionais afiguram-se como molas propulsoras de um modo de produção que se ancora na economia da informação. A informação tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital. (MORAES, 1998, p. 50).

Essa grandeza dos negócios e da movimentação de recursos sob os quais está envolta a mídia eletrônica de televisão, é inerente ao

[...] processo histórico de expansão do capitalismo, a esfera econômica mantém uma posição predominante, subsumindo, no seu movimento, todas as outras, ao mesmo tempo em que fica claro que essa determinação pelo econômico só se verifica na medida em que o capital consegue impor sua lógica de expansão ao conjunto de uma sociedade [...] (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 50).

Mas alertam os autores: “O que não se dá sem lutas e resistências, podendo advir tanto da própria lógica contraditória do capital, que, enquanto relação social, engloba um pólo dominado, quanto de fatores de ordem cultural alheios a essa ordem.” (BOLAÑO; BRITTOS, 2007, p. 50).

Frente a esses dados, o que podemos perceber é que a televisão é o principal instrumento de estruturação do cotidiano no país. Sendo o Brasil um dos precursores mundiais da utilização da linguagem audiovisual, de cunho bastante sofisticado, a televisão ganha ainda mais importância no contexto de uma sociedade de baixa escolaridade e pouca capacidade crítica de análise do conteúdo programático das emissoras. No entanto, como destaca Daniel Herz ([19--], p, 6), essa importância desproporcional “[...] é um dos índices de contemporaneidade do Brasil e não de seu atraso.”, cujo segredo está na capacidade de “[...] unificar o contingente de consumidores dispersos por todo o país e viabilizar um mercado efetivamente nacional.” (HERZ, [19--], p, 7).

Incorporando a televisão aos seus objetivos, os governos militares “[...] souberam, como em poucos países, dar vazão a esta tendência no Brasil, casando as características do veículo com os objetivos da unificação do país e a mobilização de valores através de um veículo propício a um controle direto concentrado.” (HERZ, [19--], p, 7). Da mesma forma, a classe dominante utilizou a televisão estrategicamente aos seus interesses também no período da redemocratização e do estabelecimento das instituições democráticas após a Constituição de 1988:

Durante os governos militares, naturalmente intensificou-se a distribuição de outorgas com critérios políticos e ideológicos, na busca da sustentação para o regime. A partir do governo Figueiredo, e chegando ao ápice no governo Sarney, acentua-se o fisiologismo na distribuição de outorgas [...] Entre 1922 e 1963 foram distribuídas apenas 26,2% das emissoras existentes, contra 73,8% no período 64-88 [...], tendo o governo Figueiredo distribuído 27% e o governo Sarney 47% em apenas três anos e meio. [...] Sarney distribuiu 1.028 concessões de emissoras de rádio AM, FM e televisão em VHF. Foi a maior derrama de outorgas da história do Brasil. Sarney ampliou em 50,1% o número de emissoras existentes [...] A maior parte destas outorgas foi utilizada para a compra de votos na Constituinte. O resultado é que **temos um sistema de radiodifusão montado a partir de um sistema de outorgas autoritário e desvinculado do interesse público** [...] (HERZ, [19--], p, 7, grifos nossos).

E também caracterizado por práticas de compadrio, beneficiamento e utilizado como moeda de barganha. Como vimos, o *boom* da distribuição dessas concessões dá-se no período de José Sarney à frente da Presidência da República. Segundo Motter (1994, p. 106), só no Maranhão, Sarney distribuiu pelo menos 16 emissoras de rádio e televisão a oito pessoas diretamente ligadas a sua família. Nesse período, a família chega a controlar 20 das 57 emissoras existentes, sendo outras 15 sob controle de aliados como Edison Lobão. Lembra o Motter (1994, p. 97): “A duração do mandato de José Sarney foi definida pela Constituinte no dia 2 de junho de 1988, quando foi votada emenda do Deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), fixando o mandato de cinco anos, aprovada por 328 votos a 222, com três abstenções”. De acordo com o pesquisador, “[...] dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou TV, 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos para Sarney.” (MOTTER, 1994, p. 95).

Com a Constituição de 1988, o Congresso passou a dar palavra final sobre as outorgas. Mas nunca se pronunciou favorável a qualquer iniciativa que revisse esse sistema de outorgas ou que deixasse de renovar as outorgas existentes, com prazo máximo de permissão autorizado para 10 anos (só a Globo tem 53 anos de concessão!). À vista disso, conformou-se no Brasil um oligopólio “[...] com um quase monopólio da emissora líder, e em que a propriedade das empresas de radiodifusão, na maioria dos casos, confundiu-se com a imagem das famílias que as controlam.” (SOUSA, 2013, p. 137). Acerca disso, duas observações pertinentes.

Primeira observação. Oligopólio e monopólio na radiodifusão brasileira ocorrem em completa inobservância ao art. 220º, parágrafo 5º, da CF, que proíbe o monopólio e o oligopólio: “Art. 220, § 5º - Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.” (BRASIL, 1988). Bem como ao art. 12º Decreto-Lei nº 236/1967:

Art. 12 - Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

[...]

II) Estações radiodifusoras de som e imagem – 10 em todo território nacional, sendo **no máximo 5 em VHF e 2 por Estado**. (BRASIL, 1967, grifo nosso).

Nesse mesmo artigo, no parágrafo 7º, inclusive, há a proibição de formar cadeias ou redes de transmissão, o que não é seguido pelo primeiro time das emissoras de televisão brasileira. Estabelece o citado decreto:

Art. 12, § 7º - As empresas [sic] concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinada a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie. (BRASIL, 1967).

Como denuncia o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social (2015, p. 23-24, grifo do autor):

Basta olhar para a grade de programação das emissoras de todo o país para perceber que essa proibição é ignorada. Cerca de 90% dos conteúdos veiculados pelas afiliadas são produzidos pela “cabeça-de-rede”, segundo estudo do **Observatório do Direito à Comunicação**. A produção própria desses canais é essencialmente jornalística. Como resultado, temos uma programação centralizada, produzida majoritariamente no eixo Rio-São Paulo, com pouco espaço para a cultura local. Por meio das redes, os grandes grupos ampliam seu poder por todo o território, ganham com verbas publicitárias e sufocam a diversidade do nosso país.

Segunda observação. Essas emissoras, inicialmente administradas pelos denominados *pioneiros* (Roberto Marinho - 1904-2003, por exemplo), hoje são gerenciadas pelos chamados *herdeiros* (Roberto Irineu Marinho - 1948, José Roberto Marinho - 1954 e João Roberto Marinho - 1956, por exemplo)⁹³. Esses núcleos familiares integram uma certa *burguesia radiodifusora*, segundo elaboração de Bruno Marinoni Ribeiro de Sousa (2013). Observemos, no entanto, que essa fração de classe não é monolítica, ainda que mantenha um alto grau de consenso em suas ações e projeto que defendem para o Brasil. A própria organização dela se distribui por em diversas entidades, entre as quais se destacam três, por seu caráter nacional:

- a) A pioneira ABERT, que foi fundada para orientar os donos das emissoras em seu posicionamento quando da criação do CBT, em 1962⁹⁴;

⁹³ Os irmãos Marinho estão entre os 10 maiores bilionários brasileiros. Segundo a Revista Forbes, Roberto Irineu Marinho, 70 anos, possui uma fortuna de 3,8 bilhões de dólares, ocupando, em 2017, a oitava posição no Brasil e 474ª no ranking mundial (Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/roberto-irineu-marinho/?list=billionaires>>); em igual posição e fortuna do irmão mais velho, está José Roberto Marinho, 62 anos (Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/jose-roberto-marinho/?list=billionaires>>); já João Roberto Marinho, 64 anos, acumula riqueza avaliada em 3,7 bilhões de dólares, ficando na 10ª posição entre os bilionários brasileiros e na 501ª no ranking mundial da Forbes. (Disponível em: <<https://www.forbes.com/profile/joao-roberto-marinho/?list=billionaires>>).

⁹⁴ Sobre a criação da ABERT, registra Emanuel Carneiro (2012, p. 1), em seu discurso, como presidente da entidade (2010-2012), no 26º Congresso da ABERT, em 2012, ano no qual o CBT completou 50 anos: “[...] O ano era 1962. O Brasil vivia um período de instabilidade institucional, radicalização política e crise econômica e financeira. Naquele ambiente conturbado, o Congresso Nacional aprovava o Código Brasileiro de Telecomunicações. O texto, encaminhado ao presidente João Goulart, recebera 52 vetos. O setor de radiodifusão se mobilizou contra os vetos presidenciais e, no dia 27 de novembro daquele ano, um grupo de empresários reunido no Hotel Nacional, nesta capital, decidiu criar uma entidade que representasse seus interesses. Nascia ali a Associação

- b) A dissidência da ABERT no ramo das emissoras evangélicas, a Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (ABRATEL) – 1999, liderada pela Record;
- c) A dissidência da ABERT entre as próprias emissoras comerciais, a Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA) – 2005, liderada por Bandeirantes, SBT e Rede TV!

Afora articulações como Instituto *Millenium* (IMIL), um braço do liberalismo internacional no Brasil, ligado à Câmara de Comércio dos Estados Unidos no Brasil, e Palavra Aberta,

[...] entidade criada a partir da iniciativa das associações das grandes empresas de comunicação do Brasil (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, Associação Nacional de Editores de Revistas – ANER e Agência Brasileira de Agências de Propaganda – ABAP), com o propósito de defender a “plena liberdade de idéias, pensamentos e opiniões” (SOUSA, 2013, p. 158, grifo do autor).

Todas se constituindo em exemplo de grande unidade de classe dessa *burguesia difusora* (SOUSA, 2013), mesmo na diversidade de interesses que possam emergir pela disputa do mercado das comunicações na mídia eletrônica de televisão.

Feitas essas duas observações, temos que, no Brasil, configurou-se o que o estudo *Os Donos da Mídia* (2009), do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM), classificou como quatro grandes *times* de *donos da mídia*, aquelas “[...] famílias que controlam as redes privadas nacionais de TV aberta e seus 138 grupos regionais afiliados, que são os principais grupos de mídia nacionais.” (HERZ, 2002, p. 2), relativos à propriedade de emissoras da mídia eletrônica de televisão, assim identificados:

- (I) Seis redes privadas nacionais (Globo, SBT, Record, Bandeirantes, Rede TV! e CNT) – trata-se do grupo com mais forte influência cultural e política;
- (II) Alguns grupos nacionais e regionais com presença econômica ou política expressiva, a exemplo da RBS (Rio Grande do Sul), dentre outros;
- (III) “[...] os grupos regionais afiliados às redes de TV que, via de regra, são os maiores e mais influentes nas suas regiões, justamente por suas relações sinérgicas com a mídia televisiva.” (HERZ, 2002, p. 3);

(IV) Grupos sem qualquer ligação com as redes de TV. Ou seja:

Pequenos 'donos da mídia' integrados por grupos regionais ou por veículos independentes não beneficiados por ligações com o elemento mais dinâmico do mercado, que é o segmento de TV. Estes operam regional e localmente, de forma independente das redes, jornais e emissoras de rádio, disputando as 'sobras do banquete'. Não são poucos os veículos desvinculados das redes de TV aberta: 436 jornais diários, 1.487 jornais com outras periodicidades, 1.460 emissoras de rádio AM e 1.225 de rádio FM, além de 59 emissoras de rádio em Onda Curta (OC) e 70 em Onda Tropical (OT). (HERZ, 2002, p. 3).

Tal mapeamento da propriedade dos canais de televisão confirmou traços característicos do sistema de concessões, entre os quais, consoante o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (1996, p. 13-14):

- a) Permanece válida a política de controle das concessões fundada sobre as *situações de fato*⁹⁵, geradas pelo primeiro time dos donos da mídia, as seis redes privadas nacionais, contrariando até mesmo normas vigentes;
- b) A política de *redes de TV* consolidada por fora da legislação vigente, com o estímulo até mesmo do Ministério das Comunicações;
- c) A exorbitância nos limites de propriedade para outorgas por parte dos grandes grupos;
- d) A oligopolização do sistema de comunicação de emissoras de televisão.⁹⁶

Consoante nossa pesquisa de mestrado,

A distribuição das outorgas de TV aberta pelas quatro maiores redes brasileiras era, em fevereiro de 2005, a seguinte: **Rede Globo** – 5 geradoras próprias, 96 geradoras filiadas, 19 retransmissoras próprias e 1.405 retransmissoras afiliadas; **Rede Bandeirantes** – 10 geradoras próprias, 23 geradoras afiliadas, 191 retransmissoras próprias e 234 retransmissoras afiliadas; **SBT** – 10 geradoras próprias, 37 geradoras afiliadas, 1749 retransmissoras próprias e 639 retransmissoras afiliadas; e **Rede Record** – 18 geradoras próprias, 18 geradoras afiliadas, 322 retransmissoras próprias e 216 retransmissoras afiliadas. (BOLANO; BRITTOS, 2005, p. 85, grifo dos autores).

E comparávamos que, dois anos depois, tais dados

[...] pouco se alteram no estudo de Murilo César Ramos e Suzy dos Santos (2007), apontando a distribuição seguinte: (a) Rede Globo – 92 geradoras,

⁹⁵ Fato destoante dessa lógica, que, como exceção, corrobora a regra, está anotado por Rebouças e Martins (2007, p. 4): “Um fato raro nas políticas de comunicação no país foi a criação da regulamentação da televisão antes mesmo de sua inauguração. Por meio da portaria nº 692, de 26 de julho de 1949, foram estabelecidas as normas para a utilização da frequência VHF, o que definia o modelo de 12 canais para o serviço de televisão. O lançamento da TV Tupi de São Paulo só ocorreria em 18 de setembro de 1950 por conta do empresário Assis Chateaubriand”.

⁹⁶ Nesse ínterim, o que perdemos foi a manutenção da página do projeto *Os Donos da Mídia*, que tabulava esses dados de propriedade a partir das variáveis escolhidas pelo pesquisador. O site está fora do ar.

1369 retransmissoras; (b) SBT – 46 geradoras, 669 retransmissoras; (c) Rede TV – 30 geradoras próprias, 481 retransmissoras; (d) Rede Record – 36 geradoras próprias, 409 retransmissoras; (e) Rede Bandeirantes – 11 geradoras, 167 retransmissoras. (DOUGLAS, 2011, p. 53).

Estudo do pesquisador Bruno Marinoni Ribeiro de Sousa para a Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), em 2015, confirma a manutenção desse cenário:

- a) **Globo** – “[...] engloba hoje 123 emissoras, em 5.490 municípios (98,56%) e atinge 202.716.683 habitantes (99,51%). Dessas concessões, apenas cinco são próprias do Grupo Globo, sendo que 118 são de outros grupos.” (SOUSA, 2015, p. 9);
- b) **SBT** – “[...] possui no total 114 emissoras de televisão, 8 próprias (embora o nome da família Abravanel conste na lista de sócios de 9), cobre 97% do território, 190 milhões de pessoas.” (SOUSA, 2015, p. 9);
- c) **Record** – “[...] 108 emissoras, das quais 12 são próprias.” (SOUSA, 2015, p. 9);
- d) **Bandeirantes** – “[...] possui 49 emissoras, 14 próprias, e cobre 3.572 municípios, atingindo 181 milhões de habitantes (89% da população).” (SOUSA, 2015, p. 9);
- e) **Rede TV!** – com “[...] 40 emissoras, 5 próprias.” (SOUSA, 2015, p. 9).⁹⁷

Passada mais de uma década dos dois levantamentos (BOLAÑO; BRITTOS, 2005; RAMOS; SANTOS, 2007), os registros na ANATEL mantêm a mesma configuração geral do controle das concessões de canais de televisão no Brasil. A estruturação do setor não mudou, em que pese divergências acentuadas na evolução dos dados de propriedade relativos ao SBT, à Record e à Bandeirantes. Como anota o pesquisador, “[...] as redes são verdadeiras extensões do controle por parte das cabeças-de-rede, sem incorrer na ilegalidade do excesso de propriedade direta, disfarçando o oligopólio nacional.” (SOUSA, 2015, p. 9). E, no tocante à propriedade das emissoras,

A distribuição da propriedade entre familiares, estruturada por relações de solidariedade e dominação no interior das famílias, além de cumprir o papel de escamoteadora do vínculo proprietário entre chefes de família e seus

⁹⁷ Em relação aos dois levantamentos anteriores, o fato novo é a entrada da Rede TV! no time das redes nacionais, ainda que com pouco peso em número de emissoras. Registre-se também a criação da Empresa Brasileira de Comunicação, pela Lei nº 11.652/2008, que passa a reunir 50 emissoras de TV públicas, das quais quatro próprias.

veículos de comunicação, soma-se com a hereditariedade da propriedade privada em sociedades capitalistas, como a brasileira, para configurar as feições “familistas” da burguesia radiodifusora brasileira. Nesse caso, as gerações se sucedem e comprovam, pela transferência das concessões, a apropriação privada do bem público. (SOUSA, 2015, p. 10, grifo do autor).

Esses elementos, acrescidos aos fatores culturais, como o analfabetismo e hábitos arraigados gerados pelas facilidades de acesso à mídia eletrônica, e fatores econômicos, como a falta de poder aquisitivo (decorrente da concentração da renda), resulta na hipertrofia da TV em detrimento dos demais meios, em especial a mídia impressa. A predominância da televisão leva à constituição de um mercado tendencialmente concentrado e oligopolizado. Assim: “O Brasil não dispõe de uma verdadeira política de comunicações, existindo apenas regulamentações de segmentos específicos e especialmente de aspectos técnicos.”⁹⁸ (FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 1994, p. 14). E mais:

A maioria destas regulamentações está defasada, possibilitando a proliferação de situações “de fato”. A inexistência de uma consistente política de comunicações esvazia a política de telecomunicações e emascula a política de cultura do que deveriam ser seus principais instrumentos, além de comprometer os benefícios que as comunicações poderiam proporcionar às áreas da educação, saúde, agricultura, entre outras. (FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 1994, p. 14, grifo do autor).

É nesse contexto que a televisão nasce, cresce e se consolida no Brasil. Cujo modelo é majoritariamente nacional, comercial e privado. O que se tem no plano local é a disponibilidade de uma parte, bem pequena, da grade de programação transmitida nacionalmente com espaços a serem preenchidos, sobretudo com publicidade, pela emissora local.

A primeira TV brasileira foi a TV Tupi de São Paulo, inaugurada em 18 de setembro de 1950⁹⁹, do empresário Assis Chateaubriand, dono da maior organização jornalística de sua época: os Diários Associados. Registra a PRÓ-TV –

⁹⁸ Boa parte desses decretos e legislação dispersos se orienta pelas bases conceituais firmadas na Convenção Internacional de Telecomunicações de *Atlantic City*, em 1947, revista em Buenos Aires, em 1952, e ratificada pelo Brasil, em 1991, por meio do Decreto nº 70, de 26 de março de 1991. Nele, (i) Telecomunicação é toda transmissão, emissão ou recepção de símbolos, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de toda natureza, por fio, radioeletricidade, sistemas óticos ou outros sistemas eletromagnéticos; e (ii) Radiodifusão: Serviço de radiocomunicação cujas transmissões destinam-se à recepção direta pelo público em emissões de televisão ou outros gêneros de transmissão. (BRASIL, 1991).

⁹⁹ “[...] por causa de débitos financeiros, a emissora encerrou suas atividades em 1989, mediante um processo de desapropriação movido pelo governo federal. O ‘espólio’ da TV Tupi foi repartido pelo governo Figueiredo para a formação da Rede Manchete e SBT”. (SCORSIM, 2007, p. 38, grifo do autor).

Associação dos Pioneiros, Profissionais e Incentivadores da Televisão Brasileira (2011, grifos do autor):

Assis Chateaubriand, no Brasil, dono do maior império de emissoras de rádio e jornais, ficou sabendo da novidade e foi aos Estados Unidos, disposto a implantar a televisão no país. Procurou **David Sarnoff**, diretor da RCA, que disse ao brasileiro: “Televisão não é para um país pobre como o seu”. Ao que Chateaubriand irritado, respondeu: “Fique sabendo, mister, que não vou comprar uma, mas duas. Uma instalarei em São Paulo [...]. E a 2ª, na cidade do Rio de Janeiro. Uma da RCA. Outra da G.E.” Em 18 de janeiro de 1950, Chateaubriand inaugurou a TV Tupi em São Paulo e, em 21 de janeiro de 1951, a TV Tupi do Rio de Janeiro.

Em seguida, vieram a TV Paulista, em 1951, a TV Record de São Paulo, em 1953, e a TV Rio, em 1955. “Não havia o conceito de ‘rede de televisão’: cada cidade exibia sua própria programação, para o mercado local.” (AMORIM, 2015, p. 76). Em 1956, Chateaubriand inaugurou mais nove estações de TV, com o objetivo de implantar uma antena transmissora em cada grande cidade do país. A primeira emissora de TV no Nordeste, afiliada da TV Tupi, ele inaugurou no dia 19 de novembro de 1960, em Salvador (BA) – TV Itapoan, canal 5. Para expandir seus negócios na área da televisão, o empresário aproveitou-se desse período¹⁰⁰, no qual inexistia “[...] qualquer regulamentação que observasse a possibilidade de monopólio e/ou a propriedade cruzada dos meios, as regulamentações existentes já não davam conta de acompanhar o crescimento rápido do empresariado do setor.” (REBOUÇAS; MARTINS, 2007, p. 5). Em 1960, entrou em operação a TV Excelsior, com capital do Grupo Simonsen¹⁰¹.

É a partir da segunda metade década de 1960 que o Estado aparece mais forte nas políticas de comunicações, ainda assim para apoiar um empreendimento privado de emissora nacional de televisão, a Rede Globo, criada em 26 de abril de 1965.

É no período da Ditadura Militar (1964-1985) que a televisão será compreendida como instrumento não só econômico, mas também ideológico-político. No seu projeto de País, o regime dos generais impôs – mesmo contra seus aliados liberais no setor empresarial de comunicação (a

¹⁰⁰ Como comenta Paulo Henrique Amorim (2015, p. 71): “Com o fim da guerra, a televisão comercial estourou. E não demorou a chegar ao Brasil, graças à visão, à ousadia e à safadeza do empresário Assis Chateaubriand”. À visão, o autor referia-se ao fato de trazer a televisão para um país que não tinha aparelhos e nem fábrica de televisores. À ousadia, o autor referia-se ao fato de as chances de perder dinheiro eram muito grande àquela época, pois, nos Estados Unidos, de 107 estações, apenas 54 obtiveram lucro em 1950. À safadeza, tratava-se das peripécias de Chateaubriand para burlar a burocracia e utilizar seu poderio midiático para o Estado para bancar seus negócios, e, assim, multiplicar seu poder político, “[...] afinal, nas palavras de Assis Chateaubriand, ‘jornal, rádio e TV são um instrumento político’.” (AMORIM, 2015, p. 77, grifo do autor).

¹⁰¹ A TV Excelsior fechou no de 1970, por razões financeiras. Por ser janguista, não teve socorro do governo militar e foi sufocada pelas dívidas.

exemplo de João Calmon – deputado federal e diretor dos Diários e Emissoras Associados e presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão) – a criação da Rede Globo de Televisão, de Roberto Marinho, sob financiamento estrangeiro e em associação, então inconstitucional, com o grupo americano *Time-Life*. Na Rede Globo, o regime militar via a construção da identidade nacional do Brasil, unificando o território brasileiro pela primeira experiência de televisão em rede que dispunha a construir no País. Estratégia estatal com recursos privados estrangeiros e em associação com o setor privado dócil e integrado ao projeto militar. (DOUGLAS, 2011, p. 15).

Scorsim (2007) anota que a organização da televisão brasileira sofreu forte influência do regime militar (1964-1984) em razão de diversos fatos. Em retrospectiva histórica, ele elenca os principais acontecimentos ocorridos durante os governos militares:

General Castelo Branco (1964-1966) – criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações – Embratel e encerramento amigável da CPI referente ao contrato *TimeLife* com a Rede Globo de Televisão; General Costa e Silva (1966-1968) – edição do Ato Institucional nº 05, que fechou o Congresso Nacional e suprimiu direitos políticos, e o Ato Institucional nº 08, que restringiu a liberdade de expressão no País; General Emílio Garrastazu Médici (1969-1973) – ocorrência do milagre econômico brasileiro e imposição da censura aos principais jornais e emissoras de rádio e de televisão, com a morte de jornalistas, transmissão nacional ao vivo e a introdução da televisão em cores; General Geisel (1974-1978) – instituição da Radiobrás com o objetivo de melhor utilização das empresas de transmissão operadas pelo governo e o início do processo de distensão política para entrega do poder aos civis e, finalmente, general João Batista Figueiredo (1979-1984) – alvo de críticas da própria televisão. (SCORSIM, 2007, p. 43).

No cenário da estratégia definida pelos governos militares para o setor, surgem novas emissoras nacionais de televisão, agrupamentos empresariais disputando nichos de mercado com a Globo, mas em completa adequação aos interesses do governo federal. É dessa forma que são criadas: em 1967, a TV Bandeirantes (do empresário João Saad) – voltando para o público esportivo, sobretudo; em 1974, o SBT do empresário Silvio Santos – focando em programais mais populares; em 1983, a TV Manchete, do grupo editorial Adolpho Bloch (Revista Manchete). Dessas, apenas a TV Manchete, por problemas de gestão administrativa, encerrou suas atividades, na década de 1990.¹⁰²

Como vimos, no período da Nova República, as concessões de canais de televisão orbitam em torno dos interesses políticos do governo Sarney. Nenhuma emissora nacional surge com impacto no cenário, mas diversas emissoras regionais

¹⁰² Mattos (2002), ao tratar da história da TV brasileira, classifica-a nas seguintes fases: elitista (entre 1950 e 1964), populista (1964- 1975), de desenvolvimento tecnológico (1975-1985); de transição e expansão internacional (1985- 1990); de globalização e da TV paga (1990-2000); e de convergência e da qualidade digital (iniciada a partir de 2000).

e locais são criadas, acomodando-se nos interesses das redes nacionais consolidadas¹⁰³. Nesse período, confirma-se o modelo organizacional pelo qual as redes de televisão se formam por estações geradoras, estações retransmissoras e estações repetidoras¹⁰⁴. A primeira é outorgada mediante concessão, enquanto a segunda e a terceira recebem autorização. Ressalvadas as emissoras geradoras exploradas diretamente pela União, cada estação retransmissora só poderá retransmitir os sinais de uma única geradora. Dessa maneira,

As redes se organizam local, estadual, regional e nacionalmente. Porém, cada geradora opera em uma localidade, não havendo no modelo brasileiro licenças de abrangência nacional. Para serem assistidas em outros lugares, as geradoras precisam das repetidoras, retransmissoras e outras geradoras, do mesmo grupo ou de parceiros – as emissoras afiliadas. Assim, “cabeça de rede” e afiliadas são ambas estações geradoras, que se unem para a veiculação da mesma programação básica montada pela “cabeça de rede”. [...] Essa estratégia apresenta vantagens para os dois lados. As “cabeças de rede” não precisam investir em infraestrutura para fazer a sua programação chegar a todo o território nacional, mas gozam dos efeitos positivos de sua penetração ao vendê-la aos anunciantes, amortizando seus custos de produção, e se fortalecem em seu potencial de formação da opinião. As afiliadas investem local ou regionalmente e se credenciam a transmitir uma programação que atrai audiência e que não teriam condições de produzir em seus estúdios. (ALIMONTI, 2014, p. 149-150, grifos da autora).

A partir da década de 90 do século XX, um fenômeno novo surge no cenário da televisão brasileira: a entrada das igrejas nesse campo – tanto a católica quanto as evangélicas. O início do processo se deu com a compra da TV Record, em 1989, pela Igreja Universal do Reino de Deus, liderada por Edir Macedo. Prossegue com a instalação da Rede Vida de Televisão, em 1995, ligada à Igreja

¹⁰³ André Almeida (1993) classifica as emissoras de TV brasileiras em três categorias: aquelas ligadas a uma das redes nacionais privadas; as independentes, consideradas emissoras locais ou regionais; e as emissoras públicas que exibem programação predominantemente educacional e cultural. Dessa classificação, destacamos as públicas como, realmente, categoria à parte, e que não aprofundamos neste estudo. As duas primeiras, apresentam problemas nessa divisão, tanto ao termo *independentes*, por exemplo, como se fossem uma categoria diferenciada das privadas e das públicas.

¹⁰⁴ Tal organização mantém-se intocável e é, inclusive, confirmada em sua estruturação no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, na edição do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, corroborando outro decreto de 1962, regulando o serviço de retransmissão de televisão, dentre outras, com as seguintes definições: “Art. 6º. [...] I - Estação Geradora de Televisão: é o conjunto de equipamentos, incluindo os acessórios, que realiza emissões portadoras de programas que têm origem em seus próprios estúdios; II - Estação Repetidora de Televisão: é o conjunto de receptores e transmissores, incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar os sinais de sons e imagens oriundos de uma estação geradora, recebidos diretamente dessa geradora ou de outra repetidora, terrestre ou espacial, de forma a possibilitar seu transporte para outra repetidora, para uma retransmissora ou para outra geradora de televisão; III - Estação Retransmissora de Televisão: é o conjunto de receptores e transmissores, incluindo equipamentos acessórios, capaz de captar sinais de sons e imagens e retransmiti-los, simultaneamente ou não, para recepção pelo público em geral.” (BRASIL, 2005).

Católica. No âmbito do Estado, o projeto neoliberal, posto em implantação entre os governos Collor de Melo e FHC, também não tocou na estruturação das concessões de canais de televisão¹⁰⁵.

O governo Collor de Mello extinguiu, em 1990, o Ministério das Comunicações, incorporando-o ao Ministério da Infra-Estrutura que, em 1991, tornar-se-ia Ministério de Transportes e Comunicações. Em 1995 foi criada a Lei do Cabo - Lei nº 8.977, de 6 de janeiro - que abriu 49% do mercado para empresas estrangeiras e classificou o serviço como de telecomunicações. A Lei foi criada no contexto da implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado em 1995, que se apoiava na tese de que o Estado estava em crise e que precisava de reformas para garantir autonomia financeira e retomar a capacidade de implementar políticas públicas.

O Plano Diretor ressaltava como pontos prioritários:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995, grifo do autor).

Tal reforma tratou-se de “[...] nova tentativa de aplicação do modelo de administração gerencial.” (SILVA, 2003, p. 83) – experiência anterior ocorrera na década de 1960. Mas, sob essa orientação neoliberal, o Plano Diretor almejava criar uma nova estrutura de organização do Estado brasileiro, redefinindo áreas de atuação, tais como: Núcleo estratégico – setor que define as leis e as políticas públicas, e cobra o seu cumprimento; Atividades exclusivas – são os serviços que só o Estado pode realizar (cobrança e fiscalização dos impostos, polícia, dentre outros); Serviços não exclusivos – o Estado atua juntamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas; produção de bens e serviços para o mercado – correspondente à área de atuação das empresas. (BRASIL, 1995).

O governo, em seu projeto de “reconstrução do Estado”, identificou quatro grandes problemas que o Estado brasileiro devia enfrentar: o tamanho do Estado; a necessidade de redefinição do papel regulador do Estado; a recuperação da *governança*; a *governabilidade*. [...] Para tanto, realizou programas de infra-estrutura em parceria com a iniciativa privada; os

¹⁰⁵ Só na Amazônia legal, o governo Fernando Henrique (PSDB) “[...] autorizou 90 retransmissoras para grupos católicos e 49 para denominações evangélicas. Seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, do PT, autorizou 76 canais católicos e oito evangélicos na região.” (LOBATO, 2017, p. 31).

programas sociais foram descentralizados administrativamente para as esferas subnacionais e em parceria com as ONGs; e **o controle das políticas estatais foi transferido das instâncias colegiadas para as agências reguladoras.** (SILVA, 2003, p. 80, grifos nossos).

A tentativa de ministro das Comunicações Sérgio Motta (PSDB) de modernizar o sistema nacional de comunicações não foi à frente – ele defendeu a criação de uma nova Lei Geral das Comunicações. O governo priorizou a privatização do sistema Telebrás. Em 1997, FHC promulgou a Lei Geral das Telecomunicações - Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Ela substituiu muitas atribuições do Código de 1962 e criou a ANATEL, que regulamenta e fiscaliza o setor das telecomunicações, tangenciando qualquer alteração na política de radiodifusão. “[...] Mesmo que recortados por legislações posteriores, o CBT e o Decreto n. 52.795/1963 são ainda os principais instrumentos legais relacionados ao serviço de radiodifusão, tendo sobrevivido à reforma do setor de telecomunicações.” (ALIMONT, 2014, p. 77).

A ANATEL é fruto dessa concepção trazida no Plano Diretor da Reforma do Estado, que transfere o controle do Estado sobre as políticas estatais para agências reguladoras. No setor de comunicações, extinguem-se as delegacias do Ministério das Comunicações nas unidades da federação, substituindo-as por 11 gerências regionais da ANATEL, que passam a exercer o papel de fiscalizadores das políticas nos estados.

E, já no governo petista, a ANATEL é reforçada nesse papel gerencial e, por meio do Termo de Cooperação nº 02, de 19 de junho de 2012, o próprio Ministério das Comunicações – sob gestão de Paulo Bernardo Silva, rotulado pelos movimentos pela democratização da comunicação como um petista a serviço dos interesses das grandes emissoras de televisão –, transfere à ANATEL, e esta, a seus escritórios regionais, competência e atribuições no tocante:

- (i) À “[Cláusula primeira] prática de atos necessários à análise de processos técnicos de engenharia nos procedimentos de pós-outorga dos serviços de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares.” (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2012, p. 9);
- (ii) Ao exercício da competência delegada do Ministério das Comunicações à ANATEL, na cláusula primeira, para:

[Cláusula quarta] [...] instrução e decisão em processos referentes aos seguintes assuntos:
I - licenciamento de estações;

II - alteração de local de instalação das estações;
 III - alteração de frequência ou canal de operação;
 IV - alteração de características técnicas;
 V - mudança de transmissor e/ou sistema irradiante;
 VI - alteração do local do estúdio;
 VII - enquadramento em novas características de plano básico;
 VIII - aumentos de potência; e
 IX - mudança de classe. (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2012, p. 11, grifo do autor);

(iii) Por um período de dois anos, renováveis por sucessivos períodos.
 (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2012, p. 12).

O Ministério das Comunicações perde força de fiscalização e, na pulverização de suas atribuições aos escritórios da ANATEL, tem-se o inverso do pretendido pelo Plano Diretor, idealizado pelo ideário neoliberal: nem o Estado controla, nem a agência reguladora fiscaliza. Vejamos a composição do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações:

Quadro 1 - Membros do Conselho Diretor da ANATEL

Cargo	Mandato	Conselheiro	Formação	Vínculo
1. Conselheiro-Presidente	06 abr. 2016 a 04 nov. 2018	Juarez Martinho Quadros do Nascimento	Engenheiro eletricista. Servidor de carreira do sistema Telebrás.	Nomeado por Michel Temer. Foi Ministro das Comunicações (Gov. FHC). Foi conselheiro do Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite.
2. Conselheiro	14 dez. 2016 a 04 nov. 2021	Leonardo Euler de Morais	Economista. Servidor de carreira da ANATEL.	Nomeado por Michel Temer. Ligado a Maguito Vilela (PMDB/GO).
3. Conselheiro	16 nov. 2017 a 04 nov. 2022	Emmanuel Campelo de Souza Pereira	Advogado. Professor de Direito Processual Civil do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).	Nomeado por Michel Temer.
4. Conselheiro	23 nov. 2015 a 04 nov. 2020	Otávio Luiz Rodrigues Júnior	Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP	Nomeado por Dilma Rousseff.
5. Conselheiro	1º out. 2015 a 04 nov. 2019	Aníbal Diniz	Historiador e jornalista. Foi Senador e secretário de Comunicação no Governo do Acre	Nomeado por Dilma Rousseff. Ligado ao Senador Jorge Viana (PT/AC).

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de informações no site da ANATEL (AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, 2017).

No quadro acima, sistematizamos a composição do Conselho Diretor da ANATEL: os cinco membros do conselho, período de início e término do mandato de cada um deles, a formação universitária e profissional desses integrantes, por qual chefe do Poder Executivo eles foram nomeados e, sempre que possível identificar – em dois deles as conexões partidárias não ficaram tão explícitas quantos nos demais – anotou-se os vínculos políticos que os conduziram ao conselho da agência. Nesse quadro, fica evidenciado como a ANATEL está capturada pelos interesses empresas de telecomunicações e de pouca mudança na regulação do setor para fins de sua democratização.

Das três indicações feitas pelo governo Michel Temer: o presidente da agência é oriundo de uma das entidades que articula o setor, o Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (SINDISAT); na outra, pelo currículo informado no site da própria agência, não possui qualquer viés técnico à área de comunicações e possui vínculo a instituição de ensino cujo sócio fundador é o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes; e a terceira, embora seja de técnico concursado da agência, teve sua indicação chancelada pelo cacique do PMDB/GO, ex-senador Maguito Vilela, prefeito da cidade de Aparecida (GO), do Deputado Federal Daniel Vilela (PMDB/GO) e do secretário de Governo da Prefeitura de Aparecida, Euler Moraes, pai do conselheiro indicado para a agência.

Um dos principais argumentos para a criação das agências era possibilitar uma gerência técnica da fiscalização das políticas do Estado, distante de influência político-partidária. Como se vê, na ANATEL prevalece não só a indicação política, como o distanciamento de indicações de qualquer representação advinda de organizações de trabalhadores ou articulações de debate pela democratização das políticas de comunicação. E, assim, a política das concessões de canais de televisão e rádios, bem como de rádios comunitárias, nem avança no âmbito do Ministério das Comunicações, redimensionado para Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), sob o governo Michel Temer, nem é prioridade no Conselho Diretor da ANATEL.

As rádios comunitárias, regulamentada pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, por sua vez, têm sido asfixiadas na sua pretensão de possibilidade de espaço democrático, de livre comunicação de comunidades, organizações, desde os limites impostos a seu financiamento, uso de patrocínio, limite de potência de transmissores e, lentamente, sofrendo um processo de

prefeiturização, tomadas por políticos locais, quando não por interesses meramente comerciais ou religiosos. Para este setor, a ANATEL tem sido apenas instrumento de fiscalização repressiva das rádios comunitárias e não regulamentadas.

Assim, após essa reforma do Estado pelo governo de FHC (1995-2002), viabilizou-se a entrada do capital estrangeiro no capital das empresas de comunicação (com a Emenda Constitucional 36/2002)¹⁰⁶, mas “[...] não se mexe na TV de massa, na radiodifusão, âncora do poder econômico, político e simbólico das oligarquias nacionais e locais.” (SCORSIM, 2007, p. 47).

Do final dos anos 1990 até os dias de hoje não existe concretamente muitas mudanças no que diz respeito à legislação de comunicação no Brasil. Continuam em vigor as leis e o jogo de interesses que historicamente fortaleceram o sistema comercial. Em 2002, com a chegada ao poder [de] [...] Luiz Inácio Lula da Silva as expectativas de mudanças cresceram, mas nada foi, até então, de fato, concretizado. (REBOUÇAS; MARTINS, 2007, p. 08).

Por sua vez, os governos petistas também não alteraram as regras que configuraram o setor da radiodifusão brasileira. Ao contrário, no uso da verba publicitária de órgãos diretos da Administração e das vinculadas às empresas estatais,

Somente os governos petistas (2003-2014) injetaram um total de R\$ 6,24 bilhões na Globo, R\$ 2 bilhões na Record e R\$ 1,6 bilhões no SBT. O montante do gasto com a TV Globo quase dobrou em 2013 se comparado com os últimos anos FHC, mas se em 2002 a emissora abocanhava um total de 52% do que foi gasto com TV, no fim do primeiro mandato Dilma (2014) esse total foi reduzido para 36%. O ponto máximo dessa política concentradora se deu no primeiro ano do governo Lula, quando esse número chegou a 59%. [...] Esses valores explicitam uma faceta da relação entre Estado e o oligopólio, que praticamente faz sumirem as afiliadas e aquelas que não participam de uma rede. **Os cinco maiores grupos absorvem, em média, 82% da verba oficial de publicidade de TV.** (SOUSA, 2015, p. 12, grifo do autor).

Uma observação à respeito do caráter de classe das cinco maiores redes de televisão, especialmente a Rede Globo: ainda que tenha recebido a maior parte desses 82% da verba oficial de publicidade para a TV paga pelo governo Lula da Silva, a Globo não poupou o ex-presidente na chama *Operação Lava Jato*. O próprio

¹⁰⁶ A Emenda Constitucional nº 36, de 28 de maio de 2002 foi promulgada pelo Congresso Nacional, no dia 28 de maio de 2002. Ela modificou o art. 222º da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), trazendo as seguintes inovações: (i) permitiu a participação de capital estrangeiro nas empresas do setor de comunicação até o limite de 30% do capital social, incluindo o direito a voto; e (ii) autorizou pessoas jurídicas a deterem o controle acionário dos veículos de comunicação. Antes, o art. 222º da CRFB estabelecia que as empresas de jornal, rádio e televisão só podiam ter como proprietários pessoas físicas, brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e também a participação de pessoas jurídicas limitava-se ao percentual de 30% do capital social, sem direito a voto, e restringia-se exclusivamente a brasileiros.

ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva denunciou, em seu interrogatório ao juiz Sérgio Moro¹⁰⁷, na ação penal 506.31.30/17, na qual foi acusado de aceitar propina da Odebrecht por meio da compra de um terreno para o Instituto Lula e de um apartamento em São Bernardo do Campo (SP), a ação política coordenada contra ele pelas organizações Globo, por meio de seus dois principais veículos, Rede Globo de televisão e o jornal O Globo:

Ao longo de um ano, o Jornal Nacional dedicou 18 horas e 15 minutos para falar mal de mim!

[...]

O senhor se baseia muito no Globo, doutor Moro [...]. Na minha condenação, o senhor cita o jornal O Globo 15 vezes, e não cita acho que cinco testemunhas minhas que vieram aqui. (LEIA..., 2017).

O fato é que, no período petista no Palácio do Planalto, as emissoras de televisão receberam enormes recursos publicitários do governo, na mesma proporção paga nos dois últimos anos do governo tucano¹⁰⁸. Entre 2000 e 2012, a Globo recebeu 54,7% do total repassado, somando as verbas da administração direta e indireta. A seguir, os valores pagos às emissoras de televisão, segundo a SECOM:

¹⁰⁷ O depoimento na íntegra de Lula ao juiz Sérgio Moro nessa ação, no dia 13 de setembro de 2017, está disponível no site da UOL (LEIA..., 2017).

¹⁰⁸ Fato grotesco dessa relação entre Lula e Rede Globo é narrado por José Paulo Netto: “Quando Leonel Brizola - que foi companheiro de chapa de Luís Inácio Lula da Silva, numa das eleições em que concorreram - falece no Rio de Janeiro, o presidente Lula não vai ao funeral. Manda uma delegação de quinto nível e esclarece que não ia ao Rio porque temia atos hostis. Direito do presidente da República. Meses depois, quando morreu o Roberto Marinho, o presidente Luís Inácio Lula da Silva foi ao funeral e levou consigo 26 ministros. Esse é um claro exemplo de que no Brasil, apesar do ódio da elite pelo povo, parte significativa da massa do povo e seus representantes, quando surge uma oportunidade, faz compromisso com essa elite. **Mas o troco é inevitável!**”. (ANÁLISE... 2016, grifo do autor).

Figura 5 - Verba publicitária federal destinada à televisão

Propaganda estatal federal - emissoras de TV					
<i>(valores em R\$)</i>					
Emissora	2012			2000 a 2012	
	Valor em 2012 (*)	% sobre total gasto com TVs em 2012	Audiência da emissora em 2012 (**)	Valor total acumulado de 2000 a 2012 (*)	% sobre o total recebido desde o ano 2000
Globo	495.270.915,28	43,98%	43,70%	5.863.488.865,02	54,7%
Record	174.382.548,15	15,49%	14,30%	1.571.067.107,79	14,7%
SBT	153.552.688,48	13,64%	12,20%	1.643.631.418,59	15,3%
Band	100.549.938,34	8,93%	5,40%	913.779.773,38	8,5%
Rede TV!	39.777.101,16	3,53%	1,70%	371.837.027,61	3,5%
Demais emissoras	49.563.103,30	4,40%		556.084.890,32	5,2%
TV fechada	112.953.614,07	10,03%		737.712.200,05	6,9%
Total geral	1.126.049.908,78	100%	100%	10.716.883.603,20	100,0%
(*) Dados fornecidos pelo Instituto para Acompanhamento da Publicidade (IAP), usados pela Secom para monitorar esses gastos. Os valores estão indexados pelo IGPM-FGV.					
(**) Ibope PNT - Média anual - Target: ABCDE 18+, Ambos os sexos, faixa horária: 6h às 24h					
Fonte: Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República)					

Fonte: RODRIGUES, F. Dilma cortou R\$ 591,5 milhões do gasto com propaganda federal em 2015.

Blog do Fernando Rodrigues, [S. l.], 6 maio 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/05/06/dilma-cortou-r-5915-milhoes-do-gasto-com-propaganda-federal-em-2015/>>. Acesso em: 6 maio. 2016.

Isso de uma verba destina à televisão cujo ápice se deu em 2013, totalizando de mais de R\$ 474 milhões, conforme a seguir.

Figura 6 - Verba publicitária federal por meio de comunicação (2000 a 2015)**INVESTIMENTO EM MÍDIA - GOVERNO FEDERAL (Poder Executivo)**

Total Geral - Administração Direta (Todos os Órgãos) + Indireta (empresas que não concorrem no mercado)

Meios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
TELEVISÃO	317.127.047,67	313.612.718,60	282.915.575,70	175.189.368,38	271.655.894,59	276.596.623,62	265.079.558,72	232.597.831,16	303.854.160,28	526.565.993,68	519.712.150,62	368.656.763,02	454.926.543,65	537.370.932,23	419.250.824,95	293.484.065,26
JORNAL	85.463.057,88	87.063.182,80	66.037.990,14	27.079.597,94	54.679.287,00	63.968.563,82	49.538.175,64	60.578.063,23	65.811.521,19	115.418.656,72	63.542.699,40	80.563.632,39	72.563.211,78	79.119.346,96	42.779.333,75	34.065.740,17
RÁDIO	74.218.129,25	90.949.226,96	58.873.656,33	55.408.417,78	55.303.031,57	78.575.582,87	84.808.138,12	69.911.566,72	77.540.160,88	117.424.409,50	99.130.330,52	92.332.659,22	108.472.704,06	119.156.409,73	94.974.719,63	62.391.946,38
REVISTA	52.846.233,01	46.198.555,17	44.713.744,12	21.861.732,34	29.554.438,80	30.522.389,31	22.541.900,59	30.230.411,51	40.839.256,12	83.756.444,52	58.822.379,72	59.547.964,03	76.246.740,56	54.025.403,16	33.948.861,47	16.541.253,56
INTERNET	2.054.362,42	11.032.467,13	6.091.222,49	3.243.764,42	3.272.545,77	7.302.467,71	7.519.011,31	13.738.103,91	16.710.254,06	39.918.986,64	30.789.059,58	50.763.194,66	61.623.203,28	96.159.592,98	89.957.963,24	86.384.317,06
CINEMA	4.005.569,28	3.610.608,98	7.900.184,85	538.630,94	2.102.817,30	733.630,33	1.363.001,62	3.664.801,78	5.124.357,44	10.185.738,20	4.498.542,88	5.035.796,26	6.350.731,39	2.833.713,18	4.967.255,31	6.057.650,29
MÍDIA EXTERIOR	28.344.034,15	31.352.542,55	15.974.344,75	13.371.713,74	30.484.529,44	15.255.064,82	39.894.293,17	20.884.646,80	34.737.157,10	81.500.868,66	91.889.825,26	83.333.856,28	139.143.530,86	116.659.545,12	88.812.164,71	44.783.193,39
TOTAL GERAL	584.058.433,65	583.819.302,20	482.506.718,38	296.693.225,55	447.052.544,47	472.954.322,49	470.744.079,17	431.605.425,11	544.616.867,07	974.771.097,92	868.384.987,98	740.233.865,87	919.326.665,59	1.005.324.943,35	774.691.123,05	543.708.166,11

Notas:

1) Valores correntes de investimentos em Mídia (veiculações) obtidas pelo processamento de cópias de pedidos de inserção (Pis) e indexados

pelo índice IGPIM-FGV: índice médio, ano a ano. Índice médio do ano base 2015: 586,426;

2) Base de dados fornecida pelo IAP - Instituto para Acompanhamento da Publicidade, atualizada em 20/04/2016;

3) Os valores não incluem: publicidade legal, produção e patrocínio;

4) Os valores de 2015 são correntes (nominais).

Fonte: (RODRIGUES, 2016).

No setor em que predomina o controle familiar da propriedade das concessões, esse montante de recursos da verba oficial de publicidade é quase que uma transferência para aqueles que controlam a concessão porque são políticos, e são políticos porque são ricos, e são ricos porque controlam a concessão:

O vínculo entre a concentração do poder político direto e dos meios de produção ideológica pelos mesmos indivíduos não é um fenômeno da história passada. Apesar da proibição expressa no Artigo 54 da Constituição, 44 dos 594 congressistas (senadores e deputados federais) da atual legislatura possuem outorgas de radiodifusão em seu nome. Esses são apenas os documentados, não englobando os que se utilizam de laranjas. Esse número aumentaria bastante se o levantamento abrangesse também as casas legislativas estaduais e municipais, assim como os Poderes Executivos. (SOUSA, 2015, p. 16).

Assim, então, que a hipertrofia do setor comercial-privado é o aspecto “[...] mais fundamental da concentração dos meios de comunicação no Brasil a se destacar, pois a esmagadora hegemonia dos agentes do mercado define a estrutura da comunicação que conhecemos hoje no país.” (SOUSA, 2015, p. 9). Da Nova República (governo José Sarney, 1985-1990) ao governo Michel Temer (2016-), passando pelos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), pouco mudou na relação do Estado brasileiro, à serviço dos interesses privados da burguesia radiodifusora, com as políticas públicas de comunicação. Em troca, por sua vez, a televisão, sob a hegemonia oligárquica controladora das concessões desde 1950, manteve intenso apoio à legitimação do governo de plantão e sua ideologia – à exceção do primeiro ano do segundo governo Dilma Rousseff, em que a mídia tornou-se instrumento de desestabilização do governo petista.

Enfim, uma completa hegemonia oligárquica no controle das concessões dos canais de televisão por parte de uma “[...] fração da burguesia nacional, que atua diretamente no ramo da radiodifusão, [que] já se reconhece como classe desde antes da conformação das atuais redes de televisão.” (SOUSA, 2015, p. 16).¹⁰⁹

Como vimos, da simbiose entre interesses privados e relações de poder no Estado, nasceu e cresceu o sistema de televisão brasileiro. No Maranhão, não foi diferente. Esse processo se expressou mais fortemente quando inaugurada, em 09

¹⁰⁹ Referimo-nos aqui aos 52 vetos do governo João Goulart que os proprietários de televisão derrubaram quando da criação do CBT, em 1962.

de novembro de 1963, a TV Difusora, a primeira emissora maranhense de televisão. Ela nasceu perfeitamente incorporada a essa lógica de poder.

A TV Difusora surge e se expande sob essa lógica. Sua concessão, no âmbito do império das comunicações de Assis Chateaubriand, é fruto da relação dos negócios da comunicação com a política. Sua consolidação, na fase “populista” (1964-1975), também está sob a lógica do contexto político-histórico de ascensão dos generais ao poder central. Seu vínculo com a emergente Rede Globo de Roberto Marinho, em 1970, foi a consequência esperada do negócio de um agrupamento político que não estava em contradição com a nova casta no poder. Pelo contrário, desvincula-se dos que se opuseram ao golpe militar. Por isso a TV Difusora sobrevive política e se revigora tecnicamente. Sai do tele-teatro, da programação das 19 às 23 horas, totalmente produzida em âmbito local, para a organização em rede e a profissionalização comercial instituída pelo consórcio Globo-Time Life-Ditadura Militar. A fase de “desenvolvimento tecnológico” (1975-1985) é o aprofundamento dessas bases anteriormente dadas. (FERREIRA, 2011, p. 5, grifo do autor).

É, então, na fase de *transição e expansão internacional* da televisão brasileira que podemos caracterizar como a fase principal da TV Difusora, a da disputa pelo seu controle e, em especial, pela retransmissão da Rede Globo no estado. Ante a resistência da família Bacelar em repassar à família Sarney o direito de retransmissão da Rede Globo, restou a implementação de uma estratégia de prazo tão longo quanto possível de esperar: o enfraquecimento político, o endividamento financeiro e, por fim, o cerco aos negócios da família Bacelar.

Muito mais do que uma operação técnica, a transferência do direito de retransmissão da Globo no Maranhão foi um acerto político. Planejado anteriormente à fundação da própria TV Mirante, em 15 de março de 1987. E que se consuma em 1º de fevereiro de 1991, quando Mirante-Sarney e Globo-Marinho passam a ser um só *locus* de poder midiático no Maranhão.¹¹⁰

Dessa forma, do início, com Raimundo Bacelar, aos tempos atuais, a televisão maranhense constituiu-se como elemento central do controle político dos setores dominantes maranhenses na estrutura oligárquica. Tão concentradora quanto as redes nacionais. Cinco famílias e uma única opção política, o sarneísmo: Globo/Mirante – família Sarney; SBT/Difusora – família Lobão; Bandeirantes/TV Maranhense (Praia Grande) – família Manoel Ribeiro; Record/TV Cidade – família Vieira da Silva; Rede TV!/TV São Luís – família Zildene Falcão. O que se alastra

¹¹⁰ No artigo *20 anos da captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: política, negócios e clientelismo eletrônico em torno da retransmissão da Rede Globo no Maranhão*, reconstituímos os detalhes dessa operação política de longo prazo, publicado na V JOINPP (Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_CULTURA_E_IDENTIDADE/20_ANOS_DA_CAPTURA_DA_TV_DIFUSORA_POR_SARNEYLOBAO.pdf>).

pelo interior do Estado em permissionárias e retransmissoras não foge aos núcleos locais de apoio do sistema central de poder, salvo raras exceções.

Seis anos depois após a criação da TV Difusora, dela foi fundada a TVE (1969), do Governo do Maranhão – agora TV Brasil Maranhão, vinculada à EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), do Governo Federal. A segunda televisão comercial só seria criada 18 anos mais tarde, a TV Ribamar (1981) – hoje TV Cidade, da família Vieira da Silva. A TV Mirante, da família Sarney, viria em 1987 e a TV São Luís, do grupo Zildene Falcão, em 1989. A partir dos anos 1990, várias outras seriam criadas, a exemplo da TV Maranhense (família Manoel Ribeiro) em São Luís, fundada como TV Praia Grande, em 1998, e mais outras 312 retransmissoras/repetidoras, concentradas nesses seis grupos de mídia primeiros a instalar a televisão no estado. (INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO, 2009). Nos anos 2000, amplia-se para 61 o número de emissoras de televisão, distribuídas em 21 municípios.

Em São Luís, a TV Guará, criada em 21 de junho de 2011, ligada ao grupo Dalcir (família Albuquerque), e a TV UFMA, fundada em 7 de outubro de 2015, completam a rede de emissoras de TV aberta na capital. Há ainda a TV Assembleia, canal de propriedade da Assembleia Legislativa do Maranhão, que busca se firmar como canal também em sinal aberto. Estes três não se constituem exatamente como uma rede midiática à serviço de um determinado grupo político, tal como as seis anteriores enumeradas.

A TV Assembleia, enquanto emissora do parlamento estadual, tem seu controle pela maioria de Deputados Estaduais que elege a mesa diretora da casa. A TV UFMA também não está capturada para o interesse imediato de um grupo político no estado, ainda que sua lógica seja mais de uma emissora propagandeadora das ações da Reitoria do que uma emissora educativa, com foco num espaço próprio como emissora pública. Por sinal, seria a TV com maior possibilidade de exercer esse papel hoje, no Maranhão, dada sua vinculação a uma instituição de ensino superior. Ao não ser, contudo, expressão de outra visão ideológica, crítica, de um jornalismo independente, a TV UFMA acaba por reforçar o *status quo* midiático existente.

Por fim, a TV Guará, um empreendimento do empresário Roberto Albuquerque. Ele mantinha vínculos político com o falecido tucano João Castelo, ex-Governador, ex-Prefeito da Capital, ex-Senador e Deputado Federal. O grupo

Albuquerque dirige sua emissora demarcando um jornalismo mais acurado. Com contradições e indisposições de mútua parte, mantém-se aliado ao governo estadual na gestão Flávio Dino. Mais recente das emissoras, só o tempo dirá se a TV Guarará será mais um emissora alinhada à estrutura oligárquica de comunicação, com busca de um nicho próprio de atuação. Abaixo, organizamos a linha do tempo de criação das emissoras na capital maranhense (Figura 7).

Figura 7 - A criação das emissoras de TV em São Luís do Maranhão (1963-2015)



Fonte: Elaborada pelo autor.

As outras 44 emissoras, nas 20 cidades que pesquisamos, merecem uma pesquisa mais *in loco* para que constatássemos, em cada município, se fogem ou não à regra dos vínculos políticos das demais. Pelo menos em onze municípios maranhenses percorridos pela jornalista Elvira Lobato, para a pesquisa e elaboração do livro *Antenas da floresta – as sagas das TV's da Amazônia*¹¹¹, foi possível confirmar esses vínculos. Registra Lobato (2017, p. 14-15):

[Alto Alegre do Maranhão] Estamos na entrada da TV Tapuio (atualmente TV Cidade), canal 13, que foi inaugurada em 2013 pelo prefeito Maninho de Alto Alegre, do PTB. Ela retransmite a programação da TV Cidade, afiliada da Rede Record de São Luís, que pertence à família de outro político: o senador Roberto Rocha, do PSB.

No estúdio da pequena emissora, três jovens estão empenhados em pôr no ar o programa *Sábado Vip*.

Os jovens citam o prefeito como proprietário com naturalidade, porque esta é uma prática de longa data no município. O prefeito anterior, Liorne Branco Almeida Júnior, também teve um canal de TV na cidade. Essa situação se repete no restante do Maranhão [...].

¹¹¹ Elvira Lobato, como repórter da Folha de São Paulo, acompanhou por 19 anos as políticas de concessões de canais de radiodifusão e telecomunicações no Brasil (1992-2011). Ela percorreu a região da Amazônia legal em três expedições de pesquisa. No Maranhão, visitou televisões dos municípios de Codó, Bacabal, Caxias, Santa Inês (em julho de 2015) e das cidades de São Mateus do Maranhão, Pedreiras, Trizidela do Vale, Lago da Pedra, Viana, Peritoró e Alto Alegre do Maranhão (setembro de 2016). A jornalista fez a pesquisa em parceria com a Fundação Ford, organização internacional de direito humanos Artigo 19 e Grupo de Pesquisa em Políticas e Economia da Informação e da Comunicação (Peic) da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A Tapuio funcionava sem outorga do governo. O canal 13 sequer aparecia no sistema de controle de radiodifusão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A situação da TV Tapuio, identifica por Elvira Lobato em Alto Alegre do Maranhão, se repete, analogamente, dentre as 44 emissoras que pesquisamos. São emissoras localizadas nos municípios de:

- a) Imperatriz (nove emissoras de televisão);
- b) Açailândia, Balsas, Codó (quatro emissoras em cada um deles);
- c) Santa Inês (três emissoras de televisão);
- d) Bacabal, Caxias, Colinas, Coroatá, Lago da Pedra, Pinheiro, São José de Ribamar, Viana (duas emissoras em cada uma dessas cidades);
- e) Buriti Bravo, Lago Verde, Paço do Lumiar, Pedreiras, Rosário, Timon, Vargem Grande (uma emissora de televisão em cada município).

Não parecem fugir à regra geral de configuração da televisão em seus vínculos políticos. No entanto, só por meio do banco de dados do Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), da ANATEL, que é muito frágil, não é possível organizar até mesmo os dados das emissoras cadastradas¹¹². A título de exemplos:

- (i) Não conseguimos localizar o registro da TV Guará no SIACCO;
- (ii) O registro da TV Difusora está assinalado como de propriedade da razão social *Rádio e TV Difusora do Maranhão* (confira o ANEXO J);
- (iii) O espólio da família Rocha não lista as ações que a mesma detém na TV Cidade, em disputa com a família Vieira da Silva (veja o ANEXO K);
- (iv) Diversas emissoras em São Luís sequer funcionam, tais como a *RIT São Luís - Televisão Cidade Modelo Ltda* e a *TV Athenas - TV Athenas Brasileira Ltda*. No SIACCO, estão listadas 17 emissoras em São Luís.

Mesmo com a proliferação das concessões, uma característica torna-se comum à constituição das empresas de televisão: ela repete a lógica de propriedade dos outros grupos privados nacionais, pela qual, por exemplo, “[...] 90% dos 300 maiores nacionais grupos têm controle familiar iniciado no começo do século [XX].

¹¹² Anexo a este trabalho, listamos as 61 emissoras de televisão existentes no Maranhão (ANEXO O), a partir de listagem encontrada no site Wikipédia e checagem que realizamos junto ao SIACCO, mantido pela ANATEL ([20--?]a).

Ou seja, são administrados por um ou mais membros da família controladora.” (MORAES, 1998, p. 107). Como expõe Simões e Mattos (2005, p. 48),

A questão da formação de monopólios privados em comunicações, em geral, e na televisão, em particular, não é somente um problema econômico, mas uma questão ampla, que se relaciona também com aspectos políticos que envolvem a consolidação da democracia e a conformação das relações de poder dentro da sociedade brasileira.

Os elementos políticos presentes na formação do oligopólio do controle das concessões de canais de televisão são nitidamente perceptíveis nas oito efetivas emissoras de televisão existentes na capital. O que temos nas demais cidades replica essa lógica, acomodando interesses de setores locais da estrutura oligárquica. Dessa forma, o jogo da disputa política pelas emissoras obedece fielmente à máxima proferida por José Sarney, em entrevista à Revista Carta Capital, de novembro de 2005: “[...] **se não fôssemos políticos não teríamos necessidade de ter meios de comunicação**” (LÍRIO, 2005, grifo nosso). Os meios de comunicação, em especial a televisão, tornaram-se estratégicos para a disputa do poder. No Maranhão, então, mais ainda, seja por aliados ou opositores da família Sarney:

Ele [Luís da Amovelar] me disse [Elvira Lobato] que a eleição de Flávio Dino (PCdoB) para governador, em 2014, tinha fortalecido seu grupo. “Hoje, as duas forças estão relativamente equilibradas. Temos apoio do governador, enquanto [Ricardo] Murad, que é do grupo Sarney, tem a força de Brasília e comanda cargos federais no estado”.

– Qual é a importância de ter uma TV nesse jogo? [pergunta a repórter Elvira Lobato a Luís da Amovelar, de Coroatá]

[Luís da Amovelar:]

– A TV é importante para trabalhar nossa imagem politicamente. Seu eu não tiver uma televisão, vou ser massacrado pelo adversário na televisão dele. É Uma luta diária e não podemos baixar a guarda um só instante. [...]

Luís da Amovelar foi prefeito de 2005 a 2012. Teresa Murad o sucedeu e foi derrotada pelo filho de Amovelar em 2016. Para os dois grupos, as televisões eram trincheiras de guerra. (LOBATO, 2017, p. 88, grifo da autora).

Não por outra justificativa, na disputa da estrutura oligárquica maranhense, o principal grupo político operou com táticas distintas para se fortalecer no âmbito da disputa do espaço da mídia eletrônica de televisão, independentemente do volume de audiência mobilizado por cada canal demandado. Pois sabe, e se não sabe, intui, que “[...] o que se chama de ‘opinião pública’ está estritamente ligado à hegemonia política, ou seja, é o ponto de encontro entre a

‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265, grifos do autor).¹¹³

O sarneísmo, dessa forma, joga com quatro variáveis na luta pela manutenção da hegemonia, no tocante à comunicação no Estado, relacionados aos instrumentos midiáticos de televisão: (i) controla a principal rede de televisão, (ii) mantém relação de convivência harmoniosa com a segunda maior rede, (iii) monitora a destinação da verba publicitária às demais redes existentes, (iv) interdita o controle de grupos não-alinhados a seu projeto de poder a outros veículos, seja em rede pública, sem rede privada-comercial. “Existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública [...]” porque “[...] a opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265). Eis os casos de cada uma das concessões de televisão em São Luís e sua inter-relação com essa movimentação tática que citamos.

(I) O Controle da principal rede de televisão: a TV Mirante/Rede Globo.

Dono de um jornal e de uma rádio FM, o presidente Sarney vai inaugurar no Maranhão um junho (1986), com a Copa do Mundo, a TV Mirante, uma concessão que lhe foi presenteada pelo presidente João Figueiredo. Apesar de sua amizade com Roberto Marinho, Sarney irá transmitir a programação de Silvio Santos para não se meter em novos problemas políticos em sua terra. A Globo já é retransmitida em São Luís pela TV Difusora, do deputado Magno Bacelar, seu aliado no PFL, que não admite perder a concessão (VEJA apud HERZ, 1989, p. 69).

A citação de Herz trata-se de matéria da revista Veja, publicada em 30 de abril de 1986: *Sarney se associa a Silvio Santos na TV*. A resistência do proprietário da TV Difusora e Deputado Federal Magno Bacelar, um dos filhos de Raimundo Bacelar, será contornada por Sarney através de dois movimentos táticos: o enfraquecimento político e o endividamento financeiro de Magno Bacelar (ANEXO A). De uma só vez, as eleições de novembro de 1986 contribuíram para ambos os intuitos. Mas com a eleição de Epitácio Cafeteira ao Governo do Estado, a transferência não se deu por imediato, pois o Governador Cafeteira se movimentou para adquirir para si a TV Difusora e, com ela, a retransmissão da Rede Globo no estado.

¹¹³ Gramsci (2002b, p. 265) chega a exemplificar o *modus operandi* da classe dominante no uso da opinião pública à favor de seus interesses: “O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil”. Tão atual essa lição gramsciana!

De 1988 a 1990, a família Sarney vê retardada a pretendida troca de retransmissão do sinal da Rede Globo, em São Luís. Nesse espaço de tempo, as boas relações entre Governo Federal, Governo do Estado e os sistemas de comunicação Mirante (ainda retransmitindo o SBT) e Difusora permitem à TV Mirante adequar tecnicamente sua planta de instalações aos equipamentos e treinamento de pessoal exigidos pela Rede Globo. Fundada em 15 de março de 1987 (ANEXO M), somente no dia 1º de fevereiro de 1991, a TV Mirante, enfim, passa a ser um só *locus* de poder midiático no Maranhão, unindo TV Mirante - José Sarney e Rede Globo - Roberto Marinho.

Assim, sob o argumento técnico de que a verba publicitária oficial do governo do Estado era alocada diretamente proporcional à audiência das emissoras, a TV Mirante/Rede Globo passou a concentrar a maior parte da verba publicitária. Em situação *sui generis*, nos mandatos pelos quais exerceu o cargo de governadora, Roseana Sarney, de um lado da mesa, ordenada a despesa e os pagamentos ao sistema Mirante e, simbolicamente, do outro lado, recebia os valores, por ser uma das sócias da televisão.

O fato chamou a atenção de parte da mídia nacional, como da coluna Radar/site de Veja, do jornalista Lauro Jardim (2015): *TV da família Sarney levou 43% da verba publicitária no governo de Roseana Sarney* (ANEXO E). No texto, o jornalista registrava que, de 2011 a 2014, a TV Mirante, de propriedade dos Sarney e retransmissora da programação da TV Globo, recebera 23 milhões 508 mil 705 reais de verba publicitária do governo estadual, o equivalente a 43% dos R\$ 54.173.753,00 gastos com publicidade em televisão. Mobilização de audiência e recursos aos interesses da família Sarney.

(II) A convivência harmoniosa com a segunda maior rede de televisão: TV Difusora/SBT.

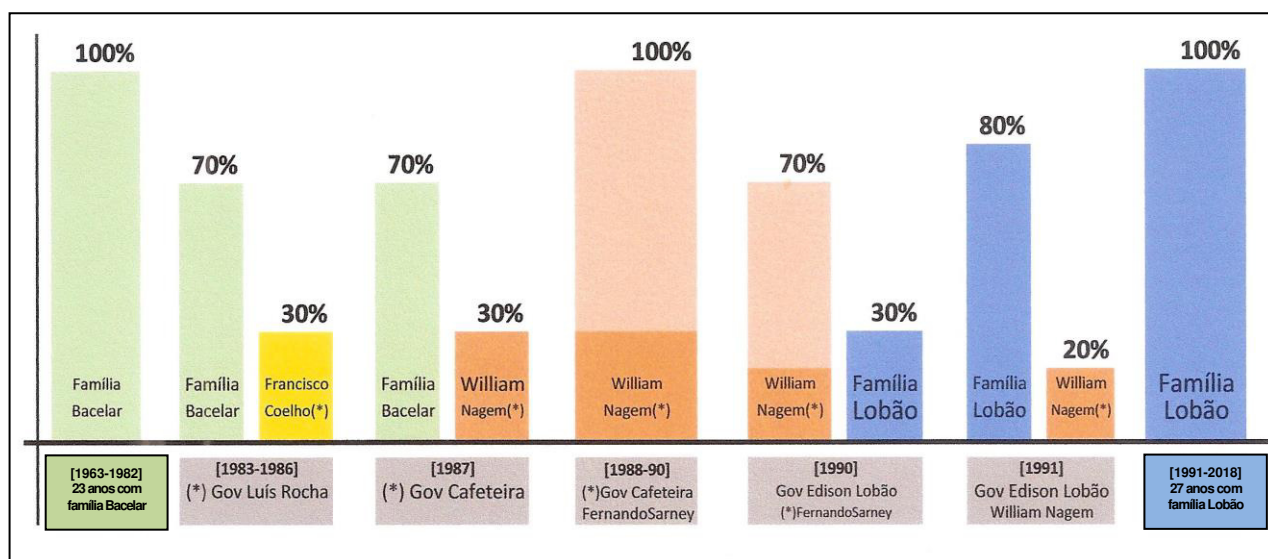
Se de 1963 a 1986 a família Bacelar controlou a TV Difusora por 23 anos, mesmo quando teve que se associar ao Governador Luís Rocha (que passou a controlar 30% das ações), de 1987 a 1991 ela viu a antiga emissora lhe escapar pelas mãos e se metamorfosear por completo:

- 1) em 1987, diante dos 30% de Francisco Coelho (na verdade, pertencentes ao governador Luiz Rocha) vendidos a William Nagem (efetivamente controlados pelo governador Eptácio Cafeteira);
- 2) em 1988, quando vende os seus 70% de ações a William Nagem (na verdade, Fernando Sarney);

- 3) em 1990, quando Willian Nagem vende 30% do controle (então o montante das ações concernentes ao governador Eptácio Cafeteira) para a família Lobão;
- 4) em 1991, quando William Nagem vende todas as ações restantes sob seu controle (oriundas da parcela relativa à participação do empresário Fernando Sarney) para a família Lobão (quando o Governo do Estado já se encontra sob comando do patriarca da família, Edison Lobão) e há definitivamente a troca de concessão da Rede Globo no Maranhão da TV Difusora para a TV Mirante. (DOUGLAS, 2011, p. 96-97).

De 1991 a 2018, a família Lobão se consolidou como a mais longeva proprietária da primeira emissora maranhense de televisão: 27 anos. A perda da retransmissão do sinal da Rede Globo no estado foi negociada sem resistência entre os grupos Sarney e Lobão¹¹⁴. Uma operação que contou com todo tipo de artimanha: contrato de gaveta, *laranjas* (falsos donos das ações da emissora), transferência de redes por fora das regras vigentes para as concessões no país (Figura 8).

Figura 8 - Propriedade e controle das ações da TV Difusora de 1963 a 2018



Fonte: Elaborada pelo autor.

Mas ambas as famílias harmonizam seus interesses tanto políticos quanto nos negócios. O mais recente exemplo é: mesmo tendo sido o candidato que enfrentou com duros ataques o oponente Flávio Dino (PCdoB), para quem perderia a eleição ao governo do Estado, em 2014, o empresário e suplente de senador Edison Lobão Filho (PMDB) arrendou toda a programação jornalística de sua

¹¹⁴ A tomada da Globo no Maranhão pelo autêntico núcleo sarneyzista foi sobretudo um processo de retesado prazo, compreendido entre a concessão dada pelo general-presidente João Figueiredo a Sarney para sua emissora, a TV Mirante, até a formalização da transferência da Rede Globo da Difusora para a Mirante, em 1º de fevereiro de 1991.

emissora ao governo estadual. Conforme Lobato (2017), práticas como essa são corriqueiras no controle das emissoras de televisão no país¹¹⁵.

A quantidade de emissoras nas mãos dos políticos oscila ao sabor dos resultados das eleições. Muitos vendem ou alugam as televisões após serem derrotados nas urnas, porque mantê-las representa custo financeiro. As vendas ocorrem longe do alcance do governo [federal], por meio de contratos particulares, para escapar da burocracia ou para ocultar a identidade do proprietário de fato. O comprador assina um contrato de compra ou de aluguel, e o vendedor lhe entrega uma procuração que lhe dá plenos poderes sobre a emissora, sem que haja, oficialmente, a troca de donos. Encontrei emissoras que mudaram de mãos várias vezes sem que nenhuma dessas mudanças tivesse sido comunicada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. (LOBATO, 2017, p. 27).

A operação de arrendamento foi coordenada pelo Deputado Federal Weverton Rocha (PDT), veja o ANEXO F. A compra de parte da propriedade da emissora só foi interdita por conta da Operação Lava-Jato, que prendeu o advogado Willer Tomaz de Souza, no dia 18 de maio de 2017, em um hotel na orla da capital maranhense, em ação conduzida pela Polícia Federal a partir do Inquérito nº 4.489.

O advogado estaria participando das transações de venda do Sistema Difusora de Comunicação. Willer seria o intermediador de recursos financeiros para a compra do conglomerado. O acerto envolveria o empresário Edson Lobão Filho, suplente e filho do senador e ex-ministro das Minas e Energias (2008 a 2010) Edson Lobão (PMDB-MA), e o deputado federal Weverton Rocha (PDT-MA). Lobão Filho era o dono do grupo e Weverton, que já foi representado na Justiça Eleitoral por Willer, pretendia assumir as empresas. O negócio não foi concluído por pendências judiciais (TAHAN; PAIXÃO, 2017).

Nos últimos 32 anos de histórico da TV Difusora uma constante tem se mantido: ela é controlada pelo grupo político dirigente no Governo do Estado (leia o ANEXO D). Tal controle ocorre a partir de negócios envolvendo as verbas publicitárias do governo estadual. De 1986 a 2018 tem sido assim. A relação harmoniosa entre as duas famílias (Sarney e Lobão) garante a maior audiência da televisão maranhense ao grupo, somando a audiência da TV Mirante à da TV Difusora, e a maior rede de retransmissoras no estado.

A relação harmoniosa entre as TV's das duas famílias (Sarney e Lobão) serve, sobretudo, para as mais diversas operações políticas necessárias à disputa

¹¹⁵ Outra situação usual narrada por Lobato (2017, p. 78), a partir da TV Cidade, em Itapecuru-mirim: “O prefeito Magno Amorim também não conseguiu se reeleger, e, como é de praxe nas retransmissoras mantidas pelas prefeituras no Maranhão, a equipe da TV foi imediatamente substituída por pessoas de confiança do novo prefeito [...]. A prefeitura administrava, então, três retransmissoras de TV: os canais 11 (Globo), 5 (Record) e 7 (SBT). [...] Não havia emissora na cidade independente da prefeitura”.

eleitoral. Esta reportada por Elvira Lobato, no segundo turno das eleições de 1994, é exemplar, em Codó, pela TV afiliada do SBT, do então prefeito Biné Figueiredo:

[...] O melhor sinal era do canal da prefeitura. De repente, a emissora cortou o sinal de programação do SBT e colocou no ar um discurso do ex-presidente José Sarney. Por trinta minutos, a população o viu pedir votos para a jovem Roseana – fora do horário eleitoral permitido – e ironizar a idade avançada de Epitácio Cafeteira, já com mais de setenta anos. Sarney o retratou como um velho que usava dentadura, acordava às onze horas da manhã e precisava fazer a sesta depois do almoço. Quando questionei o então prefeito sobre o ocorrido, sua assessoria reconheceu o “exagero” cometido, mas não houve punição pelo crime eleitoral.

Com aquela imagem em mente, perguntei a Biné por que razão possuía uma emissora de TV. “Porque somos uma família política e televisão é desenvolvimento”, respondeu, sem admitir a influência da TV sobre as eleições. (LOBATO, 2017, p. 70, grifos da autora).

(III) O monitoramento da destinação das verbas oficiais publicitárias às demais televisões: TV São Luís/Rede TV!, TV Maranhense/Rede Bandeirantes.

A TV São Luís, vinculada à Rede TV!, do grupo Marcelo de Carvalho, pertence ao empresário Zildêni Falcão (ANEXO L). Criada em 6 de dezembro de 1989, originariamente vinculava-se à Rede Manchete, mantendo-se afiliada dessa rede até junho de 1997, quando se transfere para a rede Record. Grupo empresarial que se apóia também na rede de distribuição de revistas, a Distribuidora Maranhão Piauí (DIMAPI), e nas rádios Jovem Pan FM e São Luís AM, a televisão não chegou a ser uma prioridade no intuito de disputar a liderança de audiência. Próximo à família Lobão, posiciona-se distante da disputa política, sem, contudo, oferecer resistência à estrutura de poder vigente. Manteve-se por exatamente não incomodar.

Ainda assim, não deixou de ser marcada pelas ações ilegais que cerca as concessões de televisão. O caso mais ilustrativo foi quando, em disputa pela retransmissão da Rede Record, transmitiu simultaneamente a programa dessa rede juntamente com a TV Cidade. Após perder a retransmissão da Record, no fim do contrato e alegado desinteresse da cabeça-de-rede em manter a afiliada local, a TV São Luís passa ainda a afiliar-se definitivamente à Rede TV!, a partir de abril de 2004.

Outra ilegalidade típica à TV São Luís trata-se do arrendamento de sua grade de programação. Como estratégia de sobrevivência, o grupo vende seus espaços na grade às mais diferentes produtoras e seus programas. Se, por um lado, é algo ilegal, como vimos, pois a legislação vigente não permite esse tipo de negócio com a concessão, por outro, essa mesma situação permitiu que a televisão se

caracterizasse com emissora com maior programação local, dos mais diversos tipos de programas.

Por sua vez, a TV Maranhense/Rede Bandeirantes, fundada em 18 de maio de 1998, de propriedade da família Manoel Ribeiro (ANEXO N), também, atualmente mantém a mesma estratégia de sobrevivência da TV São Luís. Inicialmente afiliada à Rede Manchete, assim permanece de maio de 1998 até 2000, quando se apresentando como TV Praia Grande, filia-se à Rede TV!, à qual mantém-se vinculada até 2005, quando altera seu nome para TV Maranhense e se transfere para Rede Bandeirantes, com a qual permanece até hoje. Os altos e baixos da emissora estão diretamente vinculados à trajetória política de seu proprietário, Manoel Ribeiro. Deputado Estadual por seis mandatos: eleito em 1990, após ter sido vereador de São Luís e presidente da Câmara Municipal, e reeleito em 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010.

Diferente do grupo Zildene Falcão, não iniciou no ramo da televisão por interesse comercial, mas ambição política. Cresceu politicamente servindo ao grupo de José Sarney, sendo o seu maior serviço prestado quando, presidente do antigo PSD, inviabilizou neste a candidatura de Ricardo Murad, em 1994, tendo seus votos anulados pelo TRE. Presidente da Assembleia Legislativa por 10 anos, Manoel Ribeiro utilizou-se do poder político como parlamentar mais influente para montar seu império midiático. Visto com muita força e ameaça, foi paulatinamente enfraquecido, perdendo a presidência da Assembleia e não conseguindo se reeleger. Junto com sua derrocada, também a TV Maranhense foi diminuindo de importância. Fragilizadas financeiramente, as duas televisões sobrevivem de verbas ora destinadas pelo governo estadual, sobretudo quando o grupo Sarney está à frente, ora das verbas da administração direta federal.

(IV) A interdição do controle de emissoras por parte de grupos não alinhados ao grupo dominante: TV Cidade/Rede Record, TV Brasil-Maranhão (ex-TVE).

Nesta tática de neutralização da tomada de emissoras de TV por qualquer grupo rival, a família Sarney fez um duplo movimento. Na influência que dispunha em Brasília, sempre indicou o cargo federal de comando da TV Educativa, hoje TV Brasil-Maranhão, mesmo nos dois governos do PT. O partido não conseguiu emplacar qualquer dos seus quadros na direção da emissora. Ao grupo Sarney não interessa o acesso ao espaço público midiático por parte de outros agrupamentos,

mesmo que numa televisão que mobiliza pouca audiência e que esteja sucateada em equipamentos tecnológicos e desprovida de profissionais suficientes para manter a programação da emissora. No caso da TVE, as indicações sempre foram alocadas na cota do PMDB maranhense, quando não diretamente ao senador Edison Lobão.

Já à TV Cidade, reservou-se outra tática. Mesmo na disputa de nicho comercial de irrelevante competição às emissoras líderes de audiência, buscou-se evitar que a emissora pudesse ser controlada pela família Rocha, sob liderança do senador Roberto Rocha, eleito pelo PSB, hoje de volta ao PSDB. Oficialmente fundada em 8 de setembro de 1981 – como “[...] TV Ribamar, cuja concessão foi dada pelo presidente do Brasil, João Figueiredo, em 1979.” (COELHO, 2013, p. 243) –, pelo Deputado Federal Raimundo Vieira da Silva, ocupou o espaço de segunda maior televisão comercial do Maranhão até 1991. À época, só existia a TV Difusora e a TVE. Em 1993, a TV Ribamar mudou seu nome para TV Cidade. De sua fundação até 2004, vinculou-se à Rede Bandeirantes. Nesse ano, transferiu-se para a Rede Record. Antes de associar-se à rede Record, chegou a sair do ar por dois meses por não ter nenhuma programação nacional para retransmitir e, em por algum tempo depois, a transmitir a programação da Rede Mulher. Somente a partir de 2004 vincula-se à Rede TV.

Vinculado inicialmente a Vitorino Freire, Vieira da Silva adere a José Sarney quando da eleição indireta de João Castelo, em 1979. Fragilizou-se paulatinamente por sua ligação com João Castelo, a quem seguiu quando do rompimento deste com José Sarney. A fim de resolver os primeiros problemas financeiros, abriu à emissora à sociedade com Luis Rocha, durante o governo deste.

[...] Mas como ele era governador (Luiz Rocha), e não podia receber essas cotas, não tinha como justificar os recursos financeiros que ele teria para investimento e compra de 50% da televisão. Ele passou para um outro sócio dele em Tocantins, chamado Luis Pires [...]. Aproximadamente em 1989, nós autorizamos que Luis Pires passasse 50% das cotas da empresa para a propriedade de Luiz Rocha. (MARCO [sic] apud BARBOSA et al., 2006, p. 7).

Nos anos 2000, contudo, sem poder político, sem mandato, envelhecido, enfrentou os mais duros problemas financeiros da emissora e da disputa com os filhos pela posse da emissora. Os filhos chegam a interdita-lo para não gerir os negócios da televisão. No auge da briga, Vieira da Silva transfere suas cotas para o espólio do ex-Governador Luís Rocha, administrados por Roberto Rocha e sua mãe, Terezinha Rocha. Os filhos de Vieira da Silva recorrem à disputa judicial pela posse

da emissora, questionando a transferência das ações feitas pelo pai à família Rocha, em 2002.

Nos poucos meses em que manteve a administração da TV Cidade, Roberto Rocha controlou a programação da emissora no horário dos finais de tarde. O programa jornalístico sob comando do apresentador Gilberto Lima imprimiu uma forte oposição à família Sarney. Foi o sinal de alerta suficiente para Sarney. Fortalecido junto a Lula da Silva, Sarney usa de sua influência para garantir a posse da concessão aos irmãos Vieira, que se reaproximam de José Sarney para tal fim (veja como no ANEXO G). Numa tentativa de reação, para garantir a posse das ações destinadas à família Rocha, as quais obteve em troca de ajuda financeira dada Vieira da Silva para pagamento das dívidas da emissora, Roberto Rocha interpôs recurso junto ao Ministério da Comunicação para que o processo de transferência da concessão pudesse ser legalmente reconhecido e ele se tornasse um dos proprietários empresa. Esse caso chegou a ser noticiado no site da revista Veja, em 19 de outubro de 2010:

A epopeia começa em 2003, no início do governo Lula, quando o sócio de Roberto Rocha na TV aceitou vender a participação dele no negócio. Esse sócio era aliado de José Sarney. Rocha é adversário do senador. Fez-se a transação, e a papelada seguiu para o Ministério das Comunicações, de modo que os rituais burocráticos fossem cumpridos. Deveria demorar algumas semanas. Demorou um ano. Demorou em razão do lobby contrário promovido por aliados de Sarney. É fácil entender os motivos disso. Sarney é dono da retransmissora da Globo no Maranhão. Seu principal aliado, o senador Edison Lobão, controla a retransmissora do SBT no estado. Caso o governo autorizasse o negócio do deputado Rocha, portanto, haveria no Maranhão uma TV não alinhada com os interesses da família – e uma TV num estado pobre é uma poderosa arma política. No fim de 2003, apesar das pressões contrárias, o então ministro das Comunicações, deputado Miro Teixeira, finalmente aprovou a transação e encaminhou o papelório para a Casa Civil.

No dia 7 de janeiro de 2004, o *Diário Oficial* publicou a autorização concedida pelo presidente Lula. Tudo parecia resolvido. Mais eis que sobreveio um episódio insólito, daqueles que só se explicam pela força irresistível de certos interesses políticos. Houve uma reforma ministerial, e o deputado peemedebista Eunício Oliveira, do mesmo partido de Sarney, assumiu a pasta das Comunicações. Tentou-se reverter ali, de todos os modos, a tal autorização já assinada por Lula. A pressão de Sarney aumentou e, no dia 11 de março, dois meses depois de publicada a autorização, o mesmo *Diário Oficial* trouxe um ato do mesmo presidente Lula revogando a decisão anterior. Sem justificativa, sem o devido processo legal. Podem-se apenas supor as razões políticas para essa aberração jurídica – e todas elas passam pelos interesses do senador Sarney. (ESCOSTEGURY, 2010).

Além do relato a Veja, Rocha também confirmou o fato a Barbosa e outros (2006, p. 8-9, grifos dos autores)¹¹⁶:

Posteriormente enviaram o processo para que o presidente Lula o referendasse. Ficaram sócios da Rádio Ribamar Ltda.: Terezinha Rocha, Roberto Rocha e o Vieira da Silva. Passaram o ano de 2003, tentando organizar a empresa. No final deste mesmo ano, o ex-deputado Roberto Rocha chamou o seu sócio, Raimundo Vieira, para fazer o acerto de contas pelo valor pago referente aos 25% das cotas. Raimundo Vieira da Silva volta na sua decisão de venda das cotas e reconcilia-se com os filhos. Juntos recorreram ao TJ de Brasília e do Maranhão, para que o documento assinado por Lula, que o reconhecia Roberto Rocha, como sócio da TV Cidade, fosse desfeito. Então Lula por intermédio de Sarney desfaz o ato. “Conseguiram ganhar e até hoje, 2006, o grupo Vieira da Silva, administra a empresa TV Cidade (ROCHA, 2006)”.

“É lamentável que alguém tenha 75% das cotas de uma empresa e seja impossibilitado de administrá-la”, protesta Roberto Rocha. Segundo Marco Antonio, o Roberto não tem comprovante de que ele comprou e nunca teria conseguido apresentar provas. “Nós nunca contestamos que o espólio de Luiz Rocha tenha 50%, o que nos queremos é que o espólio respeite que a outra parte tem 50% das cotas (MARCO, 2006)”. Atualmente a disputa acionária entre as famílias tramita na justiça.

E, dessa forma, a TV Cidade mantém-se sob comando dos filhos de Vieira da Silva (falecido em 30 de julho de 2007). Desde esse acordo, a emissora passou a não tomar qualquer posicionamento na política maranhense. Seu jornalismo retirou de exibição programas opinativos e de análise política, a exemplo dos conduzido pelo próprio dono da emissora, Marco Antonio Vieira da Silva, e por Chico Viana. No caso da TV Cidade outra série de ilegalidades: posse de ações por parte de um parlamentar, o que a CF não permite; contrato de gavetas, sócios *laranjas*. Mais um exemplo da lógica que prevalece para o controle de concessões de televisão no país. Mas, aqui, o que se destaca é a operação oligárquica exitosa, interditando que a emissora servisse aos interesses de um opositor.

O que temos a observar, entre o vai e vem dessa comunicação controlada por pouco mais de meia dúzia de multimilionárias famílias brasileiras (as famílias Marinho-Globo, Saad-Band, Abravanel-SBT, Carvalho-Rede TV, Sirotsky-RBS, Civita-Veja, Mesquita-grupo Estado, Frias-grupo Folha, dentre outras poucas e regionais, como Sarneys-Mirante, Lobão-Difusora, Rocha-Sistema Capital, para

¹¹⁶ Embora o texto tenha problemas de normalização e técnica de redação acadêmica, o trabalho *De Tv Ribamar à Tv Cidade: histórico e polêmica atual sobre sua concessão*, dos então alunos de primeiro período do curso de Comunicação da UFMA Amanda Lea Soares Barbosa, Danielle Moraes Almeida, Lucio da Silva Farias, Polyanna Bittencourt Correia e Renato Vilar Sá Pereira, publicado no XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), Brasília, 2006, tornou-se uma relíquia por conta de duas entrevistas que conseguiu realizar, registrando a versão da disputa tanto por parte de um dos filhos de Vieira da Silva, Marco Antonio, quanto por parte de Roberto Rocha.

destacar a situação maranhense), é que ela torna-se uma comunicação completamente vinculada aos interesses da classe dominante.

As idéias e as opiniões não “nascem” espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: tiveram um centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão, houve um grupo de homens ou até mesmo uma individualidade que as elaborou e apresentou na forma política de atualidade. O número dos “votos” é a manifestação terminal de um longo processo. (GRAMSCI, 2002b, p. 82, grifo do autor).

Essa lição de Gramsci (2002b) com certeza tem sido seguida à risca pela classe controladora das concessões de canais de televisão. Sabem que as opiniões não nascem do nada. A televisão, difusora da ideologia, é também utilizada para tentar neutralizar os processos de autoconsciência das classes subalternas. O seu não-acesso a esse veículo, sem dúvida, é uma das estratégias claramente utilizadas pela classe dominante. O jogo político pelo controle das concessões dá-se tão somente entre os integrantes do clube. Nada fora desse seleto grupo!

Controlar as concessões da mídia eletrônica de televisão, sobretudo, está dentro da lógica segundo a qual “[...] uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265). Essa é uma ação fundamental para “[...] conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.” (GRAMSCI, 2004, p. 99).

Desde o seu início na Europa e Estados Unidos, Raymond Williams (2016, p. 60) já percebia o impacto da televisão: “[...] não há dúvida de que a radiodifusão como um todo, e a televisão em especial, ampliou notavelmente as formas de discussão e debates públicos”. Tateando o que vislumbrava ao veículo nos anos 1970, a partir da experiência com a televisão norte-americana, quando ele passou um período de estudos na Universidade de Stanford, e suas pesquisas em Cambridge, com a televisão britânica, Williams (2016, p. 28) convencer-se de que a televisão havia alterado o mundo. “A invenção da televisão não foi um evento isolado nem uma série de eventos, mas dependeu de um conjunto de invenções e de desenvolvimento em eletricidade, telegrafia, fotografia, cinema e rádio”.

Compreendendo a televisão como um produto cultural distinto, ele defendia que esse veículo deveria ser discutido tanto como tecnologia quanto como forma cultural. E, tal como Bertoldo Brecht frente ao rádio ou Walter Benjamin diante das potencialidades do cinema, Raymond Williams (2016) percebia a potencialidade democrática da radiodifusão como um produto social e da televisão, em particular.

Mas, como observa Roger Silvestone (2016, p. 17, grifo do autor), prefaciando a obra do autor, em fevereiro de 2003:

É improvável que Williams estivesse completamente seduzido pelas possibilidades alternativas. Ele sabia tão bem quanto qualquer um sobre o poder das instituições e da ganância opressora. No entanto, a despeito disso e devido a seu profundo comprometimento com o projeto humano, em oposição ao tecnológico, sua escrita se recusa à capitulação. Se as tecnologias são humanas, e se a institucionalização da televisão contemporânea é apenas uma (embora, agora, bem estabelecida) possibilidade entre outras, então a intervenção crítica e criativa em seu desenvolvimento contínuo deve ser mantida. As tecnologias levam uma vida dupla, e a televisão não é exceção. Elas são, ao mesmo tempo, como diz Williams, as “ferramentas contemporâneas para a longa revolução em direção a uma democracia participativa e instruída” – um projeto que ele nunca perdeu de vista. Elas também são os instrumentos do que ele denominou contrarrevolução, em que as forças do capital se entranham, com êxito, no mais fino grão de nossa vida cotidiana.

Como produto cultural, a televisão deveria ser examinada como expressão de forças sociais, políticas e econômicas mais amplas. “A televisão se esgota em um nível reativo.” (WILLIAMS, 2016, p. 64): em sociedades relativamente fechadas, exaustão total da televisão; em sociedades relativamente abertas, tende à exaustão. Na sociedade estadunidense, uma TV fortemente comercial e com peso na liberdade de expressão; na sociedade britânica, uma TV mais estatal e com maior valor à função educativa. Em ambas, ainda que pudesse ser vista apenas *a posteriori*, a televisão “[...] pode ser diagnosticada como uma nova e poderosa forma de integração social **e de controle.**” (WILLIAMS, 2016, p. 36, grifo nosso), visto que “[...] o controle estatal de radiodifusão é uma função de controle geral do Estado sobre as informações e a ideologia.” (WILLIAMS, 2016, p. 49).

Difusora da ideologia de classe, a televisão, na realidade a qual estudamos, é utilizada para neutralizar processos de autoconsciência. Como já frisamos, o senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço. Não é mecânica. É desagregada, incoerente, inconsequente. “Predominam no senso comum os elementos ‘realistas’, materialistas, isto é, o produto imediato da sensação bruta.” (GRAMSCI, 2004, p. 115).

A partir György Lukács, Mauro Iasi (2015, grifo do autor) destaca as três características dessa consciência imediata que revela-se no senso comum:

- a) *imediaticidade*, o que significa que é uma consciência que se forma nas relações imediatas do ser social com as coisas e pessoas próximas, nos contextos presenciais e que tem por horizonte de ação o tempo presente;
- b) *heterogeneidade*, o que implica que as diferentes esferas de ação da pessoa no trabalho, na vida afetiva, nos vínculos com o sagrado (o que inclui o futebol, além da religião), na adesão a valores morais, ganham autonomia e coexistem lado a lado sem a exigência de coerência entre os

elementos que conformam um determinado modo de vida e uma correspondente concepção ideal de mundo;

c) *superficialidade extensiva*, ou *ultrageneralização*, mecanismo pelo qual a experiência imediata é estendida e universalizada de contextos particulares para generalizações carentes de mediações, o que leva ao preconceito como forma imediata do pensamento no cotidiano.

Por isso, no senso comum há o potencial transformador convivendo conjuntamente com conservadorismo que impregna o senso comum. Como explica Iasi (2015),

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação mal feita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que tem por fundamento as relações sociais determinantes [...].

Portanto, o senso comum deve ser o ponto de partida da ação que se pretende transformadora. Para transformar o senso comum, há a necessidade de estabelecer um novo senso comum, uma nova cultura, que se enraíze na consciência popular com a mesma solidez que as crenças tradicionais. Neste sentido, por exemplo, “[...] o conservadorismo não veio de lugar nenhum, sempre esteve ali nas relações que constituem o cotidiano e na consciência imediata.” (IASI, 2015).

A mídia trabalha muito bem com o senso comum. Busca constantemente sua formatação, adequando aos interesses dos setores dominantes. E, quando útil a seus interesses, faz emergir com força o conservadorismo arraigado na sociedade. “O grande intelectual deve também mergulhar na vida prática, tornar-se um organizador dos aspectos práticos da cultura, se quiser continuar a dirigir; [...]”. (GRAMSCI, 2004, p. 434). Eis algo que a televisão, em seus 68 anos de existência, aprendeu e desenvolveu bem: a capacidade de investigar os aspectos práticos da cultura e imediata assimilação para traçar movimentos que incorporassem essa transformação emergente a sua lógica e à dominação da classe hegemônica. Para isso, “[...] os grandes intelectuais exercem a hegemonia, que pressupõe uma certa colaboração, ou seja, um consenso ativo e voluntário (livre) [...]”. (GRAMSCI, 2004, p. 436).

Buscando neutralizar qualquer consolidação coerente, a mídia dominante organiza-se para evitar que as classes subalternas tenham a “compreensão crítica de si mesmo [...] obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas de

direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. (GRAMSCI, 2004, p. 103). Ao partir do entendimento de Gramsci sobre o senso comum, temos que:

Esse trabalho de formação do senso comum, de direção política para neutralizar a emergência da classe subalterna com um projeto para si, de forte poder de agendamento de debates, de ocultação de falas, de intervenção na realidade cotidiana da população, no entanto, não nos permite tomar a comunicação como quarto poder, como o fez parte do campo de estudo da comunicação. Esse sentido emergiu da reflexão muito influenciadora do padre gaúcho Pedrinho Guareschi junto às Comunidades Eclesiais de Base nos anos 1980 e, depois, como também docente da PUC/RS, entre estudantes de comunicação e alguns acadêmicos que incorporaram o conceito. O movimento social focado na luta pela democratização da comunicação também é muito responsável pelo enraizamento dessa concepção. De outro lado, há uma parte de comunicólogos que utilizaram esse sentido para tentar equiparar sua capacidade de influência a dos poderes constituídos na teoria pós-Revolução Francesa que fundou o Estado em sua tríplice divisão de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A comunicação emergiria como quarto poder na sociedade midiática que se juntaria aos demais constituídos.

Dessa forma, cabe-nos rejeitar o senso comum que se estabeleceu no campo de estudo da comunicação que toma a comunicação como quarto poder. Esse sentido emergiu da reflexão muito influenciadora do padre gaúcho Pedrinho Guareschi junto às Comunidades Eclesiais de Base nos anos 1980 e, depois, como também docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/RS), entre estudantes de comunicação e alguns acadêmicos que incorporaram o conceito. O movimento social focado na luta pela democratização da comunicação também é muito responsável pelo enraizamento dessa concepção. De outro lado, há uma parte de comunicólogos que utilizaram esse sentido para tentar equiparar sua capacidade de influência a dos poderes constituídos na teoria pós-Revolução Francesa que fundou o Estado em sua tríplice divisão de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A comunicação emergiria como quarto poder na sociedade midiática que se juntaria aos demais constituídos.

Essa perspectiva apenas propicia aos que, sendo jornalistas, formadores de opinião em grande escala, queiram ser tratados como chefes do poder executivo,

parlamentares ou juízes¹¹⁷. Mera ilusão! Nem o poder desses, tampouco seus salários! A comunicação não é o quarto poder, muito menos o principal, ainda que assim se apresente. Se há um poder que paira sobre os demais, este é o poder econômico, ao qual a comunicação está submetida e não o inverso. Seu papel tem sido no exercício da passividade das massas, não em ativá-las para a construção de uma nova concepção de mundo, mas de torná-la ativa e passivamente sustentadora da cultura conformista do *status quo*.

Dado que “[...] a relação entre filosofia ‘superior’ e senso comum é assegurada pela ‘política’.” (GRAMSCI, 2004, p. 101, grifos do autor)¹¹⁸, eis aqui o elo entre consenso ativo/passivo e políticas públicas de comunicação no Brasil: age-se sempre para evitar que a classe subalterna consiga elevar-se ao ponto de construir a relação entre o seu senso comum e uma filosofia *superior* que lhe coloque ativa politicamente, elabore uma concepção de mundo nova e própria, reivindicando a comunicação como direito humano fundamental, por exemplo, acesso igual à produção de opinião e audiências, para difundir também sua ideologia. Como “[...] o processo de difusão das novas concepções de mundo ocorre por razões políticas.”, a ação da mídia tem como norte bloquear que as massas tenham “[...] um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais.” (GRAMSCI, 2004, p. 101).

O papel da mídia eletrônica de televisão numa perspectiva de superação da cultura do conformismo mecânico, seria contribuir para que o leitor comum desenvolvesse o hábito da leitura crítica da realidade, de forma coerente. Diz Gramsci (2001a, p. 202, grifo do autor): “[...] O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito ‘científico’, que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, deve ser ajudado a assimilar pelo menos o ‘sentido’ deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna”. Isso a fim de sedimentar uma visão de mundo coerente e rica. É certo que “[...] nem sempre são os movimentos mais coerentes e intelectualmente ricos que triunfam. Ao contrário, é muito frequente que um

¹¹⁷ Sobre esse *ethos* do jornalista em sua relação com o intelectual, alerta Gramsci (2001a, p. 53, grifos do autor): “O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é dado pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas – que acreditam ser literatos, filósofos, artistas – crêem também ser os ‘verdadeiros’ intelectuais”.

¹¹⁸ Por filosofia superior, Gramsci (2004, p. 101) está se referindo àquela na qual “destacam-se notadamente características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular”. Ressaltando o autor que “[...] toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito”.

movimento triunfe precisamente graças à sua mediocridade e elasticidade lógica.”, escuda Gramsci (2001a, p. 248). No Brasil e na estrutura oligárquica maranhense, a televisão tem sido usada para fortalecer alternativas nem sempre coerentes, nem sempre distante da mediocridade.

5 CONCLUSÃO

Analisamos neste trabalho a relação entre mídia e poder na luta pela hegemonia numa realidade sob uma estrutura oligárquica de um Estado periférico e dependente. Realidade que é constituída por diferentes graus de complexidades que “[...] não são partes cuja soma forma o todo, mas, sim, elementos em grau menor de complexidade que se articulam com a complexidade maior pelas mediações.” (CARDOSO, 1995, p. 7). A mediação da mídia é fundamental na relação entre cultura e ideologia, cuja síntese é a hegemonia – que é consenso ativo e, como vimos, também, coerção. “Nessa vinculação entre as totalidades de maior e menor complexidade, o sentido da totalidade abrangente é que situa a dinâmica das totalidades parciais.” (CARDOSO, 1995, p. 7). Relação entre cultura, ideologia, hegemonia, consenso, que são complexas, necessárias, que não se hierarquizam, pois intrinsecamente vinculadas. Nessa relação, ao aparentar ter maior destaque, por ser síntese desse processo, o consenso e a hegemonia trazem consigo uma mediação que, também, aparenta maior importância, papel preponderante, a mídia, “[...] como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público.” (GRAMSCI, 2002b, p. 350).

A televisão, por sua vez, destaca-se, no campo da mídia hegemônica, em razão de, realça o pensador sardo, ser (a imprensa) “[...] a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica.” (GRAMSCI, 2001a, p. 78), ainda que não seja a única. E, em especial, a Rede Globo, por sua trajetória de vínculo com o núcleo central da estratégia de dominação das massas no país. Desde a Ditadura Militar, “[...] o que predomina, o que transparece na Globo, é a ideologia das classes dominantes.” (HERZ, 1989, p. 16).

A televisão como difusora da ideologia de classe, pode contribuir para neutralizar processos de autoconsciência. Ou, além disso, em situações nas quais os partidos orgânicos e fundamentais, estando divididos em frações, ela pode cumprir as funções de informar, dar direção política e, tal como Gramsci (2002b, p. 350) avaliava em sua época – um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) – exercer o papel de “[...] Estado-maior intelectual do partido orgânico”.

Eis o que observamos em dois momentos diferentes, mas interligados entre si: o processo eleitoral de 2014 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Em 2014, a mídia monopolizada pela classe dominante perdeu, o PT venceu a eleição presidencial, mas, em 2016, a posição apoiada por ela prevaleceu, o PT foi apeado do governo federal. O que demonstra o exato tamanho de sua influência: não é a instância com o poder maior porque mobiliza, dentre outras estratégias no campo midiático, as maiores audiências, mas um dos suportes do poder econômico. Na eleição, mesmo unificada com a candidatura do campo conservador, sua mediação não foi determinante. No impeachment, as mobilizações de rua foram impulsionadas por ela, e, sobretudo, viabilizadas pelos instrumentos privados de hegemonia à disposição da classe dominante, tais como FIESP, governos estaduais (o de São Paulo, liberando metrô gratuitamente nos dias das manifestações, por exemplo), movimentos sociais como MBL, *Vem pra Rua*, etc. Nesse embate, contribuiu para amplificar as posições ideológicas das mais conservadoras, a exemplo da força política surgida em torno das posições do Deputado Federal Jair Bolsonaro, a partir das manifestações de 2015.

Outro fato a considerar também foi o engajamento da Rede Globo na tese do *impeachment* de Michel Temer. Diferentemente do impedimento de Dilma Rousseff, no caso Temer – por duas vezes em votação na Câmara dos Deputados, com cobertura ao vivo na programação da emissora –, o pedido para iniciar o processo de impedimento do presidente não foi aprovado. A posição da maior emissora de televisão não prevaleceu. A maioria das frações da classe dirigente e dominante estava unificada no Estado, sob comando do PMDB de Michel Temer, menos a família Marinho.

No Brasil, analisa Bernardo Kucinski e Venício A. de Lima (2009, p. 123), a mídia tem sido “[...] antigovernista, quando os governos são portadores de projetos de autonomia nacional, como foram os governos de Getúlio, Juscelino, que rompeu com o FMI, Jango e agora o de Lula”. E, continuam os autores, “[...] governista, ou áulica, na adjetivação de Nelson Werneck Sodré, quando o governo faz o jogo da dependência, como foram os governos de Dutra, Café Filho, Jânio Quadros e Fernando Henrique.” (KUCINSKI; LIMA, 2009, p. 123). Por seus interesses econômicos próprios, a Globo destoou da posição majoritária ao deixar de ser governista e deixar de tratar o governo Temer como estratégico para os interesses subordinados do capital. Sua agenda de reformas neoliberais expressa bem esse papel.

Controlar as concessões dos canais de televisão, sobretudo, está dentro da lógica segundo a qual “[...] uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica.” (GRAMSCI, 2002b, p. 265). Essa é uma ação fundamental para “[...] conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia.” (GRAMSCI, 2004, p. 99). Essa é a regra. A dissonância da Globo foi exceção. Devidamente realinhada, em seguida, quando Temer se consolida no Palácio do Planalto. E as reformas da Previdência, trabalhista, privatização da Eletrobrás, etc, são retomadas fortemente.

A partir dos anos 2000, com a popularização do acesso à rede mundial de computadores, embora com uma rede de acesso irrisória, as redes sociais têm se constituído como espaço mais aberto de debate. Serve, no entanto, como válvula de escape que, às vezes, visibiliza posições divergentes e opiniões contrárias no debate, longe, ainda, de ser instrumento de democratização do debate público. Como evidencia Mészáros (2004, p. 233, grifos do autor), as ideologias dominantes da ordem social estabelecida “[...] desfrutam de uma importante *posição privilegiada* em relação a todas as variedades de ‘contraconsciência’ [...] podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo”.

São amplas as estruturas historicamente construídas para uma ação autoritária e de características limitadoras da cidadania. Uma mídia concentrada que ainda é mais fortemente limitada pelo caráter oligárquico que tem se caracterizado a política do Estado. O pacto de elites é evidente, embora percebido em poucos processos de transição de um momento histórico para outro: (a) Império para República, (b) período da República Velha para o Estado Novo, (c) da Nova República para a redemocratização até os dias atuais: a velha estrutura oligarquizada do Estado brasileiro é visível na velha estrutura do controle da mídia brasileira. O desenvolvimento dos meios de comunicação não implicou democratização do debate público. Pelo contrário, constituíram-se em monopólios da enunciação e da fala, silenciando permanentemente os setores dominados, à exceção quando eles construíram amplas mobilizações envolvendo o povo e forçando a serem reconhecidos em suas demandas, pautas e projetos.

Frente a essa realidade e estrutura oligárquica a que estamos submetidos, à questão formulada por Gramsci (2001a, p. 79), “[...] o que se pode

contrapor, por parte de uma classe inovadora, a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante?”, a elaboração de Francisco de Oliveira adequa-se perfeitamente como resposta: “[...] a classe se faz em ato, pelo projeto que porta e pelo sentido antagônico com a dominação vigente.” (OLIVEIRA, 2005, p. 166).

Eis a direção aos subalternos e suas organizações que resistem e almejam superar tanto a “[...] *consolidação conservadora* da dominação burguesa no Brasil.” (FERNANDES, 2006, p. 245, grifo do autor) e sua estrutura oligárquica – notadamente a maranhense – e essa *formidável trincheira* midiática da classe hegemônica, especialmente a mídia eletrônica de televisão. Levando em conta que “[...] não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.” (GRAMSCI, 2001a, p. 53, grifo do autor), evidente que esse processo de transformação não é só um ato de vontade de um indivíduo, de um grupo, pois as condições materiais, econômicas, do tempo presente, serão imprescindíveis para a realização e construção do devir que se pretende de uma alternativa societária.

Mas para isso, é preciso exercer o espírito de cisão, “[...] isto é, a conquista progressiva da consciência da própria personalidade histórica [...] [o que] requer um complexo trabalho ideológico.” (GRAMSCI, 2004, p. 79)¹¹⁹. E o que se pode contrapor, e exercer um verdadeiro espírito de cisão, por parte dos sujeitos e organizações das classes subalternas na luta por uma comunicação democrática é elaborar uma concepção própria, democrática, das políticas de comunicação. Como no exemplo argentino, na Lei de Meios, construir luta e propostas para uma sociedade que democratize seus meios de comunicação, seus veículos radiofônicos. E não se faz isso conciliando interesses antagônicos, mas afirmando, no método e na formulação das proposições, essa uma nova concepção de políticas públicas para a radiodifusão, por exemplo. Boa parte das formulações concretas sobre essas propostas estão registradas no projeto de lei da mídia democrática. Falta que as lideranças e organizações que têm maior influência sobre a estratégia de construção da hegemonia alternativa por parte das classes subalternas assumam essas propostas como elemento estratégico dessa disputa política. “A velha vontade

¹¹⁹ Espírito de cisão, conforme Carlos Nelson Coutinho (apud GRAMSCI, 2001a, p. 296, grifo do autor), em nota número 18: “[...] é uma expressão que aparece frequentemente nos escritos de Gramsci. Trata-se de peculiar leitura gramsciana de um conceito presente em George Sorel, que, na primeira seção do capítulo 6 das *Reflexões sobre a violência* [...], fala da ‘cisão entre as classes que é a base de todo socialismo’”.

coletiva desagrega-se em seus elementos contraditórios, porque os elementos subordinados destes últimos se desenvolvem socialmente.” (GRAMSCI, 2002b, p. 289). Não houve desenvolvimento de uma nova vontade na gestão das políticas públicas de comunicação, no período petista, no Ministério das Comunicações. Se a correlação de forças estava adversa, se a governabilidade ficaria abalada junto aos setores conservadores que integravam a base parlamentar das gestões Lula da Silva/Dilma Rousseff no Congresso Nacional – em boa parte, proprietários de canais de rádio e televisão –, o erro foi não confrontar a *velha vontade coletiva*, a fim de fortalecer a emergência da nova, representada nos setores progressistas que defenderam que o Governo Federal implantasse uma nova política de comunicação para o país, oriunda das recomendações construídas na única Conferência Nacional das Comunicações (CONFECOM)¹²⁰, realizada, em 2009. A opção equivocada dos dirigentes da estratégia governista foi neutralizar os grandes conglomerados da mídia eletrônica, não assumindo a pauta da I CONFECOM. Ledo engano!

Nos 13 anos de governo petista no Palácio do Planalto, o Ministério das Comunicações teve sete ministros: Miro Teixeira (2003-2004 – à época, PDT, hoje REDE), Eunício Oliveira (2004-2005 – PMDB), Hélio Costa (2005-2010 – PMDB), José Artur Filardi (2010 – PMDB), Paulo Bernardo (2011-2015 – PT), Ricardo Berzoini (2015 – PT) e André Figueiredo (2015-2016 – PDT). O PMDB foi o partido que mais tempo ficou no Ministério das Comunicações de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Nenhum deles foi nomeado sem a anuência tácita da Rede Globo. “O Lula fez um pacto estratégico, com o grande capital [...] [e] um pacto de convivência com a Globo [...] de vez em quando, um tem que intimidar o outro.”, o que fez com que nas políticas públicas na área de das comunicações, não conseguisse e, em algumas áreas, inclusive andasse para trás. (KUCINSKI, LIMA, 2009, p. 110).

Nesse intervalo, o único passo atrás dado pela mídia hegemônica, reiteramos, foi imposto pelo povo, no segundo turno das eleições de 2014, reelegendo Dilma Rousseff, contra o candidato amplamente apoiado pelos setores monopolizados da mídia dominante, o tucano Aécio Neves. E, a partir de então,

¹²⁰ A I – Conferência Nacional das Comunicações (CONFECOM) contou com etapas preparatórias em 27 unidades da federação, envolveu diretamente cerca de 30 mil pessoas dos mais diversos segmentos, empresariado, trabalhadores, movimentos sociais diversos. Foram debatidos temas como o sistema público de comunicação, as concessões de rádio e TV, a universalização da banda larga, a criação do Conselho Nacional de Comunicação, dentre outros. Suas deliberações não foram encaminhadas pelo governo. No Maranhão, a única vez que se debateu tão amplamente esses temas foi na etapa regional da Conferência. As deliberações também não foram seguidas pelo governo Roseana Sarney. (BRASIL, 20120).

esses setores não deram trégua, até o *impeachment* da petista, numa forma de *Risorgimento*, como traduziu Gramsci (2001b, p. 89, grifos do autor) esse termo, embora próprio à tradição literária da península italiana: “[...] retorno a um estado de coisas já havido no passado, ou de ‘retomada’ ofensiva (*ricossa*) das energias nacionais dispersas em torno de um núcleo militante e concentrado”.

No Maranhão, confrontar a estrutura oligarquiza exige mais disposição ainda, mais espírito de cisão, mais classe em ato, assumindo seu projeto antagônico. Nas três experiências de governo por fora do comando de José Sarney, as políticas de comunicação destoaram muito pouco ou quase nada do que vinha sendo conduzido pelos governos sarneyzistas. Nem em José Reinaldo Tavares, nem em Jackson Lago, nem em Flávio Dino ocorreu qualquer tentativa de realização de uma Conferência Estadual das Comunicações – ironicamente, a única feita foi no governo Roseana Sarney, em 2009, por força da realização da Conferência Nacional.

Dos três governos, inclusive, o rompimento mais significativo com o sistema Mirante de comunicação se deu no governo Tavares. O sistema Mirante deixou de receber, à época, 700 mil reais mensais de verba publicitária¹²¹. O montante veio a público por entrevista do então Governador José Reinaldo (2002-2007) ao jornal O Imparcial, edição de 21 de março de 2006, rompido a partir de julho de 2004 com o grupo pelo qual fez sua carreira política. Tavares redirecionou as verbas oficiais publicitárias do sistema Mirante para uma rede de repetidoras e retransmissoras locais de televisão, jornais impressos locais (na capital, especialmente os jornais O Imparcial e Jornal Pequeno), rádios AM’s, FM’s e FM’s comunitárias e constituiu uma rede própria de aliados midiáticos para confrontar a oposição do sistema Mirante a seu governo.

A política de seu sucessor, Jackson Lago não só desmontou essa rede como restabeleceu os contratos com a TV Mirante. O secretário de Estado da Comunicação, inclusive, foi escolhido para ser aquele que pudesse manter uma intermediação com Fernando Sarney, administrador do Sistema Mirante, e, assim, neutralizar a oposição dos veículos da família ao governo de Lago. A Mirante recuperou sua verba publicitária oficial e manteve oposição tão dura ao governo da

¹²¹ É de Couto (2009) o cálculo segundo o qual, em nove anos e meio, correspondentes ao período dos governos Roseana Sarney e José Reinaldo, este quando ainda no grupo, mais de 79 milhões de reais foram transferidos das contas públicas para as contas particulares do Sistema Mirante.

Frente de Libertação quanto o fez ao de José Reinaldo. As relações do secretário de Comunicação do governo de Jackson Lago¹²² com a oligarquia Sarney, ficariam explicitadas quando da nomeação dele, dois anos depois da cassação do mandato de Jackson Lago, para uma das assessorias da Presidência do Senado, cujo presidente (José Sarney!) fora reeleito, em 2011, para comandar o Congresso Nacional por mais um mandato de dois anos.

No governo Flávio Dino as políticas de comunicação, em que pese a tentativa de reestruturação da rádio Timbira, canal pertencente ao Estado do Maranhão, e um ou outra articulação com setores dos movimentos sociais, a exemplo das rádios comunitárias pelas quais o governo tenta organizar uma rede de retransmissoras dos programas de seu governo, a política de neutralização da oposição midiática ao governo, analogamente, é uma repetição do governo Lago. Constituiu-se uma rede de blogueiros aliados, arregimentados ou diretamente nos cargos da Secretaria de Comunicação ou via agência responsável pela publicidade do governo, se busca arrendar a segunda maior emissora do grupo oposicionista ao governo apoiando a indicação do superintendente geral para coordenar a rede de rádios, televisão e sites da família Lobão: Zeca Pinheiro. Nas políticas de comunicação, a mesma estratégia de comunicação, em alguns casos, sequer nem mudança de nomes.

Destruir é muito difícil, exatamente tão difícil quanto criar. Porque não se trata de destruir coisas materiais. Trata-se destruir “relações” invisíveis, impalpáveis, ainda que se escondam nas coisas materiais. É destruidor-criador quem destrói o velho para trazer à luz, fazer aflorar o novo que se tornou “necessário” e urge implacavelmente no limiar da história. (GRAMSCI, 2001b, p. 105, grifos do autor).

Em face dessa complexidade que são as relações da realidade social, evidente que são muitas as dificuldades de se destruir o clientelismo, as relações

¹²² A nomeação de Zeca Pinheiro para a assessoria de José Sarney na presidência do Senado foi amplamente noticiada na imprensa maranhense. Um dos registros pode ser acessado aqui, num dos blogs hospedados no site do sistema Mirante. (SOARES, 2011). Zeca Pinheiro foi secretário de Comunicação da Prefeitura de São Luís na gestão de Tadeu Palácio. Sua nomeação ao cargo estadual era contabilizada como um pleito de Tadeu Palácio que, de origem no grupo Sarney, ficou na oposição ao grupo enquanto foi trazido pelo PDT para uma posição confortável: primeiro como vice-prefeito de Jackson Lago, em 2000, na eleição em que Lago se aproximou de Roseana Sarney, então cotada para uma candidatura à Presidência da República e em ascensão nas pesquisas, como pré-candidata escolhida pelo PFL (a coligação de Lago teve o apoio da Governadora Roseana Sarney cuja base de vereadores sarneyzistas indicou o nome do então vereador Tadeu Palácio para ocupar a vaga de vice-prefeito); depois como prefeito da capital pelo PDT eleito, com a saída de Jackson para disputar o governo, em 2002; em, seguida, reeleito pelo PDT, em 2004. Após a cassação de Jackson, Tadeu Palácio retorna a seu grupo de origem, sendo nomeado secretário de Estado do Turismo, no governo Roseana Sarney (2011-2014).

patrimonialistas, o compadrio da velha estrutura oligárquica. São muitas as dificuldades de destruir as velhas políticas de comunicação, em que ausência da regulação e da regulamentação da radiodifusão é um arranjo combinado entre o poder político com o poder midiático, evangélicos, grupos políticos regionais. (KUCINSKI; LIMA, 2009). Mas é possível superar essa realidade, apesar das crescentes adversidades do tempo atual. Para isso, é necessário não abandonar a reflexão crítica, fazer a análise precisa da conjuntura, confrontar os pontos fundamentais da estrutura, não titubear, chamar a povo à participação no processo de decisão das políticas do governo. Enfim, acreditamos na máxima na qual anima Gramsci (2001a, p. 267, 321), “[...] pessimismo da inteligência, otimismo da vontade.” – essa deve ser a palavra de ordem “[...] de todo comunista consciente dos esforços e dos sacrifícios que são exigidos a quem voluntariamente assumiu um posto de militante nas fileiras da classe operária”.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. O controle social e a mediação da política de assistência social na sociedade brasileira na atualidade: indicações para o debate. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 1, 2002a. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/issue/view/265/showToc>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2012**. Brasília, DF, 19 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=282876&assuntoPublicacao=Acordo%20de%20Coopera%E7%E3o%20T%E9cnica%20n%BA%202/2012.&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=282876.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. **Conselho Diretor**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/institucional/conselho-diretor/reunioes-e-sorteios-de-materias-do-conselho-diretor/conselho-diretor-detalle/sobre-o-conselho-diretor>>. Acesso em: 14 fev. 2018

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas**. [S. l.], [2--?]a. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/_Novo_Siaccio/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp>. Acesso em: 7 jan. 2018.

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas**: Rádio e TV Difusora do Maranhão LTDA. [S. l.], [2--?]b. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/_Novo_Siaccio/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20E%20TV%20DIFUSORA%20DO%20MARANHAO%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=06275598000108>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas**: Rádio Cidade São Luís LTDA. [S. l.], [2--?]c. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/_Novo_Siaccio/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20CIDADE%20SAO%20LUIS%20LTD A&indtiposociedade=Limitada&chave=05746706000110>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas**: Rádio TV do Maranhão LTDA. [S. l.], [2--?]d. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/_Novo_Siaccio/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20TV%20DO%20MARANHAO%20LTD A&indtiposociedade=Limitada&chave=06339501000183>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas**: Televisão Mirante LTDA. [S. l.], [2--?]e. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaccio/_Novo_Siaccio/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20TV%20DO%20MARANHAO%20LTD A&indtiposociedade=Limitada&chave=06339501000183>. Acesso em: 12 jan. 2018.

as/tela.asp?acao=w&nomeentidade=TELEVISAO%20MIRANTE%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=07306616000134. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Sistema Maranhense de Radiodifusão LTDA. [S. l.], [2--?]f. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siaco/_Novo_Siaco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=SISTEMA%20MARANHENSE%20DE%20RADIOFUSAO%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=41489261000102>. Acesso em: 12 jan. 2018.

AGOSTINE, C. “Comunismo” avança no Maranhão e enfraquece Família Sarney. **Valor Econômico**, [S. l.], 26 out. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/4756189/comunismo-avanca-no-maranhao-e-enfraquece-familia-sarney>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ALIMONT, V. **Entre mercadoria e democracia nas políticas para televisão no Brasil...** 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?wpfb_dl=3>. Acesso em: 7 jan. 2018.

ALMEIDA, A. M. **Mídia eletrônica: seu controle nos EUA e no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

AMORIM, P. H. **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

ANÁLISE de conjuntura com José Paulo Netto. Canal Iva Boschetti. Brasília, DF, abr. 2016. Palestra proferida no PPGPS/SER/UNB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xJnbJYKq6O4>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

ARCANGELI, A. Força de trabalho e subdesenvolvimento: o caso maranhense. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3706>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. **O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987.

AZAR, Z. S. et al. O trabalho metamorfoseado no Maranhão: bases históricas e expressões atuais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., São Luís, 2011. **Anais...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MESAS_TEMATICAS/O_TRABALHO_METAMORFOSEADO_NO_MARANHAO.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BARBOSA, A. L. S. et al. De Tv Ribamar à Tv Cidade: histórico e polêmica atual sobre sua concessão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 29., Brasília, DF, 2006. **Anais...** Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1168-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. As “temporalidades” da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 9/10, 2003. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.

_____; LOPES, D. A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e transnacional. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., Londrina, 2013. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. (Org.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____; _____. **A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes**. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. Ministério das Comunicações. **Caderno da 1ª CONFECOM - Conferência Nacional de Comunicação**. Brasília, DF, jun. 2010. p. 25-43.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005. Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 fev. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5371.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.

_____. _____. Decreto nº 70, de 26 de março de 1991. Promulga a Convenção Internacional de Telecomunicações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 5557, 27 mar. 1991. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-70-26-marco-1991-342799-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. _____. Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 mar. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. _____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995. Disponível

em:<<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. _____. Secretaria Especial de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016**: relatório final. Brasília, DF, 2016. Disponível em:<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Partidos políticos registrados**. Brasília, DF, [2-?]. Disponível em:<<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BRECHT, B. O rádio como aparato de comunicação: discurso sobre a função do rádio. Tradução [a partir do alemão] de Tercio Redondo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 227-232, ago. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2016.

_____. **Teoria do rádio (1927-1932)**. Tradução de Regina Carvalho e Valci Zuculot. Almanaque da Comunicação, 2011. Disponível em:<<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/o-radio-na-visao-de-bertolt-brecht-em-1932/>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

BUCCI, E. A crítica de televisão. In: BUCCI, E.; KEHL, M. R. **Videologias**: ensaios sobre a televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUZAR, B. **O vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CALDEIRA, J. R. de C. **Integralismo e política regional**: a ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Annablume, 1999.

CARDOSO, F. G. Sobre “o método marxiano para o conhecimento do ser social”. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 1, n. 1, 1995. Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3708>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CARNEIRO, E. **Discurso na abertura do 26º Congresso da ABERT**. Rio de Janeiro, jun. 2012. Disponível em:<<http://observatoriodaimprensa.com.br/download/702IPB001.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2018.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 9 jan. 2018.

CHAUÍ, M. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, C. A. L. **Luz! Mais luz! Caminhos e memórias**: rádio e TV maranhenses. São Luís, 2013.

_____, C. N. P. Mídia e poder na sociedade do espetáculo. **Revista Cult**, São Paulo, n. 154, 2011. Disponível em:<<https://www.cultloja.com.br/produto/cult-154-fevereiro-2011/>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

COMPARATO, F. K. A democratização dos meios de comunicação de massa. In: BUCCI, E. et al. (Orgs.). **A TV aos 50**: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p.183-201.

COSTA, W. C. da. A Bomba Suja: crise, corrupção e violência no Maranhão contemporâneo (2004-09). In: CARNEIRO, M. (Org.). **A Terceira Margem do Rio**: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970). **Ciências Sociais em Revista**, São Luís, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/214754773/Untitled>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

_____. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney**. São Luís: EDUFMA, 1997.

_____. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

_____, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COUTO, C. A. A. de M. **Estado, mídia e oligarquia**: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2009.

CUTRIM, J. Família Sarney e aliados estão entre os políticos donos do maior número de televisão e rádios do país. **Blog do John Cutrim**, São Luís, 2 abr. 2010. Disponível em:<<http://www.jornalpequeno.com.br>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

DANTAS, R. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 91-118.

DIAS, E. F. **Democracia operária: Volume I**. Campinas: Editora da Unicamp. 1987a.

_____. **Democracia operária: Volume II**. Campinas: Editora da Unicamp. 1987b.

_____. Intelectuais: para que e para quem? In: LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D. R.; SANTOS, W. da S. (Orgs.). **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas: Librum Editora, 2013. p. 118-140.

_____. **O outro Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

DOUGLAS, F. **Mídia eletrônica, controle social e poder econômico: particularidades da concessão da TV Difusora/Rede Globo no Maranhão**. 123 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011b.

DUTRA, D. **O camaleão**. São Luís: [s. n.], [2009].

EDITORIAL: Retomar a Paulista. Folha de São Paulo, São Paulo, 13 jun, 2013a. Opinião. Não paginado. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

EDITORIAL: Vitória nas ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2013b. Opinião. Não paginado. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/06/1298034-editorial-vitoria-das-ruas.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.)

ESCOSTEGURY, D. “Fui extorquido na casa civil”. **Veja**, São Paulo, 19 out. 2010. Brasil. Não paginado. Disponível em:<<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-extorquido-na-casa-civil/>>). Acesso em: 19 out. 2010.

FEITOSA, R. M. M. **O processo sócio-econômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, F. D. 20 anos da captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: política, negócios e clientelismo eletrônico em torno da retransmissão da Rede Globo no Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., São Luís, 2011. **Anais...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2011a. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_CULTURA_E_IDENTIDADE/20_ANOS_DA_CAPTURA_DA_TV_DIFUSORA_POR_SARNEYLOBAO.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2018.

FONTES, V. Intelectuais e mídia – quem dita a pauta? In: COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FORUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO. **Bases de um programa para a democratização da comunicação no Brasil**: versão aprovada na V plenária do Fórum. Salvador, 1994. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/ZE+MIGUEL/Carta+de+Salvador/Bases+de+um+Programa+para+a+Democratizacao+da+Comunicacao+no+Brasil.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

_____. **Dossiê das Comunicações - 1996**, Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/FNDC/Dossie+das+Comunicacoes+1996.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2018.

FREDERICO, C. Brecht e a “Teoria do rádio”. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 217-226, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2016.

GASPARI, E. A aventura do altar de Olinda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 ago. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1208200121.htm>>. Acesso em 08 jan. 2018.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, M. de F. da C. **A invenção de uma Rainha de Espada**. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA-PROINCS, 2000.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**: literatura; folclore; gramática; apêndices; variantes e índices. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 1. ed. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Cadernos do cárcere**: o risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002c.

_____. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

_____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura; ação católica; americanismo e fordismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Holanda e Marco Aurélio Nogueira. v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

GRUPO DE MÍDIA DE SÃO PAULO. **Mídia Dados Brasil 2017**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://dados.media/#/dashboards/TELEVISION>>. Acesso em: 8 jan. 2018.

HERZ, D. K. “Quem são os donos da mídia no Brasil. **Observatório da Imprensa**, 2002. Entrevista concedida a Luiz Egypto. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/FNDC/Observatorio-Versao+Final.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **A história secreta da Rede Globo**. 13. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

_____. **Sistemas de comunicação no Brasil**. [S. l.: s. n.], [19--]. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Conselho+de+Comunicacao/Sistemas+de+Comunicacao+no+Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. In: IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 139-166.

IASI, M. L. De onde vem o conservadorismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 2015. Não paginado. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM COMUNICAÇÃO. **Os donos da mídia**. Porto Alegre, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadores_minimos/sinteseindicsoais2010/default.shtm>. Acesso em: 12 set. 2016.

INTERVOZES – COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil**: como combater as ilegalidades no rádio na TV. São Paulo, out. 2015. Disponível em: <http://intervozes.org.br/publicacoes/caminhos-para-a-luta-pelo-direito-a-comunicacao-no-brasil_01/>. Acesso em: 9 jan. 2018.

_____. Regulação da radiodifusão. **Observatório do Direito à Comunicação**, São Paulo, [20--?]. Não paginado. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?page_id=28556>. Acesso em: 9 jan. 2018.

JARDIM, L. TV da família Sarney levou 43% da verba publicitária no governo de Roseana Sarney. **Veja**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/?p=1122815?utm_source=redesabril_veja&utm_medium=twitter&utm_campaign=redesabril_veja&utm_content=feed&>. Acesso em 27 abr. 2015.

KOHAN, N. **El capital: historia y método - una introducción**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004.

KUCINSKI, B. Mídia da exclusão. In: _____. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 49-70.

_____; LIMA, V. A. de. **Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

LAMPEDUSA, G. T. Di. **O Leopardo**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEIA a íntegra do interrogatório de Lula a Moro. **UOL**, São Paulo, 13 set. 2017. Não paginado. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/13/leia-a-integra-do-depoimento-de-lula-a-moro.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

LIMA, C. C. **A formação profissional em Serviço Social nos países amazônicos da América Latina sob o neoliberalismo: tendências no movimento de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Colômbia**. 316 f. 2014. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

_____, L. C. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____, V. A. de. **Mídia: teoria e política**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LÍRIO, S. Não tenho culpa. **Carta Capital**, São Pulo, 369 ed., nov. 2005.

LOBATO, E. **Antenas da floresta: a saga da TV's da Amazônia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

LOPES, J. B. Especificidades na identidade e no movimento das classes sociais nas transformações contemporâneas das sociedades de capitalismo periférico: as metamorfoses no Maranhão, no caso brasileiro. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., São Luís, 2009. **Anais...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2009.

Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/7_desenvolvimento-regional/especificidades-na-identidade-e-no-movimento-das-classes-sociais-nas-transformacoes-contemporanea.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

_____. et al. **As classes sociais nas transformações contemporâneas:** metamorfoses e incidência na luta social e no Serviço Social. São Luís, 2006. Projeto de Pesquisa. Departamento de Serviço Social – UFMA.

MAIS de 60 ficam feridos e 26 são presos em protesto em Madri. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 set. 2012. Mundo. Não paginado. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2012/09/1159143-mais-de-60-ficam-feridos-e-26-sao-presos-em-protesto-em-madri.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução [a partir da edição francesa] de Maria Helena Barreiro Alves e [revisão da tradução] Carlos Roberto F. Nogueira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução [a partir do original alemão] de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2.ed revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Introdução [à crítica da economia política]. Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

_____; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, S. **História da televisão brasileira:** uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

MELO, J. M. de. **Teoria do jornalismo:** identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MESMA Estratégia. **Blog do Gojoba**, São Luís, 20 jul. 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONAL, I. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MORAES, D. **O planeta mídia:** tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra livre, 1998.

MOTTER, P. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação e Política**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 89-116, 1994.

MOVIMENTO DE DEFESA DA ILHA. Manifesto Internacional contra apoio do governo maranhense à construção de porto no lugar da comunidade do Cajueiro. São Luís, 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://defesadailha.hospedagemdesites.ws/defesadailha/2017/12/20/manifesto-internacional-contra-apoio-do-governo-maranhense-a-construcao-de-porto-no-lugar-da-comunidade-cajueiro/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OLIVEIRA, F. Quem canta de novo L'internazionale?. In: SANTOS, B. (Org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAULO NETTO, J. Universidade, calde de cultura pós-moderno e a categoria de hegemonia. In: COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica do Serviço Social, v. I).

PRÓ-TV – ASSOCIAÇÃO DOS PIONEIROS, PROFISSIONAIS E INCENTIVADORES DA TELEVISÃO BRASILEIRA. **60 anos de TV no Brasil**. São Paulo: [s.n.], 2011. Não paginado. Disponível em: <<http://www.museudatv.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

RAMOS, M. C.; SANTOS, S. dos (Org.). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas. São Paulo: Paulus, 2007.

RANGEL, R. Fernando agradece ao pai por TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 14. Fev. 2018.

REBOUÇAS, E.; MARTINS, M. Evolução da regulamentação da mídia eletrônica no país. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., São Luís, 2007. **Anais...** São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/download/Evolucao_da_regulamentacao_da_midia_eletronica_no_Brasil%20.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2018.

REIS, F. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s. n.], 2007.

_____. **Guerrilhas**. São Luís: Pitomba-Vias de Fato, 2012.

RODRIGUES, F. Dilma cortou R\$ 591,5 milhões do gasto com propaganda federal em 2015. **Blog do Fernando Rodrigues**, [S. l.], 6 maio 2016. Não paginado. Disponível em: <<http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2016/05/06/dilma-cortou-r-5915-milhoes-do-gasto-com-propaganda-federal-em-2015/>>. Acesso em: 6 maio. 2016.

_____, W. Edinho Lobão na conjuntura. **Blogue do Colunão**, São Luís, 25 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.walter-rodrigues.jor.br/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SARNEY, J. Um novo tempo, uma nova geração. **Jornal O Estado do Maranhão**, São Luís, 7 out. 1994. Capa.

SCORSIM, E. M. **Estatuto dos serviços de televisão por radiodifusão**. 343 f. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?wpfb_dl=70>. Acesso em: 9 jan. 2018.

SEGALLA, P. L. V. Áudios mostram que partidos financiaram MBL em atos pró-impeachment – **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 maio 2016. Não paginado. Disponível aqui: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1775543-audios-mostram-que-partidos-financiaram-mbl-em-atos-pro-impeachment.shtml>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SILVA, I. G. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Política e ideologia no Maranhão: do Maranhão Novo ao Novo Tempo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., São Luís, 2013. **Anais...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/politicaeideologianomaranhao-domaranhaonovoaonovotempo.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2018.

SILVERSTONE, R. Prefácio. In: WILLIAMS, R. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

SIMIONATTO, I. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, C.; MATTOS, F. Elementos histórico-regulatórios da televisão brasileira. In: BOLAÑO, C. R. S.; BRITTOS, V. C. (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

SOARES, Z. Zeca Pinheiro assume cargo no Senado. **Blog do Zeca Soares**, São Luís, 16 jun. 2011. Não paginado. Disponível em: <<https://www.blogsoestado.com/zecasoares/2011/06/19/zeca-pinheiro-assume-cargo-no-senado/>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

SODRÉ, M. O jogo contra-hegemônico do diverso. In: COUTINHO, E. G. **Comunicação e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

SOUSA, B. M. R de. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia**, São Paulo, 2015. (Análises, n. 13). Disponível em:<<http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. **Burguesia radiodifusora no Brasil**: propriedade privada e direção da produção cultural. 228 f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em:<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?wpfb_dl=10>. Acesso em: 7 jan. 2018.

TAHAN, L; PAIXÃO, A. H. Advogado preso na Lava Jato queria expandir negócios no Maranhão. **Blog do John Cutrim**, São Luís, 2017. Não paginado. Disponível em:<<http://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/advogado-pres-na-lava-jato-queria-expandir-negocios-no-maranhao/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afina do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

WILLIAMS, R. **Televisão**: tecnologia e forma cultural. São Paulo: Boitempo; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016.

ANEXOS

ANEXO A - Blog do Bojoba (Roseana explica por que tomar TV de Bacelar)



Fonte: MESMA Estratégia. **Blog do Gojoba**, São Luís, 20 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MESMA ESTRATÉGIA

Quando em 1986 o governador do Maranhão era Luiz Rocha, a batalha eleitoral se desenvolvia até certo ponto tranquila com os candidatos já postos. Epitácio Cafeteira era o candidato a governador com a chapa senatorial situacionista sendo formada por Carlos Magno Duque Bacelar e Alexandre Costa, que concorria a reeleição. Só que aí, numa jogada urdida pela oligarquia Sarney, eis que surge o então deputado Edison Lobão que entrou como um terceiro disputante ao Senado. Apesar do descontentamento do governador Luiz Rocha, Lobão tinha todo o apoio da oligarquia que ainda lançou Américo de Sousa como o quarto candidato. Só que Américo foi o braço auxiliar de Lobão minando, com muito dinheiro, a candidatura de Magno Bacelar. Resultado foi que Lobão foi o eleito. Por essa e outras que Luís Fernando, tido como escolhido pela oligarquia para suceder Roseana Sarney, deve tomar todo o cuidado.

Plano Diabólico

O que moveu a oligarquia Sarney a conjurar contra a candidatura senatorial de Magno Bacelar foi o seu poderoso meio de comunicação. Ele era dono da TV Difusora, então principal emissora de televisão do Maranhão, afiliada da Rede Globo, e da rádio Difusora AM, com 80 por cento de audiência. O que Sarney queria? Destruir as emissoras de Magno Bacelar e fortalecer as suas. Daí que quando perguntada sobre a razão de tanta perseguição ao deputado Magno Bacelar, Roseana Sarney simplesmente respondeu: “Não é fácil tomar a televisão de um senador”. Ali, em 1986 a oligarquia Sarney já tramava contra um de seus principais aliados e até financiador de campanha. Em várias ocasiões Carlos Magno Duque Bacelar assumiu, sozinho, os encargos financeiros de candidatura de Zequinha Sarney. E anos depois, os oligarcas conseguiram tomar as emissoras de Magno Bacelar, botar o sinal da Rede Globo na TV Mirante e persegui-lo em várias ocasiões. É assim que a oligarquia age, usando o poder do Estado em proveito próprio.

ANEXO B - Estado de São Paulo (Fernando Sarney agradece ao pai por TV)

Fernando agradece ao pai por TV

Outorga de emissora foi saudada com "obrigado, paizão?"

22 de julho de 2009 | 08:00

Notícia

Assine a Newsletter

Enviar

Recomendar

Seja o primeiro de seus amigos a recomendar isso.

Rodrigo Rangel, BRASÍLIA - O Estado de S. Paulo

No telefonema ao filho Fernando, para tratar da nomeação do namorado da neta no Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) aproveita para dar uma boa notícia ao primogênito, encarregado de tocar os negócios da família. O senador diz a Fernando que tinha acabado de ser assinada, no Ministério das Comunicações, a outorga de mais uma repetidora da TV Mirante, a rede de televisão dos Sarney no Maranhão.

"Ontem foi assinado o negócio da TV de Estreito, a repetidora", diz Sarney. Fernando primeiro comemora. "Beleza, ótimo! Isso é uma boa notícia", diz o empresário. E, logo depois, agradece. "Ótima notícia, tá, paizão, obrigado."

O telefonema se deu no dia 2 de abril de 2008. Na mesma data, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, do PMDB de Sarney, assinou a portaria 145, que autorizou a TV Mirante a "executar o Serviço de Retransmissão de Televisão (...)" no município de Estreito, Estado do Maranhão. A tramitação do processo no ministério durou pouco mais de um ano. Teve início em 29 de março de 2007.

A portaria ampliou os domínios da Rede Mirante, afiliada da Rede Globo, que tem sede em São Luís e repetidoras espalhadas por todo o Maranhão. A família Sarney é dona do maior complexo de comunicação do Estado. Além da tevê, possui um jornal, várias emissoras de rádio e um portal na internet.

O Estado revelou em novembro de 2007 que 23 dos 81 senadores - quase um terço do total - aparecem como proprietários de empresas de rádio e TV. Entre os 23 parlamentares, uma pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siaco), do Ministério das Comunicações, mostra que pelo menos 17 têm parentes na sociedade e na direção do negócio - filhos, irmãos, mulheres ou ex-mulheres.

Siga o @estadao no Twitter

estadao no Facebook

92,710

Polyana Amorim compartilhou Chico Buarque anuncia turnê nacional - cultura - na quinta

Claudio Castro compartilhou Governo oficializa isenção total de impostos para bens e serviços à Fifa - esportes - na sexta

Polyana Amorim compartilhou Casar mortos, tradição que resistiu a Mao na China - internacional - no 3: 1 semana

Danielle Moraes Riço compartilhou Usuários do BlackBerry têm problemas pelo 3G da consecutiva - tecnologia - quinta

Domingos Dutra compartilhou Processo que anulou provas da PF na Boi Bamtica correu em tempo recorde - política - no 3: um mês

COMENTÁRIOS

01 Orlando Silva diz que vai processar por ...

02 Em blog, investigado por suposto esquema de ...

03 Obras engatinham e ninguém sabe quanto o ...

04 Assalariados pagam mais IR que os bancos

05 Israel não retornará às fronteiras ...

06 "Eu estarei pronto, seja Lula ou Dilma", diz ...

07 PF abrirá inquérito para investigar ...

08 Ministro propôs acordo para me calar, diz ...

09 Ministro é acusado de liderar fraude no ...

10 Governo japonês proíbe distribuição de ...

zapimóveis VOCÊ TEM QUE ZAPEAR.

Fonte: RANGEL, R. Fernando agradece ao pai por TV. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: 14. Fev. 2018.

FERNANDO AGRADECE AO PAI POR TV

Outorga de emissora foi saudada com “obrigado, paizão”

Rodrigo Rangel, BRASÍLIA

No telefonema ao filho Fernando, para tratar da nomeação do namorado da neta no Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) aproveita para dar uma boa notícia ao primogênito, encarregado de tocar os negócios da família. O senador diz a Fernando que tinha acabado de ser assinada, no Ministério das Comunicações, a outorga de mais uma repetidora da TV Mirante, a rede de televisão dos Sarney no Maranhão.

"Ontem foi assinado o negócio da TV de Estreito, a repetidora", diz Sarney. Fernando primeiro comemora. "Beleza, ótimo! Isso é uma boa notícia", diz o empresário. E, logo depois, agradece. "Ótima notícia, tá, paizão, obrigado."

O telefonema se deu no dia 2 de abril de 2008. Na mesma data, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, do PMDB de Sarney, assinou a portaria

145, que autorizou a TV Mirante a "executar o Serviço de Retransmissão de Televisão [...] no município de Estreito, Estado do Maranhão". A tramitação do processo no ministério durou pouco mais de um ano. Teve início em 29 de março de 2007.

A portaria ampliou os domínios da Rede Mirante, afiliada da Rede Globo, que tem sede em São Luís e repetidoras espalhadas por todo o Maranhão. A família Sarney é dona do maior complexo de comunicação do Estado. Além da tevê, possui um jornal, várias emissoras de rádio e um portal na internet.

O Estado revelou em novembro de 2007 que 23 dos 81 senadores - quase um terço do total - aparecem como proprietários de empresas de rádio e TV. Entre os 23 parlamentares, uma pesquisa no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (Siacco), do Ministério das Comunicações, mostra que pelo menos 17 têm parentes na sociedade e na direção do negócio - filhos, irmãos, mulheres ou ex-mulheres.

ANEXO C - Blog do John Cutrim (Lista de emissoras de Sarney e aliados)



Fonte: CUTRIM, J. Família Sarney e aliados estão entre os políticos donos do maior número de televisão e rádios do país. **Blog do John Cutrim**, São Luís, 2 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

FAMÍLIA SARNEY E ALIADOS ESTÃO ENTRE OS POLÍTICOS DONOS DO MAIOR NÚMERO DE TELEVISÃO E RÁDIOS DO PAÍS

Nos últimos 20 anos, o Grupo Sarney enriqueceu com o Sistema Mirante de Comunicação. A TV Mirante, por exemplo, que começou em 1983, com um capital social (o capital próprio aplicado pelos sócios) de R\$ 120 mil, hoje ostenta uma soma milionária.

São 8 milhões e 133 mil, bem divididos entre os três sócios, filhos do senador e escritor José Sarney (PMDB): o deputado federal Sarney Filho, a governadora Roseana Sarney e o empresário Fernando Sarney. Cada um com 2 milhões e 711 mil.

A alteração contratual que pulou dos meros 120 mil para o valor milionário está publicada no Diário Oficial do Senado Federal datado de Julho de 2004.

No mesmo Diário, consta ainda o projeto de decreto legislativo que aprova ato que renovou a concessão da Televisão Mirante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís (MA).

A outorga da Mirante só vence em 2014, diferentemente do caso da rádio Mirante AM e FM de São Luís e de Imperatriz, que funcionam de forma ilegal.

Desrespeito a Carta Magna do país

O enriquecimento do grupo Sarney chega de forma ilícita, uma vez que é proibido a políticos possuírem veículos de comunicação. Diz a Carta magna do país em seu artigo 54:

“[...] deputados e senadores não podem firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público” ou “ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público”.

Mesmo assim, as empresas de comunicação do grupo Sarney mantêm-se sob o manto da impunidade, funcionando até hoje de forma irregular!

A família Sarney e alguns aliados (como o ministro Edson Lobão) reforçam substancialmente uma lista de 133 parlamentares eleitos para o biênio 2007-2010 que possuem alguma ligação com empresas de comunicação, sejam como donos ou tendo parente como dono.

Listagem de emissoras

A listagem de donos de rádios e TVs foi elaborada pela Agência Repórter Social, com base em informações do TSE, UNB e Instituto de Pesquisas e Estudos em Comunicação.

Entre os veículos citados como de propriedade da família Sarney e Lobão, estão:

Roseana Sarney

TV Mirante São Luís – São Luís (MA)

TV Mirante do Maranhão – Imperatriz

TV Itapicuru – Codó

Rádio Mirante AM – Caxias

Rádio Mirante AM – Pinheiro

Rádio Mirante AM – Imperatriz

Rádio Mirante FM – Timon

Rádio Difusora FM – Timon

Rádio Mirante FM 96,1 – São Luís (MA)

Rádio Alecrim – Caxias (MA)

Rádio Verdes Campos – Pinheiro (MA)

Sarney Filho

Mirante FM 96,1 – São Luís (MA)

TV Mirante São Luís – São Luís (MA)

Ricardo Murad

Rádio Rio Jordão – Coroatá (MA)

Edson Lobão

TV Difusora – São Luís (MA)

TV Difusora – Imperatriz (MA)

Rádio Difusora FM – São Luís (MA)

Rádio Difusora AM – São Luís (MA)

Rádio Guajajara de Barra do Corda – Barra do Corda (MA)

Joaquim Haickel

TV Mirante – Santa Inês

Rádio Mirante FM – Santa Inês

Rádio 105 FM – São Luís

Rádio 92 FM – São Luís

ANEXO D – Blogue do Colunão (Como Edinho Lobão comprou TV Difusora)

25.01.08

Edinho Lobão na conjuntura

É impossível discordar de Edison Lobão Filho, o *Edinho*, quando ele afirma que o bombardeio que lhe fazem na “mídia nacional”, com munição de episódios transcorridos há mais de 10 anos, tem a ver com a nomeação do pai dele para o poderoso Ministério das Minas e Energia.

Primeiro por ser natural que a imprensa saia em busca do passado dos ministros tão logo são cogitados ou anunciados. Segundo porque nunca falta, nessas horas, quem desencave denúncias e faça chover documentos, quase sempre porque deseja substituir o ministro por outro que mais lhe convenha ou pelo menos constrangê-lo a comportar-se dessa ou daquela maneira.

Contra o ministro Edison Lobão praticamente não há nada. Quando governador (1991-94), como sucede a todos, foi criticado por isso e por aquilo, esquemas com empreiteiras e fornecedores, minudezas tradicionais. Nenhum grande escândalo, ao contrário do que ocorreu a Roseana Sarney, José Reinaldo Tavares e ao recém-chegado Jackson Lago.

O mais perto que Lobão chegou dos sucessores, se considerada a repercussão política, foi quando permitiu que o filho adquirisse o controle da Rádio e Televisão Difusora, um negócio até hoje obscuro.

TV dos governadores

O Grupo Difusora pertencera à família do deputado Magno Bacellar, cujos negócios levaram a breca quando tentou eleger-se senador em 1986 (perdeu para Edison Lobão). Endividado, Bacellar transferiu seu patrimônio para o deputado Chico Coelho, testa-de-ferro do governador Luiz Rocha (1983-86), e para os empresários William Nagem e Fernando Sarney, este último sócio oculto. Da transação participaram a construtora Constran — empreiteira da avenida Litorânea, em São Luís, no governo Rocha — e o Banco Itamaraty, ambos pertencentes ao empresário Olacy de Moraes, na época o “rei da soja” e das parcerias público-privadas.

Rocha diria mais tarde que Chico Coelho o “traiu” ao vender as emissoras ao governador Epitácio Cafeteira (1987-90). Cafeteira não mostrou a cara, com deixando que William Nagem e um filho continuassem como donos ostensivos.

Com Lobão assumindo o governo em 1991, Edinho entrou na parada e adquiriu as emissoras, com William Nagem e tudo. Negócio financiado pelo Banco Real, da seguinte maneira: “A TV Difusora foi adquirida através de um empréstimo, em que foi dado como garantia a própria Difusora”, declarou Edinho numa entrevista em 28/8/92. Simples assim.

SINDSEP-MA
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Fale-se
VOTAÇÃO JUNTADA À TELA
REPTÓRIA CONTÁVEL
COM REALIZADORES

PARTICIPE DESTE MANDATO
Helena Rodrigues Helary
Diretora

Recentes

- Homenagem dos amigos de WR ...
- Feliz aniversário ...
- Walter Rodrigues - dois me ...
- Jornalista de dois mundos ...
- Vita Brevis (Walter Rodrig ...
- Apresenta sua vida com a ...
- TJ reabre delegacias 'degr ...
- Luís Moura de volta à Polí ...
- Processo pode esclarecer d ...
- Uema: retórica barra diálo ...
- TSE informa regra para ali ...
- Múltiplas notas ...
- Espeto de Pau engasga o MP ...
- Sem palavras ...

Fonte: RODRIGUES, W. Edinho Lobão na conjuntura. **Blogue do Colunão**, São Luís, 25 jan. 2008. Disponível em: <http://www.walter-rodrigues.jor.br/>. Acesso em: 14 fev. 2018.

EDINHO LOBÃO NA CONJUNTURA

[...] O mais perto que Lobão chegou dos sucessores, se considerada a repercussão política, foi quando permitiu que o filho adquirisse o controle da Rádio e Televisão Difusora, um negócio até hoje obscuro.

TV dos governadores

O Grupo Difusora pertencera à família do deputado Magno Bacellar, cujos negócios levaram a breca quando tentou eleger-se senador em 1986 (perdeu para Edison Lobão). *Endividado, Bacellar transferiu seu patrimônio para o deputado Chico Coelho, testa-de-ferro do governador Luiz Rocha (1983-86), e para os empresários William Nagem e Fernando Sarney, este último sócio oculto.* Da transação participaram a construtora Constran — empreiteira da avenida Litorânea, em São Luís, no governo Rocha — e o Banco Itamaraty, ambos pertencentes ao empresário Olacy de Moraes, na época o “rei da soja” e das parcerias público-privadas.

Rocha diria mais tarde que Chico Coelho o “traiu” ao vender as emissoras ao governador Eptácio Cafeteira (1987-90). Cafeteira não mostrou a cara, deixando que William Nagem e um filho continuassem como donos ostensivos.

Com Lobão assumindo o governo em 1991, Edinho entrou na parada e adquiriu as emissoras, com William Nagem e tudo. Negócio financiado pelo Banco Real, da seguinte maneira: “A TV Difusora foi adquirida através de um empréstimo, em que foi dado como garantia a própria Difusora”, declarou Edinho numa entrevista em 28/8/92. Simples assim. [...]

ANEXO E - Lauro Jardim (43% da verba publicitária do governo Roseana Sarney destinada para TV da família Sarney)

/ Blogs e Colunistas



Lauro Jardim
Radar on-line
com Thiago Prado e Guilherme Amado

Assine o Feed RSS Escreva para Lauro Jardim: radaronline@abril.com.br

AOS LEITORES
Até o dia 3 de maio, estarei de férias. Mas o Radar não vai parar um minuto sequer. Neste período, será editado pelas competentes mãos de Thiago Prado. Até a volta, Lauro Jardim

segunda-feira, 27 de abril de 2015

6:02 \ **Brasil**

TV da família Sarney levou 43% da verba publicitária no governo de Roseana Sarney



Roseana: emissora de sua família levou maioria da verba

A distribuição da verba publicitária do governo **Roseana Sarney** para as TVs não era muito diferente do critério para os jornais (leia mais [aqui](#)). De 2011 a 2014, a TV Mirante, também de propriedade dos Sarney e retransmissora da programação da TV Globo, recebeu 23 508 705 de reais – o equivalente a 43% dos 54 173 753 gastos com publicidade neste meio.

Ao longo dos últimos quatro anos, a TV Difusora, repetidora do SBT, recebeu 7 680 699 de reais. Já a TV Cidade, retransmissora da TV Record, levou 6 110 989 de reais, no mesmo período.

A Difusora tem como sócio majoritário Edison Lobão Filho, candidato apoiado pelos Sarney para a sucessão de 2014. Já a Cidade tem como sócio Roberto Rocha, senador eleito pelo PSB na chapa de Flávio Dino e, portanto, adversário dos Sarney.

Por Lauro Jardim

Tags: [Maranhão](#), [Roseana Sarney](#), [TV Cidade](#), [TV Difusora](#), [TV Mirante](#)

 Curtir { 7 }  +1 { 0 }  Tweetar { 50 } 

Fonte: JARDIM, L. TV da família Sarney levou 43% da verba publicitária no governo de Roseana Sarney. **Veja**, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/?p=1122815?utm_source=redesabril_veja&utm_medium=twitter&utm_campaign=redesabril_veja&utm_content=feed>. Acesso em 27 abr. 2015.

TV da Família Sarney levou 43% da verba publicitária no governo de Roseana Sarney

[...] De 2011 a 2014, a TV Mirante, também de propriedade dos Sarney e retransmissora da programação da TV Globo, recebeu 23.508.705 reais – o equivalente a 43% dos 54 173 753 gastos com publicidade neste meio.

Ao longo dos últimos quatro anos, a TV Difusora, repetidora do SBT, recebeu 7 680 699 de reais. Já a TV Cidade, retransmissora da TV Record, levou 6 110 989 de reais, no mesmo período.

A Difusora tem como sócio majoritário Edison Lobão Filho, candidato apoiado pelos Sarney para a sucessão de 2014. Já a Cidade tem como sócio Roberto Rocha, senador eleito pelo PSB na chapa de Flávio Dino e, portanto, adversário dos Sarney.

Por Lauro Jardim

ANEXO F – Blog do John Cutrim (A compra da TV Difusora por Weverton Rocha)



Fonte: TAHAN, L; PAIXÃO, A. H. Advogado preso na Lava Jato queria expandir negócios no Maranhão. **Blog do John Cutrim**, São Luís, 2017. Sem paginação. Disponível em: <<http://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/advogado-preso-na-lava-jato-queria-expandir-negocios-no-maranhao/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

Por Lilian Tahan e Ana Helena Paixão

Personagem brasileiro preso na operação deflagrada pela Polícia Federal nesta última quinta-feira (18/5), o advogado Willer Tomaz de Souza é de origem humilde e alcançou ascensão meteórica em nove anos de advocacia. Para defender os interesses do grupo empresarial JBS, ele teria vendido influência e cobrado R\$ 8 milhões em honorários de Joesley e Wesley Batista. Nos depoimentos que serviram de base para a prisão preventiva de Willer, Joesley expõe que o advogado pediu mesada de R\$ 50 mil para comprar informações privilegiadas de um procurador integrante da Lava Jato.

Em menos de uma década de atuação nos mais variados ramos do direito, Willer acumulou uma notável carteira de clientes, a maioria deles políticos. Lançou-se também do mundo dos negócios e, recentemente, como empresário de mídia. Ele arrendou quatro rádios que pertencem ao ex-vice-governador do DF Paulo Octávio, de quem se aproximou no último ano.

Além da investida em Brasília, Willer vinha se dedicando também a um projeto para expandir sua atuação no ramo das comunicações no Maranhão. Participava das negociações do Sistema Difusora no Maranhão, que reúne TV e rádio na capital São Luís, além de emissoras pelo interior.

A proeminente carreira do advogado nascido e criado em Taguatinga (DF), no entanto, sofreu um revés na última quinta-feira (18/5), quando ele foi preso em um hotel na orla da capital maranhense. No Inquérito nº 4.489, que reúne a delação dos irmãos Batista, há um anexo robusto detalhando a atuação de Willer no esquema de corrupção revelado por Joesley aos procuradores da Lava Jato.

O relato do dono da JBS ajuda a explicar a anabolizada carreira de Willer no mundo jurídico e empresarial. A partir da delação que abalou a República desde as últimas 48 horas, ficou demonstrado que Willer conquistava seus clientes vendendo tráfico de influência.

Começo em Taguatinga

Antes de transitar com desenvoltura nos corredores do poder, Willer tocava um modesto empreendimento em Taguatinga, a Willer Informática, aberta em 1999, na comercial do Setor D Sul da cidade. Mas o negócio acabou quebrando e ele partiu para uma segunda opção. Decidiu estudar direito para se formar advogado.

Enquanto frequentava a faculdade, passou a ter participação em mais duas empresas: a WT Administração de Imóveis, aberta em 2002 na QSF 15 de Taguatinga, e a Canal de Ideias Comunicação, Serviços e Participações Ltda, criada em 2007 no setor Octogonal. Todas firmas seguem ativas na Receita Federal. Mas a maior aposta de Willer foi o escritório de advocacia que ele montou, a Willer Tomaz Advogados Associados, inaugurado após dois anos de exercício profissional.

Aberto em 2010, o escritório de advocacia nasceu em berço de ouro. A sede funciona em luxuosa casa no Conjunto 4 da Q1 do Lago Sul. É o mesmo imóvel que abrigou a “República de Ribeirão” – em referência ao ministro da Fazenda do primeiro governo Lula, Antônio Palocci, ex-prefeito do município paulista, hoje preso no âmbito da Lava Jato. Segundo as denúncias do Mensalão, seria ali que

integrantes do governo negociavam e confraternizavam com lobistas em festas animadas por garotas de programa.

Além de Brasília, a Willer Tomaz Advogados Associados também mantém outro escritório de alto padrão, na Enseada do Suá, em Vitória (ES). E o seu dono, registro da OAB nas seções DF e Ceará. Colegas do advogado dizem que seu rol de clientes lhe proporciona uma vida de luxo: hoje ele mora com a família em uma confortável casa do Lago Sul e mantém um rancho no Lago Oeste. Willer é rotineiramente visto por Brasília dirigindo carros caríssimos.

Treze profissionais e um estagiário trabalham na Willer Tomaz Advogados Associados. Há dois meses, a advogada Gabriela Benfica foi contratada por Willer para atuar em um processo de improbidade administrativa movido contra o ex-deputado estadual Sérgio Borges (PMDB-ES), atualmente conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo. Ela foi apresentada a Willer por Paulo Octávio, a quem Gabriela defende nos processos da Caixa de Pandora, operação na qual o ex-vice-governador responde a 10 ações criminais.

A relação entre Willer e o empresário brasiliense consolidou-se em torno da operação de arrendamento das rádios pertencentes ao ex-vice-governador. Para tocar o negócio, o advogado uniu-se a Anderson Carlos Silva, ex-dirigente da Rádio Clube FM considerado um experiente executivo do meio. Os sócios administram a JK FM, a versão local da rádio paulista Mix FM e duas emissoras AM, sendo uma retransmissora da Rádio Globo e a outra, da própria JK.

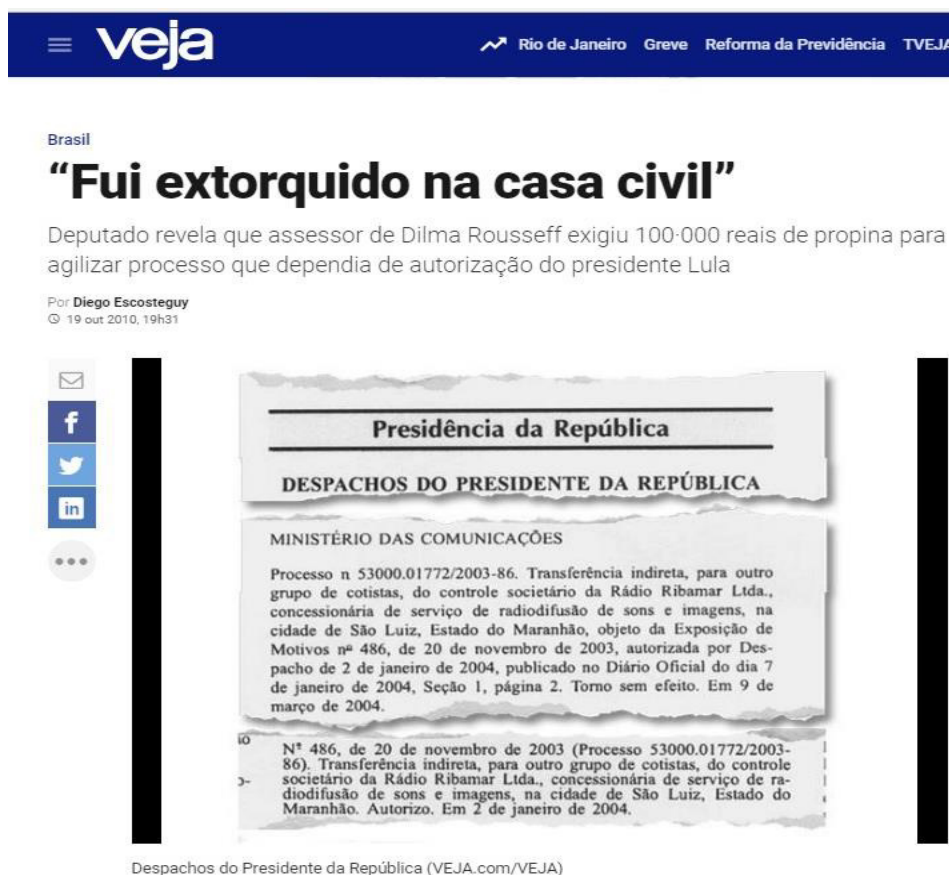
Além dos negócios de mídia na capital federal, o advogado estaria participando das transações de venda do Sistema Difusora de Comunicação. Willer seria o intermediador de recursos financeiros para a compra do conglomerado. O acerto envolveria o empresário Edson Lobão Filho, suplente e filho do senador e ex-ministro das Minas e Energias (2008 a 2010) Edson Lobão (PMDB-MA), e o deputado federal Weverton Rocha (PDT-MA). Lobão Filho era o dono do grupo e Weverton, que já foi representado na Justiça Eleitoral por Willer, pretendia assumir as empresas. O negócio não foi concluído por pendências judiciais.

No mesmo depoimento aos procuradores da Lava Jato, o dono da JBS também contou que Willer se cacifava como advogado alegando proximidade com o juiz substituto da 10ª Vara Federal Criminal de Brasília Ricardo Soares Leite, onde tramitam ações referentes à Operação Greenfield. O relato de Joesley e de um de seus assessores mais próximos, o advogado Francisco de Assis e Silva, ainda

atinge um outro expoente da advocacia brasiliense, o presidente da OAB-DF, Juliano Costa Couto. Segundo Francisco de Assis, Juliano teria intermediado a indicação de Willer para Joesley em troca de um terço dos honorários acertados por Willer. Costa Couto admite a indicação do colega, mas nega que tenha cometido qualquer irregularidade no episódio.

Em abril de 2016, Willer estava entre os 90 profissionais que receberam a maior distinção concedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), a Ordem do Mérito Judiciário. Com oito anos de advocacia na época, o jovem advogado presidia a Comissão de Assuntos Constitucionais da seção DF da Ordem dos Advogados do Brasil. Durante a solenidade, posou sorridente para os fotógrafos com o distintivo do TJDFT no peito estufado, uma honraria pelos serviços prestados à Justiça do DF. Agora investiga-se que, nos bastidores, Willer vendia a seus clientes o prestígio de desfrutar do convívio com empresários, juízes e procuradores.

ANEXO G - Site revista Veja (Sarney inviabiliza transferência da TV Cidade)



Fonte: ESCOSTEGURY, D. “Fui extorquido na casa civil”. **Veja**, São Paulo, 19 out. 2010. Brasil. Não paginado. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/fui-extorquido-na-casa-civil/>>. Acesso em: 19 out. 2010.

Por Diego Escosteguy

O advogado Vladimir Muskatirovic, conhecido em Brasília como “Vlad”, ocupa a poderosa chefia-de-gabinete da Casa Civil da Presidência da República. Assim como a ex-ministra Erenice Guerra fez carreira no governo à sombra da candidata petista Dilma Rousseff, Vlad fez carreira no governo à sombra de Erenice Guerra. Ele era subordinado de Erenice quando esta ocupava a chefia da assessoria jurídica do Ministério de Minas e Energia. Quando Dilma assumiu a Casa Civil e Erenice levou sua turma junto, Vlad foi o primeiro a acompanhá-las.

Apesar de a ex-ministra ter sido apeada do Palácio após vir a público a existência de uma central de corrupção na Casa Civil, Vlad permanece no cargo. Não é por acaso. Além da amizade com Erenice, Vlad mantém relações fraternas

com o senador Gim Argello, figura secundária dos subterrâneos de Brasília, que, sabe-se lá por qual razão, caiu nas boas graças de Dilma nos últimos anos.

Nos ambientes em que o senador Gim brilha, Vlad é uma celebridade. VEJA descobriu um dos casos que fazem a fama do chefe-de-gabinete. Em 2007, Vlad, já como assessor de Dilma na Casa Civil, cobrou 100 000 reais de propina – e recebeu parte do dinheiro – para resolver uma pendência de um deputado junto à Presidência da República.

O deputado chama-se Roberto Rocha, do PSDB do Maranhão. Ele é sócio da TV Cidade, retransmissora da Record no estado, e de duas rádios. O pedágio foi exigido para que a Casa Civil autorizasse uma mudança societária nessa TV. O que a Casa Civil tem a ver com isso? Tudo. A concentração de poder na Presidência da República é de tal ordem que cabe à Casa Civil ratificar qualquer compra ou venda envolvendo rádios e TVs do país, que são concessões públicas.

Pode ser coisa grande ou miudeza: tem que passar pela Casa Civil. Depois de passar por lá, o presidente é obrigado a assinar esses atos, como se fosse chefe de um cartório. Diante do fato de que o Ministério das Comunicações analisa previamente todos esses casos, trata-se de um simples carimbo. Um carimbo, no entanto, que vale ouro: pode custar caro obtê-lo, evita-lo ou agilizar seu uso. Um carimbo é moeda líquida na cleptocracia federal.

Vlad pôde vender tão caro uma facilidade porque o governo havia criado uma enorme dificuldade – uma que parecia não ter solução. *A epopeia começa em 2003, no início do governo Lula, quando o sócio de Roberto Rocha na TV aceitou vender a participação dele no negócio. Esse sócio era aliado de José Sarney. Rocha é adversário do senador. Fez-se a transação, e a papelada seguiu para o Ministério das Comunicações, de modo que os rituais burocráticos fossem cumpridos.*

Deveria demorar algumas semanas. Demorou um ano. Demorou em razão do lobby contrário promovido por aliados de Sarney. É fácil entender os motivos disso. Sarney é dono da retransmissora da Globo no Maranhão. Seu principal aliado, o senador Edson Lobão, controla a retransmissora do SBT no estado. *Caso o governo autorizasse o negócio do deputado Rocha, portanto, haveria no Maranhão uma TV não-alinhada com os interesses da família – e uma TV num estado pobre é uma poderosa arma política.* No final de 2003, apesar das pressões contrárias, o então ministro das Comunicações, deputado Miro Teixeira, finalmente aprovou a transação e encaminhou o papelório para a Casa Civil.

No dia 7 de janeiro de 2004, o Diário Oficial publicou a autorização concedida pelo presidente Lula. Tudo parecia resolvido. Mais eis que sobreveio um episódio insólito, daqueles que só se explicam pela força irresistível de certos interesses políticos. Houve uma reforma ministerial, e o deputado peemedebista Eunício Oliveira, do mesmo partido de Sarney, assumiu a pasta das Comunicações. Tentou-se reverter ali, de todos os modos, a tal autorização já assinada por Lula.

A pressão de Sarney aumentou e, no dia 11 de março, dois meses depois de publicada a autorização, o mesmo Diário Oficial trouxe um ato do mesmo presidente Lula revogando a decisão anterior. Sem justificativa, sem devido processo legal. Pode-se apenas supor as razões políticas para essa aberração jurídica – e todas elas passam pelos interesses do senador Sarney. Inconformado, o deputado Roberto Rocha contratou bons advogados e recorreu ao Supremo Tribunal Federal. O deputado ingressou com um mandado de segurança, que, por sua natureza, deveria ser julgado em pouco tempo, mas que acabou morrendo nas gavetas do Supremo.

Rocha, contudo, não estava sozinho em sua cruzada para assegurar o comando da TV. Todos os políticos anti-Sarney do Maranhão lhe ajudaram. O deputado petista Domingos Dutra – que chegou a fazer greve de fome recentemente para impedir que seu partido apoiasse a candidatura de Roseana Sarney ao governo do estado – foi um deles. Diz Dutra: “Falei com as lideranças do PT, falei no governo. Mas eles preferem o Sarney. Rocha chegou a me contar o que aconteceu na Casa Civil da Erenice”.

Parece estranho ver um petista e um tucano atuando harmoniosamente. No Maranhão, entretanto, os políticos dividem-se entre os que são adversários ou aliados de Sarney. Rocha e Dutra pertencem ao primeiro grupo. E os esforços deram algum resultado.

Em 2007, o deputado conseguiu ser recebido na Casa Civil. Esteve com Erenice Guerra, então secretária-executiva, e o assessor Vlad. Ambos confirmaram a teratologia do ato presidencial e prometeram resolver o assunto. Localizado por VEJA, que soubera do caso por intermédio uma fonte na Casa Civil e outra no PT, o deputado relutou em admitir o episódio – mas acabou por narrar o que havia acontecido. Disse Rocha: “Esse assessor Vladimir cobrou para resolver. Fiquei enojado com tudo aquilo. Ter que pagar para que eles fizessem o que era certo? Fui extorquido pela Casa Civil”.

Depois da reunião, Vlad procurou um funcionário do deputado para acertar o pagamento. Os dois encontraram-se no restaurante que funciona no 10º andar da Câmara dos Deputados. “Vladimir deu a garantia de que resolveria tudo, desde que pagássemos 100 000 reais”, narra Ivo Icó Filho, o funcionário. “Ele disse que o valor era alto porque envolvia o trabalho de outras pessoas”.

O deputado conta que ponderou e, apesar de “revoltado”, resolveu pagar: “Autorizei meu assessor a providenciar um sinal: 20 000 reais”. Rocha não quis fornecer detalhes do pagamento. Completa o deputado: “E o pior é que não deu certo. Esse Vladimir nunca mais retornou as ligações ou respondeu emails. Foi um golpe”

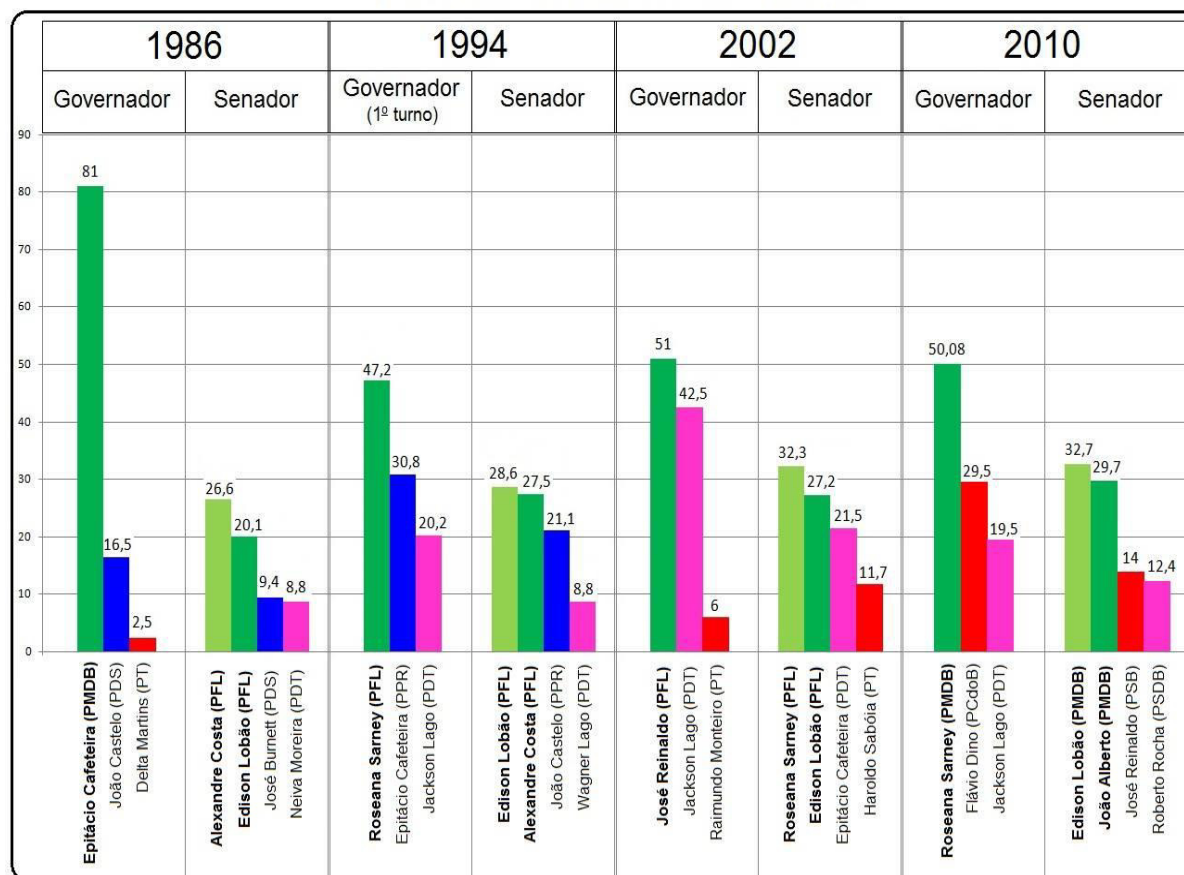
Procurado pela reportagem, o chefe-de-gabinete da Casa Civil respondeu por meio de nota. Vlad admitiu frequentar o restaurante da Câmara e manter “reuniões políticas” com o senador Gim Argello. Mas nega ter pedido ou recebido propina. Diz o texto: “O assessor não pediu nem recebeu qualquer pagamento referente a essas pessoas”.

ANEXO H - Eleições para governador e uma vaga de senador (1982-2014)

ANEXO I - Eleições para governador e duas vagas de senador (1986-2010)

Eleições para Governador e Senador (2 vagas) - Maranhão (1986 / 2010)

(% dos candidatos mais votados / partidos)



Fonte: (CABRAL, 2017).

ANEXO J - TV Difusora (SBT): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL

Perfil das Empresas - RADIO E TV DIFUSORA DO MARANHÃO LTDA

CNPJ: 06275598000108
 Presidente: [Nome não legível]
 Endereço: AVENIDA CAMBOA - CAMBOA
 E-mail: [E-mail não legível]
 Capital Social: 985,00
 Reserva de Capital: [Valor não legível]
 Total: 985,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
266.446.221-00	EDISON LOBAO FILHO	984	984,00
386.770.081-87	PAULA STUDART QUINTAS LOBAO	1	1,00

Conselho Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
753.797.243-53	RAFAEL BARJONA LOBAO	DIRETOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros
 Voltar | Imprimir | Exportar Excel

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Rádio e TV Difusora do Maranhão LTDA. [S. l.], [2--?]b. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siacao/_Novo_Siacao/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20E%20TV%20DIFUSORA%20DO%20MARANHÃO%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=06275598000108>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO K - TV Cidade (Record): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL

Perfil das Empresas - RADIO CIDADE SAO LUIS LTDA

CNPJ: 05746706000110
 Presidente:
 Endereço: RUA DEPUTADO RAIMUNDO VIEIRA DA SILVA - CENTRO
 E-mail: comercialcidade@vetomail.com.br
 Capital Social: 6.000,00
 Reserva de Capital:
 Total: 6.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
003.097.293-00	RAIMUNDO LISBOA VIEIRA DA SILVA	5.700	5.700,00
207.073.123-53	MARIA DO ROSARIO A. VIEIRA DA SILVA	300	300,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
003.097.293-00	RAIMUNDO LISBOA VIEIRA DA SILVA	SÓCIO GERENTE	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [1x] [Reg]

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Rádio Cidade São Luís LTDA. [S. I.], [2--?]c. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20CIDADE%20SAO%20LUIS%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=05746706000110>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO L - TV São Luís (Rede TV!): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL

Perfil das Empresas - RADIO TV DO MARANHÃO LTDA

CNPJ: 06339501000183
 Presidente: [vazio]
 Endereço: Avenida dos Africanos - Areinha
 E-mail: [vazio]
 Capital Social: 400.000,00
 Reserva de Capital: [vazio]
 Total: 400.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
001.889.483-68	ZILDENI FALCAO DE OLIVEIRA	288.000	288.000,00
331.458.233-49	JEDA MARIA ALMEIDA F. DE OLIVEIRA	112.000	112.000,00

Conselho Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
001.889.483-68	ZILDENI FALCAO DE OLIVEIRA	ADMINISTRADORA	
331.458.233-49	JEDA MARIA ALMEIDA F. DE OLIVEIRA	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [1r] [Reg]

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Rádio TV do Maranhão LTDA. [S. l.], [2--?]d. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siacao/_Novo_Siacao/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=RADIO%20TV%20DO%20MARANHAO%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=06339501000183>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO M - TV Mirante (Globo): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL

Perfil das Empresas - TELEVISAO MIRANTE LTDA

CNPJ: 07306616000134
 Presidente: AVENIDA ANA JANSEN - SAO FRANCISCO
 E-mail:
 Capital Social: 8.133.000,00
 Reserva de Capital:
 Total: 8.133.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Val. Cotas
115.116.991-91	ROSEANA SARNEY MURAD	2.711.000	2.711.000,00
147.374.183-15	JOSE SARNEY FILHO	2.711.000	2.711.000,00
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	2.711.000	2.711.000,00

Conselho

Diretoria

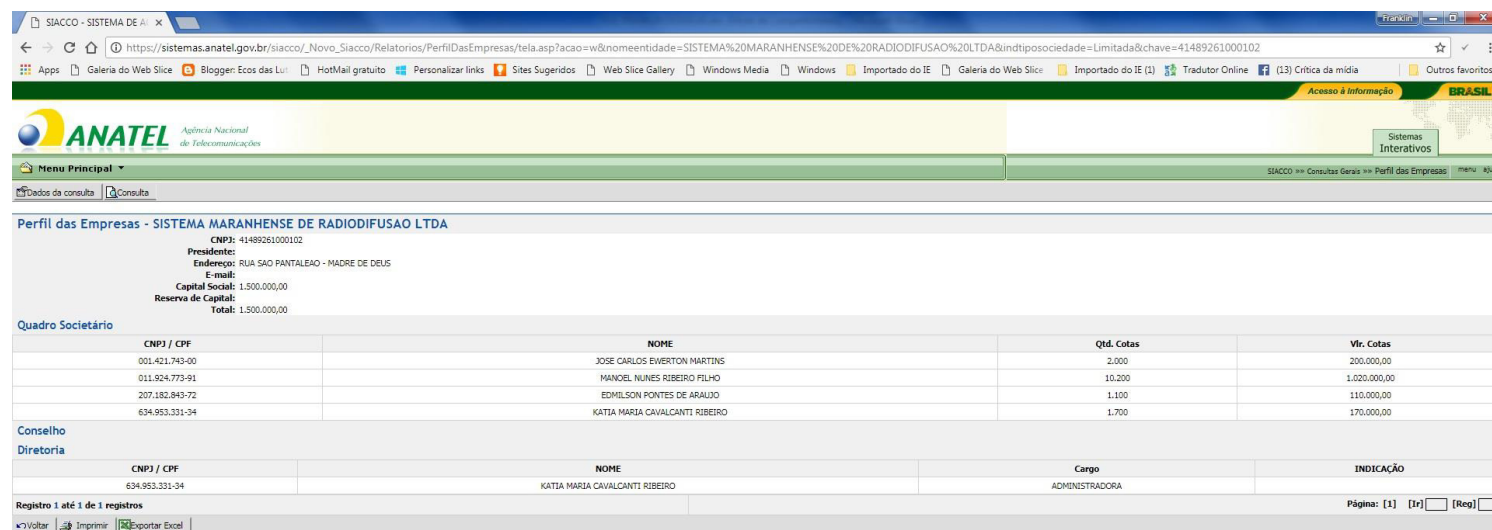
CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
901.913.408-63	FERNANDO JOSE MACIEIRA SARNEY	ADMINISTRADOR	

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [12] [Reg]

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Televisão Mirante LTDA. [S. I.], [2--?]e. Disponível em:<https://sistemas.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=TELEVISAO%20MIRANTE%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=07306616000134>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO N - TV Maranhense (Bandeirantes): dados da concessão e propriedade registrados junto à ANATEL



Perfil das Empresas - SISTEMA MARANHENSE DE RADIODIFUSAO LTDA

CNPJ: 41489261000102
 Presidente: JOSE CARLOS EVERTON MARTINS
 Endereço: RUA SAO PANTALEAO - MADRE DE DEUS
 E-mail:
 Capital Social: 1.500.000,00
 Reserva de Capital:
 Total: 1.500.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vlr. Cotas
001.421.743-00	JOSE CARLOS EVERTON MARTINS	2.000	200.000,00
011.924.773-91	MANOEL NUNES RIBEIRO FILHO	10.200	1.020.000,00
207.182.843-72	EDMILSON PONTES DE ARAUJO	1.100	110.000,00
634.953.331-04	KATIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO	1.700	170.000,00

Conselho Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
634.953.331-04	KATIA MARIA CAVALCANTI RIBEIRO	ADMINISTRADORA	

Registro 1 até 1 de 1 registros
 Página: [1] [1r] [Reg]

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Sistema de Acompanhamento de Controle Societário. **Perfil das empresas:** Sistema Maranhense de Radiodifusão LTDA. [S. l.], [2--?]. Disponível em: <https://sistemas.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/PerfilDasEmpresas/tela.asp?acao=w&nomeentidade=SISTEMA%20MARANHENSE%20DE%20RADIODIFUSAO%20LTDA&indtiposociedade=Limitada&chave=41489261000102>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ANEXO O - Listas de 61 emissoras de televisão existentes no Maranhão, registradas junto à ANATEL

Nome	CA	CD	Concessão	Sede	Razão social	Afiliação	Prefixo
FC TV	3	41*	Codó	Codó	Irmãos Oliveira Comunicações Ltda.	SBT	RTV
RIT São Luís	20	56*	São Luís	São Luís	Televisão Cidade Modelo Ltda.	RIT	RTV
São Luís TV	18	42*	São Luís	São Luís	Rádio TV do Maranhão Ltda.	Ideal TV	RTV
Super Sul TV	25	—	Imperatriz	Imperatriz	L & R Comunicações Ltda.	Rede Super	RTV
TV Açucena	10	—	Balsas	Balsas	RADIOVALE-Rádio e Televisão Vale do Farinha Ltda.	RecordTV	RTV
TV Alternativa	35	—	Paço do Lumiar	Paço do Lumiar	Sistema WCS de Comunicação Ltda.	TV Gazeta	RTV
TV Anajás	16	26	Imperatriz	Imperatriz	Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda.	Rede Vida	RTV
TV Araçagi	5	—	São José de Ribamar	São José de Ribamar	Rádio TV do Maranhão Ltda.	Rede União	RTV
TV Assembleia	—	51	São Luís	São Luís	Senado Federal	.1 TV Senado .3 TV Câmara	RTV
TV Atenas	13	—	Pedreiras	Pedreiras	Atenas Comunicações Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Athenas	39	40	São Luís	São Luís	TV Athenas Brasileira Ltda.	—	RTV
TV Boa Notícia	13	—	Balsas	Balsas	Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda.	Rede Vida	RTV
TV Brasil Maranhão	2	34*	São Luís	São Luís	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S.A.	TV Brasil	ZYA 650
TV Buriti	11	14*	Buriti Bravo	Buriti Bravo	Prefeitura Municipal de Buriti Bravo	Rede Meio Norte	RTV

Nome	CA	CD	Concessão	Sede	Razão social	Afiliação	Prefixo
TV Capital	8	—	Balsas	Balsas	RADIOMAR Rádio e TV do Maranhão Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Capital	5	40*	Imperatriz	Imperatriz	Sistema Tucanu's de Rádio e Televisão Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Caxias	13	—	Caxias	Caxias	Rádiodifusão e TV Caxias Limitada	Rede Bandeirantes	RTV
TV Cidade	5	—	Açailândia	Açailândia	Rádio e TV Cidade Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Cidade	4	—	Coroatá	Coroatá	TV Cidade e Produções Ltda.	RecordTV	RTV
TV Cidade	6	36	São Luís	São Luís	Rádio Ribamar Ltda.	RecordTV	ZYA 660
TV Cidade Esperança	14	32*	Imperatriz	Imperatriz	Fundação Evangélica Boas Novas	Boas Novas	RTV
TV Clube	13	—	Açailândia	Açailândia	SISTEL Sistema de Televisão Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Codó	13	36*	Codó	Codó	Prefeitura Municipal de Codó	Rede Norte Meio	RTV
TV Consolação	2	—	Colinas	Colinas	TVM Comunicações Ltda.	RecordTV	RTV
TV CRC	4	18*	Imperatriz	Imperatriz	TV Chico do Rádio Comunicação Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Difusora	4	38	São Luís	São Luís	Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.	SBT	ZYA 651
TV Difusora Sul	7	38	Imperatriz	Imperatriz	Rádio Curimã Ltda.	SBT	ZYA 657
TV Eldorado	10	19	Santa Inês	Santa Inês	Rádio Eldorado Ltda.	Esporte Interativo BR	ZYA 654
TV Esperança	17	—	Açailândia	Açailândia	Fundação Educacional Batista	Rede Super	RTV

Nome	CA	CD	Concessão	Sede	Razão social	Afiliação	Prefixo
					Esperança		
TV Guará	23	22	São Luís	São Luís	Sistema Guará de Radiodifusão Ltda.	Record News	RTV
TV Lago Verde	24	20*	Lago Verde	Lago Verde	Sistema de Comunicação Lago Verde Ltda.	Rede Norte Meio	RTV
TV Líder	9	—	Vargem Grande	Vargem Grande	—	RecordTV	RTV
TV Maracu	11	18*	Viana	Viana	Rádio Maracu Ltda.	Rede Norte Meio	RTV
TV Maranhense	12	17	São Luís	São Luís	Sistema Maranhense de Radiodifusão Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Mearim	4	—	Bacabal	Bacabal	TV Mearim Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Mearim	5	—	Lago da Pedra	Lago da Pedra	TV Mearim Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Meio Norte MA	—	28	São Luís	São Luís	TV Upaon-Açú Ltda.	Rede Norte Meio	TVA
TV Meio Norte Teresina	7	22	Timon	Teresina, PI	Sistema Timon de Radiodifusão Ltda.	Rede Norte Meio	ZYA 655
TV Metropolitana	{n/a}	27	São José de Ribamar	São José de Ribamar	Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda.	RBTV	—
TV Mirante Balsas	6	31	Balsas	Balsas	Rádio Rio Balsas Ltda.	Rede Globo	ZYA 652
TV Mirante Cocaís	9	29*	Codó	Caxias	TV Itapicuru Ltda.	Rede Globo	ZYA 653
TV Mirante Imperatriz	10	29	Imperatriz	Imperatriz	Rádio Mirante do Maranhão Ltda.	Rede Globo	ZYA 659

Nome	CA	CD	Concessão	Sede	Razão social	Afiliação	Prefixo
TV Mirante Santa Inês	13	29*	Santa Inês	Santa Inês	TV Maranhão Central Ltda.	Rede Globo	RTV
TV Mirante São Luís	10	29	São Luís	São Luís	Televisão Mirante Ltda.	Rede Globo	ZYA 656
TV Missão	26	—	Coroatá	Coroatá	—	Rede Super	RTV
TV Nativa	13	36	Imperatriz	Imperatriz	Rádio Santa Mathilde Ltda.	RecordTV	RTV
TV Nazaré São Luís	—	43*	São Luís	São Luís	Fundação Nazaré de Comunicação	TV Nazaré	RTV
TV Nova Era	9	—	Colinas	Colinas	Rádio e Televisão Nova Era Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Nova Esperança	7	—	Bacabal	Bacabal	RADIOVALE-Rádio e Televisão Vale do Farinha Ltda.	RecordTV	RTV
TV Palmeira do Norte	7	—	Codó	Codó	Empresa de Comunicações do Vale do Itapecuru Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Pericumã	9	17*	Pinheiro	Pinheiro	Rádio Patativa Ltda.	RecordTV	RTV
TV Pinheiro	11	—	Pinheiro	Pinheiro	TV Pinheiro Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV
TV Remanso	7	36*	Santa Inês	Santa Inês	Pindaré Comunicações Ltda.	RecordTV	RTV
TV Sapucaia	7	—	Rosário	Rosário	Rádio e TV Difusora do Maranhão Ltda.	SBT	RTV
TV São Luís	8	41	São Luís	São Luís	Rádio TV do Maranhão Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Sinal Verde	11	38*	Caxias	Caxias	Rádio Caxias Ltda.	SBT	RTV
TV Tocantins	21	—	Imperatriz	Imperatriz	Rádio e TV Tocantins Ltda.	Record News	RTV
TV Tropical	11	—	Açailândia	Açailândia	SISTEL Sistema de Televisão	RecordTV	RTV

Nome	CA	CD	Concessão	Sede	Razão social	Afiliação	Prefixo
					Ltda.		
TV UFMA	—	16	São Luís	São Luís	Fundação Universidade Federal do Maranhão	TV Cultura	—
TV Viana	42	—	Viana	Viana	Viana Sistema de Televisão Ltda.	RedeTV!	RTV
TV Verdes Lagos	2	—	Lago da Pedra	Lago da Pedra	Verdes Lagos Comunicações Ltda.	Rede Bandeirantes	RTV

Fonte: Retirado da Wikipédia (Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_emissoras_de_televis%C3%A3o_do_Maranh%C3%A3o>). Com checagem junto ao Sistema de Acompanhamento de Controle Societário (SIACCO), mantido pela ANATEL ([20--?]).